Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Maria Inês Nassif

OS JORNAIS, A DEMOCRACIA E A DITADURA DO MERCADO: A COBERTURA DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2002

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais, na área de Ciência Política, sob a orientação da professora doutora Vera Lucia Michalany Chaia

SÃO PAULO 2005

Maria Inês Nassif

OS JORNAIS, A DEMOCRACIA E A DITADURA DO MERCADO: A COBERTURA DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2002

BANCA EXAMINADORA

Vera Lúcia Michalany Chaia (orientadora)

Lucio Flávio Rodrigues de Almeida

Fernando Antonio Farias de Azevedo

_	 		

À Dona Tê, que construiu um lar mostrando aos cinco filhos o mundo que existia do lado de fora da nossa porta.

Agradecimentos

À Vera Chaia, pela orientação competente e pela amizade. À Samuca, Joana, Isabel e Tomás, pela paciência e carinho. À Fátima, irmã querida. Devo à sua insistência esse mestrado. À Lílian Carmona, amiga de sempre, a quem devo a última revisão.

"Três anos de guerra trouxeram muitas modificações no mundo. Mas esta é, talvez, a maior de todas as modificações: três anos de guerra tornaram sensível o mundo. Nós sentimos o mundo; antes, só o pensávamos. Sentíamos o nosso pequeno mundo, éramos participantes das dores, das esperanças, das vontades, dos interesses, do pequeno mundo no qual estávamos mergulhados mais diretamente. Soldávamos a coletividade mais vasta só com um pequeno esforço de pensamento, com um enorme esforço de abstração. Agora a soldagem tornou-se mais íntima... A universalidade do pensamento concretizou-se, tende, pelo menos, a concretizar-se. Alguma coisa desaba necessariamente, em nós e nos outros. Formou-se um clima moral novo: tudo se move, tudo é instável, fluido... E nasce o caos, a confusão de línguas, e cruzam-se as propostas mais disparatadas com as mais luminosas verdades. Expiamos assim a nossa ligeireza de ontem, a nossa superficialidade de ontem. Desabituados a pensar, contentes com a vida do dia-a-dia, encontramo-nos hoje desarmados contra a tempestade. Tínhamos mecanizado a vida, tínhamos mecanizado a nós próprios... Maior é, pois, o dever atual de pôr uma ordem em nós. O mundo aproximou-se de nós, mecanicamente, por impulsos e forças que nos eram estranhos."

Antônio Gramsci.

II Grido Del Popolo (24/11/1917)

RESUMO

Nassif, Maria Inês. Os jornais, a democracia e a ditadura do mercado: a cobertura das

eleições presidenciais de 2002. 2007. 214f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais)

- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo.

O trabalho pretende mostrar, ao analisar o período imediatamente anterior ao

processo eleitoral oficial de 2002, como O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo,

dois jornais sediados no maior centro financeiro do país, serviram de mediadores das

pressões do mercado financeiro sobre o eleitor e os candidatos em disputa, em especial

sobre o candidato petista, Luiz Inácio Lula da Silva. Um jogo de retroalimentação entre

notícia e mercados inseriu os jornais no processo de acumulação de capital. Os órgãos

de imprensa paulistas assumiram a função de intelectuais orgânicos no processo

eleitoral e atuaram de forma muito orgânica, assumindo-se como aparelhos privados de

ideologia, tais como os partidos políticos.

Palavras-chave: jornalismo, mídia, eleições, mercado financeiro

6

ABSTRACT

Nassif, Maria Inês. Os jornais, a democracia e a ditadura do mercado: a cobertura das

eleições presidenciais de 2002. 2007. 214f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais)

- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo.

The paper intends to show, by surveying the period immediately before Brazil's

presidential elections in 2002, how O Estado de S. Paulo and Folha de S. Paulo, two

major newspapers printed in the country's major financial center, performed as

mediators of the pressure applied by the financial markets upon voters and contenders,

particularly upon the Worker's Party candidate, Luiz Inácio Lula da Silva. A feedback

circuit between news and markets inserted the newspapers in the process of financial

capital accumulation. São Paulo's newspapers undertook the function of organic

intelectuals in the electoral process and acted in a very organic way, assumedly as

ideological private apparatuses, like political parties.

Keywords: journalism, media, elections, financial markets

7

SUMÁRIO

Introdução: Os mercados: o "cabresto" das elites – 9

- 1. Fundamentação teórica 19
 - 1.1. Os jornais como mediadores 22
 - 1.2. O príncipe eletrônico 31
- 2. A globalização chega às urnas 35
 - 2.1. Capitalistas mundiais 40
 - 2.2. O neoliberalismo "constrói" uma lógica para a globalização 52
 - 2.3. O ultraliberalismo chega ao Brasil 56
 - 2.4. Os agentes do caos, esses eleitores privilegiados 60
 - 2.5. Conclusões 67
- 3. Mercado, mídia e eleições: uma incisão rápida 68
 - 3.1. Preferido pelas pesquisas, bombardeado pelo mercado 73
 - 3.2. Humores de abril 84
 - 3.3. "Risco Serra": do próprio veneno 92
 - 3.4. Pedro Malan, na linha de frente 102
 - 3.5. O PT na parede 107
 - 3.6. Especulando com a política 111
 - 3.7. A especulação descola-se das eleições 127
- 4. Jornais definem fontes e aliados 132
 - 4.1. O Estado de São Paulo e a ofensiva anti-Lula 134
 - 4.2. A Folha de S. Paulo e o excesso de exposição ao mercado 144
 - 4.3. Conservadorismo à solta 150
 - 4.4. O Estadão em guerra 155
 - 4.5. Analistas de mercado, especialistas em eleições 174
 - 4.6. Os jornais vão atrás da aprovação das autoridades estrangeiras 184
- 5. Considerações finais: OK, você venceu 195

Bibliografia – 206

Fontes primárias - 208

INTRODUÇÃO

OS MERCADOS: O "CABRESTO" DAS ELITES

Era o início do ano de 2002 e algo muito estranho acontecia com jornalistas veteranos e iniciantes e com as próprias empresas jornalísticas. O processo eleitoral que definiria a sucessão do presidente Fernando Henrique Cardoso apenas se iniciaria em junho, mas os jornais, já no início do ano, estavam impregnados por uma cultura do pânico, segundo a qual ou o povo brasileiro elegeria o candidato do establishment, José Serra, ou os deuses internacionais, travestidos em capital financeiro volátil, reduziriam a pó o que sobrara deste país. Essa ideologia estava colada nas páginas dos jornais e era difícil separar o fato, a informação, das "expectativas de mercado" que assombraram todo o processo eleitoral. Eram "entidades" relativamente novas para a minha geração, fluidas, intangíveis; mas por certo a realidade dos moços jornalistas que viveram boa parte de suas vidas neste mundo onde a informação e o dinheiro deixaram de lado toda a reverência às fronteiras nacionais.

A força hegemônica do capital financeiro é um dado contemporâneo, que de certa forma agride minha geração ao relativizar a democracia e o voto. Mais nova ainda é a imbricação entre dinheiro e notícia no mundo globalizado. E a estranheza dessas novas relações fez-me eleger como objeto de pesquisa a função que os jornais passaram a desempenhar numa guerra ideológica onde a principal arma é o dinheiro: as eleições passaram a ser monitoradas por "expectativas", "temores" e "pânico" que, se não pressionam diretamente os eleitores, influenciam decisivamente programas e candidatos, na medida em que trazem em si força para levar um país às cordas.

Como jornalista, encarar o conteúdo dos jornais não apenas como relato da história, mas como parte integrante da história, é fazer uma metarreportagem. O desafio é entender como a informação do jornal, que se vende como neutra, agiu naquele momento, de forma sutil ou desabrida, para defender os interesses do capital financeiro internacional numa decisão, ao menos teoricamente, de foro íntimo do povo brasileiro. E como jornalistas, ou mesmo empresas com interesses divergentes aos dos capitais especulativos, se dispuseram a um jogo de retroalimentação com o capital financeiro, onde a informação dele advinda — e reproduzida sem qualquer espécie de crítica — provocava turbulências no processo político, que por sua vez produziam novas ondas especulativas nos mercados de câmbio, de ações e de títulos públicos.

Esse jogo não era novo - aconteceu nas eleições de 1989, quando o segundo

turno afunilou a disputa entre Fernando Collor (PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e ocorreu nas eleições de 1994, na reta final das eleições, quando disputavam o Palácio do Planalto Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e o mesmo Lula. Em 1998, com Fernando Henrique como franco favorito, elas foram mais amenas. A intensidade das pressões do mundo financeiro sobre o eleitor comum era outra nas eleições anteriores à de 2002 porque a força desse capital sobre a economia brasileira era apenas relativa. O governo Fernando Henrique foi quem introduziu o país, de forma efetiva, nos mercados globalizados, e somente após a sua reeleição, em 1998, a desregulamentação da economia foi completada com a adoção do câmbio flutuante, que substituiu a chamada "âncora cambial", o sistema de câmbio fixo que foi a sustentação do Plano Real nos primeiros quatro anos do plano econômico.

Em 2002, o mercado de dinheiro estava escancarado e o candidato do PSDB não era o favorito. A grande imprensa, que já havia feito, no decorrer do governo Fernando Henrique, o papel de propagadora do "consenso neoliberal" que tomou o país e se tornou indiscutivelmente um consenso até que o setor produtivo estivesse totalmente no chão, manteve esse papel – isso, apesar de estar dependurada em grandes empréstimos em moeda estrangeira, tomados na época de dinheiro abundante e dólar barato. Os jornais viviam, já naquele momento, os efeitos da recessão econômica provocada pela política monetária imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e traduzida numa conjuntura de contração de vendas e publicidade. Com toda a certeza, eles também figurariam entre as primeiras vítimas da alta especulativa do dólar que eles mesmos, consciente ou inconscientemente, alimentavam; os jornalistas, num segundo momento, seriam as vítimas das vítimas, com a redução de postos de trabalho num mercado já reduzido por constantes "reengenharias" administrativas.

O jogo de retroalimentação jornais/mercado financeiro e a vocação suicida de jornais e jornalistas, camicases de uma causa que não era absolutamente a deles, talvez não seja apenas um estudo de caso, mas uma reflexão sobre a inserção de ambos no contexto socioeconômico, em um momento histórico onde a informação tornou-se uma mercadoria valiosa, negociada internacionalmente e com tendências claras à oligopolização. No caso brasileiro, um momento de dupla inserção global: do mercado financeiro nacional ao internacional; e da produção de informações às técnicas informacionais modernas. A "globalização tardia" brasileira, no mínimo, oferece clareza

a um processo global: aqui se repetiu a lógica de que a "modernização" e a inclusão do mercado no moto-contínuo da máquina internacional de fazer dinheiro caminham juntas, dependem e estão ligadas à modernização simultânea da produção de informação. Onde o dinheiro circula online, a informação online alimenta a reprodução ampliada de capital. Assim como nos outros países que entraram na "roleta global", a mercadoria-informação virou parte intrínseca, matéria-prima, da mercadoria-dinheiro.

No Brasil, a máquina de produzir notícias, ao longo da espantosa transformação tecnológica ocorrida nos últimos anos, fez do jornalista um apertador de parafusos. É a era taylorista da comunicação: operários da notícia são obrigados a ajustar a sua produção a uma esteira que adquire cada vez mais velocidade, impulsionada por enormes investimentos em tecnologia – e, na outra ponta, por sucessivos processos de reestruturação de material humano, para aumento da lucratividade da empresa. Talvez essa nova face do processo produtivo da informação tenha sido mais efetiva, em termos de controle de conteúdo, que a presença física do dono do jornal na redação e/ou as ameaças de demissão para os infratores da "posição editorial" da empresa.

Não se trata aqui de situar jornais e jornalistas como indivíduos e empresas destituídos de qualquer crítica. Trata-se de saber como eles assimilam e devolvem à opinião pública a ideologia hegemônica. Para essa análise é impossível separar ambos, mesmo se considerando as condições de trabalho do empregado da notícia, pouco propícias à reflexão: o produto final, a informação, é uma elaboração intelectual (não importa a sua profundidade) que chega ao público como mercadoria, independente das partes que a compõem. É esse produto o instrumento da imprensa, como um todo orgânico, no seu papel de mediadora entre Estado e sociedade civil, isto é, como intelectual orgânico.

O foco da pesquisa são os jornais, a imprensa escrita. Isso, mesmo no momento em que o mundo é movido por uma montanha de informações online e as televisões a cabo estão de corpo presente nos locais onde os fatos acontecem, no momento em que acontecem. Existem razões para a escolha. Em primeiro lugar, porque a grande imprensa, no Brasil, é provedora das agências internacionais que alimentam full time as mesas de operação do mercado financeiro, até por uma questão de reserva de mercado. A concentração da informação nas mãos de quatro grandes jornais nacionais de capital

nacional não sofreu abalo com a abertura da economia porque a legislação, até o final do governo Fernando Henrique Cardoso, limitava a propriedade das empresas de comunicação a pessoas físicas brasileiras. No final do governo passado houve uma pequena abertura, com a aprovação da emenda constitucional n° 35, de 28/05/2002, que permitiu a participação de capital estrangeiro nos meios de comunicação (impressa, rádio e TV) não superior a 30% do capital social e mesma proporção do capital votante, mantendo a obrigação de que o controle editorial e gerencial ficasse a cargo de "brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos". A Constituição não define as mesmas exigências para os meios eletrônicos, mas no caso das agências de notícias estrangeiras, por exemplo, embora elas não sejam proibidas de atuar no país, ainda estão sujeitas ao artigo 65 da Lei de Imprensa (Lei n° 5.250/67), que as proíbe de distribuir notícias nacionais em qualquer parte do território brasileiro. Há uma controvérsia jurídica, sobre se isso não se enquadra também no conteúdo jornalístico da internet, embora o controle, nesse caso, seja praticamente impossível.

A "facilidade" aberta pela emenda nº 35 não atraiu, de imediato, dinheiro de fora para as empresas jornalísticas, pelo simples fato de que ela não excluía da administração dos negócios as famílias proprietárias desses veículos, em sua maioria destituídos de gerências profissionais que atrelassem os interesses familiares aos das empresas endividadas. Somente em julho de 2004 foi anunciado o primeiro negócio: a *Editora Abril* vendeu 13,8% de seu capital a um fundo de investimento em empresas de capital privado da Capital International Inc., dos Estados Unidos.

Em segundo, e até em decorrência dessas limitações legais, foram as empresas editoriais de capital nacional que investiram (via empréstimos no exterior) na modernização da tecnologia da informação no Brasil. O jornal *O Estado de S. Paulo* montou a Broadcast, o primeiro serviço de informação online com capital para expandir-se e alimentar o mercado financeiro. A *Folha de S. Paulo* investiu pesadamente na provedora de internet UOL. O jornal *O Globo* é parte do conglomerado que leva o mesmo nome e tem a hegemonia inconteste do mercado de TV e TV a cabo, além de ter investido também no ramo da internet. O *Jornal do Brasil*, do Rio, na época desses investimentos pesados em tecnologia, já estava definhando, debilitado por crises financeiras anteriores.

Por último, essas empresas internamente ocuparam um papel de formuladoras ideológicas dos sucessivos grupos hegemônicos, em diferentes configurações históricas, função que mantiveram ao longo do tempo, adequando as suas linhas editoriais a momentos político-econômicos diversos; e, mais tarde, inseridas nas inovações tecnológicas da mídia, passaram a ser, elas próprias, as fontes das grandes agências internacionais "plugadas" às mesas de operação do mercado financeiro internacional.

Esse papel ideológico é registrado por Francisco Fonseca:

"(...) é particularmente a grande imprensa diária – por meio de órgãos que representam verdadeiros aparelhos privados de hegemonia – o instrumento mais poderoso para, simultaneamente, elaborar, receber, divulgar e (muitas vezes) vulgarizar a hegemonia alcançada pelas idéias ultraliberais a partir dos anos 1980. (...) Assim, a grande imprensa é (...) a instituição que, nas sociedades complexas, é capaz de simultaneamente publicizar, universalizar e sintetizar as linhagens ideológicas. Isso porque a periodicidade diária (que lhe confere mais agilidade que as revistas semanais), com todo o aparato das manchetes, editoriais, artigos, charges, fotos, reportagens, dentre outros recursos, possibilita aos jornais uma influência sutil, capaz de sedimentar – embora de forma não mecânica – uma dada idéia, opinião ou representação. Não bastasse isso, as trincheiras ideológicas (ocupação de instituições produtoras de cultura, entendida como visão de mundo), no contexto de uma guerra de posições (busca do poder mediante a conquista cumulativa de espacos ideológicos na esfera cultural/ideológica), são particularmente expressas nos jornais. Estes, para além da clareza do poder ideológico que possuem, objetivam a veiculação de idéias que influenciem: a chamada opinião pública (...), os detentores do poder estatal e determinados atores sociais (dos quais, por vezes, são portavozes). " 1

Nesse universo foi feito um novo recorte. A *Editora Abril* foi excluída por não possuir veículo de comunicação diário – o que, por si só, já elimina a *Veja*, sua principal revista semanal, do jogo de retroalimentação com o mercado financeiro, de caráter instantâneo (embora a "expectativa" em torno das suas edições, que chegam às bancas nos finais de semana, alimente muitas especulações no mercado às sextas-feiras; e apesar do fato de a revista ter desempenhado um claro papel ideológico). O *Jornal do Brasil*, naquele momento abalado por crises financeiras sucessivas, já tinha pouca importância no mercado editorial. *O Globo*, apesar de se enquadrar no objeto como jornal diário, ser também uma grande empresa familiar e ter sofrido o impacto da

_

FONSECA, Francisco, "O Consenso Forjado", São Paulo: Editora Hucitec, 2005, p. 28, 29 e 30.

especulação financeira no período pré-eleitoral (chegou a reestruturar sua dívida logo em seguida), atua fora de São Paulo, o maior centro financeiro do País. Além disso, a empresa tem maior importância como mídia televisiva – decerto, jamais poderia deixar de figurar numa análise sobre mídia se ela tratasse de veículos eletrônicos.

As televisões foram excluídas da pesquisa porque, ao longo do tempo, passaram a sofrer severas restrições legais durante o período eleitoral. O Brasil desenvolveu uma legislação rigorosa de atuação dos veículos de comunicação de massa (rádio e televisão) no período de campanha. Além dos programas eleitorais gratuitos – que, no mínimo, dão espaço para os candidatos neutralizarem críticas e, no caso específico dessas eleições, as síndromes advindas dos movimentos especulativos do mercado – as TVs e as rádios estão sujeitas a dispositivos legais um tanto ambíguos, favoráveis, numa disputa judicial, à parte supostamente ofendida. A lei proibe "veicular propaganda política ou difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido político ou coligações e a seus órgãos representantes" e o "tratamento privilegiado a candidato, partido político ou coligação". Além da multa (de R\$ 21.282,00 a R\$ 106.410,00, referência para as eleições de 2004, podendo duplicar em caso de reincidência), as emissoras estão sujeitas ao "direito de resposta" previstos na Lei de Imprensa, que obriga a destinação de igual espaço dado à ofensa para uso do ofendido. No período eleitoral, o julgamento é feito por um rito sumário, que obriga as emissoras (e também os jornais) a veicularem/publicarem as retificações em 48 horas, na suposição de que, nesse período, se a ofensa produziu efeitos eleitorais indesejáveis, ainda é possível neutralizá-las.

Os espaços de televisão são sensivelmente mais caros que os dos jornais e as restrições legais maiores, o que resulta num cuidado ampliado na veiculação de notícias eleitorais pela mídia televisiva. Percebe-se claramente a opção por noticiários eleitorais anódinos e cronometrados entre os principais candidatos indicados pelas pesquisas nos primeiros lugares. No período eleitoral em estudo, a divulgação de pesquisas eleitorais no horário nobre teve, sem dúvida, o efeito deflagrador de movimentos especulativos no mercado financeiro, mas eles são facilmente apreensíveis no noticiário da mídia impressa – era ela, afinal, que fazia a "ponte" entre esses resultados e as mesas de operação do mercado financeiro, delineando o que seriam as "expectativas" diante de tais resultados. Além disso, as pesquisas estavam sujeitas a "vazamentos", dada a

exigência legal de registro em até cinco dias antes de sua divulgação. Não foram raros os casos de pesquisas televisivas terem produzido inquietações no mercado antes mesmo de sua divulgação, via "boatos" espalhados pela mídia impressa – e houve casos em que o mercado produziu boatos sobre as pesquisas antes mesmo de elas estarem concluídas.

Optou-se pela análise de conteúdo dos jornais escolhidos, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* – em especial, conteúdos específicos que determinaram movimentos financeiros especulativos seguidos de reações políticas e vice-versa. Esses conteúdos basicamente estavam nas páginas de política e economia. A intenção é definir o fato político que repercutiu sobre o fato econômico; e de que forma o mundo financeiro produziu respostas na área política. Na pesquisa, os editoriais foram tomados como um balizamento da posição dos jornais naquele momento.

Como as notícias sobre eleições e mercado financeiro se espalharam por quase todas as editorias dos jornais, dominando as edições durante quase todo o ano de 2002, foi dado um corte de três meses na pesquisa – de abril a junho de 2002. É o período imediatamente anterior à oficialização da escolha dos candidatos pelos partidos - e foi quando houve o jogo de pressão mais intenso do mercado sobre o candidato Luiz Inácio Lula da Silva e seu partido, o PT. Nos três meses anteriores à reunião da Convenção Nacional do PT que iria legitimar o candidato escollhido em prévias partidárias, as pressões do mercado e do próprio governo tucano sobre Lula e seu partido induziram ambos, candidato e partido, a grandes concessões programáticas. No dia 22 de junho, o PT, em reunião do Diretório Nacional, referendou a Carta ao Povo Brasileiro, um compromisso com contratos, câmbio flutuante, metas de inflação e a responsabilidade fiscal – essa era a cartilha do mercado, repetida à exaustão também pela equipe econômica de FHC, como o antídoto contra especulações que apenas poderia ser ministrado pelo próprio PT. No dia 29 de junho, quando a Convenção Nacional se reuniu, foi divulgado um programa de governo que não era a mais pálida sombra do documento partidário definido em dezembro pelo Encontro Nacional, intitulado "Diretrizes para um Programa de Governo do PT", considerado radical pelo mercado.

O trabalho foi dividido em cinco capítulos. O primeiro é o de fundamentação teórica, cuja base é o pensamento de Antonio Gramsci, complementada por reflexões

posteriores à modernização dos meios de comunicação e à sua imbricação com o mundo das finanças. Gramsci, de alguma forma, já antevia a massificação da cultura hegemônica na introdução do rádio, no início do século passado; Octavio Ianni, com brilhantismo, formula o conceito de "príncipe eletrônico", um forjador de consensos sem fronteiras.

No segundo capítulo, "A Globalização Chega às Urnas", é feito um histórico do processo de mundialização do capital e da inserção hegemônica do capital financeiro no capitalismo mundializado e da "construção" do consenso em torno da ideologia neoliberal, que viria a dar "lógica" a políticas de liberdade irrestrita ao capital sem fronteiras. No mesmo capítulo é abordada a inserção tardia do Brasil no mundo do capital mundializado. A intenção, nesse caso, é a de delinear o cenário dentro do qual os jornais brasileiros passaram a atuar: não eram mais meros intelectuais orgânicos das classes tradicionais, contidos por leis protecionistas e leitores nacionais, mas passaram a alimentadores e receptores de uma ideologia global, assumida como hegemônica pelos veículos de comunicação. Assim, passaram também a intelectuais orgânicos do bloco dominante que rearrumava alianças e relações em torno de uma economia agora aberta à influência dos capitais globalizados.

O terceiro capítulo, "Mercado, Mídia e Eleições: uma Incisão Rápida", já parte da pesquisa feita dos dois jornais em questão, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, no período de 1 de março até 30 de junho de 2002, e pretende não apenas inserir o eleitor no cenário eleitoral, mas nos primeiros movimentos de mediação dos jornais das pressões do mercado financeiro sobre a política eleitoral. Neste momento são definidos os personagens — candidatos, porta-vozes do governo que desempenharam o papel típico de intelectuais orgânicos tradicionais, inseridos no aparelho público de ideologia e com claro papel na defesa dos interesses hegemônicos, intelectuais orgânicos do mercado travestidos de porta-vozes dos investidores e tradutores do comportamento "irracional" do mercado. É também uma incursão sobre a relação entre o fato político e os movimentos especulativos.

No quarto capítulo, "Jornais Definem Fontes e Aliados", o que se pretende é, pelos textos dos dois jornais, definir a organicidade desses aparelhos privados de ideologia. No *Estado de S. Paulo* a organicidade é clara nas páginas de opinião, onde a

maioria dos articulistas e os editoriais mantêm posições ideológicas tão coincidentes que são até complementares. Em junho, quando o mercado financeiro foge ao controle das autoridades monetárias, essa organicidade invade o material informativo. A *Folha de S. Paulo* mantém um material opinativo mais plural e seus editoriais são mais progressistas. Contudo, a técnica de redação rígida acaba deslocando o papel de intelectual orgânico do bloco dominante, em especial do hegemônico capital financeiro, para o material informativo.

O último capítulo, "OK, Você Venceu – Considerações Finais", traz as conclusões do trabalho. A pesquisa confirma a hipótese de que os jornais paulistas em questão agiram ativamente como intelectuais orgânicos no processo eleitoral de 2002, e que a organicidade obtida pelos jornais os equipararam a um aparelho ideológico privado, que Perseu Abramo, na sua última publicação, comparou a um partido político. É da constatação de que os jornais obtiveram organicidade ideológica nesse período eleitoral que me arrisco a algumas observações sobre o processo eleitoral de 2006 – onde, embora o mercado financeiro não tenha desempenhado um papel proeminente, os jornais, mesmo longe dessa mediação, cumpriram um papel político-partidário. A partir daí tento uma diferenciação entre os movimentos dos órgãos de imprensa: o papel ideológico foi destinado a moldar candidatos, na impossibilidade de convencer eleitores; a partir das concessões feitas ao mercado pelo candidato vitorioso em 2002 e 2006, Luiz Inácio Lula da Silva, a função política passou a ser político-partidária, já que destinada a escolher um candidato mais conservador, porém não necessariamente imposto por um mercado financeiro ainda hegemônico.

CAPÍTULO 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA Os jornais brasileiros, no período eleitoral de 2002, mantiveram o papel de "intelectuais orgânicos" do grupo hegemônico do bloco histórico, em um momento em que as relações sociais tornavam-se complexas. Aliás, uma nova função da imprensa brasileira se configurava desde o final de 1998, quando o governo brasileiro abriu o mercado ao exterior e derrubou as restrições à entrada do capital financeiro internacional no País. A partir de então, não se tratava mais simplesmente de forjar consensos entre os grupos da classe dominante territorializada, papel que os veículos de imprensa desempenharam integralmente desde a abertura comercial do país, no governo Fernando Collor de Mello (1990-1992). No segundo governo de Fernando Henrique, os jornais passaram a atuar de forma plena sobre interesses envolvidos em um mercado financeiro já completamente inserido no sistema global, não-territorializado.

Não estava mais em jogo simplesmente formular consensos entre os grupos das classes dominantes internamente e/ou forjar sensos comuns e movimentos de opinião pública numa luta pela conquista de hegemonia ideológica do capital financeiro globalizado. O Brasil já estava completamente inserido no processo de acumulação financeira global. Naquele momento, os jornais, como braço da indústria de informação global que alimenta esse processo de acumulação, passaram a atuar não apenas como "intelectuais orgânicos" com função adstrita ao mundo das idéias, mas como parte integrante da reprodução da acumulação capitalista. Eram também "intelectuais orgânicos", mas sua especialização transcendeu o mundo cultural: à sua função original foi agregada outra, a especialização informacional, matéria-prima da indústria de dinheiro virtual.

Nos momentos anteriores, a formulação de consensos, sem dúvida, serviu ao processo de acumulação de capital, mediando interesses; após a globalização do mercado financeiro, as informações neles produzidas — e reproduzidas internacionalmente, nas mesas de operações de Wall Street a Tóquio — deixaram de mediar apenas, mas passaram a ser parte integrante de movimentos especulativos que, na última década, transferiram capital interno para outros cantos do planeta ou foram motores de internalização de capital volátil, fortalecendo não apenas especuladores, mas uma acumulação de capital que alimenta a hegemonia norte-americana sobre o mundo globalizado.

A informação deixou de servir meramente à luta ideológica, à produção dos consensos necessários para a consolidação da hegemonia de uma classe ou grupo social sobre os demais, mas passou a ser parte da reprodução do capital. Por essa razão, a incursão teórica para a análise da função desempenhada pelos jornais no período eleitoral é tão complexa. A categoria teórica básica definida para a pesquisa é a de "intelectual orgânico", tal como a formulou Antonio Gramsci no período entre-guerras. Mas é igualmente necessário situar o país no novo momento de acumulação capitalista; o grupo hegemônico do qual os jornais foram ideólogos, em alguns momentos, e portavozes em outros; e, mais do que isso, a "internacionalização" da função orgânica dos jornais brasileiras, paralela e consoante à internacionalização do capital financeiro local. A "internacionalização" da função social dos jornais brasileiros os coloca como parte de uma indústria cultural globalizada; de uma indústria de informação cujo desenvolvimento tecnológico é paralelo e imbricado às transformações tecnológicas que permitiram ao capital financeiro globalizar-se. Independentemente do fato de as empresas de comunicação, no Brasil ainda serem nacionais, são apenas um "nó" da rede, assim como definiu Manuel Castells em "A Sociedade em Rede" ².

²CASTELLS, Manuel, "A Sociedade em Rede", Paz e Terra, 6ª edição, 2002, p. 566.

1.1. Os jornais como mediadores

A identificação dos jornais como "intelectuais orgânicos" é dos primórdios da cultura de massa. O italiano Antonio Gramsci chegou ao conceito de intelectual orgânico, em 1929, inicialmente para definir, como militante político, o papel dos intelectuais na luta revolucionária, isto é, na construção de uma hegemonia da classe trabalhadora (e daí o jornal figura como um "braço" do intelectual orgânico por excelência na conquista da hegemonia, os partidos políticos, o Príncipe moderno) ³; posteriormente, após a ascensão do fascismo e a forte adesão de intelectuais nacionalistas a Mussolini, Gramsci passou a se preocupar com o papel dos intelectuais orgânicos na formação e consolidação da hegemonia em todo e qualquer grupo social, isto é, daqueles com função social no mundo da produção⁴. Num primeiro momento, quando o movimento operário do norte da Itália se fortalecia, a questão era definir como superar as barreiras no sul atrasado do país; num segundo, entender como o fascismo conseguia se alastrar pelos cantos do mapa italiano pelo consenso, a despeito de ser um instrumento de consolidação do capitalismo italiano – e, mesmo assim, com forte apoio social, inclusive das massas operárias.

Esse movimento intelectual é importante na medida em que, a partir dele, Gramsci incorporou à sua teoria a noção de que a ideologia é um fator determinante na conquista e manutenção da hegemonia, isto é, conferiu à ideologia um papel fundamental na formação e manutenção de um sistema social. Na sua concepção final, Gramsci formula o conceito-chave de bloco histórico, que é uma situação histórica global onde se distinguem uma estrutura social (formada por classes que dependem diretamente da relação com as forças produtivas) e uma superestrutura ideológica e política. O vínculo orgânico entre a estrutura e a superestrutura (num bloco histórico onde uma não tem primazia sobre a outra) é realizado por certos grupos sociais "cuja função é operar não ao nível econômico, mas superestrutural: são os intelectuais" ⁵.

Para Carlos Nelson Coutinho, a grande novidade da teoria gramsciana sobre a marxista e a leninista é a introdução do conceito de sociedade civil "como portadora da

³BUCI-GLUCKSMAN, Christine, "Gramsci e o Estado", Paz e Terra, 2^a. edição, 1980, p. 50.

⁴GRAMSCI, Antonio, Cadernos do Cárcere Vol II, "Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo", Ed. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques, Civilização Brasileira, 2001

⁵PORTELLI, Hugues, "Gramsci e o Bloco Histórico", Paz e Terra, 1977, p. 84.

figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre a infra-estrutura econômica e o Estado em sentido restrito" ⁶. O bloco histórico seria o resultado da relação dialética entre a sociedade civil (que comporta os "aparelhos privados de hegemonia") e a sociedade política (o Estado, detentor dos "aparelhos estatais de coerção"). A sociedade política é "o conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar"; a sociedade civil é formada "pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão de ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, meios de comunicação de massa)"⁷.

"(...) O modo de encaminhar essa promoção ou conservação [de uma determinada classe econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental] varia nos dois casos: no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma ditadura, ou, mais precisamente, uma dominação mediante a coerção. (...) a novidade introduzida por Gramsci não diz tanto respeito à questão da hegemonia, já abordada por Lênin, mas ao fato de que a hegemonia – enquanto figura social – recebe agora uma base social própria, um espaço autônomo e específico de manifestação" 8.

Para Coutinho, as duas esferas, a sociedade política e a civil, possuem uma materialidade própria: a sociedade política tem seus "portadores materiais" nos aparelhos repressivos do Estado, que são a burocracia executiva e policial-militar, instrumentos de contenção que asseguram legalmente a disciplina daqueles que "não consentem" nem ativa nem passivamente. Atua, portanto, quando falha o "consentimento espontâneo". Os portadores materiais da sociedade civil são os "aparelhos privados de hegemonia", organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em relação à sociedade política. "É essa independência material — ao mesmo tempo base e resultado da autonomia relativa assumida agora pela figura social da hegemonia — que funda ontologicamente a sociedade civil como uma esfera própria, e que funciona como mediação necessária entre a estrutura

⁶ COUTINHO, Carlos Nelson, "Gramsci: um Estudo sobre seu Pensamento Político", Editora Civilização Brasileira, 2ª. edição, 2003, p. 121.

⁷ COUTINHO, Carlos Nelson, op. cit., p. 27.

⁸ COUTINHO, Carlos Nelson, op. cit., p. 128.

econômica e o Estado-coerção" 9.

Para Gramsci, todo grupo social com função no mundo da produção cria organicamente uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas econômica, mas também social e política. "Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o conjunto estatal, tendo em vista criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe" 10. Os intelectuais orgânicos que cada classe cria são, em sua maioria, "especializações"; e cada "grupo social essencial" que emerge de uma estrutura social anterior, como desenvolvimento daquela à qual deu à luz, encontra categorias tradicionais de intelectuais, representantes de uma continuidade histórica. Dado o espírito de corpo desses intelectuais, os "orgânicos", que emergem da nova ordem e ascendem a essa posição pela sua "qualificação", "eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante" 11.

Dessa concepção não decorre que os intelectuais estejam acima da estrutura social, ou sejam independentes dela. Gramsci coloca-os como grupo independente, mas sua inserção social dependerá da sua função na sociedade. "Todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais" ¹².

Os intelectuais atuam, portanto, como mediadores entre a sociedade política e a sociedade civil de duas formas: os tradicionais (funcionários públicos, Exército, etc), dentro de um aparelho de coerção estatal "que assegura 'legalmente' a disciplina dos grupos que não 'consentem', nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise de comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo"; e os intelectuais orgânicos, "ideólogos" de um consenso espontâneo dado "pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce historicamente do prestígio (e, portanto, da confiança obtida pelo grupo dominante por

⁹ COUTINHO, Carlos Nelson, op. cit., p 128-130.

¹⁰ GRAMSCI, Antonio, Cadernos do Cárcere Vol II, "Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo", Ed. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques, Civilização Brasileira, 2001, p. 15.

¹¹ GRAMSCI, Antonio, op. cit., p. 16.

¹² GRAMSCI, Antonio, op. cit, p. 18.

causa de sua posição e de sua função no mundo da produção)" 13.

O conceito de hegemonia de uma classe sobre a outra, ou de um grupo de uma classe fundamental sobre outro, é o centro do pensamento político gramsciano. Essa hegemonia está ligada à idéia de "consenso". A hegemonia de uma classe sobre as demais não é obtida simplesmente por um determinismo econômico, nem mantida apenas sob a coação de um aparelho estatal, mas é um consentimento dos grupos sociais, obtido fundamentalmente pela ação do aparelho ideológico privado. Os intelectuais orgânicos vinculados à classe dominante são formuladores e agentes desse consenso.

Essa nova classe de intelectuais não atua apenas na área da cultura. Gramsci considera um intelectual orgânico todos os trabalhadores especializados, inclusive os inseridos no mundo produtivo: engenheiros, técnicos, gerentes de produção, etc. No mundo da cultura, eles assumem o papel de "ideólogos", atuando sobre o "senso comum" e a "opinião pública".

A opinião pública, tal como existe hoje, segundo Gramsci, é um fenômeno da sociedade burguesa. É a vontade política amoldada, "no período de luta da nova classe burguesa por hegemonia política e conquista do poder", e um exemplo concreto da interação entre o governo político e a sociedade civil ¹⁴. É o conteúdo político da vontade política pública. Gramsci atribui ao poder de persuasão sobre a opinião pública a luta pelo monopólio do que ele chama de "órgãos de opinião pública", ou seja, os jornais, os partidos, o parlamento. Assim os define Portelli, citando Gramsci:

"Na sociedade civil, são essencialmente 'a imprensa marrom e o rádio (onde ela é mais difundida)', que asseguram essa tarefa, particularmente através da criação de 'explosões de pânico ou entusiasmo fictícios que permitem alcançar determinados objetivos, nas eleições, por exemplo'. Gramsci analisa [...] o fenômeno das campanhas eleitorais, em que a classe dominante deve ter a 'predominância ideológica (ou melhor, emotiva) em um determinado dia, para obter uma maioria que dominará por três, quatro ou mesmo cinco anos, se, passada a emoção, a massa eleitoral separar-se de sua expressão legal' [...]" 15.

¹³ GRAMSCI, Antonio, op. cit. p. 21.

¹⁴ PORTELLI, Hugues, op. cit., p. 33.

¹⁵ PORTELLI, Hugues, op. cit, p. 33

O jornalista Perseu Abramo, no ensaio "Padrões de Manipulação da Grande Imprensa" ¹⁶, publicado após a sua morte, sustenta que os órgãos de comunicação, no Brasil, já se equipararam aos partidos políticos – aos quais Gramsci atribuía o papel de "Príncipe moderno" 17 – e a manipulação da informação seria um instrumento de reprodução do poder que eventualmente detenha, ou queira deter. Assinala as semelhanças: 1) os partidos têm programas, os órgãos de comunicação possuem linhas editoriais; 2) partidos têm estatutos; os órgãos de comunicação, manuais de redação; 3) partidos e órgãos de comunicação possuem aparato material, sendo que os dos últimos são muito mais modernos e diversificados; 4) os partidos têm filiados, militantes e quadros dirigentes centrais e intermediários; órgãos de comunicação têm o equivalente em seus quadros funcionais, dos quais se exige a mesma adesão e fidelidade; 5) partidos e órgãos de comunicação possuem normas disciplinares; 6) partidos e órgãos de comunicação têm sede e ramificações regionais; 7) partidos têm simpatizantes e seu eleitorado; órgãos de comunicação têm seu "leitorado" de simpatizantes e seguidores; 8) partidos procuram ter seus próprios meios de comunicação; órgãos de comunicação "são os meios de comunicação de si mesmos como partidos"; 9) partidos e órgãos de comunicação procuram conduzir a sociedade para "alvos institucionais", isto é, para um "projeto histórico relacionado com o poder"; 10) ambos agem como se recebessem mandatos de representação popular ¹⁸.

A comparação feita por Abramo entre as duas instituições não difere, na essência, do que Gramsci entende por um jornal, exceto pelas conclusões. Abramo, a partir dessa constatação, conclui que os órgãos de comunicação, ao assumirem esse papel, "deixam de ser instituições da sociedade civil para se tornar instituições da sociedade política" ¹⁹. Na sua concepção, deixaram de ser porta-vozes de uma sociedade civil para serem partidos. Para Gramsci, jornais e partidos são parte indissociável da sociedade civil, conjunto vocacionado à direção ideológica do bloco histórico, "aparelhos privados de ideologia" ²⁰.

Portelli distingue, em Gramsci, três aspectos complementares da sociedade civil:

¹⁶ABRAMO, Perseu, "Os Padrões de Manipulação da Grande Imprensa", Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

¹⁷ GRAMSCI, Antonio, "Maquiavel, a Política e o Estado Moderno", Editora Civilização Brasileira, 1976, p. 3-29.

¹⁸ ABRAMO, Perseu, op. cit., p. 45

¹⁹ ABRAMO, Perseu, op. cit., p. 46.

²⁰ PORTELLI, Hugues, op. cit. p. 27-30.

1) como ideologia da classe dirigente abrange todos os ramos da ideologia, da arte à ciência; 2) como concepção do mundo difundida para as outras classes sociais é a filosofia, a religião, o senso comum, o folclore; 3) como direção ideológica da sociedade, articula-se em três níveis essenciais: a ideologia propriamente dita; a estrutura ideológica (organizações que criam e difundem) e o material ideológico, que são os instrumentos técnicos de difusão da ideologia (sistema escolar, mass media, bibliotecas, etc.) ²¹.

É intrínseca à teoria gramsciana a aproximação das funções ideológicas dos meios de comunicação e dos partidos políticos. Para Gramsci, ambos exercem a mesma função, de mediadores entre a sociedade civil e o Estado e de "ideólogos" de classe – e cada um na sua especialidade deve possuir organicidade para cumprir a sua função ideológica.

Para Venício A. de Lima, na teoria política de Gramsci o conceito de hegemonia desempenha "um duplo papel, cada um deles fundamental para o estudo da mídia". O primeiro deles é o de manutenção de uma ideologia política dominante; "ao mesmo tempo, o conceito de hegemonia é empregado para explicar o comportamento da mídia, o processo de produção cultural". Apesar de independente, a mídia funciona como instrumento de legitimação de uma ideologia; a mídia produz cultura, mas ao mesmo tempo a cultura produzida está sujeita à ideologia hegemônica, que permeia e se incorpora à produção de notícia e entretenimento.²²

Nos textos em que discute o jornalismo, Gramsci está preocupado especialmente, aliás, com a falta de organicidade dos jornais e revistas italianos da época. Os jornais são provincianos; as revistas, diletantes, diz Gramsci. A imprensa italiana, que assumira o seu verdadeiro papel ideológico, sofria um descompasso em relação aos "intelectuais orgânicos" do mundo da produção, que se especializaram e se adequaram mais rapidamente à revolução burguesa tardia da Itália. Os jornais e revistas, ao contrário, não haviam assumido organicamente o papel correspondente.

Embora essas reflexões fujam, de certa forma, ao objeto de pesquisa, a descrição

²¹ PORTELLI, Hugues, op. cit. p. 22.

²² LIMA, Venício A. de, "Mídia: teoria e política", São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001, p. 168. A frase entre aspas é citada pelo autor como "o resumo de D. Hallin".

do que seriam esses órgãos de imprensa idealizados por Gramsci têm a utilidade de, em primeiro lugar, expor sua tese de que os veículos devem assumir claramente sua função ideológica, isto é, assumir vínculos orgânicos com as classes sociais correspondentes; e em segundo, perceber como ele não dissocia esse papel ideológico da necessidade de esses veículos se viabilizarem comercialmente. Na verdade, ele defende uma "profissionalização" dos intelectuais de imprensa, em consonância com o desenvolvimento capitalista. A industrialização, reflete Gramsci, compeliu os intelectuais inseridos no mundo da produção a uma especialização mais rápida do que a acontecida no mundo da cultura. A especialização dos intelectuais orgânicos do mundo da produção foi um processo mais lento, mas fundamental para que estes assumissem organizadamente a sua função ideológica.

No parágrafo 70 do segundo caderno escrito no cárcere, sob o título "Tipos de revista", Gramsci afirma:

"Diletantismo e disciplina. Necessidade de uma crítica interna severa e rigorosa, sem convencionalismos e meias medidas. Existe uma tendência do materialismo histórico que estimula (e favorece) todas as más tradições da cultura média italiana e parece aderir a alguns traços do caráter italiano: a improvisação, o 'genialismo', a preguiça fatalista, o diletantismo desmiolado, a falta de disciplina intelectual, a irresponsabilidade e a deslealdade moral e intelectual" ²³.

É nesse item de "Cadernos" que Gramsci discute, com base em Maquiavel, a necessidade de "princípios éticos" – aí entendidos como a ética de uma classe, que se tornará universal apenas se uma associação deixar de ter um fim em si e adquirir "a consistência interna e a homogeneidade necessárias para alcançar o objetivo". A não ser, diz Gramsci, que não seja uma associação, mas uma seita.

"Mas uma associação normal concebe a si mesma como uma aristocracia, uma elite, uma vanguarda, isto é, concebe a si mesma como ligada por milhões de fios a um determinado agrupamento social e, através dele, a toda a humanidade. Portanto, esta associação não se considera como algo definitivo e enrijecido, mas como algo tendente a ampliar-se a todo um agrupamento social, que é também considerado como tendente a unificar toda a humanidade. Todas essas relações emprestam caráter (tendencialmente) universal à ética de um grupo, que deve ser concebida como capaz de tornar-

28

GRAMSCI, Antonio, Cadernos do Cárcere Vol II, "Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo", Ed. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques, Civilização Brasileira, 2001, p. 230.

Em suas reflexões sobre o papel da imprensa e os modelos que ela deve seguir, o entendimento é o de que o "conteúdo ético" a ser perseguido pela "associação" é de uma classe, ou de um grupo. A inserção social define a "independência" dos veículos em relação a outras classes ou grupos. A noção de independência em Gramsci, ao contrário do senso comum de hoje – independência jornalística em relação a todos os grupos e todas as classes – é uma autonomia da ética de classe que o veículo de imprensa representa, necessária para a disseminação dessa ética para outros grupos ou classes sociais, na luta pela hegemonia ideológica da sociedade.

A noção da "independência" de classe torna-se clara no parágrafo 106 do Caderno 6, quando Gramsci opina sobre o papel a ser desempenhado pelos editores e as editorias locais nos jornais.

"Em geral, as funções de um jornal deveriam ser equiparadas às funções correspondentes na direção da vida administrativa e, deste ponto de vista, deveriam ser concebidas as escolas de jornalismo, se se pretende que esta profissão saia do estado primitivo e de diletantismo em que hoje se encontra e se torne qualificada e dotada de uma completa independência, isto é, se se pretende que o jornal seja capaz de oferecer ao público informações e julgamentos não ligados a interesses particulares" ²⁵.

O jornal "transforma" o leitor, molda-o à sua ética, mas ao mesmo tempo é dependente dele; o jornal é uma associação ideológica, mas, ao mesmo tempo, uma empresa. Gramsci não separa as duas situações, até as vincula: do êxito de uma depende o sucesso da outra. Leitor "moldável" e "elemento econômico" nem sempre são separáveis, "na medida em que o elemento ideológico é o estímulo ao ato econômico da aquisição e da divulgação" ²⁶.

O leitor, portanto, tem um caráter simultaneamente ideológico e econômico. A grande imprensa incorpora esse duplo papel do leitor, já que "estruturada como

²⁴ GRAMSCI, Antonio, Cadernos do Cárcere Vol II, "Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo", Ed. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques, Civilização Brasileira, 2001, p. 230.

²⁵ GRAMSCI, Antonio, op. cit., p. 235.

²⁶ GRAMSCI, Antonio, op. cit., p. 246.

aparelho privado de ideologia; empresa capitalista; e ator político-ideológico (por vezes assemelhado a um partido político). Esta tripla caracterização pode implicar, *em determinadas circunstâncias*, uma certa tensão e/ou contradição ao jornal, pois eventualmente seus interesses empresariais podem chocar-se, por exemplo, com sua atuação ideológica", segundo Francisco Fonseca.²⁷

Da mesma forma que a gerência empresarial é importante – "é observação generalizada a de que, num jornal moderno, o verdadeiro diretor é o diretor administrativo e não o diretor de redação" ²⁸ –, a execução de sua tarefa ideológica não prescinde de técnicas de convencimento. Uma delas, apontada de forma específica para as revistas – mas que poderíamos estender tranqüilamente para os jornais –, é o formato, o aspecto exterior, a forma como se apresenta aos leitores.

"Tem grande importância o aspecto exterior de uma revista, tanto comercial como 'ideologicamente', para assegurar a fidelidade e a afeição; na realidade, neste caso é difícil distinguir o fato comercial do ideológico. [...] Decerto, o elemento fundamental para o êxito de um periódico é ideológico, isto é, o fato de que satisfaça ou não determinadas necessidades político-intelectuais. Mas seria um grande erro crer que este seja o único elemento e, sobretudo, que este seja válido se tomado 'isoladamente'. Somente em condições excepcionais, em determinados períodos de boom da opinião pública, ocorre que uma opinião tenha êxito independentemente da forma exterior na qual seja apresentada. Habitualmente, o modo de apresentação tem grande importância para a estabilidade do negócio; e a importância pode ser positiva, mas também negativa. [...] Eis porque o 'exterior' de uma publicação deve ser cuidado com a mesma atenção que o conteúdo ideológico e intelectual; na realidade, as duas coisas são inseparáveis, e assim devem ser'' 29.

As citações acima se referem ora a revistas, ora a jornais. Na sua maior parte, as observações de Gramsci em relação a jornais e revistas são genéricas, isto é, não especificam se elas dizem respeito à imprensa partidária ou a jornais e revistas gerais. De qualquer forma, o pensamento gramsciano não induz a uma diferenciação entre ambas – exceto, em algumas passagens, quando considera enfoques das notícias cotidianas ou técnicas de escrita. Imprensa partidária e não-partidária são "intelectuais orgânicos" da mesma forma, ligadas por "milhões de fios" à classe ou grupo social correspondente.

²⁷ FONSECA, Francisco, "O Consenso Forjado", São Paulo: Editora Hucitec, 2005, p.43.

²⁸ GRAMSCI, Antonio, op. cit., p. 247.

²⁹ GRAMSCI, Antonio, op. cit., p. 249-250.

1.2. O príncipe eletrônico

O "intelectual orgânico" de Gramsci dá conta da complexidade das relações sociais do bloco histórico atual? Em se tomando o seu conceito de hegemonia, é plausível imaginar que a relação informação/globalização apenas acentua a efetividade da função social do "intelectual orgânico", tal qual formulada pela teoria gramsciana. A categoria de hegemonia, indestacável da de "intelectual orgânico", aliás, é amplamente utilizada na literatura contemporânea das ciências sociais, tanto para definir a globalização como para entender o papel da "indústria cultural" e/ou informacional na reprodução dessa hegemonia.

Para Boaventura de Sousa Santos, a globalização não é um processo linear nem consensual, mas "um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado; e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro; e mesmo no interior do campo hegemônico há divisões mais ou menos significativas. Mas, sobre todas as divisões internas, o campo hegemônico atua na base de um consenso entre os seus mais influentes membros". Esse consenso, segundo Santos, confere à globalização características dominantes ³⁰.

A ampliação espacial dos conflitos nos campos hegemônicos e contrahegemônicos, decorrente da globalização, é entronizada nas fronteiras nacionais, que
não apenas reproduzem os movimentos de reprodução hegemônica ou contrahegemônica, agora globais, dentro de seu território, mas "emprestam" seus próprios
aparelhos públicos e privados de ideologia à nova ordem. Não se altera
fundamentalmente a função dos aparelhos privados e públicos de ideologia, exceto pelo
seu alcance. Os aparelhos, mesmo adstritos às fronteiras geográficas teoricamente
derrubadas pelo capital financeiro e pela informação eletrônica, atuam igualmente como
reprodutores do capital, mas agora internacionalmente.

Os aparelhos públicos de ideologia (os Estados), alinhados aos aparelhos privados de convencimento (as sociedades civis locais), atuaram de forma clara para impor a ideologia do capital financeiro internacional e impor um consenso, o consenso

³⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa, "Processos da Globalização", in Boaventura de Sousa Santos (org.), "A Globalização e as Ciências Sociais", Editora Cortez, 2002.

neoliberal, incontestavelmente hegemônico no modo de produção capitalista em sua fase de globalização, apesar de um movimento contra-hegemônico emergente – fruto dos conflitos internos com os grupos não-hegemônicos das classes dominantes ou de um incipiente movimento contra-hegemônico de contornos classistas ainda não definidos, dadas as profundas alterações ocorridas no seio da classe subalterna no período de intensa modernização das forças produtivas globais. Os Estados, aparelhos de coação nacionais, atuaram internamente, no caso dos países periféricos; e até além de suas fronteiras nacionais, no caso dos países dominantes. O movimento pela "ocidentalização" do mundo – a ampliação do capitalismo financeiro internacional para os quatro cantos do planeta – não prescindiu do aparelho de coação do país hegemônico, os Estados Unidos, envolvido em intervenções militares em nome da "liberdade" ou da "democracia".

A esses aparelhos públicos de coerção que atuam nacionalmente – ou expandem a sua influência para além de suas próprias fronteiras, com o uso da força militar – foram agregados outros, os organismos multilaterais, tais como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (Bird), ou mesmo a Organização Mundial do Comércio (OMC). Eles se constituem em verdadeiros aparelhos ideológicos de Estado em escala global, com poderes imensos de coerção sobre os países excluídos do bloco histórico hegemônico, e têm usado de forma ativa os instrumentos de que dispõem para impor o receituário neoliberal e, em conseqüência, a liberdade de circulação do dinheiro em todo o planeta.

A "indústria cultural", nesse contexto, atua como um importante "intelectual orgânico", cuja função, agora expandida para todo o planeta, é a de reproduzir a ideologia hegemônica. Octavio Ianni ao analisar esse intelectual orgânico hi-tech, pósmoderno, batiza-o de "príncipe eletrônico".

Para Gramsci, o príncipe moderno não era mais o de Maquiavel, o condottieri galvanizador da política, e sim uma organização, o partido político, que "pode realizar a metamorfose essencial das inquietações e reivindicações sociais, em sentido amplo, em política, enquanto programa de organização, atuação, conquista de poder e preservação deste" ³¹. Para Ianni, o "príncipe eletrônico" transcende a função de seus predecessores.

³¹ IANNI, Octavio, "O Príncipe Eletrônico", in Dowbor, Ladislau, Ianni, Octavio, Resende, Paulo-Edgar A. e Silva, Hélio (org.), "Desafíos da Comunicação", Editora Vozes, 2000, p. 63.

"O príncipe eletrônico é uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade, em âmbito local, nacional, regional e mundial. É o **intelectual coletivo e orgânico** [grifo do autor] das estruturas e blocos de poder presentes, predominantes e atuantes em escala nacional, regional e mundial, sempre em conformidade com os diferentes contextos sócio-culturais e político-econômicos desenhados no novo mapa do mundo. [...] Em geral [...], o príncipe eletrônico expressa principalmente a visão de mundo prevalecente nos blocos de poder dominantes, em escala nacional, regional e mundial, habitualmente articulados" 32

No contexto do mundo globalizado, a cultura vira uma mercadoria. E nenhuma mercadoria é inocente, alerta Ianni. "Ela também é símbolo, signo, significado. Carrega valor de uso, valor de troca e significado" ³³. A cultura global, como mercadoria, transforma a noção de cultura nacional-popular de Gramsci — definida no jogo das relações sociais no âmbito da sociedade nacional, que corresponde à presença da cultura popular na luta das classes subalternas pela hegemonia — em "cultura internacional-popular". Essa, sim, mercadoria, com valor de troca, uso e significado. Ela é produzida no mercado nacional e consumida como mercadoria no mercado internacional, exportada; e seu alcance a define não mais como uma pièce de résistance das classes subalternas nacionais, mas como um instrumento ideológico poderoso do grupo hegemônico dominante no mundo globalizado.

"[A cultura internacional-popular] trabalha mentes e corações, formando opiniões, idéias, ilusões. Nesse sentido é que a cultura internacional-popular entra na construção e reconstrução da hegemonia dos grupos ou classes sociais que se articulam em escala global. Entra na construção e reconstrução da subalternidade de indivíduos, grupos, classes, etnias e até mesmo fronteiras inteiras das sociedades nacionais. Ocorre que o mesmo processo de globalização da cultura, caminhando junto com o da sociedade, economia e política, ainda que em forma desigual, globaliza também grupos e classes sociais, movimentos sociais e partidos políticos, ideologias e utopias" 34.

Os jornais, interligados na rede de informação mundial – o "intelectual coletivo e orgânico" a que se refere Ianni – desempenham, portanto, duplo papel. Como intelectuais orgânicos, cumprem o papel de formação de consensos, uma função

³² IANNI, Octavio, op. cit, p. 65.

³³ IANNI, Octavio, "A Sociedade Global", Civilização Brasileira, 11^a. edição, 2003, p. 48.

³⁴ IANNI, Octavio, op. cit., p.48-49.

ideológica na luta pela hegemonia ideológica de uma classe ou fração de classe sobre as demais, ou atuam na manutenção desse consenso. São difusores e ideólogos. Como aparelhos privados de ideologia, desempenham uma função na reprodução do capital financeiro internacional hegemônico. A indústria da informação – seja qual for o veículo usado para sua disseminação –, por essa dupla natureza, praticamente antecipou o brutal avanço tecnológico que demoveu as fronteiras internacionais ao capital, tornando-se parte integrante e indissociável da indústria financeira; ao mesmo tempo em que demovia barreiras culturais e ideológicas ao ingresso nos Estados e mercados nacionais. A informação cumpriu e cumpre internacionalmente uma função ideológica, ao mesmo tempo em que cumpre e cumpriu a função de reprodução desse capital. A função ideológica, de atuar sobre a opinião pública e forjar consensos, usa e alimenta o poder de coação do próprio capital, dos aparelhos ideológicos públicos internacionais, como FMI, Banco Mundial e, após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA, o próprio Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e o próprio aparelho ideológico público dos Estados nacionais.

CAPÍTULO 2 A GLOBALIZAÇÃO CHEGA ÀS URNAS Em 1 de janeiro de 2003 assumiu a Presidência da República Federativa do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, eleito na quarta eleição direta depois de 21 anos de ditadura militar; o primeiro de um partido de esquerda em toda a história da República do país. O primeiro dia do novo ano foi uma grande festa popular e democrática: a multidão que ocupou o gramado da Esplanada dos Ministérios comemorava não apenas uma vitória contra os seus oponentes nas urnas, mas o fim de uma batalha eleitoral que envolveu não apenas a direita e o centro partidários, mas uma gama de novos atores políticos até então desconhecidos, pelo menos em toda a sua força, pelo brasileiro comum.

A globalização havia chegado às urnas brasileiras e os credores do Estado, nacionais e estrangeiros, agiram como atores privilegiados dessa nova realidade e relativizaram a democracia brasileira. A multidão que comemorou na Esplanada dos Ministérios a posse de um presidente de esquerda talvez não tenha se dado conta, mas os compromissos assumidos durante o processo eleitoral pelo candidato petista com os mercados eram mais reais do que aqueles que o PT firmou ao longo de sua história com seu eleitorado e sua militância. A cantilena repetida à exaustão pela oposição para acalmar mercados nervosos – responsabilidade fiscal, controle da inflação, câmbio flutuante e, sobretudo, respeito aos contratos – foi incorporada às políticas do novo governo, tornando-o, pelo menos do ponto de vista da política econômica, uma continuidade do anterior.

As eleições consagraram a entrada do país, em definitivo, na roleta global. O Brasil era parte efetiva, enfim, da "mundialização financeira", segundo definição de François Chesnais.

"A expressão 'mundialização financeira' designa as estreitas interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, resultantes da liberalização e desregulamentação financeira adotadas inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, entre 1979 e 1987, e nos anos seguintes pelos demais países industrializados" ³⁵.

O clube em que o Brasil entrara como sócio, depois de um período de cumprimento de exigências para efetivar o seu ingresso entre os membros não-

³⁵ CHESNAIS, François, "Introdução Geral", in CHESNAIS, François (org.), "A Mundialização Financeira", Ed. Xamã, 1998, p. 12.

honorários - abertura e desintermediação do mercado financeiro, condições de "igualdade" entre o capital estrangeiro e nacional, abertura do comércio exterior e outras "regulamentações" destinadas a desregulamentar o mercado, conforme a ideologia neoliberal -, pôs fim, definitivamente, a um modelo de substituição de importações que começou na Era Vargas e teve seu declínio no período militar, embora neste tenham sobrevivido, da época anterior, um arcabouço legal e uma estrutura estatal que supriam e/ou davam suporte à produção privada. Do período de inserção na economia global iniciado no governo de Fernando Collor de Mello (1989-1992) e acelerado nos governos Itamar Franco e no duplo mandato de Fernando Henrique Cardoso – os três últimos sob a égide do Plano Real – o Brasil, tradicionalmente fechado até para o próprio continente, viu a língua inglesa tornar-se praticamente imperativa para a disputa por uma concorridíssima vaga no mercado de trabalho; das televisões dos brasileiros passaram a emergir imagens de todos os cantos do planeta; o preço do dólar passou a ser uma preocupação trivial; tornou-se moda criticar a eficiência do Estado em áreas antes consideradas estratégicas. A dimensão dessas mudanças gradativas no senso comum do brasileiro foi sentida com muita intensidade nas eleições presidenciais de 2002: a democracia brasileira virara um evento político condicionado aos humores das mesas de operação dos mercados internacionais. Uma democracia, "pero no mucho".

O Brasil entrou neste mundo tardiamente. As pressões do bloco dominante sobre os países do Terceiro Mundo e, entre eles, especialmente, os chamados "países emergentes", data da segunda metade dos anos 80. Pressionados por dívidas impagáveis, transformadas em títulos nos mercados secundários dos Estados Unidos e da Europa – em especial, em Wall Street e na City londrina –, esses países, movidos por exigências do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do governo norte-americano, fizeram a lição de casa: a abertura de seus mercados e a desregulamentação de suas finanças.

A desregulamentação das finanças tornou cada um deles tão dependente do dinheiro "volátil" do exterior que seus governos fizeram-se parte indissociável da reprodução do capitalismo financeiro mundializado. Frente a essas economias frágeis, a mundialização do capital acabou transformando as instituições internacionais, organizadas no pós-guerra como instrumentos de regulação do mundo ocidental, em um forte aparelho ideológico público, depositárias de um poder de coação de dimensão

planetária. Os organismos multilaterais, em especial o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, tomados pelo novo liberalismo – que alguns autores designam por ultraliberalismo –, então francamente hegemônico, assumiram-se como o braço institucional do bloco histórico dominado pelo capitalismo financeiro internacional e tornaram-se o instrumento por excelência de indução dos países do Terceiro Mundo à abertura de seus mercados, em especial do mercado de dinheiro e títulos. O Brasil não fugiu a esse movimento, quer por razões objetivas, ligadas às dificuldades de rolagem de dívida no mercado internacional, quer por opção ideológica dos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

Da mesma forma, o Brasil não fugiu à regra na forma como fez a sua inserção. Os governos nacionais, que o ultraliberalismo previa em extinção, usaram de seu próprio aparelho ideológico público – Poder Executivo, Legislativo e também Judiciário – para conformar suas legislações ao conceito do Estado mínimo: houve, de fato, uma forte interferência do Estado para reduzir o poder de interferência dele próprio na economia. A aprovação das chamadas "reformas estruturais" no país, nas eras Collor e FHC, não prescindiu da existência de um presidencialismo forte, herança dos governos autoritários que não foi totalmente extirpada pela Constituinte de 1988; nem tampouco do aval da Justiça, que nesse período, sem dúvida, incorporou o espírito da teoria moderna da Escolha Pública, instrumental teórico do ultraliberalismo destinado a colocá-lo acima da própria democracia.

"A justificativa racional para o ativismo judicial era o de proteger o direito das minorias de ser esmagado pelas maiorias legislativas. A Escolha Pública vira isso de cabeça para baixo, usando a teoria econômica para fornecer pretextos aos tribunais para que desautorizem os legisladores em nome de uma racionalidade econômica mais elevada — e com freqüência para proteger o status quo de elites econômicas" ³⁶.

Também foram os governos nacionais os contratantes das dívidas soberanas que viraram moeda de troca e são fundamentais no processo de acumulação financeira global e na reprodução do capital fictício. Partiu dos aparelhos de Estado de cada um desses governos uma progressiva destituição de suas obrigações sociais e de regulação do trabalho – o conceito do Estado mínimo, não-interventor –, ao mesmo tempo em que

KUTTNER, Robert, "Tudo à Venda: as Virtudes e os Limites do Mercado", São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.423.

descolavam a política monetária dos compromissos com a ordem instituída pela via democrática, dando "liberdade" às autoridades monetárias para adequar suas ações, de forma constante, às "expectativas de mercado", e garantindo os mecanismos de reprodução do capital financeiro agora globalizado. O Brasil não fugiu a nenhuma dessas regras, sequer pela autonomia do Banco Central que, embora não tenha legalmente se constituído como uma autoridade independente, na prática pôde agir dessa forma nos dois governos de FHC e durante o governo Lula (1994-2002 e 2003-2006).

Da mesma forma, houve uma adequação dos aparelhos privados de Estado à nova ordem. Tanto os partidos políticos – no espectro do centro à direita, mas com um amoldamento gradativo também do PT, conforme se prenunciava sua vitória nas urnas, em 2002 – como os meios de comunicação se apropriaram da ideologia neoliberal e desempenharam um papel fundamental para que ela se configurasse, em determinado período, uma opinião pública favorável às mudanças em curso. O "determinismo" neoliberal foi consolidado no Plano Real. Sem dúvida, é a partir desse momento que essa ideologia conquistou internamente a hegemonia junto aos demais grupos do bloco histórico – parte deles, aliás, aderiu como "camicase" e foi ceifada pela abertura comercial brasileira, em especial parcela da elite empresarial paulista –, tomou o aparelho de Estado e fez dos tradicionais jornais brasileiros seus intelectuais orgânicos.

2.1. Os capitalistas mundiais

Chesnais distingue três etapas, ao final das quais a globalização financeira ocupou os quatro cantos do mundo. A primeira etapa data da década de 60, quando as grandes corporações norte-americanas começaram a se servir das facilidades do mercado financeiro londrino para rentabilizar seu excedente financeiro – é a origem do mercado de eurodólares, um mercado interbancário, onde ainda o sistema bancário era dominante. Esta também foi a época de ataques cambiais. Começava aí o fim do câmbio fixo. Ele, afinal, veio abaixo em agosto de 1971, quando os Estados Unidos revogaram unilateralmente o sistema de Bretton Woods (decidido pelos vencedores no Pós-Guerra), pondo fim ao padrão ouro. Até então, os países com superávits teoricamente tinham direito a sacar seu excedente em ouro, que deveria estar depositado em bancos dos EUA, o "guardião" da moeda mundial. A partir dessa decisão unilateral, os EUA se desobrigaram a ter o lastro ouro correspondente aos dólares em circulação mundial. A referência de moeda internacional passou a ser exclusivamente o dólar norte-americano – e as moedas nacionais, obrigatoriamente, tiveram que se submeter à política monetária interna do dono da moeda internacional.

A segunda fase inicia-se entre 1979 e 1981, quando os Estados Unidos e o Reino Unido extinguiram o controle sobre o movimento de capitais com o exterior. Essas medidas resultaram numa rápida expansão do mercado de títulos públicos, que atendia inicialmente aos países industrializados e à necessidade de financiamento de seus déficits orçamentários. Primeiro, o mercado de títulos supriu a demanda por financiamento público com o excedente financeiro dos grupos norte-americanos (transformado em eurodólares na City londrina, até então o centro *offshore* para operações financeiras privadas internacionais). Mais tarde, ela foi reforçada pelos petrodólares oriundos dos países árabes, a partir do aumento do petróleo de 1973. Ambos os excedentes circulavam pela City londrina (correspondente à Wall Street americana, considerada por alguns autores como sua "filial", embora tenha sido a primeira praça financeira a permitir ampla liberdade de movimento dos capitais).

Já nesse primeiro movimento de expansão desses bônus e títulos dos governos, este mercado foi marcado pelo poder dos investidores de determinar as taxas de juros sobre esses títulos a longo prazo. Não apenas as taxas de juros: também o valor das

próprias moedas passou a ser usado como atrativo para aquisição desses títulos. É o que Chesnais chama de "era do credor vitorioso" ou "ditadura dos credores", onde o câmbio passa a ter papel central no movimento especulativo com os títulos públicos. A partir de 1986, iniciou-se uma terceira fase: a entrada dos países emergentes nesse universo ³⁷.

Ao final do processo, firmou-se a hegemonia do capital financeiro sobre os demais, numa relação de classe tão intrincada que envolveu e absorveu os demais grupos do bloco dominante, fundindo-se a eles; e consolidou-se a posição dos Estados Unidos como centro hegemônico do capital financeiro internacional. Peter Gowan sustenta que, na base da formação de uma nova classe hegemônica internacional estava na verdade uma estratégia bem definida do governo norte-americano de manter a sua hegemonia internacional. Tratava-se de substituir um poder de direito sobre os outros países pelo poder estrutural dos mercados ³⁸.

Robert Guttmann, partindo da distinção marxista entre os empréstimos de médio ou longo prazo, com juros, e o capital fictício, conclui que o novo estágio do capitalismo, caracterizado pela grande mobilidade do capital, ocorre sob o domínio do último. Marx definia o capital fictício como os créditos envolvendo compromissos de caixa futuros, cujo valor é definido pela capitalização do rendimento previsto, sem contrapartida em capital produtivo. Seriam as ações em bolsa, os títulos da dívida pública e a moeda de crédito. Para Guttmann, o dinheiro fictício, assim definido por Marx no final do século XIX, assume uma importância muito maior do que naquela época. Desde então, a maioria das grandes empresas tornou-se sociedade anônima; o mercado de títulos públicos oferece grande liquidez aos investidores; e se, antes, a moeda fictícia de Marx referia-se àquela descolada das reservas de ouro, hoje nem esse referencial existe ³⁹.

A própria moeda de crédito, teoricamente vinculada a um dinheiro real depositado no banco, é capital financeiro, e inclui tanto o capital de empréstimo como o capital fictício. O equilíbrio entre ambos depende da política monetária. Mesmo que esse equilíbrio seja efetivo, no entanto, ele não retira do próprio capital de empréstimo o

³⁷ CHESNAIS, François, op. cit., p. 25-26.

³⁸ GOWAN, Peter, "A Roleta Global", Editora Record, 2003, p.50.

³⁹ GUTTMANN, Robert, "As Mutações do Capital Financeiro", in CHESNAIS, François (org.), "A Mundialização do Capital", Ed. Xamã, 1998, p. 77.

caráter também de capital fictício. Segundo Guttmann, existe um capital fictício na própria relação entre depósito/empréstimo: cada dólar, real, depositado em um banco, gera um dólar novo, emprestado.

"Num regime de moedas de crédito, grande parte do capital monetário é criado ex nihil, a partir do nada, dentro do sistema bancário, como adiantamento contra um rendimento futuro, e não como expressão de um rendimento já realizado, resultante da acumulação do capital produtivo" ⁴⁰.

Nas décadas de 50 e 60, que marcaram anos de rápido crescimento, os Estados Unidos viveram sob a égide da moeda de crédito – até porque sua legislação proibia o acesso de bancos comerciais ao mercado de títulos. Na década inflacionária de 70, os empréstimos cresceram para manter o nível de gastos, num contexto de estagnação de investimentos. Na década de 80, com a manutenção da estagnação econômica – com crescentes riscos para o credor –, a moeda-crédito gradativamente migrou para o investimento em títulos, assumindo em sua plenitude o caráter de moeda fictícia. Os títulos possuíam maior liquidez e estavam menos sujeitos às oscilações do capital industrial em crise. Os mercados financeiros mundializados cresceram a partir daí, mais especificamente a partir de 1982, de forma paralela aos processos de reestruturação industrial ⁴¹.

O mercado de crédito foi substituído com rapidez pelo mercado de títulos, cujo desenvolvimento acelerado, a partir da década de 80, dependeu e foi estimulado pela desintermediação financeira. A intermediação bancária da moeda-crédito foi substituída pela emissão dos títulos de alta liquidez e alto risco. Ela foi facilitada pela revolução nas tecnologias de informática e telecomunicações, que não apenas romperam com o monopólio da informação pelas instituições bancárias como imprimiram maior agilidade para operar com volumes ao mercado financeiro liberto das amarras do sistema financeiro local ⁴².

O mercado financeiro internacional, no auge da crise do capitalismo internacional das décadas de 70 e 80, tornou-se o financiador para governos e empresas privadas nas décadas subseqüentes.

⁴⁰ GUTTMANN, Robert, op. cit., p. 78.

⁴¹ GUTTMANN, Robert, op. cit., p. 79.

⁴² GUTTMANN, Robert, op. cit., p. 79.

Nesse contexto, não são mais os bancos as instituições financeiras dominantes, e sim o mercado financeiro e as organizações financeiras não bancárias. Os bancos, aliás, sofrem a concorrência da centralização e concentração de um capital que atua quase que exclusivamente na esfera financeira: os fundos de investimento e sociedades de investimento coletivo (fundos mútuos e fundos de aplicação coletiva em valores mobiliários – os maiores beneficiários da securitização das dívidas públicas dos países desenvolvidos, na década de 80) ⁴³.

A mundialização do capital trouxe à tona novos atores sociais que, se de um lado tornam nebulosas as relações de classe na globalização, de outro deixam cristalina a hegemonia do capital financeiro internacional sobre os demais, como produtor e comerciante da mercadoria-dinheiro, cada vez mais descolado do mundo da produção industrial.

Os fundos de pensão e as sociedades de investimento coletivo não têm rosto. São chamados de "investidores institucionais". O grosso dessa poupança, a retaguarda para a negociação das dívidas públicas dos países desenvolvidos na década de 80 no mercado de títulos, tem origem nos sistemas previdenciários inglês e norte-americano. Eles se desenvolveram como contrapartidas a sistemas precários de previdência pública no pósguerra, na contramão do Welfare State dos demais países europeus. Segundo Richard Farnetti, os fundos não são o resultado de uma simples política de administração de pessoal, mas tornaram-se instrumentos da própria classe capitalista.

"Os ativos dos fundos de pensão, como bem destacado por Michel Aglietta na época de seu trabalho sobre regulação capitalista americana, 'não são propriedade dos assalariados, mas da classe capitalista'. As somas cada vez mais importantes drenadas e geradas por esses regimes de empregadores, na verdade, serviram ao desenvolvimento das empresas em questão, ou seja, antes de tudo a uma lógica particular do lucro" 44.

Chesnais registra esta "dupla natureza" dos fundos de pensão por capitalização. Diz ele:

⁴³ CHESNAIS, François, op. cit., p. 26.

⁴⁴ FARNETTI, Richard, "O Papel dos Fundos de Pensão e de Investimentos Coletivos Anglo-Saxônicos no Desenvolvimento das Finanças Globalizadas", in Chesnais, François (org.), "A Mundialização do Capital", Ed. Xamã, 1998.

"A caracterização econômica dos fundos de pensão é complexa. Por um lado, constituem o resultado acumulado de contribuições sobre salários e benefícios, e sua finalidade declarada é garantir a esses assalariados, quando se aposentarem, uma pensão regular e estável. São, portanto, formas institucionais de centralização de poupança, muitas vezes nascidas de regimes empresariais privados, obrigatórios, tendo como fonte inicial os rendimentos salariais (em sentido amplo). Por outro lado, a partir do momento em que a poupança acumulada ultrapassa certo limite, os fundos passam a figurar entre as instituições financeiras não-bancárias, tendo a função de fazer frutificar um montante elevado de capital monetário, preservando a liquidez e a máxima rentabilidade deste. Com isso, muda a natureza econômica dos fundos, [que] deixam de ser a expressão de uma poupança modesta" 45.

Os ativos dos fundos de pensão do Reino Unido, que em 1980 representavam 28% do Produto Interno Bruto (PIB) britânico, ou seja, pouco mais de um quarto, em 1993 correspondiam a 73% do seu PIB. Nos Estados Unidos, esses ativos correspondiam a 34,6% do PIB em 1980 e a 68% em 1993 ⁴⁶. Há um paralelismo entre o desenvolvimento dos ativos desses fundos e a globalização financeira, ainda segundo Farnetti, pois nesse período os fundos de pensão tornaram-se um dos principais agentes do mercado internacional de câmbio, ao lado dos grandes grupos industriais financeirizados.

Na outra ponta dos investidores institucionais estão os *mutual funds* e outros investidores, como companhias de seguros. Também nesse caso há predominância dos capitais anglo-saxões. Os ativos retidos das companhias de seguro britânicas são pouco superiores aos ativos retidos dos fundos de pensão; nos Estados Unidos, os ativos das seguradoras são da ordem de dois terços em relação aos fundos de pensão. No caso dos fundos coletivos, ou *mutual funds*, há uma preponderância norte-americana. Desde o início do processo de desintermediação financeira ocorreu um boom desse tipo de fundo nos Estados Unidos: de 564 existentes em 1980, eles passaram a 5.655 em 1995, com cerca de US\$ 2,6 trilhões em ativos. Na Inglaterra, há um mercado pouco desenvolvido de *mutual funds*, que começou a ser aquecido apenas a partir da concorrência dos fundos norte-americanos que operavam a partir de suas filiais irlandesas. A concorrência norte-americana tem levado os fundos de pensão britânicos a aplicar excedentes de caixa nesses investimentos ⁴⁷.

⁴⁵ CHESNAIS, François, op. cit., p. 29.

⁴⁶ Números do Fundo Monetário Internacional citados por FARNETTI, op. cit., p. 187.

⁴⁷ FARNETTI, Richard, op. cit., p. 189-190.

Farnetti demonstra que, na origem, os fundos mútuos e os fundos de pensão se misturam. Os fundos mútuos foram uma forma de driblar a lei de proteção da poupança-aposentadoria (Employee Retirement Income Security Act – Erisa), de 1974, que impôs controles aos empregadores e gestores dos fundos de pensão norte-americanos para aplicação de seus ativos. As caixas de aposentadoria passaram a oferecer, então, produtos que consistiam em partes de fundos mútuos. Eles tiveram uma expansão espetacular no mercado de títulos públicos.

"Na verdade, os mutual funds tornaram-se credores diretos do Estado norte-americano (são os US government funds), dos municípios (investment grade municipal funds) e das empresas (investment and medium grade corporate funds). Eles, igualmente, se tornaram compradores, nos anos 80, dos 'papéis podres', effects de pacotilles, permitindo o crescimento dos juros corrosivos (high-yeld corporate bonds, as famosas obligations de pacotille, que ocuparam a crônica dos anos 80 e enviaram predadores, como Michel Milken, para a prisão)..." ⁴⁸.

A transformação da moeda de crédito em moeda fictícia operou também mudanças significativas nas estratégias de lucro das grandes corporações predominantemente industriais. Segundo Ladislau Dowbor, a propriedade das multinacionais, no século passado, saiu do poder do "proprietário", definido, localizável, palpável, para se diluir em "gigantescos sistemas de investimentos de longo prazo de fundos de pensão e seguradoras"; o poder dessas corporações, nesse processo, ficou a cargo de uma "casta política" de gestores, organizada a nível internacional, "com uma concentração de poder político sem precedente" ⁴⁹.

Os grandes grupos industriais, segundo Farnetti, foram alvo dos fundos institucionais anglo-saxônicos, o que resultou numa estrutura de propriedade extremamente diluída, onde mesmo os proprietários de pequenas parcelas acionárias possuem poder efetivo sobre estratégias empresariais. As ações tornaram-se moeda fictícia, na medida em que a diluição da propriedade facilita rápidos deslocamentos de posições no mercado acionário – o que justifica o alto nível de atividade das bolsas nos Estados Unidos e na Inglaterra ⁵⁰.

⁴⁸ FARNETTI, Richard, op. cit, p. 192-193.

⁴⁹ DOWBOR, Ladislau, "A Reprodução Social – Volume I: Tecnologia, Globalização e Governabilidade", Edição revista e atualizada, 2002, p. 87-88.

⁵⁰ FARNETTI, Richard, op. cit., p. 197.

Esse caráter assumido pelas ações no capitalismo financeiro mundializado transforma o capital industrial em capital especulativo, na medida em que as exigências de rentabilidade por parte dos fundos institucionais equiparam as empresas às demais oportunidades do mercado financeiro global. Isto é: os investidores passam a interferir nas decisões de gestão empresarial, exigindo lucros rápidos — na medida em que as ações são um ativo eventual, parte do portfólio de aplicações de curto prazo.

A diluição da propriedade dos grandes grupos industriais — e a exigência de lucros altos e rápidos — inseriram suas gestões no coração do capitalismo financeiro mundial. Simultaneamente ao processo de diluição da produção pelo mundo, na busca de mão-de-obra mais barata e otimização dos lucros industriais, ocorreu uma centralização financeira em torno de uma "sociedade-mãe", segundo denominação de F. Morin, citada por Claude Serfati. Segundo Serfati, as demais empresas do grupo, que giram em torno dessa matriz financeira, são sociedades exploradoras; o centro financeiro, por sua vez, mantém um processo de arbitragem constante das participações financeiras que detém — e é essa arbitragem que lhe confere o caráter de centro financeiro ⁵¹. Serfati estudou a mudança gerencial dos grupos multinacionais franceses, mas esta, sem dúvida, é também a realidade dos grandes grupos que atuam sob diferentes bandeiras no mundo globalizado. O autor demonstra que há uma intensa atuação do centro financeiro desses grupos no mercado de câmbio, que transforma as moedas nacionais em ativos financeiros dos grupos.

Os grandes grupos industriais, ao mesmo tempo em que se transformaram em oportunidades de negócios para os investidores institucionais, tornaram-se também aplicadores financeiros de capitais líquidos nos mercados de câmbio e de derivativos ⁵². A reprodução de capital ocorre não apenas na esfera da produção, mas, e principalmente, na esfera financeira.

Esse capital industrial fortemente imbricado com o mercado financeiro global Eric Toussaint define como "grupos financeiros com predominância industrial" ⁵³. A

⁵¹ SERFATI, Claude, "O Papel Ativo dos Grupos Predominantemente Industriais na Financeirização da Economia", in CHESNAIS, François (org.), "A Mundialização Financeira", Ed. Xamã, 1998, p. 143. ⁵² CHESNAIS, François, op. cit., p. 21.

⁵³ TOUSSAINT, Eric, "A Bolsa ou a Vida: A Dívida Externa do Terceiro Mundo: As Finanças contra os Povos", Editora Fundação Perseu Abramo, 1ª. Edição, 2002, p.87.

estratégia dominante nesses grupos é a de valorização dos ativos. A relação desses grupos com o mercado financeiro é íntima – a ponto de a maioria dos grandes terem, hoje, os seus próprios bancos ou instituições financeiras – e a ele devem boa parte de suas rentabilidades ⁵⁴.

A financeirização dos grandes grupos industriais multinacionais não suprime a sua centralidade no capitalismo financeiro mundializado. Eles não apenas são capitais dominados pela lógica do capital financeiro, mas parte intrínseca deste. Giovanni Arrighi, tomando a teoria de globalização de Fernand Braudel, entende que a lógica da acumulação do setor industrial no período da globalização não foge às características do capitalismo histórico durante toda a sua existência: sua flexibilidade e seu ecletismo. Partindo da fórmula de Marx para o capital – DMD', onde D é o capital-dinheiro, com liberdade de escolha; M é o capital-mercadoria investido numa dada combinação insumo-produto e D' o dinheiro auferido nesse processo, com ampliação da liquidez e, portanto, da liberdade de escolha – Arrighi conclui, como Braudel, que o excedente resultante do processo industrial, historicamente, é sinônimo da maior liberdade e flexibilidade de escolha para o capitalista num momento futuro. Daí decorre que a "expansão financeira" pode ser vista como "um sintoma de maturidade de determinado desenvolvimento capitalista". Continua Arrighi:

"A fórmula [de Marx] também nos diz que, quando os agentes capitalistas não têm expectativa de aumentar sua própria liberdade de escolha, ou quando essa expectativa é sistematicamente frustrada, o capital tende a retornar a formas mais flexíveis de investimento – acima de tudo, à sua forma monetária. Em outras palavras, os agentes capitalistas passam a 'preferir' a liquidez, e uma parcela grande de seus recursos tende a permanecer sob a forma líquida" 55.

Não se trata, neste caso, apenas de uma lógica de capitalistas individuais, mas, segundo Arrighi, um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. Historicamente, existe uma alternância entre um período de expansão material – onde o capital monetário se reproduz através da mercadoria – e um período de expansão financeira, onde "uma massa crescente de capital monetário 'liberta-se' de sua forma mercadoria e a acumulação prossegue através de acordos financeiros". Essas duas

⁵⁴ TOUSSAINT, Eric, op. Cit. p.89.

⁵⁵ ARRIGHI, Giovanni, "O Longo Século XX", Editoras Contraponto e Unesp, 1ª. edição, 1996, p. 5.

épocas comporiam um "complexo sistêmico de acumulação" ⁵⁶. O período de expansão financeira seria sintoma/resposta de uma situação onde a expansão do comércio e da produção não mais atende, pelo menos não com tanta eficiência como no círculo financeiro, à função de rentabilizar o capital.

Embora o processo de reprodução ampliada na globalização envolva agentes que até então não haviam emergido com tanta força no capitalismo histórico – os "rentistas", tais como definidos por Marx no final do século XIX, têm um poder de fogo infinitamente maior hoje –, o período de acumulação financeira envolve um processo de concentração de capitais e renda cujo palco é o mundo, em toda a sua extensão. A bem dessa evidência, é impossível considerar que, no caso dos fundos de pensão, o capital acumulado não beneficia fundamentalmente os velhinhos que venderam sua força de trabalho durante toda a vida; ou que a dispersão acionária dos grandes grupos "socializou" a acumulação entre pequenos poupadores. O que se observa é que, a partir dos anos 80, há um processo acelerado de concentração de propriedade (através das fusões e aquisições) e de renda, mesmo nos países mais desenvolvidos.

A concentração de renda não é apenas uma idiossincrasia do Terceiro Mundo. É um fenômeno mundial que se acentua com a mundialização do capital — e os números mostram que essa riqueza não foi distribuída por toda a pirâmide social nem mesmo nos países mais ricos. Em 2002, as 127 pessoas mais ricas do planeta possuíam uma quantia superior à renda anual de 47% da população mundial. Nos Estados Unidos, o palco da mundialização, entre 1970 e 1978 os 20% mais pobres tiveram uma evolução da renda de 140%; entre 1978 e 1993, auge do processo de financeirização da economia global, um decréscimo de renda de 19%. Neste mesmo período, os 20% mais ricos aumentaram seus rendimentos quase na mesma proporção, em 18%. Em 1995, o 1% dos norteamericanos mais ricos detinha 42% das ações nas mãos de indivíduos e 56% dos títulos; os 10% mais ricos possuíam 90%. Em 1991, apenas 21% da população tinha ações. Na União Européia, a participação dos salários no PIB diminuiu cerca de 10% entre 1981 e 1994 ⁵⁷. Em 1999, os Estados Unidos tinham 19,1% de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); na Grã-Bretanha, 13,5% da população

⁵⁶ ARRIGHI, Giovanni, op. cit., p. 6.

⁵⁷ TOUSSAINT, Eric, op. cit., p. 45-47.

Os processos de aquisição e fusão que tomaram corpo a partir da segunda metade da década de 80 – e que consistiram na compra de ativos em outros países pelos grandes grupos industriais e bancários – resultaram na formação de oligopólios que abarcam quase todos os setores de atividades. Segundo relatório do PNUD de 1999, os dez maiores grupos mundiais em cada setor detinham 32% do setor de sementes comerciais, 35% do setor farmacêutico, 60% do setor de medicina veterinária; 70% do mercado de computadores, 85% do setor pesqueiro e 86% do setor de telecomunicações. Segundo Toussaint, em 1990 o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) foi da ordem de U\$ 200 bilhões, número que praticamente quintuplicou (US\$ 1,1 trilhão) em dez anos, a maioria utilizada para fusões e aquisições. Em 1995, os cinco países mais industrializados (Estados Unidos, Japão, França, Alemanha e Reino Unido) tinham 168 das 200 maiores empresas multinacionais, que por sua vez detinham 85,9% do volume total desse universo. Em 1998, esses mesmos cinco países controlavam 170 das 200 maiores, que representavam 86,5% do volume desse universo. Em 2000, entre as 50 multinacionais mais importantes, nenhuma tinha sede em um país da periferia ⁵⁹.

A concentração atinge todos os setores e é particularmente acentuada nos meios de comunicação. Atualmente, a maioria esmagadora das notícias veiculadas nas televisões de todo o mundo é comercializada por três agências de notícias, que detêm 80% do mercado global ⁶⁰.

No setor bancário, dos fundos de pensão e dos fundos de investimento, reina também "uma concorrência oligopolista feroz", nas palavras de Farnetti. Ela é análoga à que ocorre no setor industrial e de serviços, mas mais exacerbada. O autor cita como exemplo a avidez dos grupos bancários para adquirir os ativos do quase quebrado banco comercial britânico S.G. Warburg. Embora um banco tradicional e prestigiado, o que estava em jogo não eram as suas qualidades como banco comercial, mas a penhora sobre a Mercury Asset Management (MAM), filial especializada na gestão de fundos de pensão. A MAM sobreviveu, independente, da compra do banco comercial pelo banco norte-americano Morgan Stanley. O banco Barings, no entanto, perdeu sua carteira de

⁵⁸ FORRESTER, Viviane, "Uma Estranha Ditadura", São Paulo: Editora Unesp, 2001, p.59-60.

⁵⁹ TOUSSAINT, Eric, op. cit., p. 61-63.

⁶⁰ TOUSSAINT, Eric, op. cit., p. 64-65.

fundos de pensão para a ING.

"Como se pode constatar, se os fundos de pensão e de investimentos com certeza adquiriram as bases de um imenso poder financeiro, a própria dimensão desse poder os transforma, por sua vez, em objetos de extrema cobiça. Assim sendo, as tensões que nascem no seio dos corações financeiros anglo-saxônicos se desmancham e se recriam ao ritmo de uma concorrência oligopolista implacável, onde os menores são progressivamente eliminados de forma impiedosa" ⁶¹.

A mundialização do capital, com seu componente altamente especulativo, trouxe ao cenário outros atores que, embora não tenham um poder financeiro semelhante ao dos investidores institucionais (aí incluídas as empresas industriais financeirizadas), funcionam como uma espécie de ponta-de-lança da especulação contra moedas e empresas. São os chamados fundos de performance ou hedge funds. Segundo definição de Toussaint, o hedge fund é um fundo eminentemente especulativo, que toma empréstimos para especular no mercado financeiro internacional ⁶². Seu poder de fogo reside na liquidez dos fundos de pensão e de investimentos ⁶³. Esses fundos não apenas dependem da liquidez alheia, como sobrevivem da confiança dos maiores agentes do mercado financeiro internacional: quanto mais desfrutam dessa confiança, mais dinheiro podem "alavancar" além de ativos próprios para especular no mercado. Eles possuem uma capacidade de "alavancagem" de 50 a 100 vezes maior do que seus próprios fundos. Como não possuem liquidez própria, vivem do risco: a especulação é a única arma de acumulação. Farnetti e Toussaint afirmam que esses fundos foram a linha de frente das últimas crises financeiras, na medida em que "convenceram" os demais investidores de suas apostas contra moedas nacionais. O mais famoso deles é o Quantum Fund, cujo dirigente, George Soros, é conhecido da mídia e temido pelos governos ⁶⁴. Eles atuam principalmente sobre moedas nacionais.

No conjunto, os novos atores da acumulação capitalista definem sua hegemonia sobre o bloco histórico do capitalismo globalizado. A mobilidade de capital e o espaço para especulação contra moedas e países dão a eles um poder de pressão enorme sobre os governos nacionais e mesmo sobre os demais grupos do bloco histórico. Essa

⁶¹ FARNETTI, Richard, op. cit. p. 202.

⁶² TOUSSAINT, Eric, op. cit., p. 375.

⁶³ FARNETTI, Richard, op. cit., p. 201.

⁶⁴ FARNETTI, Richard, idem; e TOUSSAINT, Eric, op. cit.

hegemonia não é apenas econômica, mas política e ideológica – aliás, a construção dessas hegemonias, apesar da pequena precedência econômica, foi praticamente simultânea a ela; e também simultânea à consolidação da hegemonia norte-americana no capitalismo mundializado.

Trata-se de uma "hipertrofia financeira", na definição de Chesnais, que caracteriza um "regime de acumulação mundial predominantemente financeiro", cujo ordenamento é feito pelas opções do mercado, mais concentrado e centralizado do que em qualquer outro período do capitalismo 65. Ela se expressa num descolamento entre a economia real, aquela baseada na produção de bens e serviços, e o capital fictício. Em 1995, os fundos mútuos, os fundos de pensão e os investidores institucionais controlavam US\$ 20 trilhões, cerca de dois terços do PIB global daquela época, segundo Manuel Castells. Em 1998, o estoque de empréstimos e títulos em circulação chegava a US\$ 7,6 bilhões, correspondente a mais de um quarto do PIB mundial. A rotatividade diária do mercado de divisas – que condiciona o câmbio entre as moedas nacionais – era de US\$ 1,5 trilhão, sendo que, destes, apenas US\$ 1 de cada US\$ 60 era destinado ao comércio exterior de mercadorias. Os derivativos - certificados que combinam os valores de ações, títulos, commodities e moedas nacionais, negociados como futuros, opções, swaps e outros produtos – movimentaram US\$ 360 trilhões em 1997, ou cerca de 12 vezes o PIB global. Os fundos de hedge – que se movimentam de moeda para moeda, em busca de vantagens sobre as oscilações entre elas - tiveram seus ativos multiplicados por 12 entre 1990 e 1997 e, no final da década de 90, 3.500 deles administravam US\$ 200 bilhões, dinheiro potencial para "apostar" contra qualquer moeda do planeta ⁶⁶. Segundo Dowbor, em 2001 a circulação financeira internacional, em todos os mercados e em todos os produtos, ultrapassou US\$ 1,8 trilhão ao dia, para uma base de trocas efetivas (de mercadorias e serviços) de US\$ 20 bilhões a US\$ 25 bilhões. Desses números, Dowbor depreende que a circulação especulativa foi 70 vezes maior que a necessária para cobrir atividades econômicas reais ⁶⁷.

_

⁶⁵ CHESNAIS, François, "Mundialização Financeira: Vulnerabilidade Excludente", in CHESNAIS, François, op. cit., p. 258.

⁶⁶ CASTELLS, Manuel, op. cit., p. 146-147.

⁶⁷ DOWBOR, Ladislau, op. cit., p. 28.

2.2. O neoliberalismo "constrói" uma lógica para a globalização

Proscrito no período pós-guerras e pela hegemonia do modelo fordista-keynesiano, o liberalismo resistiria como um movimento contra-hegemônico, que sobreviveu e ocupou instituições estratégicas, capazes de espraiar e estender a sua influência. A partir dos anos 60 começou a consolidar posições, e suas escolas passaram também a produzir princípios teóricos que justificariam uma financeirização em curso. A partir dos anos 70, quando o modelo fordista/keynesiano naufragou, sobretudo por dois choques do petróleo, e o mundo já vivia sob a quebra unilateral da conversibilidade ouro/dólar, os velhos liberais voltaram a ganhar público, dessa vez com opções radicais de não-intervenção na economia. Essa radicalização à direita justificou o prefixo "neo" agregado ao liberalismo, embora se pudesse agregar o "ultra", usado fartamente na literatura econômica não apenas para denominar a ideologia, mas um "fundamentalismo" ideológico.

Francisco Fonseca aponta três escolas como fundamentais para a consolidação de uma ideologia neoliberal, a partir dos anos 70. A escola austríaca, influenciada por Ludwig von Mises, tem como um de seus expoentes Friedrich von Hayek, que articulou em 1947 a Sociedade Mont Pelérin, inicialmente chamada Sociedade Adam Smith. A sociedade reuniu a nata do liberalismo mundial: Arthur Seldon, Stanley Dennison, Alfred Scherman, Lionel Robbins, von Mises, Karl Popper, Wilhem Röpke e Milton Friedman, entre outros. A segunda escola é a de Chicago, que teve um importante papel de formulação teórica e ideológica. Seu principal expoente é Milton Friedman. A terceira é a Escola de Virgínia, a Thomas Jefferson Center for Studies in Political Economy, e sua referência maior é James Buchanan. Surge dela a Teoria do Individualismo Metodológico, que teria grande influência sobre as Ciências Sociais, sobretudo a Ciência Política.⁶⁸

Fonseca faz uma tipificação da ideologia ultraliberal que será útil para a análise a que este trabalho se propõe. Em linhas gerais, o liberalismo que é o correspondente ideológico da hegemonia do capital financeiro internacional propugna: procedência da esfera privada sobre a esfera pública; máxima desestatização da economia; igualdade de tratamento entre os capitais nacionais e estrangeiros; desmontagem do Estado de Bem-

⁶⁸ FONSECA, Francisco, "O Consenso Forjado", São Paulo: Editora Hucitec, 2005 p. 60-76.

Estar Social, "concebido (e estigmatizado) como ineficaz, ineficiente, perdulário, injusto/autoritário (por transferir aos mais pobres as parcelas de renda dos mais ricos ou bem-sucedidos, que assim o seriam, estes, por seus próprios méritos), e indutor de comportamentos que não valorizam o mérito e os esforços pessoais"; desregulamentação e desregulação da produção, da circulação dos bens e serviços, do mercado financeiro e das relações de trabalho; ênfase nas virtudes do livre mercado; concepção de liberdade como liberdade de mercado; concepção negativa da liberdade, caracterizada como ausência de constrangimentos e de interferências da esfera pública na esfera privada; democracia aceita apenas enquanto garantidora do mercado livre e da liberdade individual; relação utilitária com o Estado, concebendo que ele deve servir àqueles que contribuem para ele; hipervalorização do sistema jurídico, garantidor por excelência de uma sociedade contratual, onde indivíduos acordam com outros, em função de seus interesses; condenação do Estado interventor, em princípio criador de crises; delimitação do papel do Estado a funções mínimas, porém garantidoras do livre mercado e da propriedade privada.⁶⁹

Levado o pensamento ultraliberal ao limite, é possível estabelecer uma quase incompatibilidade entre os seus pressupostos e a democracia. Robert Kuttner define o ultraliberalismo como uma "nova corrente", que contesta a legitimidade da política e do governo. A ideologia do mercado, segundo Kuttner, é intrinsecamente antidemocrática.

"(...) Nos últimos 25 anos, economistas do livre mercado desviaram esse debate para uma direção completamente nova e perturbadora. Partindo de uma extrapolação do modelo econômico do homem, essa nova corrente de pensamento contesta a legitimidade tanto da política como do governo, devido a seus efeitos alegadamente negativos sobre a eficiência do mercado. A receita aconselhada por esse ponto de vista radical é limitar o escopo tanto do Estado como da política. Assim, enquanto a necessidade de os mercados serem governados leva evidentemente à política, o modelo fundamentalista de mercado vira o jogo: a política seria uma atividade irremediavelmente contraproducente. Essa perspectiva transforma a argumentação em favor dos mercados em uma contestação frontal às aspirações mais fundamentais da democracia política" ⁷⁰.

Kuttner encontra em duas correntes do chamado individualismo metodológico – que ele considera apenas uma, pela semelhança de pensamento – a vocação autoritária

⁶⁹ FONSECA, Francisco, "O Consenso Forjado", São Paulo: Editora Hucitec, 2005 p. 60-61.

⁷⁰ KUTTNER, Robert, "Tudo à Venda: as Virtudes e os Limites do Mercado", São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 418.

do ultraliberalismo: nas teorias da Escolha Pública (Public Choice) e da Escola Racional (Rational Choice). "Essa influente tendência da ciência social alimenta uma imagem espantosamente cínica da democracia política", observa o autor. A escola faz inferências a partir de sua máxima do modelo de mercado. Se o homem age por interesse no campo econômico, igualmente procuraria ganhos individuais na vida social e política. "Contudo, enquanto os mercados seriam autocorretores, a política seria auto-infecciosa." Os grupos de interesse seriam uma expressão coletiva desse egoísmo individual e dominariam a política, beneficiados pela ignorância do eleitor. Para Anthony Dows, um dos formuladores dessa teoria, a democracia é uma ilusão: os grupos organizados dominam a política alimentando a desinformação do "eleitor médio". James Buchanan e Gordon Tullock sustentam que, na política, o indivíduo procura maximizar seu beneficio individual e transferir os custos para os outros. "Uma premissa central da teoria que então criavam era a presença disseminada da 'busca por rendas' ou 'busca de vantagens' na política, seja por parte de grupos de interesse organizados, seja por políticos e burocratas (...) [sendo que] uma 'renda política' é [entendida como] um beneficio que o eleitor não concederia por sua própria vontade, mas que um grupo de interesse ou burocrata esperto seriam capazes de extrair de um eleitorado ingênuo ou desorganizado." De forma semelhante, Mancur Olson, em "The Logic of Colective Action", argumenta que "um indivíduo racional não escolherá gastar o seu esforço na vida legislativa ou cívica, pois o 'custo' (em termos de informação amealhada e de tempo gasto) invariavelmente suplantará um benefício individual pequeno" – de onde conclui que a política será dominada por grupos menores, mais focalizados e mais egoístas.⁷¹

"(...) um dos embaraços fundamentais da teoria da Escolha Pública é o 'paradoxo do voto'. A teoria da Escolha Pública prevê por via lógica que as pessoas não deveriam votar. Conforme luzes da teoria, o ato de votar seria patentemente irracional, pois os custos superam os beneficios e as chances de que o voto de uma pessoa altere os resultados são infinitesimais (...). Infelizmente, acontece que as pessoas votam. Elas enfrentam mau tempo para votar. Elas votam mesmo quando têm certeza de que o outro sujeito vai vencer. Em países do Terceiro Mundo, elas enfrentam o risco de retaliação e do assassinato. Uma forma estranha de maximizar a própria utilidade" ⁷².

O ultraliberalismo é um aparato ideológico que, sem dúvida, consolidou a hegemonia do capital financeiro – e não apenas isso. Conformou um "regime" –

⁷¹ KUTTNER, Robert, op. cit., p. 418-423.

⁷² KUTTNER, Robert, op. cit., p. 424

segundo designação de Viviane Forrester – como uma "verdade", teve êxito no trabalho de convencimento sobre a inexorabilidade do livre mercado de capitais, derrubando barreiras ao capital, e conseguiu relativizar a própria democracia, quer pelos instrumentos de coação de que dispõe – inegavelmente cumpre esse papel uma massa volátil de capital que pode derrubar uma economia em dias –, quer pelo "convencimento" das elites sobre as limitações políticas dessa própria democracia. Segundo Forrester, "trata-se de um regime autoritário, capaz de impor coerções exigidas e autorizadas por sua força financeira, sem precisar deixar à vista o menor aparato, os menores efeitos que poderiam denunciar o sistema despótico colocado em campo para implantar sua ideologia imperiosa. (...) É uma política única, pronta a divorciar-se da democracia, mas por ora muito potente, tal como está (...). Uma política? Melhor seria dizer 'um novo regime', camuflado sob pretensas fatalidades econômicas e dificilmente percebido pela sociedade, posto que esta respira e circula sempre em clima, decoração e estruturas democráticos" 73.

⁷³ FORRESTER, Viviane, "Uma Estranha Ditadura", São Paulo: Editora Unesp, 2001, p.21.

2.3.O ultraliberalismo chega ao Brasil

Como assinala Chesnais, os países emergentes entram na era da mundialização numa terceira etapa, a partir de 1986. No Brasil, a discussão ideológica do neoliberalismo versus Estado interventor coincide com o declínio da ditadura, em meados dos anos 80, e com a explosão inflacionária deixada pelos governos militares para o primeiro governo civil que assumia depois de 20 anos. A discussão econômica, no período autoritário, foi marginal, em especial pelo fato de que havia um veto militar ao compartilhamento de decisões na área econômica — embora fosse inegável a hegemonia nacional-desenvolvimentista. Já no governo Figueiredo, onde coincidiram tanto o estouro da dívida externa como a abertura política, a divisão entre os liberais e os nacional-desenvolvimentistas veio ao claro. A disputa ideológica intensificou-se na Constituinte (1987-1988), quando um grupo de parlamentares assumiu de forma aberta a ideologia liberal e foi o centro do embate por uma maior liberalização das regras que condicionavam o funcionamento da economia e a livre concorrência de capitais, inclusive os estrangeiros. O grupo designava-se Centrão.

Em 1989, os países da América Latina, vindos de longos períodos de ditadura política e concentração de poder econômico nas mãos do Estado e premidos por uma enorme dívida externa, foram trazidos ao centro internacional do neoliberalismo. Em 1989, o Institute for International Economics, entidade de caráter privado, reuniu em torno de um seminário com o nome de "Latin America Adjustment: How Much Has Happened?" economistas latino-americanos simpáticos ao liberalismo e funcionários do FMI, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norteamericano. Ao final do encontro, o economista britânico John Williamson, diretor do instituto, foi o responsável pela síntese dos dez pontos consensuais do encontro, corolário neoliberal batizado de "Consenso de Washington". As "regras universais" consagradas foram:

[&]quot;1) disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; 2) focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; 3) reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; 4) liberalização financeira, com o fim das restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o

afastamento do Estado do setor; 5) taxa de câmbio competitiva; 6) liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; 7) eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; 8) privatização, com a venda de empresas estatais; 9) desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; e 10) propriedade intelectual"⁷⁴.

Embora o encontro fosse de caráter acadêmico, foi esse "Consenso" o adotado pelo FMI como exigência para a renegociação das dívidas dos países latino-americanos.

No Brasil, a ofensiva ideológica internacional – com a devida ajuda do aparelho ideológico público internacional, o FMI – foi simultânea à ampliação da área de influência de políticos com vocação liberal. Embora o Centrão, na Constituinte, não tenha conseguido vencer uma barreira nacionalista que sobreviveu no Legislativo durante a ditadura militar, o neoliberalismo prosperou pelo voto. Em 1989, foi eleito presidente Fernando Collor de Mello, apoiado em um pequeno partido de ocasião, o PRN, e na esteira de um discurso moralista. Na primeira fase do seu governo, entre um primeiro e um segundo plano econômico (15/3/1990 e 1/2/1991), Collor oscilou entre a heterodoxia – quando enxugou drasticamente a liquidez da economia através do confisco do dinheiro em circulação no mercado bancário – e a ortodoxia: enxugou drasticamente a máquina governamental. A partir do segundo plano, quando a economia se recobrava de uma profunda recessão provocada pelo enxugamento brutal da liquidez na economia, a inflação voltou a crescer – e, a partir daí, Collor fez a opção definitiva pela política ortodoxa, fincada nos princípios do Consenso de Washington.

No segundo momento do governo, e até o seu afastamento por denúncias de corrupção, em setembro de 1992, Collor fez as seguintes mudanças na economia: acabou com a indexação que protegia os salários dos altos índices inflacionários; extinguiu a correção monetária, um índice de "ajuste" dos ativos à inflação criado em 1964; promoveu um realinhamento de preços de bens e serviços, que deixaram de embutir subsídios governamentais e, em seguida, foram momentaneamente congelados; acabou com o reajuste automático de salários de acordo com os índices de inflação, passando os sindicatos a negociar aumentos apenas anuais, na data-base das categorias; impôs o controle dos gastos públicos, com proibição de contratação de pessoal. A

⁷⁴ NEGRÃO, João José, "Para Conhecer o Neoliberalismo", São Paulo: Publisher Brasil, 1998, p. 41-42

política monetária de seu ministro Marcílio Marques Moreira, nessa segunda fase do governo, seguiu as orientações do FMI: juros altos, liberalização da entrada de capitais estrangeiros de curto prazo e contenção salarial.

Negrão resgata, como evidência documental da adesão do chefe de governo às idéias neoliberais – embora designasse as suas próprias de "proposta social-liberal" –, uma série de artigos assinados por Collor e publicados em janeiro no *Jornal do Brasil*. Embora posteriormente identificados como um plágio de escritos de José Guilherme Melquior, o autor os considera como uma declaração ideológica do então presidente.

"O papel do Estado proposto por Collor (Melquior) é o mesmo dos neoliberais: não produtor e não intervencionista, enxuto. A ele caberiam itens como educação, saúde, saneamento, segurança. E, conforme esse ideário, deveria prover 'um horizonte de cálculo para as decisões privadas; as condições necessárias para que o desenvolvimento tecnológico seja potencializado; a restauração da capacidade de investimento'. Tal tarefa exigiria um 'Estado forte', o que, ao contrário do que pensam alguns, não é incompatível com o neoliberalismo: o estado mínimo é um 'Estado forte', capaz de intervir no sentido de ampliar os espaços do mercado e abafar resistências' 75.

Fernando Henrique Cardoso, como ministro da Fazenda de Itamar Franco, vice de Collor que assumiu após a declaração de seu impedimento pelo Congresso, e depois como presidente da República por dois mandatos (1995-1998 e 1999-2002), deu continuidade ao projeto de inserção do país no sistema financeiro mundial. Segundo Emir Sader, "Fernando Henrique Cardoso governou com maioria absoluta no Congresso, à frente de uma coalizão que englobava seu partido – o Partido da Social-Democracia Brasileira, originalmente de centro-esquerda – e forças da direita tradicional. Obteve o apoio unânime do grande empresariado nacional e internacional e governou com o beneplácito de quase toda a grande imprensa. Teve, assim, as condições que nenhum outro brasileiro havia conseguido, entre força política, apoio social e sustentação midiática para seu governo. Reformou a Constituição 'cidadã' tantas vezes quanto desejou, tirando-lhe aspectos reguladores essenciais e direitos sociais" ⁷⁶.

"Um balanço sintético das transformações vividas pelo Brasil na

⁷⁵ NEGRÃO, João José, op. cit., 59-64.

⁷⁶ SADER, Emir, "A Vingança da História", São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p.153.

década de 90 e especialmente durante o governo de Cardoso pode ser resumido em dois aspectos centrais: a financeirização da economia e a precarização das relações de trabalho. A modalidade adotada de estabilização monetária, como foi dito, centrada na atração de capitais financeiros para os papéis da dívida pública, promoveu esse capital a um papel hegemônico na economia" ⁷⁷.

⁷⁷ SADER, Emir, op. cit., p. 154.

2.4. Os agentes do caos, esses eleitores privilegiados

A classe hegemônica ocidental entrou no cenário brasileiro depois do Plano Real, em 1994, inicialmente com a abertura do mercado interno para produtos estrangeiros. Em 1997, o país finalizou o processo de desregulamentação do mercado financeiro, com a adoção do câmbio flutuante. Nesse período, processou-se a desintermediação financeira. Para Carlos Américo Moreira e André Luís Forti Scherer⁷⁸, embora o Brasil tenha entrado tardiamente no time dos países emergentes da América Latina, ele percorreu um caminho semelhante aos seus pares do continente: o sucesso de um plano de estabilização inflacionária, conjugado a políticas baseadas na liberalização e desregulamentação dos mercados, tornou o país atraente aos capitais de fora. Mas o Plano Real, sustentado por uma elevação significativa das taxas de juros reais – que segurou a paridade do real com o dólar mantida nos primeiros cinco anos do plano à custa do dinheiro atraído para dentro por esses juros – criou um continuado aumento da dívida pública.

A desintermediação financeira é um componente fundamental para entender como o Brasil, e de resto todos os países emergentes, se tornou refém do capital especulativo. Governos, empresas locais e empresas multinacionais passaram a emitir bônus diretamente no mercado internacional, como "commercial papers" e certificados de depósitos, para se financiarem – os primeiros, afogados por compromissos de dívida correspondentes aos juros mantidos para atrair o capital estrangeiro de curto prazo; os últimos, com o financiamento interno inviabilizado pelos juros praticados no país.

A progressão do financiamento interno, privado e público, da América Latina, na última década, por meio de emissões internacionais, dá a dimensão da imersão dos países emergentes no mundo financeiro nesse período (tabela 1). No caso brasileiro, as emissões internacionais deram um salto a partir de 1995, coincidentemente no início do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, responsável, como ministro da Fazenda no governo anterior, pela política de estabilização financeira do Plano Real.

⁷⁸ MOREIRA, Carlos Américo Leite e SCHERER, André Luís Forti, "Mercados 'emergentes' e novas formas de dependência na América Latina", in Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, ano 30, nº 1, 2002.

TABELA 1

Mercados Emergentes Latino-Americanos:

Emissões Internacionais de Bônus (a)

(em milhões de dólares)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000 (b)
América	7.192	12.577	28.794	17.941	23.071	46.915	52.003	39.511	38.707	35.816
Latina										
Argentina	795	1.570	6.308	5.319	6.354	14.070	14.662	15.615	14.183	13.045
Brasil	1.837	3.655	6.465	3.998	7.041	11.545	14.940	9.190	8.586	10.955
México	3.782	6.100	11.339	6.949	7.646	16.353	15.657	8.444	9.854	7.547

Fonte: Cepal (2002) a partir do Fundo Monetário Internacional, Departamento de Estudos, Divisão de Estudos de Mercados Emergentes. Reproduzido de MOREIRA e SCHERER, op. cit.

- (a) Emissões brutas.
- (b) Até setembro, dados do FMI; outubro e novembro, dados do Merryl Lynch.

Na mesma progressão, verifica-se, no período, um aumento da dívida pública desembolsada pelos países emergentes da América Latina e déficits comerciais sucessivos, decorrentes de políticas de sobrevalorização do câmbio (tabelas 2 e 3).

TABELA 2

Mercados Emergentes Latino-Americanos:
Dívida Externa Bruta Desembolsada (a)

(em milhões de dólares)

	(em minoes de dolares)										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000(b)	
A. Latina e Caribe	460.952	479.014	527.303	562.830	616.919	638.519	663.090	745.360	759.085	750.855	
Argentina	61.334	62.766	72.209	85.656	98.547	109.756	124.696	140.489	144.657	147.000	
Brasil	123.811	135.949	145.726	148.295	159.256	179.935	199.998	241.644	241.468	235.000	
México	117.000	116.501	130.524	139.818	165.600	157.200	149.000	161.300	167.500	163.200	

Fonte: Cepal (2000). Reproduzido de MOREIRA e SCHERER, op. cit.

- (a) Incluindo a dívida com o Fundo Monetário Internacional.
- (b) Dados preliminares.

TABELA 3
Mercados Emergentes Latino-Americanos:

Balança Comercial

(em milhões de dólares)

_											
		Exportaçõ	es	Importações			Balança Comercial				
	1998	1999	2000	1998	1999	2000	1998	1999	2000		
A. Latina	326.148	342.085	409.525	378.692	360.905	422.435	(52.544)	(18.820)	(12.910)		
e Caribe											
Argentina	31.093	27.757	31.100	38.493	32.557	33.700	(7.400)	(4.800)	(2.600)		
Brasil	59.570	55.813	64.200	75.835	63.472	71.200	(16.265)	(7.659)	(7.000)		
México	129.385	148.601	182.275	137.859	155.581	193.550	(8.472)	(6.980)	(11.275)		

Fonte: Cepal . Reproduzido de MOREIRA e SCHERER, op. cit.

A fragilidade e a dependência financeira dos capitais voláteis constituíram-se na armadilha neoliberal em que caíram os países emergentes. Taxas de juros altas são fundamentais na disputa por capitais especulativos; o capital que entra não é alocado no setor produtivo, mas refinancia dívidas; há uma explosão da dívida externa, o que torna necessário mais ingresso de capitais de curto prazo. É uma submissão à lógica de curto prazo do mercado financeiro internacional, onde o endividamento, ao contrário do que ocorria nos anos 70, não financia o desenvolvimento. A alocação do dinheiro novo é dirigida para o setor financeiro. Ao longo da década de 90 observa-se uma redução drástica da formação bruta de capital nos países emergentes da América Latina, a despeito do grande volume de dinheiro que entrou nesses países no período (tabela 4).

TABELA 4

Mercados Emergentes Latino-Americanos:
Formação Bruta do Capital Fixo
(taxas anuais de variação sobre a base de dados em dólares, a preços de 1995)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000(a)
A.Latina e	4.4	7.0	5.5	10.9	-4.9	4.8	13.5	3.0	-6.1	4.2
Caribe										
Argentina	29.9	32.2	15.1	13.5	-13.0	8.8	17.5	6.7	-12.8	-6.0
Brasil	-5.1	-6.6	4.1	14.2	7.3	1.2	9.4	-1.1	-5.9	4.0
México	11.8	11.4	-3.2	8.5	-29.8	17.0	22.3	8.5	5.8	11.0

Fonte: Cepal (2000). Reproduzido de MOREIRA e SCHERER, op. cit.

(a) Estimativa preliminar.

As economias desses países foram, portanto, totalmente financeirizadas e

passaram a depender não apenas do capital internacional de curto prazo para equilibrarem suas contas internas e externas, mas também do humor desse capital, que na maioria das vezes age com uma grande dose de irracionalidade, tanto para injetar uma grande soma de recursos nesses mercados, como para retirá-los de um momento para outro.

Em torno da dependência financeira do capital internacional – e em função dos humores dos capitais voláteis – criou-se, nesses países, um aparelho ideológico cuja função última é manter o fluxo desses capitais. Funcionam como elementos de pressão sobre a burocracia estatal e as classes dominantes locais os próprios mecanismos de mercados (a grande mobilidade de enormes volumes de dinheiro em curto espaço de tempo) e os organismos multilaterais, em especial o Fundo Monetário Internacional, hoje inegavelmente a serviço ideológico do capitalismo financeiro. Segundo o insuspeito economista Joseph Stiglitz, chefe do Conselho de Consultores Econômicos do governo Clinton e ex-vice-presidente sênior do Banco Mundial, as decisões do FMI, hoje, são "uma curiosa mistura de ideologia e má economia". Para ele, "a ideologia orientava a formulação de políticas e esperava-se que os países seguissem as diretrizes do FMI, sem contestação" ⁷⁹.

Nesse processo, a soberania dos países é submetida aos desígnios do capital internacional e das organizações multilaterais. Em "Moedeiros Falsos", José Luís Fiori usa, para designar sistemas altamente condicionados às exigências do mundo global dominante, o conceito de "regimes globalitários", cunhado por Ignácio Ramonet em artigo no *Le Monde Diplomatique* ⁸⁰.

Joseph Camillieri e Jim Falk sustentam que a soberania do Estado-Nação, no sistema de acumulação global, não é apenas limitada, mas abalada pela base.

"Quando se leva às últimas conseqüências o princípio da maximização da acumulação do capital, isto se traduz em desenvolvimento intensivo e extensivo das forças produtivas e das relações de produção, em escala mundial. Desenvolvem-se relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica em âmbito global, atravessando territórios e fronteiras, nações e nacionalidades. Tanto é assim que organizações multilaterais passam a exercer as funções de estruturas mundiais de poder, ao

⁷⁹ STIGLITZ, Joseph E., "A Globalização e seus Malefícios", 3ª. edição, Futura, 2002, p.16.

⁸⁰ FIORI, José Luís, "Os Moedeiros Falsos", 4ª. edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

lado de estruturas mundiais de poder constituídas por corporações transnacionais. Não apagam o princípio de soberania nem de Estado-Nação, mas estes são radicalmente abalados em suas prerrogativas, tanto que se limitam drasticamente, ou simplesmente anulam, as possibilidades de projetos de capitalismo nacional e socialismo nacional. Acontece que o capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório, cria e recria o Estado-Nação, assim como o princípio de soberania que define a sua essência. Ainda que o Estado-Nação se recrie, está mudando de figura, no âmbito das configurações e dos movimentos da sociedade global" 81.

A "agenda única" do Consenso de Washington foi a marca dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso. A submissão ao bloco hegemônico mundial não foi apenas financeira, mas uma adesão ideológica do bloco hegemônico nacional, com destaque para a atuação de seus intelectuais orgânicos: partidos políticos (com o PSDB no comando do processo) e a própria imprensa. A grande imprensa, aliás, aderiu incondicionalmente à lógica da inserção global, embora ela própria tenha conservado suas características de um século atrás: os jornais de circulação nacional são empresas familiares, de capital nacional.

Antes, porém, de analisar a intersecção das variáveis políticas, econômicas e da própria mídia no processo eleitoral de 2002, já como parte de um mesmo projeto hegemônico – internacional, porém incorporado nacionalmente –, convém situar o papel da informação como instrumento de decisão do capital financeiro internacional e como formulador de consensos nacionais, em torno do modelo de inserção global em regra nefasto para os países em desenvolvimento.

A mídia eletrônica é o grande motor do capitalismo financeiro internacional. Ela se apropriou das mesmas tecnologias e velocidade utilizadas por esses mercados. Ambas são a face da mesma revolução tecnológica. A informação online é peça fundamental em qualquer mesa de operações do mercado financeiro. Se a imprensa, no passado, foi designada "Quarto Poder", a informação eletrônica, hoje, pode ter ganho pontos nesse ranking: passou a dispor de um poder instantâneo de mudar mercados, convulsionar economias dos países e deteriorar, num piscar de olhos, os capitais de empresas.

64

⁸¹ CAMILLIERI, Joseph A. e FALK, Jim, "The End of Sovereignty?", citados in Octavio Ianni, "Teorias da Globalização", 9ª. edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Joel Kurtzman, em "A Morte do Dinheiro" ⁸², faz uma comparação entre o funcionamento do mercado financeiro e as funções cerebrais, para chegar à conclusão de que "a moeda do sistema nervoso [do mercado financeiro] é a informação". Segundo o autor, a informação foi incorporada ao mercado financeiro como um instrumento fundamental de decisão – e a busca de dados estratégicos, que podem proporcionar um maior lucro para os clientes, abarrotou o sistema financeiro de informações não-assimiláveis num universo onde o ganho está relacionado à decisão instantânea. As decisões de investimentos acabam sendo tomadas por reflexo e intuição.

Disso decorre que uma única informação, ou mesmo um boato, pode acionar o sistema nervoso central do mercado financeiro, derrubando países inteiros. Em 1997, por exemplo, boatos originários de Wall Street, de que a Coréia não teria como rolar as suas dívidas com bancos ocidentais, detonaram a fuga de capitais daquele país, provocando uma crise que levou o tigre asiático à lona. "Boatos assim podem ser profecias auto-realizáveis", diz Stiglitz. O autor lembra que, ato reflexo aos boatos, os bancos decidiram realmente não rolar os empréstimos de empresas coreanas.

Octávio Ianni, interpretando o conceito de "aldeia global" de Marshal McLuhan, afirma que a mídia eletrônica prevalece na aldeia global como "um poderoso instrumento de comunicação, informação, compreensão, explicação e imaginação sobre o que vai pelo mundo".

"Juntamente com a imprensa, a mídia eletrônica passa a desempenhar o singular papel de intelectual orgânico dos centros mundiais de poder, dos grupos dirigentes das classes dominantes. Ainda que mediatizada, influenciada, questionada ou assimilada em âmbito local, nacional e regional, aos poucos essa mídia assume o caráter de um singular e insólito intelectual orgânico, articulado às organizações e empresas transnacionais predominantes nas relações, nos processos e nas estruturas de dominação política de apropriação econômica que tecem o mundo, em conformidade com a 'nova ordem econômica mundial', ou as novas geopolíticas e geoeconomias regionais e mundiais' ⁸³.

No caso brasileiro, a propriedade dos meios de comunicação permaneceu concentrada nas mãos de poucas famílias e são delas os investimentos mais significativos na mídia eletrônica. Nesse período, prevaleceram leis restritivas à entrada

⁸² KURTZMAN, Joel, "A Morte do Dinheiro", www.fortunecity.com/silverstone/bertone/182/livros.html ⁸³ IANNI, Octavio, "Teorias da Globalização", 9ª. edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

de empresas de capital estrangeiro no mercado de comunicação. As restrições incluíam a distribuição interna de informações coletadas no país para os veículos nacionais.

As empresas internacionais presentes no Brasil, como a *Reuters* e a *Bloomberg*, limitaram a sua atuação à presença de sucursais, localizadas principalmente em São Paulo, centro nervoso do mercado financeiro local, e em Brasília, sede do governo, destinadas a produzir informações sobre o país para as sedes de suas empresas. É certo que os mercados financeiros, inclusive os brasileiros, dispõem de assinaturas desses serviços para uso interno – mas é correto afirmar que os meios de comunicação nacionais servem, em grande medida, de referência informativa para as agências internacionais.

A imprensa escrita brasileira, no entanto, ainda é o grande formador de opinião nacional. Os serviços de informação eletrônica funcionam como subprodutos do negócio principal da imprensa brasileira, os jornais. As televisões, em especial a TV Globo, exercem uma grande influência sobre um número maior de pessoas, mas a Lei Eleitoral é muito mais restritiva quanto a esse veículo do que em relação à imprensa escrita. Além disso, o horário eleitoral gratuito, acessível a todos os candidatos, é capaz de exercer um papel neutralizador das possíveis demonstrações de preferência eleitoral das empresas nas disputas eleitorais.

2.5. Conclusões

Embora tardiamente – as pressões internacionais para que o Terceiro Mundo se adaptasse às exigências do Consenso de Washington –, os dois governos de Fernando Henrique Cardoso consolidaram a inserção do país no capitalismo financeiro global. A oposição entre o "pensamento moderno" e o "atrasado", que deram o tom à primeira investida do presidente eleito antes dele, Fernando Collor, no universo do pensamento hegemônico mundial, foi levada ao extremo para consolidar consensos nos aparelhos ideológicos públicos e privados, de tal forma que, terminado o seu segundo mandato, o país tinha vivido um processo intenso de inserção internacional: o governo assumiu medidas que consolidaram e abriram o sistema bancário, desregulamentou os mercados, promoveu modificações que deram maior liberdade ao capital internacional volátil, promoveu a abertura comercial, privatizou estatais, tornou o Banco Central independente de fato, submeteu as políticas públicas à política monetária e aos interesses dos credores – mantendo uma política de juros altos que aumentou a dívida pública e fragilizou uma economia excessivamente exposta. Os governos FHC foram o período histórico em que o movimento ideológico e a hegemonia econômica do capital financeiro ocorreram em processos simultâneos: o neoliberalismo consolidou-se no aparelho público de ideologia, que teve um enorme papel na construção de um consenso que permeou os grupos dominantes do bloco de poder. Um notável apoio midiático, no momento em que a informação deixava de ser instrumento de luta puramente ideológica, mas se consolidava como meio de produção do capital financeiro, foi definidor do alastramento desse consenso ideológico. No ano de 2002, o consenso ideológico era uma realidade consolidada no grupo dominante e o mercado financeiro já tinha adquirido enorme poder de pressão sobre as decisões de governo. Além disso, as eleições ocorreram num período em que os Estados Unidos e os organismos multilaterais temiam que o Brasil, que aderiu tardiamente a políticas pró-mercado, mas era considerado seu "melhor aluno", fortalecesse movimentos contra-hegemônicos que se manifestavam nos processos eleitorais da América Latina.

CAPÍTULO 3 MERCADO, MÍDIA E ELEIÇÕES: UMA INCISÃO RÁPIDA

Era um sábado, dia 22 de junho de 2002. Quase cinco meses depois do XII Encontro Nacional do PT, que definira as diretrizes para o programa de governo do partido, e mais de 90 dias de uma constante e crescente pressão de mercado, uma nervosa reunião do Diretório Nacional do partido foi chamada a ouvir um documento de não mais de três laudas, lido em voz grave pelo seu ainda não candidato oficial a presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (a oficialização de sua candidatura ocorreria apenas uma semana depois). Era a formalização dos compromissos exigidos pelo mercado - respeito aos contratos e manutenção das metas de inflação, do câmbio flutuante e da Lei de Responsabilidade Fiscal – que seriam referendados pelo silêncio ou pelas palmas dos presentes. A "Carta ao Povo Brasileiro" era a rendição do partido de esquerda a uma bem-sucedida ofensiva de mercado, destinada a enquadrar o ex-líder metalúrgico e o único partido de massas que o país já teve ao chamado Consenso de Washington. Em 90 dias, uma légua separou o PT consagrado no Encontro Nacional do partido, em dezembro de 2001, da "Carta ao Povo Brasileiro". O enquadramento da social-democracia européia aos preceitos do neoliberalismo foi um processo histórico lento que levou ao centro forças políticas tradicionais. A maior agremiação de esquerda do país, no entanto, foi vitimada na mais tenra idade por uma incisão rápida dos mercados financeiros, uma ação potencializada pela combinação de uma economia frágil e meios de comunicação de massa ideologicamente afinados a eles, e/ou facilmente manipuláveis.

Não houve, certamente, uma combinação entre os agentes de mercado no ataque sem tréguas ao processo eleitoral de 2002. Houve, sim, uma concordância tácita de que Lula se constituía em ameaça ao capital financeiro. Os mercados tais como existem – um teatro de operações onde se compra, se vende e se especula com papéis e moedas – se constituem em aparelhos ideológicos privados, cuja força do convencimento reside no poder de coação próprio dos grandes e rápidos deslocamentos de dinheiro. Esses movimentos bruscos decorrem de um "pânico" disseminado por análises, interpretações e mesmo boatos acerca de uma realidade de um mercado de títulos públicos, ações ou moedas. O "contágio" de uma opinião pessimista produz o chamado "instinto de manada": a disseminação de uma previsão desfavorável – ou "expectativa", segundo o jargão do meio – é capaz de provocar a retirada de grandes somas de dinheiro de um mercado, em curto espaço de tempo. O caráter bipolar do mercado também registra ondas de otimismo, a chamada "euforia", que muitas vezes superestima informações,

expectativas ou boatos e valoriza o país – ou empresa com ações em bolsa ou com dívida titularizada – além das suas potencialidades, o que provoca, no momento seguinte, uma mera reacomodação ou ondas de pânico. Não raro, títulos de países ou empresas ou moedas sob ataque especulativo "contaminam" outros títulos, ações ou moedas.

Os agentes de mercado – operadores, traders, analistas, economistas de bancos de investimentos – são intelectuais orgânicos, cuja especialização, no mundo globalizado, é reproduzir o capital rentista. O chamado "instinto de manada" – movimentos especulativos provocados por boatos ou rumores que se alastram e convencem rapidamente os investidores e são capazes de levar um país à lona – é uma arma que não serve apenas à especulação ou à acumulação de capital rentista, mas é um instrumento de pressão ideológica eficaz, capaz de moldar governos e candidatos e impor a sua hegemonia material e ideológica. No capital mundializado, esses agentes dependem e interagem com a informação, e a informação disseminada, real ou irreal, pode fazer mudar de mãos grandes somas de dinheiro.

Os meses que antecederam o início oficial da campanha eleitoral de 2002 mostraram com clareza a força dessa interação entre intelectuais orgânicos do mercado financeiro e os dos meios de comunicação. Os dois jornais paulistas não apenas reproduziram os movimentos do mercado e as alegadas razões para eles, como infundiram a conviçção para o grande público, alijado do mundo que especula com muito dinheiro, de que o país estava na iminência do caos, e que o caos se chamava Luiz Inácio Lula da Silva. No mês de junho, no entanto, em meio a evidências de que a atuação do Banco Central teria contribuído - daí não mais no terreno das expectativas, mas no da atuação técnica de gestão monetária – para, no mínimo, o recrudescimento do nervosismo de mercado, a Folha de S. Paulo não apenas incorporou a discussão técnica sobre a atuação do BC em suas matérias e análises, como investiu fortemente no debate sobre a dívida externa do governo FHC - embora o "efeito eleição" ainda fosse não apenas presente, mas dominante nas matérias informativas, em especial nas coberturas de finanças e, na editoria Brasil, nas repercussões do fato financeiro junto aos candidatos e ao governo, e do fato eleitoral junto ao mercado financeiro. O Estado de S. Paulo, contudo, manteve uma linha quase hegemônica de responsabilizar o "fator Lula" pelos fortes movimentos especulativos do mercado - não apenas na cobertura factual das eleições e do mercado financeiro, mas na maioria de seus artigos e na quase totalidade dos editoriais dedicados ao tema.

Em agosto, o caos foi também chamado de Ciro Gomes, o candidato do PPS que, sem uma estrutura partidária sólida por trás, foi efetivamente vitimado pela leitura feita, pelo mercado e pelos órgãos de imprensa, de que sua proposta de alongamento pactuado da dívida escondia intenções de calote nos credores.

A imprensa paulista, incrustada no centro financeiro do país, foi um duto dessa ideologia. No jornal *O Estado de S. Paulo* a intencionalidade estava explícita: os editoriais e a maioria dos artigos exprimiram de forma clara a opção pelo candidato do PSDB, José Serra; assumiram a tarefa de "alertar" o eleitor sobre um risco Lula que levaria o país à bancarrota e, mais tarde, quando a economia saiu do controle das autoridades econômicas e monetárias, a pressão sobre o PT para que oficializasse o discurso moderado do candidato nas instâncias partidárias. A clareza ideológica exposta nas páginas de opinião de alguma forma abriu espaço para matérias informativas de conteúdo mais neutro e analítico, não necessariamente uma simples reprodução dos fatos, nos dois primeiros meses estudados (abril e maio). No mês de junho, no entanto, a opção ideológica do jornal invadiu as páginas noticiosas, em especial as matérias de economia, que reproduziram intensa e acriticamente as expectativas de mercado.

A Folha de S. Paulo, mesmo com uma linha editorial mais progressista e um corpo de articulistas menos identificado com o mercado, acabou exercendo o mesmo papel. A técnica de redação do material informativo usada pelo jornal favorece a repetição de idéias que acabam se consolidando como uma verdade, um senso comum. O padrão de uma matéria da Folha — uma abertura "quente", sensacional, seguida de uma explicação rápida sobre o contexto da declaração — induziu a repetição à exaustão de uma mesma "verdade". Nas matérias de política, que repercutiam "reações" de mercado ou advertências do governo ao partido de oposição, e nas de finanças, que reproduziam os boatos e os rumores do mundo das finanças, em regra havia a lembrança de que o candidato do PSDB, José Serra, era o preferido do capital volátil, ou que o líder nas pesquisas de opinião, Lula, e o seu partido, haviam defendido o não-pagamento da dívida no passado. Houve um recuo desse padrão a partir de junho, quando o jornal começou a investir em análises que destacavam a fragilidade da economia imposta por

uma dívida pública que aumentou de forma assustadora nos governos de Fernando Henrique. Da mesma forma que, antes de junho, não eram todas as matérias que assumiam a posição do mercado como "verdade", embora a maioria levasse o leitor a isso pela técnica da repetição, em junho esse padrão de matérias informativas financeiras conviveu com análises mais críticas, que por sua vez tiveram maior destaque nas edições que as outras.

3.1. Preferido nas pesquisas, bombardeado pelos mercados

O candidato do PT, Luiz Inácio da Silva, começou o processo eleitoral já como o líder nas pesquisas de opinião. Ao longo das campanhas anteriores, de 1989, 1994 e 1998, Lula e o PT consolidaram um piso eleitoral, próximo dos 20%, que viria a se constituir num ponto de partida de suas campanhas. Nos anos anteriores, a ascensão de Lula acima desse patamar foi limitada pelas restrições às alianças políticas impostas pelo PT. Não conseguiu, por questões internas, agregar nenhum partido além dos "aliados históricos", o PC do B e o PSB – este último, nas eleições de 2002 com candidato próprio, o ex-governador Anthony Garotinho. Em dezembro de 2001, no XII Encontro Nacional, instância máxima do partido, a direção do PT, já com a maioria do moderado Campo Majoritário, conseguiu liberar as alianças, cujas negociações foram delegadas à direção nacional. Era parte da estratégia do grupo hegemônico do PT de agregar ao seu eleitorado, de esquerda, simpatias ao centro. O Encontro Nacional, síntese das disputas internas do partido, aprovou também, como uma salvaguarda a alianças com partidos conservadores um documento intitulado "Diretrizes para um Programa de Governo", ainda com forte conteúdo de esquerda, a começar pelo complemento ao nome, "A Ruptura Necessária".

O discurso mais moderado do pré-candidato e a carta branca dada à direção pela mais alta instância partidária colocaram Lula e o PT no cenário político de forma diversa à das eleições anteriores. Naquele momento, o PT não era mais um representante "puro" de um eleitorado de esquerda. O fim das rígidas regras impostas pela maioria partidária às alianças, por si, mesmo antes de serem definidos os termos de um acordo eleitoral com o pequeno e conservador PL, já indicava uma guinada ideológica ao centro. A estratégia governista e de seu pré-candidato, José Serra (PSDB), foi a de tentar obrigar o PT a uma nova inflexão à esquerda. O voto do eleitor mais conservador empurrou o PT para o centro, mas nessa posição a agremiação foi o alvo da campanha do medo assumida pelo PSDB como tática de campanha. A tática consistia em convencer o eleitor, pela repetição, de que o Brasil seguiria o caminho da Argentina, que quebrara no ano anterior, se elegesse Lula, porque o passado de esquerda do PT afugentava o capital volátil que dava sustentação ao modelo econômico tucano.

Numa estratégia temerária, o governo e o seu partido dirigiram seus discursos não apenas ao eleitor, mas ao mercado. O "passado" radical petista era uma mácula indelével do candidato, que não poderia superá-la – este era o mote da campanha tucana. O "risco Lula" freqüentou as páginas dos jornais e as mínimas oscilações no mercado financeiro eram atribuídas ao temor de sua vitória. A Serra foi conferida a capacidade de manter a estabilidade do país e impedir a sua "argentinização".

Uma conjuntura atribulada na América do Sul deu munição à tática eleitoral governista. A Argentina entrou em default no final do ano anterior, depois do fracasso administrativo da frente de esquerda que levou Fernando De La Rúa ao poder. Na Venezuela, no dia 12 de abril, um confronto direto entre o presidente eleito, Hugo Chávez, e a oposição de direita acabou por afastá-lo do poder, num golpe militar que durou 48 horas. Lá, no entanto, o mercado não temia as consequências de um golpe a um governo eleito democraticamente, mas o próprio Chávez, líder de um governo com orientação fortemente nacionalista, intervencionista e socializante. Nos dias em que ele foi mantido fora do poder, os mercados reagiram positivamente, inclusive no Brasil. No dia em que Chávez foi deposto, a corretora Merrill Lynch acrescentou a Venezuela à sua carteira de ações recomendada aos clientes que quisessem investir na América Latina apenas algumas horas depois de o inspetor-geral das Forças Armadas Venezuelanas, general Lucas Rincón, confirmar a deposição do presidente. Antes do golpe, a recomendação era zero; após a deposição, passou a ser a de aquisição de ações venezuelanas em número correspondente a 1% das carteiras de investimentos. A explicação do estrategista-chefe da corretora, Robert Berges, foi a de que a deposição de Chávez pelas armas era o caminho da estabilidade: "Acreditamos que há um potencial de alta para a bolsa venezuelana com uma rápida solução para a situação, em contraste com o que era antes esperado como um conflito demorado e com elevado e prolongado custos econômicos e estragos políticos" ("Golpe fez Merrill recomendar Venezuela", Mario Rocha e Fábio Alves, *OESP*, 1/5/2002).

A boa reação do mercado ao golpe repercutiu favoravelmente no Brasil ("Títulos brasileiros sobem com troca de poder na Venezuela", *OESP*, 13/4/2002), da mesma forma que o contragolpe do presidente venezuelano pressionou, aqui, a cotação do dólar e o risco país ("Rumor de pesquisa eleva dólar em 1%", *FSP*, 16/4/2002). O risco país medido pelo índice Embi, do JP Morgan, subiu 3,6% no dia 15 de abril, após a notícia

do retorno de Chávez ao poder.

A outra linha de ofensiva do PSDB e do governo foi a de estabelecer, para a opinião pública, uma co-responsabilidade do PT pelas invasões de terra promovidas pelo Movimento dos Sem-Terra (MST), que se intensificaram e se radicalizaram no início do ano. O movimento promoveu ações de caráter altamente simbólico, como a invasão da Fazenda Buritis, em Goiás, de propriedade da família do presidente Fernando Henrique Cardoso, no dia 23 de março.

Também era parte da estratégia eleitoral do PSDB definir Lula e o PT como um risco à governabilidade. As divisões internas do partido e os constantes embates da direção moderada com as facções de esquerda passaram a se constituir, na argumentação dos tucanos, na prova cabal de que Lula, uma vez no governo, não teria controle sobre sua própria base parlamentar. O discurso governista, portanto, era o de que, embora o candidato tivesse moderado o seu discurso, fatalmente o seu governo radicalizaria pela ação da esquerda petista e dos movimentos sociais.

Para a direção do PT, a vitória sobre o conjunto do partido na questão da ampliação das alianças foi sucedida de um intenso trabalho de contra-ofensiva, destinado a neutralizar a campanha movida pelos adversários em torno de um risco Lula. Os tidos como porta-vozes econômicos do partido, Guido Mantega, assessor econômico do PT, e o então deputado Aloizio Mercadante (SP), passaram a freqüentar reuniões de empresários e representantes do mercado financeiro. Eram eles os porta-vozes econômicos do partido junto à imprensa e se encarregaram de explicitar a moderação nas propostas do partido para a condução econômica de um possível governo petista. O então presidente do partido, José Dirceu, foi ao exterior para reuniões com representantes do mercado financeiro e do governo norte-americano.

No dia 11 de abril, num café da manhã com investidores promovido pelo Banco Lloyds TSB, no Rio, Mantega desfiou as garantias do PT aos investidores: compromisso com a responsabilidade fiscal e o controle da inflação e redução dos juros condicionada a "fatores que o governo não controla" – o que suporia a manutenção da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e das metas de inflação, com a autonomia, senão de direito, pelo menos de fato, do Banco Central para a definição das taxas de juros.

Mantega garantiu a hegemonia dos moderados sobre as facções petistas e pronunciou a frase mágica em relação aos temores de que um governo petista reestruturaria a dívida, dita muitas vezes antes disso e repetida à exaustão durante todo o processo eleitoral: "Vamos respeitar religiosamente todos os contratos" ("Mantega diz que empresariado já não teme o PT", Fernando Dantas, OESP, 11/4/2002).

O assessor econômico de Lula também foi o interlocutor do mercado financeiro em conference call promovido pelo banco Salomon Smith Barney. Segundo a colunista Sonia Racy, do *Estadão*, Mantega garantiu que o PT era a favor das metas de inflação – embora defendesse a adoção de metas mais realistas e baseadas no núcleo da inflação; defendeu um ajuste físcal e disse estar de acordo com a meta de superávit de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB); declarou-se favorável ao câmbio flutuante, porém com intervenções, quando necessário para o reequilíbrio do mercado; prometeu uma autonomia operacional ao BC maior do que a desfrutada por sua então diretoria, com a ressalva de que ela seria demitida se não cumprisse a meta de inflação; também prometeu respeito aos contratos, um relacionamento cordial com o Fundo Monetário Internacional, a manutenção da política econômica de FHC, uma política industrial, porém fora dos padrões anteriores, de substituição das importações, e reforma tributária. ("Efeito Zelig", Sonia Racy, *OESP*, 6/6/2002).

Foi também Mantega quem, no auge da crise e duas semanas antes da formalização da "Carta ao Povo Brasileiro" pelo PT, reuniu-se com investidores, analistas e operadores de mercado em Nova York e Boston, nos dias 12 e 13 de junho, a convite do banco de investimentos Morgan Chase. Lá, o assessor econômico de Lula ouviu recados mais do que diretos dos agentes de mercado. Os interlocutores do economista desfilaram listas de queixas e pecados do partido que favoreceriam os ataques especulativos contra o país: não apenas os discursos de Lula nas eleições anteriores, mas os votos da bancada petista no Congresso contra "projetos de lei centrais ao programa econômico de estabilização da atual administração"; a oposição do PT ao programa de privatizações dos governos FHC; declarações passadas do deputado Aloizio Mercadante; e uma ação judicial do PT contra a Lei de Responsabilidade Fiscal no Supremo Tribunal Federal (STF).

"Mantega procurou tranqüilizar seus interlocutores, dizendo que o PT

aprendeu com seus erros e não tem interesse em virar o barco que pretende governar. Ele garantiu que os moderados hoje controlam o partido. Mas um banqueiro contou-lhe que suas dúvidas sobre um governo petista apenas aumentaram depois de uma visita que fez recentemente ao site do partido na internet, pois a linguagem e as posições oficiais 'são agressivas' e desmentem o discurso mais moderado que ele próprio, Mercadante e outros próceres do partido têm feito" ("Investidores americanos cobram clareza de petista", Paulo Sotero, OESP, 15/6/2002).

O recado também foi claro: informados de que o PT divulgaria sua plataforma no final do mês,

"Os interlocutores de Mantega disseram que a publicação do documento é uma oportunidade para o PT dirimir dúvidas e não deve se desperdiçada. Ponham as coisas bastante sensatas que você está nos dizendo por escrito', disse-lhe uma das pessoas com quem conversou. Dêem respostas claras, em linguagem simples, às questões mais importantes e demonstrem que o PT realmente mudou" (idem). Segundo o repórter Paulo Sotero, na abertura de sua matéria, "a continuar o clima de instabilidade, que tem como pano de fundo as incertezas provocadas pelo favoritismo do petista, de duas, uma: ou Lula não conseguirá se eleger, ou, se chegar ao Palácio do Planalto, herdará uma situação caótica em janeiro" (ibidem).

Mercadante – que no passado havia contribuído para a lista de queixas de investidores – teve um papel importante de avalista da moderação petista, que passou a assumir por determinação partidária e oficialmente no fim do mês de abril, quando já eram evidentes os sinais de que o mercado passara a especular com o "risco Lula". Não sem disputas internas, aliás claramente expostas ao longo da campanha. No início de junho, por exemplo, na conference call do Salomon Smith Barney, Mantega defendeu mudanças de cálculo nas metas; o economista Ricardo Carneiro, da equipe que formulava o programa econômico do candidato, atacou o regime de metas inflacionárias; e Mercadante, em jantar com membros do mercado financeiro, disse que Mantega não era o porta-voz do partido para assuntos econômicos – este papel era dele, Mercadante, e da economista Maria da Conceição Tavares ("Sayad: dívida não é problema", Sonia Racy, *OESP*, 8/6/2002).

No dia 28, o então deputado, um dos coordenadores do programa econômico de governo do PT, deu uma entrevista ao jornal *Valor Econômico* que repercutiu favoravelmente no mercado, pelo menos naquele momento. ("Mínimo de R\$ 400 e juros de 6% são demagogia", Rosângela Bittar, Marcelo de Moraes e Ricardo Amaral, *VE*, 26,

27 e 28/4/2002). No dia seguinte, Lula reiterou as garantias dadas por Mercadante em entrevista ao canal por assinatura *Globo News*. Ainda assim, nesse mesmo dia os bancos Morgan Stanley e Merrill Lynch recomendaram a seus clientes reduzirem a exposição em títulos brasileiros, citando como um dos maiores fatores de risco as chances de vitória de Lula nas eleições presidenciais.

A atuação de integrantes do Campo Majoritário como porta-vozes do candidato e fiadores de promessas de moderação ao mercado, e a expressão, pela boca deles, das garantias de que tinham a hegemonia sobre os grupos radicais, não foram suficientes para atenuar nem as especulações em torno de um eventual governo "incendiário" nem sobre as implicações da divisão partidária num eventual governo petista. Já quase às vésperas da convenção do partido que oficializaria a escolha do candidato, no dia 29 de junho, a explicitação de desentendimentos internos entre os tidos como porta-vozes e coordenadores do programa econômico do PT acabaram se constituindo em pretexto para uma nova ofensiva do mercado e do PSDB contra o candidato de oposição que era o favorito das pesquisas.

Na contra-ofensiva ao mercado, o PT aproximou-se do primeiro-ministro francês e candidato à Presidência daquele país pelo Partido Socialista, Lionel Jospin. O encontro com Jospin tinha a intenção de servir eleitoralmente a ambos. No caso do PT, a aproximação com o socialismo francês pretendia "minimizar a contaminação das crises latino-americanas na candidatura de Lula. Seria capaz de ampliar a aceitação internacional a Lula e minimizar as resistências internas" ("Retorno de Chávez alivia temor do PT de associação à crise institucional", Marcelo de Moraes e Jamil Nakad Jr., VE, 15/4/2002). Para Jospin interessava, ao contrário, a associação a Lula e a um PT que desfrutavam de uma imagem internacional de uma esquerda mais "pura" e supostamente não contaminada pelo pragmatismo neoliberal. A derrota de Jospin e a inesperada ida para o segundo turno do candidato de direita, Jean-Marie Le Pen, mostraram o erro estratégico de ambos. A tentativa de associação com o socialismo francês, se não produziu resultados internos na estratégia de vender uma imagem menos esquerdista do PT para o eleitorado e o mercado, teve efeitos externos, mas num público distante ao visado. Em entrevista à Folha, o economista francês François Chesnais, integrante da Comissão Científica da Associação pela Taxação de Transações para Ajuda aos Cidadãos (Attac), interpretou o movimento do PT: "Essa demonstração de

identificação entre o PT e o PS, na minha opinião, mostra o deslocamento do PT para a direita, por causa das eleições" ("Social-democracia não cumpriu o seu papel, afirma economista", Cláudia Antunes, FSP, 29/4/2002).

O trabalho de afastamento de Lula da imagem de Chávez e da instável Venezuela mobilizou o próprio candidato. "Ninguém tem nesse continente o apoio de um partido como o PT"; "eu sou o mais importante fator de estabilidade no Brasil"; "a estabilidade está garantida na medida em que você estabeleça uma política de conversa com a sociedade e compreenda de uma vez que vamos governar não só para quem tem a estrela no peito, mas para 170 milhões de brasileiros", afirmou Lula, para varrer o fantasma do governante venezuelano da sua campanha, no momento em que Chávez voltava ao poder ("Devo ser o maior fator de estabilidade", Mariana Caetano, *OESP*, 16/4/2002; "Lula se desvincula de Chávez e afirma ser a estabilidade", Plínio Fraga, *FSP*, 16/4/2002). A estrela era o símbolo tradicional do partido, ostentada em períodos eleitorais por uma militância fiel – que, aliás, havia sido maior e mais mobilizada em eleições anteriores.

A tentativa de desvincular o PT do MST também foi parte da estratégia da campanha petista no início do processo eleitoral. Tratava-se de firmar o MST como um movimento externo ao PT, sem vínculos orgânicos com o partido. Essa postura comportou o reconhecimento público da justeza da reivindicação de reforma agrária e, de outro lado, a explicitação de que o movimento poderia ser atendido num possível governo petista, mas não seria parte dele. Enquanto um esboço de programa petista, alinhavado pelo moderado Antonio Palocci com o objetivo de ser a base de um "pacto social", reconhecia a reforma agrária como "fundamental para o enfrentamento da crise e para o fomento da agricultura familiar" ("PT sugere pacto nacional e oposição propositiva", Vera Rosa, OESP, 1/4/2002), o próprio Lula passou a diferenciar publicamente PT e movimento. "Nossa relação com os sem-terra é autônoma. O MST não tem de dizer se fará isso ou aquilo", disse, em evento para empresários do Distrito Federal ("Lula não derruba juros 'numa só tacada", Gilse Guedes, OESP, 19/4/2002).

Lula fez a ressalva: a política agrária de FHC era de "enfrentamento e medição de forças", o que levava à radicalização. "É perigoso deixar os líderes sem respostas, não sentar para conversar", disse Lula ("Governo 'mede forças' com sem-terra, diz

petista", Renata Giraldi, *FSP*, 19/4/2002). Em junho, após o rebaixamento da recomendação dos títulos brasileiros a investidores feito pelas primeiras corretoras, o PT tentou um acordo com o movimento para "descontaminar" o processo eleitoral das ações de invasão de terras. Em reunião com a direção petista, líderes do movimento se comprometeram a uma "trégua" nas ações entre agosto e novembro, prevendo uma "campanha institucional" contra os sem-terra para atingir a campanha de Lula ("MST anuncia trégua política a favor de Lula", José Maschio, *FSP*, 3/6/2002). O movimento, no entanto, ficou dividido em relação ao acordo ("Trégua política em favor de Lula já divide líderes do MST", Fábio Guibu, *FSP*, 4/6/2002).

O início da ofensiva petista para convencer o eleitor, e mais ainda o mercado, de que havia feito um caminho sem volta para o centro ideológico teve resultado relativo mesmo numa conjuntura internacional favorável. Ao longo do mês de abril, o impacto do processo eleitoral sobre o mercado ainda foi pequeno, afetando em especial as bolsas, que no Brasil ainda mobilizavam pequenos volumes de dinheiro. O mercado de câmbio, que foi durante toda a eleição o mais vulnerável a especulações, estava depreciado por uma conjuntura de alta liquidez internacional. O real mantinha-se valorizado pelo último grande volume de ingressos, resultante de emissões do governo e de empresas brasileiras, que levaram a cotação do dólar, no início daquele mês, ao seu menor valor em 11 meses (R\$ 2,2278).

O mercado agiu de forma dúbia durante o mês de abril, aproveitando as pesquisas para realizar lucros, mas sem registrar grandes movimentos especulativos. No dia 29, contudo, ingressou de vez no processo eleitoral, com o anúncio de que os bancos Morgan Stanley e Merrill Lynch recomendavam a seus clientes reduzir a exposição aos títulos brasileiros. A partir daí, e em definitivo, as eleições brasileiras passaram a ser negociadas no balcão do mercado financeiro internacional.

A relativa tranquilidade do mercado nesse período de maior liquidez causou movimentos contraditórios. O interesse pela política eleitoral, no entanto, estava latente. O Bank of America chegou a contratar sondagens eleitorais do Instituto Ibope. Na segunda rodada, divulgada nos jornais do dia 16 de abril, o interesse era saber a quem havia favorecido a desistência da pré-candidata do PFL, Roseana Sarney. O banco contratou pesquisa para fundamentar suas análises sobre política nacional, destinadas

aos seus investidores. Como as leis brasileiras obrigavam o registro de pesquisas e a identificação do cliente do instituto, o nome da instituição financeira veio a público no momento de sua divulgação. Antes que chegasse aos jornais, já havia provocado onda de "rumores" no mercado.

Os operadores e fontes de instituições financeiras ainda não convergiam totalmente para a avaliação de que o favoritismo de Lula provocaria o caos financeiro no país. Em parte porque, de forma inusitada, o mercado, teoricamente racional, e os analistas que o alimentavam, se apegaram à previsão de que Lula tinha uma tendência inexorável a perder popularidade no momento em que polarizasse com um candidato à sua direita — essa também era a premissa do PSDB e dos outros adversários de Lula quando concentravam a campanha no passado esquerdista do PT. Segundo a tese, essa "lei" regeu as duas disputas eleitorais entre Lula e Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e 1998, e regeria a de 2002. "Vale registrar (...) que os meses de abril e maio são sempre os piores para FHC. Em abril de 94, Lula estava com 53% das intenções de voto e FHC, com 12%. Em 98, havia empate técnico. Isso não significa, no entanto, que o mercado financeiro vai deixar de atuar de maneira imediatista", escreveu Sonia Racy em sua coluna, refletindo o senso comum de que o cenário contrário a Serra era apenas conjuntural (Direto da Fonte, Sonia Racy, OESP, 30/4/2002).

Um exemplo desse senso comum, misturado a um indisfarçado alinhamento ao candidato governista, foi a reprodução integral, pelo *Estadão*, de um relatório da Consultoria Tendências a seus clientes, assinado por Maílson da Nóbrega, Lourdes Sola e Christopher Garman e intitulado "Cenários do Brasil que começa a existir em 2003". O relatório-artigo enunciava cinco razões que favoreceriam a vitória de "um candidato comprometido com a continuidade das políticas básicas do governo FHC", leia-se o candidato José Serra: 1) "o eleitor brasileiro é relativamente conservador em um sentido preciso: aversão a riscos e sobressaltos"; 2) a eleição obedeceria a uma lógica "predominantemente regional" e o governo levaria vantagem nisso; 3) o tempo de propaganda eleitoral gratuita do candidato governista seria maior; 4) FHC teria um papel de "eleitor estratégico" – "O papel de FHC nas eleições está consolidado e em trajetória ascendente"; 5) o PT estaria comprometido por "contradições entre a 'imagem light' e a posição das alas radicais, que agem como pontos de veto e dificultarão a caminhada do candidato".

Mesmo assim, dizia o documento, se razões contrárias a essa lógica destinassem o poder a Lula, ele assumiria um governo com "potencial de ruptura ou de reversão das políticas públicas" muito menor do que qualquer outro antes dele, devido à Lei de Responsabilidade Fiscal; às restrições impostas pelo Congresso para a edição de medidas provisórias; à recuperação da capacidade de barganha dos Estados, que no governo FHC foi contida com a renegociação das dívidas estaduais; e, por último, à "disciplina dos mercados", que teria reduzido "espaço para o populismo". E concluía:

"Esse novo e auspicioso quadro estabelece não apenas uma espécie de couraça protetora aos cidadãos, mas deverá contribuir para a contínua melhoria do risco político associado ao Brasil" ("Cenários do Brasil que começa a existir em 2003", Maílson da Nóbrega, Lourdes Sola e Christopher Garman; OESP, 21/4/2002).

O mercado, no entanto, aos poucos abandonaria a convicção de que a vitória de Serra seria uma fatalidade imposta pelo conservadorismo do eleitor brasileiro. Ao longo do mês de abril, as pesquisas já apontavam para uma larga vantagem do candidato petista, para a redução de sua rejeição histórica e para uma posição oscilante de Serra, que chegou a empate técnico com Garotinho após a desistência da candidata do PFL, Roseana Sarney. No dia 10 de abril foi divulgada uma pesquisa Datafolha que atestava o crescimento de Lula em todos os cenários e contra qualquer candidato no segundo turno. Começou no mercado, em função da desistência da candidata pefelista, a especulação sobre uma possível substituição do candidato tucano.

"Quanto à política local, o mercado intensificou a discussão de que o governo poderia estar estudando um novo nome para concorrer à Presidência da República. O mercado se preocupa porque o Lula não pára de subir. A impressão que se tem é de que os votos que eram da Roseana não foram para o Serra', disse um operador", registrava o Estadão ("Crise argentina faz bolsa cair e dólar avançar", OESP, 24/4/2002).

O relatório do banco de investimentos Morgan Stanley a seus clientes, que rebaixou a recomendação de negócios com títulos brasileiros, previa uma possível "pressão" sobre o PSDB para mudar de candidato. "Caso Serra não consiga se separar convincentemente nas pesquisas do resto do grupo de candidatos, o PSDB pode ser pressionado a considerar alternativas para sua candidatura", segundo trecho do

relatório reproduzida pela Folha ("'Fator Lula' leva bancos a rebaixarem o país", Márcio Aith, FSP, 30/4/2002).

3.2. Humores de abril

Ao longo do início do ano e até o final do mês de abril, o risco Lula ainda era difuso para os atores econômicos e financeiros, prestando-se a movimentos especulativos localizados. Isso, enquanto as pesquisas de opinião tiveram apenas efeito sobre as bolsas. A partir do dia 29, quando o país começou a sofrer rebaixamentos na recomendação de instituições financeiras internacionais a seus clientes, e no mês seguinte, quando o mercado interno sofreu o revés de uma decisão atrapalhada do Banco Central que potencializou ainda mais a crise, consolidou-se um cenário de ataque especulativo.

Nos primeiros dias do mês de abril, os sinais de que o mercado se preparava para especular com as eleições e de que o país poderia ter dificuldades de rolar sua dívida quando se aproximasse o pleito já eram visíveis, mas eles foram mascarados por um ingresso forte de dólares por conta da venda de ações da Companhia Vale do Rio Doce e rumores de lançamento de títulos securitizados da Petrobras, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Caixa Econômica Federal e da Bandeirantes de Energia, que mantiveram o câmbio contido. No dia 13, a Folha, ao avaliar o mercado, previa que o cenário favorável estava no final, porque as emissões do governo e das empresas estavam terminando, em primeiro lugar, e porque no segundo semestre entraria em cena o fator eleições. A sinalização de que o mercado financeiro já incorporava o risco eleitoral em suas operações com o país, alertava a matéria, era o fato de que, quase no momento em que o dólar bateu no piso de 11 meses, o governo brasileiro ter sido obrigado a adiar por um dia uma emissão de US\$ 1 bilhão no exterior. As taxas acabaram sendo semelhantes às anteriores, mas elas, como as outras, "incorporaram seguros de risco político". "O problema é que a disponibilidade de recursos para esse tipo de seguro é limitada. No segundo semestre, é possível que as seguradoras não queiram mais fazê-lo, por conta dos custos" ("Pechincha do dólar acaba no 2º semestre", Marcelo Billi e José Alan Dias, FSP, 13/4/2002). Ainda assim, somada esta emissão, o BC chegou a 78% da captação planejada para o ano, de US\$ 5 bilhões ("Emissão soberana mais difícil", OESP, 12/4/2002). Estes já eram sinais de que o país tinha dificuldades de rolagem lá fora.

Os jornais também não atentaram para o fato de que as chamadas "operações casadas" de Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) com swaps cambiais já causavam "empoçamento" no mercado – excesso de títulos em negociação –, deságio e fuga dos fundos de investimentos lastreados em títulos públicos, que sofreram prejuízos com as operações. A fuga dos investidores internos dos títulos do governo foi tomada como referência também para os investidores externos, dificultando a rolagem da dívida externa, pública e privada⁸⁴.

Ainda com o cenário do mercado atenuado pela forte entrada de dólares, mas já com sinais de que os ventos não recomendavam o uso político do terror eleitoral, o presidente Fernando Henrique Cardoso, a equipe econômica e o pré-candidato tucano a presidente, José Serra, dividiram-se na tática eleitoral do uso do "risco Lula". A equipe econômica recuou. Serra ainda manteve esse discurso. "Dependendo do resultado das eleições, o país pode sair do rumo", afirmou o tucano, em palestra a cerca de 600 empresários no norte de Santa Catarina. O Brasil "corre o risco de enfrentar uma situação difícil como a da Argentina, se você tiver um resultado eleitoral com um governo que quebre a austeridade fiscal, que não mantenha a casa arrumada, o câmbio flutuante, as metas de inflação" ("Brasil corre o risco de repetir Argentina, diz Serra", OESP, 27/4/2002). Em maio, também sob ataque do mercado e de forças de direita representadas pelo PFL, Serra recuou. Retomou o discurso de que a vitória do PT representaria a argentinização do país a partir de junho, quando as pesquisas eleitorais começaram a registrar uma reação de sua candidatura e isso foi atribuído ao uso do "risco Lula" na campanha. Nesse mês, no entanto, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, se descolaram totalmente dessa estratégia eleitoral e voltaram seus discursos para o mercado, na tentativa de acalmá-lo, e para o PT, para forçá-lo a fazer as revisões programáticas que pretensamente cumpririam o papel de tranquilizar os investidores.

Fernando Henrique Cardoso oscilou entre os interesses eleitorais de seu partido e as conveniências de governo. No dia 12 de maio, por exemplo, garantia que,

O Banco Central passou a fazer leilões de swaps cambiais (uma proteção cambial, que garantia cobertura da diferença entre o preço do dólar na compra do título e seu valor na venda), mas condicionados à compra de Letras Federais do Tesouro (LFTs) mais longas, o que "encharcou" o mercado de títulos e levou ao deságio do seu valor de face. Os fundos de investimentos lastreados em títulos sofreram grandes prejuízos. Em junho, o Banco Central antecipou uma nova regra, obrigando os fundos a contabilizarem os prejuízos. O item 3.7, à página 127, detalha a operação.

independentemente do governo que o sucedesse, o país seguiria "o caminho da conquista da estabilidade, pois esta não é uma questão partidária" e que nos meses seguintes, de intensa mobilização política, seria preciso "ter consciência de quanto avançamos, apesar das dificuldades enfrentadas". ("País seguirá na estabilidade", Irany Tereza, OESP, 13/4/2002). Numa entrevista ao Financial Times no dia 20 do mesmo mês, quando o mercado já dava sinais de que não esperaria um governo Lula para iniciar ataques especulativos contra o país, FHC reassumiu o discurso partidário: "Será que essa posição [moderada do PT] é só para ganhar a eleição ou isso sinaliza realmente uma mudança na maneira de encarar o mundo? Se for a primeira hipótese, o eleitor não vai acreditar" (João Caminoto, "Dúvida de FHC: moderação do PT é eleitoral?", OESP, 20/4/2002). O fato é que, antes de a crise financeira tomar proporções que passaram a colocar em dúvida não apenas a capacidade do sucessor de FHC de pagar as dívidas, mas a do próprio governo FHC, o governo não recuou de fato da estratégia do terrorismo eleitoral.

Longe do palanque, Malan manteve uma posição linear em relação às turbulências do mercado financeiro. A imprensa explorou intensamente os bastidores de um conflito político entre o ministro e Serra, mas um fato se sobrepunha a eventuais questões de ordem pessoal: Malan assumira uma postura de mediação entre o mercado financeiro e a política, destinada a neutralizar os movimentos especulativos vinculados ao cenário eleitoral; e o papel de "tradutor" das inseguranças do mercado em relação ao favoritismo de Lula nas pesquisas. No último caso, a intenção expressa foi a de pressionar o PT para rever oficialmente as posições programáticas assumidas em dezembro, no Encontro Nacional.

"Eles (o PT) insistem muito que vão respeitar os contratos, que nunca vão considerar fazer algo que signifique o abandono dos acordos existentes tanto na dívida interna quanto na dívida externa. Acho que esse processo de racionalidade crescente no debate econômico e a maturidade política crescente vão continuar nos próximos anos", afirmou, para investidores, em evento promovido pelo Institute of International Finance, em Nova York ("Malan usa Goethe para não citar nome de Serra", Cristiano Romero, VE, 24/3/2002). No dia em que os primeiros bancos internacionais reduziram a recomendação da dívida brasileira para os seus clientes, Malan falou simultaneamente para o público externo e para o PT: "Se a causa é o resultado de uma pesquisa, eu diria

que é uma razão equivocada. Pesquisa de opinião, teremos pelo menos uma por semana ao longo dos próximos cinco meses. (...) Espero que os analistas da cena brasileira levem em conta o que interessa, que é a economia, e não as danças das pesquisas" ("Efeito Lula repercute em Wall Street e Malan reage", Lu Aiko Otta, OESP, 30/4/2002).

Do PT, o ministro cobrou o aval partidário ao discurso moderado de Lula e de seus porta-vozes.

"À medida que nos aproximamos do final de 2002, os problemas com que temos de lidar no dia-a-dia são afetados menos pelo que fazemos e mais pela expectativa do que farão nossos sucessores. (...) Essa é a razão pela qual cobro um mínimo de racionalidade econômica e maturidade política, em particular daqueles que acham que vão ganhar a eleição e teriam de ter a preocupação de assegurar uma transição o menos turbulenta possível. (...) Há decisões formalizadas que espero sejam reformuladas, se a posição mudou, (...) senão causa uma enorme confusão na cabeça de um simples leitor como eu, que não sabe o que vale: o que foi aprovado no congresso do partido ou uma declaração furtiva concedida numa televisão a cabo à noite [por Lula, na Globo News] e uma entrevista, num jornal especializado [por Mercadante, no Valor Econômico], de um integrante do partido" (idem).

O recado era claro: era preciso que o PT desse provas ao mercado de que realmente havia mudado, e a prova desejada era a revogação do "Diretrizes para um Programa de Governo" por uma instância partidária. Esta, aliás, foi a tônica do discurso malanista que prevaleceu até junho, quando o PT aprovou, numa reunião do Diretório Nacional, a "Carta ao Povo Brasileiro" — uma oficialização do compromisso com o cumprimento de contratos, a meta de inflação e o ajuste fiscal. A revogação de "Diretrizes" seria também uma prova de que os setores moderados do partido tinham conseguido a hegemonia e o controle sobre os seus radicais, outra preocupação demonstrada pelo mercado.

Nos jornais, o jogo de pressões sobre o candidato favorito nas eleições de 2002 estava reproduzido nas editorias de Política e Economia – e aí, com maior clareza nas matérias de finanças. Na *Folha de S. Paulo*, o próprio formato das matérias informativas constituiu-se num instrumento de mediação dessas pressões. A excessiva valorização da declaração mais forte e sensacional, que por sua vez exigia respostas sensacionais de adversários, transformou por si só o debate político num jogo direto de pressões, em

especial na editoria de Brasil. No *Estadão*, a sobriedade maior das matérias deslocou para os espaços de opinião – editoriais e artigos – o papel de pressão direta sobre o candidato petista. A opção pelo candidato José Serra nesses espaços era explícita. Nas matérias de finanças, um padrão mantido pelos dois jornais foi o de matérias reproduzindo "rumores" de mercado, acompanhados de explicações de especialistas, em regra economistas-chefe e diretores de bancos, analistas e operadores de mercado.

As matérias de finanças, aliás, antecipavam o que seria um jogo cerrado de pressões mais à frente. Em regra, as pesquisas eleitorais divulgadas no mês de abril foram precedidas de "rumores" sobre a posição de Lula e do candidato governista. Ainda neste mês, as variações do dólar apenas foram positivas nos dias que sucediam a divulgação de pesquisas. Isso apenas não aconteceu em resposta à pesquisa Vox Populi encomendada pelo PSDB, que "vazou" para o mercado, mas só foi publicada no dia 2 e foi a única favorável a Serra durante todo o mês. Esta sondagem eleitoral dava ao tucano pela primeira vez um segundo lugar confortável e descolado da terceira colocada, a précandidata do PFL, Roseana Sarney. O resultado foi considerado como uma "consolidação" do pré-candidato tucano em segundo lugar. As pesquisas que a sucederam, no entanto, já sem a candidata Roseana Sarney no páreo, traziam o candidato do PSB, Anthony Garotinho, numa posição de quase empate técnico com o tucano. Em agosto, ele teria uma disputa pelo segundo lugar com o candidato do PPS, Ciro Gomes

A partir do dia 10 de abril, quando o Datafolha divulgou a primeira pesquisa em que Lula não apenas venceria em todos os cenários, mas contra todos os candidatos no segundo turno, o mercado passou a reagir de forma imediata às sondagens eleitorais. No dia 16 foi divulgada a primeira pesquisa após a desistência da pré-candidata do PFL. A sondagem foi contratada pelo Bank of America e atestava que Lula havia sido o candidato mais beneficiado pela saída de Roseana Sarney do páreo eleitoral. No dia 30, foi divulgada uma pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) e do Instituto Sensus, juntamente com as notícias de que os dois primeiros bancos haviam rebaixado a recomendação dos títulos brasileiros a seus clientes. O mercado reagiu às notícias com cinco dias de alta do dólar, a partir do dia útil subseqüente.

Em abril, as oscilações nos índices dos mercados foram largamente atribuídas ao

bom desempenho de Lula nas pesquisas - ou ao fraco desempenho de Serra. "O mercado de ações, principalmente, está bastante sensível a dados sobre as preferências eleitorais e os sinais de alta do candidato petista, Luiz Inácio Lula da Silva, e estabilidade do candidato tucano, José Serra, já provocaram desconforto nos investidores", dizia o Estadão, no início do mês. ("Política deve ditar os rumos da semana", Tom Morooka, OESP, 1/4/2002). A dificuldade na emissão de dívida soberana de US\$ 1 bilhão, no dia 11, foi atribuída "às incertezas políticas suscitadas pelos resultados das últimas pesquisas eleitorais e pelo atraso nas votações do Congresso" ("Emissão soberana mais difícil", OESP, 12/4/2002). A avidez das empresas por financiamento externo foi explicada pelo fato de que elas previam instabilidade no segundo semestre, por conta do processo eleitoral. A Folha reproduziu as previsões de José Olímpio Pereira, do Salomon Smith Barney: "Os fatores macroeconômicos estão sob controle. Ao meu ver, o lado preponderante será o político" no segundo semestre. ("Pechincha do dólar acaba no segundo semestre", Marcelo Billi e José Alan Dias, FSP, 13/4/2002). "Rumores" de divulgação de pesquisa que mostraria ascensão de Lula e Garotinho explicariam a elevação do dólar em 1% ("Em alta, dólar volta a fechar acima de 2,30", OESP, 16/4/2002; "Rumor sobre pesquisa eleva dólar em 1%", FSP, 16/4/2002).

Um dia antes da divulgação de uma pesquisa do Ibope, a queda de 1,88% na Bolsa de Valores de São Paulo e a alta de 0,39% do dólar são atribuídas a "rumores" de que Garotinho teria ultrapassado Serra e Lula mantido a liderança por larga margem sobre o segundo colocado ("Queda em NY e rumores políticos derrubam bolsa", *OESP*, 23/4/2002). No dia seguinte, os jornais divulgariam a pesquisa do Ibope, onde Lula aparecia com 35% das intenções de voto e Serra com 18%, tecnicamente empatado com Garotinho, com 16%. "Em outros anos ele [Lula] não havia alcançado preferência tão grande. Esse cenário ruim para o governo em termos eleitorais deixa o investidor estrangeiro preocupado", segundo opinião de Maurício Zanella, do Lloyds Bank, reproduzida em matéria da Folha. ("Dólar sobe 0,8% com Argentina e pesquisa", da reportagem local, FSP, 24/4/2002).

No final do mês, as pequenas oscilações do dólar em função do cenário eleitoral já haviam provocado uma valorização importante do câmbio. "Aos poucos, sem nenhum alarde, as cotações do dólar comercial têm apresentado maior mobilidade nos últimos

dias e acumulam uma valorização de 2,02% no mês. Mas em relação ao nível mais baixo de preço no mês, de R\$ 2,267 no dia 10, a reação já levou a um avanço de 4,63% até sexta-feira, quando o dólar fechou cotado por R\$ 2,372", registrava o Estadão no dia 29 ("Aposta em dólar é indicada, mas embute risco", OESP, 29/4/2002). Outra sugere: "A ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, e a estagnação do senador José Serra (PSDB-SP), o candidato preferido pelo mercado, nas pesquisas de intenção de voto também contribuíram para a recente alta do dólar. As sondagens passaram a mostrar que a disputa deverá ser mais acirrada do que esperavam os investidores. Essas incertezas provocaram o aumento do risco país, que encerrou a semana passada em 815 pontos, o nível mais alto desde fevereiro. Os preços dos ativos brasileiros, aliás, têm oscilado com força ao sabor dos rumores sobre as pesquisas" ("Cautela volta a dar o tom dos negócios", Sérgio Lamucci, OESP, 29/4/2002).

O dia D, no entanto, a partir do qual não houve mais controle sobre as "expectativas" de mercado, foi o 29 de abril, quando dois bancos de investimentos, Morgan Stanley Dean Witter e Merrill Lynch, rebaixaram a recomendação de títulos da dívida brasileira aos seus clientes. Um terceiro, Salomon Smith Barney (SSMB), reduziu a projeção do Índice da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (IBovespa) de 2002. A partir do mês de maio, as pesquisas foram usadas pelo mercado para movimentos especulativos e como instrumentos de pressão contra a candidatura do candidato José Serra⁸⁵. No mês de junho, as "turbulências" descolaram-se das pesquisas de opinião, ganhando dinâmica própria.

No final do mês de maio, era o seguinte o "ranking" dos bancos internacionais de investimentos que baixaram a recomendação de negócios com o Brasil: Morgan Stanley Dean Witter e Merrill Lynch haviam recomendado a seus clientes a redução na exposição a títulos brasileiros no dia 29 de abril; no mesmo dia, o Salomon Smith Barney reduziu a projeção do Ibovespa de 2002; no dia 2 de maio eles foram seguidos pelo ABN Amro; no dia seguinte, pelo Santander; no dia 6, era a vez da Goldman Sachs recomendar a seus clientes que reduzissem as aplicações em ações de bancos, empresas de telecomunicações e energia brasileiros e sugerir que transferissem investimentos do Brasil para o México. Isso não supunha simplesmente uma desconfiança em relação a Lula, mas sobretudo a certeza de que as especulações em torno das pesquisas eleitorais e

⁸⁵ O movimento do mercado contra Serra foi analisado no item 3.3.

de uma eventual vitória de esquerda iriam deteriorar de tal forma o cenário econômico do país que tornariam difícil não apenas a rolagem da dívida soberana, mas da própria dívida de empresas privadas.

A avaliação de que o ambiente brasileiro já era favorável à famosa "profecia auto-realizável" está clara na entrevista de Geoffrey Dennis, estrategista-chefe de Bolsa para a América Latina do Salomon Smith Barney (SSMB), um dos maiores bancos de investimento dos EUA, com sede em Nova York, que, no seu relatório a clientes, reduziu a projeção de 2002 para o Índice Bovespa de 18,4 mil pontos para 16 mil pontos.

"O problema é o seguinte: mesmo que Lula implemente uma política econômica totalmente liberal no primeiro dia de seu governo, a reação do mercado vai se antecipar a isso. Assim, antes de ele assumir, os títulos da dívida externa brasileira já terão caído, o real já vai estar mais desvalorizado, as taxas de juros provavelmente já terão subido... Isso fará com que a nova administração tenha de tomar decisões políticas muito complicadas e já no começo do governo, o que será especialmente difícil. E a reação terá sido tão rápida que talvez o mercado não dê tempo para que Lula seja construtivo" ("Serra precisa de 'gatilho', diz analista", Sérgio Dávila, FSP, 1/5/2002).

Na entrevista, Dennis falava das razões que levaram o banco a rebaixar a recomendação sobre o país. O curioso é que no início de junho, em pleno ataque especulativo que sem dúvida se intensificou com o rebaixamento das recomendações de títulos públicos e ações brasileiros, o megainvestidor Georges Soros deu uma entrevista com o mesmo teor que causou reações indignadas à esquerda e à direita.

Outros cinco bancos – JP Morgan, ING Barings, Dresdner, Barclays e Lloyds TSB – mantiveram a posição do Brasil em sua recomendação para investidores estrangeiros, sob a alegação de que as eleições estavam muito longe. O JP avaliou que o movimento de rebaixamento era exagerado ("Subida petista fez com que bancos rebaixassem o país", *FSP*, 27/5/2002).

3.3. "Risco Serra": do próprio veneno

Ao longo de todo o mês de maio, os jornais foram o veículo de três tipos de pressão: 1) do mercado financeiro sobre o PT e os demais partidos de oposição, para que apresentassem um programa de governo definitivo e adequado à contenção de "expectativas"; 2) do mercado financeiro sobre o PSDB, por sua vez refletindo uma pressão do PFL e de outros setores conservadores para que se substituísse o candidato do governo; 3) da equipe econômica sobre o PT, para que definisse o programa econômico e expurgasse dos documentos do partido menções a "rupturas" e que tais.

No último dia de abril, o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, iniciou uma cerrada campanha contra o candidato do PSDB, destinada a substituí-lo — condição imposta para que o partido conservador retomasse o seu lugar na base aliada do governo FHC. Era um movimento quase passional contra Serra: o PFL atribuiu ao pré-candidato tucano a autoria intelectual de uma ação da Polícia Federal contra a empresa do marido de sua pré-candidata à Presidência, Roseana Sarney, onde flagrou dinheiro vivo, que seria de caixa 2, destinado ao pagamento de seu publicitário, Nizan Guanaes. A candidata desistiu de suas pretensões eleitorais depois da ação policial.

Antes de uma manifestação pública do pefelista, "boatos" e "rumores" sobre uma possível desistência de Serra circulavam igualmente no mercado e no mundo político-institucional. No primeiro dia de maio, no entanto, as pressões para que o PSDB mudasse o candidato ganharam nome, endereço e telefone. Entrevista de Bornhausen, publicada nos dois jornais de maior circulação de São Paulo, centro financeiro do país, dava ao PSDB o seguinte recado: 1) a desistência de Roseana Sarney, ao contrário do que esperava o PSDB, não havia beneficiado Serra, mas o candidato petista, que passava a ter chances reais de vitória ainda no primeiro turno; 2) a vitória de Lula traria sérios problemas para a economia; 3) O PSDB não conseguiria vencer Lula sem o apoio do PFL e este não estaria junto do partido de FHC, nem retornaria à sua base parlamentar, se o candidato fosse Serra ("Lula afastará investimento, diz Bornhausen", Raquel Ulhôa, FSP, 1/5/2002; "PT pode trazer turbulências", diz Bornhausen", Cida Fontes e João Domingos, OESP, 1/5/2002).

Simultaneamente, o partido de Bornhausen iniciou um processo de obstrução no

Congresso, para atrasar a votação da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Dias depois, a revista Veja retomou uma denúncia antiga, de que o ex-diretor do Banco do Brasil e ex-tesoureiro de Serra Ricardo Sérgio de Oliveira havia pedido propina ao empresário Benjamin Steinbruch durante o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce. A novidade dessa reedição de denúncia era a sua confirmação por um ministro de FHC, o da Educação, Paulo Renato Souza, e um ex-ministro, Luiz Carlos Mendonça de Barros. Numa sexta-feira, 17 de maio, o vice escolhido pelo PMDB, o deputado Henrique Eduardo Alves (RN), foi detonado por uma denúncia de que teria contas em três paraísos fiscais e uma movimentação bancária superior a seus rendimentos – e a notícia, segundo o Estadão, foi recebida pelo candidato com "espantosa calma" ("Não me preparei na vida para enfrentar factóides", Mariângela Hamu e Sandro Vaia, OESP, 19/5/2002). O vice foi substituído posteriormente pela deputada Rita Camata (ES). Os jornais, após a escolha, chegaram a veicular "rumores" de mercado de que seriam divulgadas denúncias contra o marido da deputada, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) mas, no momento seguinte, com a crise do PFL esvaziada por um pacote fiscal, passou a acreditar que a nova vice iria reverter a candidatura do tucano.

A "maioria" do mercado inverteu suas posições, segundo avaliação das matérias de finanças dos jornais pesquisados. Se, antes, constatava-se que ainda era majoritária a aposta na vitória de Serra – e os movimentos especulativos em torno das pesquisas refletiam supostamente o ímpeto dos traders, que estariam se antecipando a especulações por conta do favoritismo de Lula – agora a situação era outra: a maioria do mercado passou a duvidar das reais chances do tucano de inverter o jogo e vencer Lula. Os agentes financeiros incorporaram à sua análise um "risco Serra": o candidato passou a ser responsabilizado por movimentos especulativos porque existiam sérias restrições ao seu crescimento eleitoral. As limitações políticas da candidatura do PSDB passaram a ser creditadas a características pessoais do tucano: sua incapacidade de agregar e constituir-se em consenso, mesmo no próprio partido – o que, num futuro governo, se traduziria numa impossibilidade de agregar base de apoio suficiente para fazer as reformas ainda na agenda do mercado; um alto poder conspiratório, maquiavélico, que estaria na base de sua personalidade desagregadora; e ainda uma absoluta falta de carisma.

O candidato governista, portanto, segundo as análises de mercado, teria dificuldades para agregar o apoio dos setores tradicionais, capazes de lhe transferir votos; e também não conseguiria compensar apoios perdidos da base aliada de FHC com o apelo direto ao eleitor. Se, antes, o "fator Lula" era considerado o motor do ataque especulativo ao país, passava-se a atribuir esse risco também a um "fator Serra", por sua incapacidade de se contrapor ao risco de vitória do candidato petista.

No dia 7 de maio, o PFL intensificou a pressão sobre o PSDB, ao divulgar uma nota reiterando o pedido para substituição de Serra logo após um encontro do presidente do partido, Jorge Bornhausen, com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Relata matéria do *Estadão*:

"Na nota, Bornhausen afirma que para vencer a eleição presidencial deveria ser mantida a coligação entre PSDB, PFL, PMDB e PPB. E o candidato a ser escolhido teria de demonstrar as melhores condições de vitória. Segundo o presidente pefelista, pesquisas recentes dos Institutos Sensus e GPP evidenciam o avanço do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, especialmente na pesquisa espontânea, e a queda da candidatura tucana. Bornhausen diz na nota que a renúncia é um ato unilateral de vontade, mas insiste que ainda há tempo hábil e suficiente para a consolidação de uma nova candidatura agregadora politicamente" ("PFL insiste na saída de Serra e amplia crise", João Domingos, OESP, 8/5/2002).

O PFL jogou com a instabilidade do mercado financeiro para tentar recompor uma aliança com o PSDB sem Serra na cabeça da chapa. Se o mercado já operava com as pesquisas desfavoráveis ao candidato tucano, a ofensiva do PFL contra Serra deu aos movimentos especulativos um novo combustível: a certeza de que as chances de vitória do pré-candidato governista eram mínimas. O partido conservador potencializou um desânimo já existente no mercado, explicado da seguinte forma, já no final do mês de maio, por Geoffrey Dennis, estrategista-chefe de Bolsa para a América Latina do Salomon Smith Barney (SSMB).

"O problema é que em 1994 Fernando Henrique tinha um grande gatilho para crescer, que era o Plano Real. E nós [o mercado] não estamos vendo um gatilho agora para que o candidato do governo cresça nas pesquisas, seja ele Serra ou outro nome. Talvez esse gatilho seja a campanha na TV. Ou o exemplo da situação social em outros países — principalmente um caso recente de voto extremo que elegeu alguém que não vou dar o nome mas você sabe de quem estou falando (ele se refere a Hugo Chávez, presidente da

Venezuela) – faça com que as pessoas acabem optando pela confiabilidade do candidato do governo" ("Serra precisa de 'gatilho', diz analista", Sérgio Dávila, FSP, 1/5/2002).

As matérias dos jornais alimentadas pelo PFL e os boatos de mercado se retroalimentaram até praticamente o meio do mês. A conhecida falta de capacidade de articulação política do candidato, que jamais havia sido mencionada pelos "operadores" ou "analistas" nos momentos anteriores, passou a ser o centro das preocupações e justificava os boatos sobre uma possível renúncia de Serra. Na coluna Painel, da Folha de São Paulo, de 4 de maio, é possível ver como as pressões se articulam no mundo político e no mundo financeiro. "FHC disse a dois interlocutores nesta semana que não está preocupado com o crescimento de Lula, que ainda é 'o mesmo candidato que já perdeu três eleições'. O que preocupa o presidente é a dificuldade de Serra em fazer alianças, ganhar apoios e deslanchar na campanha", diz uma nota ("Problemas internos", Painel, FSP, 4/5/2002). "Boato espalhado ontem no mercado financeiro: o presidenciável tucano José Serra será substituído na chapa tucana", afirma a nota seguinte ("Ação desestabilizadora", Painel, FSP, 4/5/2002).

Neste período de "ataque especulativo" a Serra, caíram por terra as convicções do mercado na capacidade de recuperação do candidato tucano. Antes, os jornais relatavam que a maioria do mercado ainda acreditava no conservadorismo do eleitorado, mas especulava por antecipação, acreditando que outros agentes iriam fazê-lo, diante das pesquisas desfavoráveis a Serra. Os diagnósticos sobre as fracas chances de decolagem de sua candidatura e as especulações em torno de sua desistência marcaram presença, praticamente juntos, no noticiário financeiro:

"A crise política tucana provocou uma alta na desconfiança dos investidores na economia brasileira e turbulências nos mercados financeiros domésticos. (...) A crise da candidatura do senador José Serra à Presidência foi detonada pelas denúncias contra Ricardo Sérgio, ex-diretor do Banco do Brasil e tesoureiro de campanhas do PSDB. (...) 'O mercado doméstico já comentava há dias e até esperava uma capa da 'Veja', que daria um banho de água fria na candidatura de Serra', afirma Luiz Antonio Vaz das Neves, da corretora Planner. (...) Para Alan Gandelman, da corretora Ágora Sênior, o mercado apenas se ajusta ao cenário eleitoral. 'Antes ninguém cogitava uma vitória do Lula. Agora é hora de embutir esse risco nas cotações.' (...) O mercado especulava que, desse encontro [entre Bornhausen e FHC], poderia sair até um novo nome para assumir o posto de atual candidato governista. Logo em seguida, analistas afirmavam que o mercado iria comemorar com

euforia uma eventual desistência de José Serra de disputar as eleições" ("Crise tucana eleva risco de investir no Brasil", Ana Paula Ragazzi, FSP, 7/5/2002).

"O grande dilema da candidatura José Serra após a reportagem da revista Veja" é que sua campanha já estava passando por um momento altamente delicado pelo fato de estar estagnada nas pesquisas de intenção de voto. Por essa razão, os desdobramentos políticos da reportagem podem ser críticos, segundo Christopher Garman, da Tendências. O medo do PSDB é que o assunto se prolongue nos noticiários, prejudicando Serra nas pesquisas, algo que poderia causar problemas políticos mais sérios para sua campanha, além de afetar a economia" ("Alto risco", Painel S.A., FSP, 7/5/2002).

"As denúncias contra o ex-diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-tesoureiro da campanha de José Serra (PSDB), fizeram ontem estragos no mercado. (...) Os investidores temem que as acusações prejudiquem o desempenho de Serra, o candidato preferido do mercado, aumentando a vantagem de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas pesquisas. (...) Para [o economista Roberto] Padovani, [da Tendências Consultoria Integrada], as denúncias evidenciam que, além da oposição de boa parte do PFL e de alguns setores do PMDB, Serra tem dificuldades no seu próprio partido. O diretor de Renda Variável do banco Lloyds TSB, Pedro Thomazoni, é outro que destaca a dificuldade de Serra para unir a base governista. Para ele, os investidores reagiram de maneira defensiva também por temer que o bombardeio sobre o tucano possa crescer, pois ele coleciona adversários. Os operadores chegam até mesmo a cogitar a substituição da candidatura Serra. 'Acho essa hipótese prematura, mas os investidores acabam levando isso em conta na hora de negociar', afirma Padovani" ("Em mais um dia nervoso, risco Brasil e dólar sobem", Sérgio Lamucci, OESP, 7/5/2002).

"O mercado acabou sendo afetado ontem pelas denúncias publicadas pela revista 'Veja' envolvendo o ex-diretor do BB e ex-tesoureiro de campanha de José Serra, Ricardo Sérgio. (...) Ao que tudo indica, se pressões para tirar Serra do páreo se limitaram à suposta cobrança de comissão sobre a venda da Vale do Rio Doce, feita por Ricardo Sérgio, o candidato do PSDB continuará na disputa. Agora, se surgirem novas denúncias, o quadro da sucessão deve se complicar afetando diretamente o comportamento dos papéis brasileiros no mercado nacional e internacional. (...) O maior problema, segundo os analistas de mercado, é o efeito nocivo sobre a candidatura Serra, que vem andando de lado nas pesquisas. Outro ponto lembrado é o fato de a denúncia (...) ter sido confirmada por dois tucanos importantes, o quase ex-ministro Paulo Renato e o ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros. Para o mercado, trata-se de um sinal claro de que Serra, já rompido com o PFL e com problemas na definição do seu vice do PMDB, não consegue unir sequer seu partido" ("Mais volatilidade", OESP, Editorial do caderno de Economia de 7/5/2002).

Enquanto as denúncias retesavam o mercado, o PFL mantinha a corda ainda mais esticada, retardando a votação da CPMF, considerada pelos operadores e analistas como indispensável para cumprir os compromissos fiscais do governo FHC. O PFL manteve em suspenso a votação da contribuição, numa clara chantagem ao governo. Pelos jornais, Bornhausen dava ao governo uma mensagem dúbia: "O partido é independente, mas não vai agravar a crise. E (...) se o candidato a presidente da República do PSDB não for o senador José Serra (SP), não haverá nenhum impedimento para que recomponha a base" ("PFL não vai agravar a crise, avisa Bornhausen", Cida Fontes e João Domingos, OESP, 7/5/2002). O governo acabou "compensando" a CPMF e acalmou o mercado com o anúncio de um corte de R\$ 5,3 bilhões do Orçamento (mais R\$ 1 bilhão retido). O PFL segurou a votação até o mês seguinte.

A crise com o partido conservador, de qualquer forma, deflagrou no mercado a certeza da vitória de Lula. Os "boatos" e "rumores" de pesquisas que alimentaram oscilações nas bolsas, no risco país e no câmbio até quase o final do mês foram mais pessimistas do que as próprias pesquisas: os operadores passaram a apostar em Serra numa posição de lanterninha, na quarta posição, depois de Lula, Garotinho e o candidato do PPS, Ciro Gomes. O "risco Serra" foi o motor de movimentos especulativos: não mais a distância de Lula em relação a um segundo lugar de Serra passou a importar, e sim a aposta de que o candidato era incapaz, inclusive, de manter uma segunda posição e se credenciar a enfrentar Lula no segundo turno.

O registro da mudança nas "expectativas" foi feito nas matérias de finanças, que justificavam as oscilações no mercado financeiro.

"Ainda que cautelosamente, algumas instituições financeiras começam a traçar um cenário alternativo para os últimos meses deste ano, admitindo uma eventual vitória de Lula. Até o mês passado, havia consenso no mercado de que Lula seria derrotado no segundo turno por Serra e, assim, o cenário para novembro e dezembro deste ano e para 2003 era único e previa a continuidade das linhas mestras da atual política econômica. A mudança nesse cenário foi motivada pelo crescimento de Lula e pela queda de sua rejeição" ("Ajustes são bem recebidos por investidores", Sérgio Lamucci e Rita Tavares, OESP, 15/5/2002).

[&]quot;Em seu dia de maior tensão, segunda-feira, o mercado especulava que o pré-

candidato José Serra (PSDB) cairia para o quarto lugar na preferência do eleitorado. Segundo as sondagens do Datafolha e do Vox Populi, ele se mantém em segundo lugar. Para Alexandre Maia, economista-chefe da GAP Asset Management, nos últimos dias, além da especulação característica de mercado, os indicadores passaram por uma 'reprecificação'. 'O mercado passou a embutir o risco de a oposição vencer as eleições deste ano, o que ainda não estava nos preços', afirma" ("Indicadores se mantêm em níveis positivos", Ana Paula Ragazzi, FSP, 16/5/2002).

"O mercado voltou a especular sobre os resultados de pesquisas de intenção de voto para as eleições deste ano. O boato de ontem era que o PSDB teria encomendado uma sondagem e não a teria divulgado pelo fato de ela mostrar que o pré-candidato do PSB, Anthony Garotinho, teria ultrapassado em um ponto o pré-candidato do governo, José Serra. Para esta semana, está prevista a divulgação de pesquisa do Ibope" ("Após quatro altas, Bovespa cai 0,24%", Ana Paula Ragazzi e Sérgio Ripardo, FSP, 21/5/2002).

"Muitos investidores começaram a considerar que a probabilidade de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ganhar as eleições não é desprezível, o que levou a uma procura pelo dólar e a uma venda dos títulos da dívida externa brasileira. (...) Quando alguns temiam que o dólar voltasse a subir descontroladamente, o mercado começou a se acalmar. O fato de José Serra (PSDB) ter permanecido no segundo lugar nas pesquisas, mesmo depois das denúncias contra o extesoureiro de sua campanha, foi considerado positivo pelos investidores, ainda que Lula continue bem à frente nas pesquisas" ("Eleições e Copom ditam humor do investidor", Sérgio Lamucci, OESP, 21/5/2002).

O fator Serra, no dia 23, ainda alimentava as especulações no mercado: "Houve boatos sobre pesquisas de intenção de voto para as eleições e sobre um suposto dossiê contra o marido de Rita Camata, deputada indicada pelo PMDB para ser vice na chapa de José Serra (PSDB)" ("Dólar atinge maior cotação neste ano", Ana Paula Ragazzi, FSP, 23/5/2002).

A ofensiva anti-Serra foi detectada pelo próprio candidato: ele se afirmou vítima de um "ataque especulativo" que, "na essência, vem da direita". ("Estou sob ataque especulativo", diz Serra", Luciana Nunes Leal, *OESP*, 11/5/2002). Num excesso de otimismo, no dia 16 o comando de campanha do candidato afirmava: "Está superada a fase da agenda negativa, dos ataques para desestabilizar a candidatura Serra", segundo o líder tucano na Câmara, Jutahy Júnior (BA) ("Ataque especulativo" a Serra acabou, avalia PSDB", Christiane Samarco, *OESP*, 16/5/2002).

O movimento, no entanto, já havia feito seu estrago e consolidado a opinião, nos mercados, de que o candidato governista tinha sérias restrições eleitorais. A dinâmica interna do mercado, de interagir rapidamente a boatos sobre pesquisas e ao ambiente de guerra insuflado pelo PFL contra o candidato, contaminou em definitivo o capital financeiro internacional. Num seminário sobre mercados emergentes realizado pela agência de classificação de risco Fitch Ratings no dia 29 de maio, a avaliação foi absolutamente pessimista em relação às chances do candidato governista:

"Para o diretor da Fitch, Roger Scher, o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, tem a sua melhor chance dos últimos 12 anos de vencer. 'E essa chance não é porque a economia brasileira está tendo uma performance horrível, o que não é o caso, mas sim porque o candidato do governo é fraco'."

Restava a esperança de que a própria instabilidade do mercado, alimentada por investidores, desse um alento ao candidato governista.

"Ele [Scher] salientou que a candidatura de José Serra (PSDB) poderá se beneficiar com a instabilidade na Argentina e na Venezuela, transmitindo aos eleitores um alerta de que isso poderá se repetir no País, caso Lula vença. 'Mas Lula poderá também usar essas crises para sustentar a tese do fracasso das teses do liberalismo econômico.' (...) Scher disse ter dúvida se, caso eleito, Serra terá a mesma capacidade de liderança do presidente Fernando Henrique, que fez reformas sustentado em forte coalizão no Congresso" ("Eleição volta a ser vista como 'fator de risco' por analistas", João Caminoto, OESP, 30/5/2002).

O "ataque especulativo" contra Serra foi tão intenso que o PT assumiu a estratégia de não alimentar a crise. Alguns petistas, por razões ideológicas, manifestaram-se publicamente a favor de Serra. "Isso não desqualifica Serra como candidato [as denúncias envolvendo o ex-tesoureiro do candidato]. Parece mais com uma tentativa do PFL de responder àquilo que aconteceu com a Roseana do que com uma coisa séria. (...) Quem quer a seriedade do processo eleitoral sabe que a polarização Lula-Serra é aquela que interessa mais ao País, é a mais moderna, mais desenvolvida e mais qualificada", disse Tarso Genro, então candidato ao governo do Rio Grande do Sul. ("Tarso Genro vê conspiração contra Serra", Elder Ogliari, OESP, 14/5/2002).

O PT decidiu não apoiar um pedido de instalação de uma CPI para investigar as

denúncias contra Ricardo Sérgio nem entrar em "guerra de dossiês" para não "acabar contribuindo para imprimir um clima de turbulência à campanha eleitoral". ("Quanto menos quente, melhor", coluna Dora Kramer, *OESP*, 10/5/2002).

"Na prática, neste momento o PT considera a troca de candidato um fator de tumulto no processo e uma perigosa concessão a setores mais atrasados da sociedade. Mercadante enxerga, inclusive, a participação de gente ligada ao PSDB no que chama de operação anti-Serra. 'Ele está sendo atacado por seus defeitos, mas também por suas virtudes'" (idem).

A mesma coluna reproduz frase de Mercadante, negando a autoria da divulgação das denúncias contra o ex-tesoureiro. "Se eu tivesse um tiro desse para dar, e se esse fosse o meu estilo, não daria agora, deixaria para disparar quando o nome de Serra tivesse deslanchado" (idem).

A animosidade contra o candidato tucano veio a arrefecer apenas depois do anúncio do corte de gastos feito pelo governo. Mas a má vontade com Serra chegou a tal grau que o *Estadão* – que no mês anterior fez coro com o mercado, em seus editoriais, ao atribuir única e exclusivamente a Lula o mau humor do mercado – expandiu a culpa para o PFL e o próprio Serra. O PFL era culpado pela obstrução da emenda que prorrogava a CPMF. E Serra, pelo seu perfil desagregador. Tratava-se, segundo o jornal, de uma "síndrome de orfandade": o mercado se ressentia, de antemão, da impossibilidade de manter a "competência técnica" dos governos FHC.

"O pessimismo dos agentes econômicos deriva da convicção de que o saneamento das finanças nacionais, por incompleto que esteja, se deve exclusivamente à competência técnica e, principalmente, política, dele, Fernando Henrique Cardoso, que lhe permitiu levar adiante um projeto de Estado e uma política econômica com que o seu sucessor ou não concorda (no caso de Lula) ou, concordando, enfrentará enormes dificuldades políticas para consolidar (caso de Serra)" ("Síndrome da orfandade", Editorial, OESP, 11/5/2002).

Ainda assim, o jornal não deixa de apontar Serra como a solução para o suposto impasse:

"Felizmente, para a economia nacional, a pesquisa que está sendo publicada hoje pela revista 'IstoÉ' registra efeitos positivos para a candidatura Serra" (idem).

A neutralização da pressão do PFL sobre o governo e seu candidato, via cortes orçamentários, mudou a disposição do mercado para com Serra. Após o anúncio do nome de Rita Camata para disputar a Vice-Presidência na sua chapa, ainda surgiram especulações sobre possíveis denúncias comprometendo o marido da deputada. Em seguida, no entanto, os agentes do mercado descarregaram na nova candidata as expectativas de reação do tucano nas pesquisas.

"O mercado de ações está tão desmotivado que nem mesmo o recuo de José Serra na pesquisa CNT/Sensus para o terceiro lugar mexeu com os negócios. (...) Operadores disseram que o mercado espera uma nova pesquisa para confirmar, ou não, o terceiro lugar do candidato tucano. 'É claro que ninguém gostou do resultado, foi muito ruim para o Serra. Mas vamos ver se essa tendência se confirma', disse um deles, lembrando que a Bolsa paulista não tem muito espaço para cair. (...) O fato é que o mercado parece acreditar na reação da candidatura Serra" ("Ibovespa sobe 0,99%, em pregão desmotivado", OESP, 28/5/2002).

Aproveitando o fluxo de boa vontade do mercado, Serra tratou de se afirmar perante os agentes financeiros como a continuidade do governo FHC. A ação mais concreta nesse sentido foi o anúncio de que manteria Armínio Fraga na presidência do Banco Central caso fosse eleito. Tratava-se de diluir o que o editorial do *Estadão* chamou de "síndrome de orfandade".

3.4. Pedro Malan, na linha de frente

A ofensiva contra Serra, todavia, não aliviou as pressões sobre o candidato petista. Da mesma forma que houve, no mês de maio, uma visível articulação de interesses do PFL e do mercado, na tentativa de demover do cenário a candidatura de Serra, houve uma clara sintonia entre mercado e governo para adaptar a candidatura petista às exigências do capital. Malan continuou o porta-voz do receituário para acalmar o mundo financeiro – e, mais uma vez, o alvo foi o documento "Diretrizes para um Programa de Governo", do PT. No dia 9 de junho, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu liminar a uma representação apresentada pelos partidos de oposição, entre eles o PT, contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, suspendendo temporariamente o impedimento para que União, Estados e municípios tomassem empréstimos para pagar salários e custear a máquina administrativa. Mercado e Malan, simultaneamente, incluíram a representação apreciada pelo STF no rol dos "temores" de um governo petista, como um forte indício de que o partido, ou seu candidato, não tinham compromissos com o equilíbrio fiscal.

Os jornais não apenas reproduziram o discurso de Malan e do mercado, mas o assumiram - não de forma unânime, mas cada vez mais como um dado a ser considerado nas análises sobre o conturbado momento econômico. No dia 5 de maio, a coluna de Sonia Racy, no Estadão, sob o título "Back to the future?", afirma que o mercado, sem a certeza que tinha da vitória de Serra duas semanas antes, tirou da gaveta o "Diretrizes para um Programa de Governo", que teria circulado intensamente entre os players ("mesmo [entre] os que nutrem profundo desprezo pelos analistas de mercado e pelos papers dos bancos estrangeiros"). Passando pela frase que prega "ruptura com o atual modelo econômico, fundado na abertura e na desregulamentação radicais da economia nacional e consequente subordinação de sua dinâmica aos interesses e humores do capital financeiro globalizado", lembra em seguida que o documento critica o modelo neoliberal e propõe "vários programas enfatizando o social e um Estado fortalecido". Para atender ao compromisso social, relata a coluna, "Diretrizes" sugere uma "profunda alteração no perfil do gasto público envolvendo a redução da vulnerabilidade externa e a recomposição das finanças públicas". E conclui: "Como recomposição das finanças públicas, os players do mercado entendem uma renegociação

da dívida pública. Adrenalina nas veias, imaginam o calote e batem em retirada." ("Back to the future?", Sonia Racy, *OESP*, 5/5/2002).

No dia 7 de maio, Malan, no 14º Fórum Nacional, afirmou que "um bom atenuador" do aumento do risco Brasil relacionado com o crescimento de Lula nas pesquisas "seria a oposição assumir o compromisso com grandes temas como responsabilidade fiscal, câmbio flutuante e sistema de metas de inflação" ("Ministro culpa falta de compromisso da oposição por aumento do risco Brasil", Adriana Chiarini e André Palhano, OESP, 8/5/2002). Dois dias depois, em uma entrevista à Rádio Eldorado, ele afirmou que era "estapafúrdio" o envolvimento do "principal partido de oposição" no plebiscito da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) sobre o pagamento da dívida.

"Aparentemente, embora não tenha havido nenhum reconhecimento do erro em que incorreram ao se empenhar tão profundamente no plebiscito, essa idéia foi abandonada. (...) Seria muito importante para o País e para seu futuro que os candidatos deixassem claro, sem qualificações que anulem o objetivo, que têm, sim, o compromisso com a preservação da inflação sob controle, com a responsabilidade fiscal, com respeito a contratos. Eu acho que estariam fazendo um grande serviço ao País se fizessem com clareza este compromisso" ("Malan defende permanência da CPMF", Patrícia Campos Mello, OESP, 10/5/2002).

Doze dias depois, no programa Roda Viva, da TV Educativa, afirmou que

"o PT precisa 'comunicar seus militantes' sobre as reformulações de suas propostas, até mesmo sobre a moratória da dívida externa. Para o ministro, 'pairam dúvidas na mente de muitos do grau de compromisso crível com essas questões (controle da inflação, respeito a contratos, responsabilidade fiscal, estabilidade macroeconômica e criação de bases para um desenvolvimento sustentado) no Brasil', o que favorece o clima de incerteza" ("Malan ironiza mudança do PT e pede seriedade a todos", OESP, 22/5/2002). "Presumo que, em algum momento, haverá uma decisão do diretório nacional (do PT) dizendo: 'Olha, nós mudamos de opinião.' E não tem nada ruim em mudar de opinião, especialmente quando na direção correta" (idem).

A repetição desse discurso fartamente divulgado pelos jornais se intensificou em maio e entrou pelo mês de junho até quase o seu último dia, quando o PT, enfim, reuniu o seu diretório para sacramentar sua opção pelo centro ideológico e poucos dias depois divulgou oficialmente um programa de governo reiterando o que Lula dizia em seus

discursos para acalmar o mercado. A pressão sobre o PT foi registrada com frequência pelos jornais – aliás, incomum, já que, segundo a boa técnica jornalística, afirmações e fatos repetidos tendem a ser preteridos, em favor de fatos e declarações novas. Assim, os jornais se dispuseram a mediar as pressões do mercado, das quais Malan era o tradutor, ou porta-voz:

"O ministro insistiu que, seja quem for o vencedor das eleições de outubro, será importante que ele assuma o governo e garanta a preservação do controle da inflação, sem tergiversações. 'Sem aquelas qualificações todas que dizem: vamos preservar a inflação sob controle, mas, porém, contudo, todavia...', ironizou. De acordo com o ministro, são atitudes assim que levantam suspeitas sobre o comportamento que alguns candidatos podem adotar caso vençam as eleições. 'Não basta dizer que somos a favor da responsabilidade fiscal e ao mesmo tempo ter tantas qualificações, tantas idéias de que seu preço não pode ser às custas e às expensas de outras coisas, que levam à dúvida sobre a natureza real do compromisso com a responsabilidade fiscal', afirmou. O mesmo raciocínio foi utilizado para justificar a importância do respeito aos contratos" ("Resposta às turbulências é o respeito aos contratos", Renato Andrade e José Ramos, OESP, 15/5/2002).

"O ministro diz que a explicitação dos programas dos candidatos seria saudável ao País e à governabilidade. Para ele, a estabilidade de preços e um regime fiscal responsável não são conquistas questionáveis, pois não pertencem ao governo e sim à sociedade. Sem mencionar nomes, ele observa a inconsistência de formulações em que o candidato diz que o controle da inflação é fundamental, mas critica métodos de controle como o sistema de metas usado pelo Banco Central, por considerá-lo muito rigoroso e mais próximo dos padrões do Primeiro Mundo" ("Para Malan, o fundamental é manter a governabilidade", OESP, 17/5/2002).

A partir do mês de junho, Malan acrescentou outro elemento ao rol de pressões sobre o partido de Lula: sugeriu publicamente que o presidente eleito em outubro indicasse um diretor para o Banco Central logo depois das eleições, garantindo assim uma "transição tranqüila". No final do mês de maio, o candidato do PSDB convidou publicamente o presidente do BC, Armínio Fraga, para continuar no cargo, se eleito. Seria uma iniciativa destinada a angariar simpatias e adesões junto aos candidatos oposicionistas, em especial Lula, cujo favoritismo se confirmava nas sucessivas pesquisas. Não deu certo: Lula recusou a insinuação. Ainda assim, depois da divulgação da "Carta ao Povo Brasileiro" pelo PT, num depoimento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Malan foi mais ousado: chegou a defender a permanência de Armínio Fraga no governo que seria eleito em outubro, mesmo que por

alguns meses:

"'Quem vencer as eleições só teria a ganhar ao preservar o Armínio Fraga por um tempo, por uns meses, para garantir uma transição menos turbulenta. Seria um enorme sinal', disse [Malan], em depoimento na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado, ontem pela manhã. (...) Para Malan, outra medida que contribuiria para reduzir a volatilidade do mercado financeiro seria a votação, ainda neste ano, da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) do artigo 192, que autorizaria o Congresso a aprovar o projeto de lei que garantiria autonomia operacional ao BC" ("Malan defende Armínio no BC no pós-FHC", Leonardo Souza e Julianna Sofia, FSP, 26/6/2002).

Dois dias depois, em Londres, numa reunião com investidores estrangeiros, o próprio Fraga chegou a admitir a possibilidade de ficar no BC, com Lula ou Serra, mesmo afirmando que não havia sido convidado pelo candidato petista, e chegou a impor condições – assim como foi dele, segundo Malan, a idéia de colocar no BC um diretor indicado pelo presidente eleito, depois das eleições:

"No caso do candidato do PSDB, ele confirmou já ter sido até convidado para ficar no posto, mas no caso de vitória da oposição, Fraga condiciona sua permanência à continuidade da atual orientação na sua área de atuação, lembrando que até agora não teve nenhum convite ou contato com o candidato.

Indagado se acredita ter havido, nesses últimos meses, uma evolução da oposição, aproximando-se e assimilando mais a linha atual da política econômico-financeira, o presidente do BC foi bem claro: 'Creio que sim, e transmiti isso aqui em Paris a esse grupo de investidores franceses, banqueiros e analistas reunidos na sede do BNP-Paribas.' Na véspera, ele havia agido da mesma forma num contato fechado com os representantes da City londrina" ("Fraga admite continuar, com o PSDB ou o PT", Reali Júnior, OESP, 28/6/2002).

O presidente do BC, Armínio Fraga, reforçou as pressões de seu colega da Fazenda, afirmando que os candidatos tinham "o direito de terem suas próprias propostas econômicas, desde que seus objetivos finais sejam adequados, como o controle da inflação"; e que, embora não houvesse nos programas dos candidatos nada que justificasse uma preocupação do mercado, preocupava "uma certa incoerência".

"O que ainda não pegou foi a visão de que aprendemos as lições do passado. Toda nossa história de hiperinflação, de década perdida, traz lembranças terríveis. E a minha leitura do que aconteceu, e o que aconteceu

veio primeiro nos mercados e não nessas análises, tem a ver com isso. Tem a ver com essa sensação de que, puxa vida, será que as coisas vão continuar no caminho certo? (...) Não quer dizer que esteja tudo bem. Aliás, os fundamentos da economia brasileira não são bons. Eles estão bem, no caminho certo. Mas isso pode mudar" ("Fraga cobra dos partidos aprovação da CPMF", OESP, 14/5/2002).

Embora o PT nunca tivesse, mesmo depois de eleito, assumido publicamente a idéia de manter Fraga numa "transição" de governo, na prática isso acabou acontecendo: ele permaneceu à frente do BC até a nomeação, e a aprovação pelo Senado, do nome de Henrique Meirelles para substituí-lo.

3.5. O PT na parede

O PT dividiu as atenções e "ataques especulativos" do mercado com o candidato tucano, mas isso não quer dizer que mercado e governo tenham aliviado a carga de munição dirigida contra o candidato petista. As pressões sobre o partido para oficializar em seu programa as mudanças de posição registradas no discurso de seu candidato presidencial se avolumaram e uniram os discursos de mercado e equipe econômica do governo. No meio do mês de maio, quando havia uma clara ofensiva do mercado contra Serra, a candidatura petista teve que enfrentar o que designou de "operação casada" do governo e do PSDB, centrada no discurso "Lula e o PT falam uma coisa e fazem outra". Essa operação transcendeu uma mera pressão para que o petista e seu partido reformulassem o programa. Neste caso, a intenção era firmar junto ao mercado financeiro Serra como o candidato capaz de se opor à esquerda, e também de devolver ao "risco Lula", para o público eleitor, a responsabilidade pelas oscilações de mercado, ou seja, tirar o candidato tucano do centro do tiroteio do mercado. Serra, Malan, Fraga e FHC, nesse momento, assumiram o mesmo discurso.

O PT teve que oscilar entre táticas defensivas diferentes: tentar aproximação com os empresários e o mercado financeiro, afinar um discurso econômico moderado sem colidir com o desejo de mudança do eleitor – responsável, afinal, pelo constante crescimento de Lula nas pesquisas - e reinterpretar as decisões anteriores do partido, para o público externo, como palatáveis ao mercado e ao status quo. Seria, teoricamente, a forma de posteriormente apresentar um programa de governo definitivo - as "Diretrizes", afinal, seriam apenas diretrizes – sem passar ao eleitor e ao seu próprio púbico interno - em particular às facções de esquerda - a impressão de que teria capitulado às pressões do capital financeiro e do governo. As declarações sobre o Fundo Monetário Internacional traíam todo o incômodo dessa tática contraditória: "Diretrizes" pregava denunciar o acordo com o Fundo, mas o novo PT, "light", jurava pela manutenção dos contratos. O assessor econômico de Lula, Guido Mantega, um dos escalados pelo partido para acalmar o mercado, não conseguiu resolver essa contradição, por exemplo, numa entrevista à Folha, no dia 5 de maio. Durante toda a entrevista, ele reiterou o compromisso do PT com as metas de inflação, o equilíbrio fiscal e o câmbio flutuante, mas derrapou quando lhe perguntaram qual a relação de um governo petista "O Brasil não deve nada ao Fundo é já é crescidinho para ter um tutor. Não precisamos do Fundo. (...) A conduta do FMI não tem sido muito eficiente. O governo do Lula não se submeteria a esse tipo de regra. Mas, se anunciarmos nossa estratégia e o Fundo concordar, tudo bem. O Fundo pode até ser menos rígido com um governo petista" ("Lula não vai renovar com FMI, diz Mantega", Márcio Aith, FSP, 5/5/2002).

No dia 22, contestando as afirmações de Fernando Henrique de que o país corria o risco de virar uma Argentina, Lula enfrentou a mesma contradição inerente à tática defensiva da campanha: "Vejam só: a Argentina fez tudo o que os outros queriam e agora está esquecida. (...) Não permitiremos jamais que o Fundo Monetário Internacional (FMI) determine o tipo de política e o ajuste fiscal que vamos fazer aqui porque, se a gente não tomar conta do nosso nariz, colocam uma cangalha no nosso pescoço" ("Lula diz que não aceitará ajuste ditado pelo FMI", Kazuo Inoue, OESP, 22/5/2002). O então deputado Aloizio Mercadante, no entanto, já abrira a porta para uma possível revisão de "Diretrizes", em entrevista ao Estadão. Indagado se o que valia era o documento do partido, que pregava o rompimento com o FMI, ou o discurso de Lula, que garantia a manutenção dos contratos, afirmou: "A palavra do Lula. Mas vamos aguardar nosso programa econômico. Haverá uma versão final em junho" ("O Brasil mudou para melhor"; Mariângela Hamu, Maria Aparecida Damasco, Vera Rosa e Silvio Bressan, OESP, 26/5/2002).

Existia também uma contradição intrínseca entre os protestos dos petistas contra as tentativas de imposição de um programa ao partido, pelo mercado e pela equipe econômica do governo, e a constante reiteração do que o mercado queria ouvir: respeito a contratos, metas de inflação e câmbio flutuante. O exemplo máximo dessa ginástica discursiva – algo como "o PT mudou mas não capitulou" – foi uma entrevista dada por Lula à rádio CBN. "Queremos romper com esse sistema econômico, sim. (...) Não temos de ter medo de dizer essas coisas." Em seguida, esclareceu que "ruptura" não era desrespeito aos contratos nem a defesa da reforma agrária com invasão de propriedades. "O fato de o Brasil ser governado pelos Bragança há 500 anos e eleger um Silva já é uma ruptura. (...) Não tem calote", garantiu. O PT radicalizaria, segundo Lula, no combate à fome e à miséria. "Serei o governo dos grandes acordos políticos, da resolução dos grandes conflitos", disse. E defendeu uma meta de inflação inferior à

estabelecida pelo governo de FHC ("'Queremos romper com o sistema econômico, sim", Vera Rosa, *OESP*, 21/5/2002).

Um dia depois, em entrevista a 60 correspondentes estrangeiros, Lula condenou o "terrorismo barato" do mercado, mas afirmou como "ponto de honra" de seu programa de governo honrar compromissos internacionais e manter a inflação baixa. Garantiu a eles que honrar a dívida era "uma decisão do congresso do partido" ("Lula critica 'terrorismo barato' do mercado", Wilson Tosta e Luciana Nunes Leal, *OESP*, 14/5/2002).

Da mesma forma, em um café da manhã com operadores de mercado e corretoras e economistas de banco, o deputado Aloizio Mercadante foi duro ao afirmar: "O Brasil não pode ter só a agenda que vocês querem: eu, por exemplo, saio daqui, desse almoço delicioso, e vou para Heliópolis, onde uma menina de seis anos leva um tiro na boca saindo da escola." Em compensação, garantiu que o partido, uma vez no governo, honraria as dívidas interna e externa e que apenas as condições macroeconômicas poderiam determinar o ritmo da redução dos juros ("Mercado financeiro não pautará PT, diz Mercadante", Maria Inês Nassif, FSP, 21/5/2002). No mesmo dia, Lula iria claramente incluir um acordo com o FMI no rol de contratos a serem honrados, caso fosse eleito. Disse o pré-candidato:

"Obviamente vai caber à atual equipe econômica até 31 de dezembro fazer o acordo necessário. Se não fizer, vamos ter de fazer, porque nós pretendemos assumir os compromissos assumidos por este país. (...) A renegociação do acordo com o FMI deverá ser uma das primeiras tarefas do novo governo, já que o atual vence em dezembro" ("Lula aceita fazer novo acordo com o FMI", Fábio Zanini, FSP, 21/5/2002).

A confusão ideológica espraiou-se por outros temas – e em regra as declarações eram seguidas de recuos. No final de abril, por exemplo, já com prenúncios de um ataque especulativo, em acordo com os programas anteriores do partido, que defendiam o imposto progressivo, Lula propôs desonerar a classe média, instituindo faixas de imposto de renda que variassem de 5% a 50%. Diante da reação – do candidato tucano, de tributaristas e do mercado, sob o argumento de que a idéia poderia afugentar investidores –, recuou, dizendo que falava em tese. A alíquota de 50% do IR, no entanto, fez passar despercebida outra declaração feita pelo candidato no mesmo dia:

"Nós queremos o capital externo, nós não queremos é a submissão ao capital externo. Nós queremos fazer o que a China está fazendo. A China é comunista, mas, nenhum país capitalista tem medo de investir lá porque o país tem regras claras nessa área" ("Lula propõe que alíquotas do IR variem de 5% a 50%", Luiz Francisco, FSP, 26/4/2002).

3.6. Especulando com a política

A explosão do dólar em 2002 fica visível na ilustração 1, onde figuram as curvas da cotação da moeda americana em reais naquele ano e nos quatro seguintes, correspondentes ao mandato de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República. Na média ponderada do mês, o dólar oscila entre janeiro e abril de 2002, toma impulso a partir de então e chega ao seu auge no período que antecede e ultrapassa um pouco o primeiro turno, declinando a partir de então. Nos anos seguintes ele declina, chega no patamar do início de 2002 em meados de 2005 e em 2006 mantém-se em estabilidade abaixo daquele patamar.

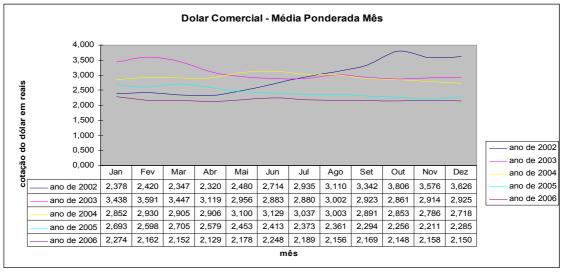


Ilustração 1

Nos meses de janeiro, fevereiro e março, as oscilações do dólar foram atribuídas pelos jornais e pelo mercado a razões técnicas e à situação da vizinha Argentina (ilustrações 2, 3 e 4).

Dólar – JaneiroComercial mercado de venda - em R\$/US\$

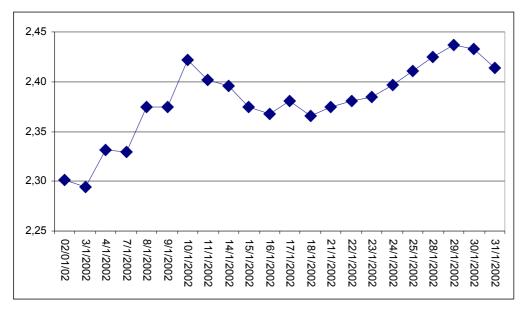


Ilustração 2 - Fonte: CMA

Dólar – FevereiroComercial mercado de venda - em R\$/US\$

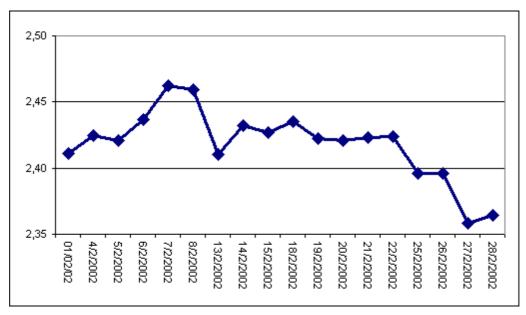


Ilustração 3 - Fonte: CMA

Dólar – MarçoComercial mercado de venda - em R\$/US\$

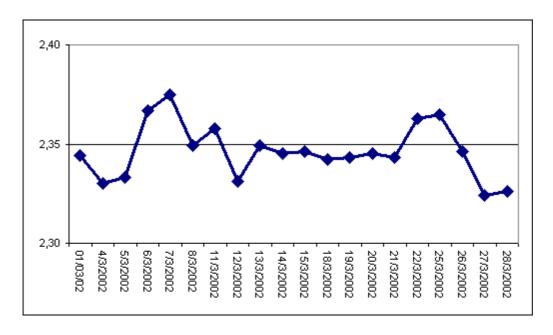
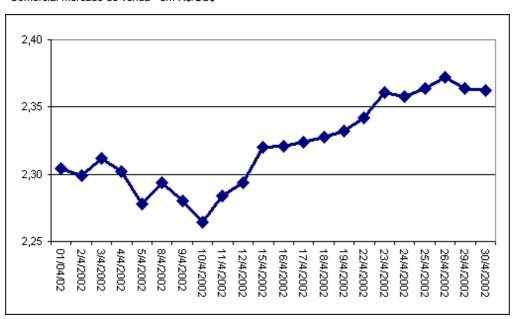


Ilustração 4 - Fonte: CMA

Em abril, os picos do dólar, segundo os jornais, tiveram motivação predominantemente política. No início do mês, embora houvesse uma razão técnica forte para isso – o fracasso de um leilão de LFTs casadas com swaps cambiais pelo Banco Central –, boatos sobre uma pesquisa semanal que divulgaria uma denúncia contra o candidato tucano, José Serra, alimentaram a especulação. Do dia 5 ao dia 8, entrou em cena a primeira pesquisa, do Instituto Datafolha, onde Lula aparecia vitorioso contra qualquer candidato no segundo turno. Também influenciaram os "humores" do mercado as manobras protelatórias do PFL para não votar a prorrogação da CPMF. Do dia 12 ao dia 16, foi motor de especulações do mercado a segunda rodada de pesquisa encomendada pelo Bank of America ao Ibope. O resultado viria a ser efetivamente noticiado no dia 16 – era a primeira pesquisa que contemplava a hipótese de desistência da candidata do PFL, Roseana Sarney (que viria a acontecer apenas depois da coleta de dados), e aferia que o principal beneficiário de sua saída do páreo eleitoral era o candidato petista.

No dia 22, abriram um novo ciclo de alta do dólar rumores de uma pesquisa do Ibope, divulgada pelos jornais apenas no dia 24, na qual Lula aparecia com 35% das

intenções de voto, Serra com 18% e o candidato do PSB, Anthony Garotinho, tecnicamente empatado com o segundo colocado, com 16%. Um dia antes, uma pesquisa do Vox Populi, divulgada apenas pelo *Jornal do Brasil*, havia conferido a Lula 39% das intenções de voto e um empate técnico menos apertado entre Serra, com 19%, e Garotinho, com 16%. Nesse período (no dia 23), as especulações ainda tiveram a contribuição da queda do ministro da Fazenda da Argentina, Jorge Remes Lenicov. Na curva de alta decorrente do clima político, o dólar chegou ao preço mais alto desde 7 de março no dia 26, arrefeceu nos dias posteriores, mas foi pego no contrapé no último dia do mês, quando os primeiros bancos estrangeiros rebaixaram a recomendação para a compra de títulos brasileiros.



Dólar – abrilComercial mercado de venda - em R\$/US\$

Ilustração 5 - Fonte: CMA

No início de maio, uma nova sucessão de altas foi alimentada pelos rebaixamentos da recomendação de compra de títulos brasileiros iniciada no último dia do mês anterior e, no dia 2 deste, por igual recomendação do banco holandês ABN Amro aos seus clientes. No final de semana subsequente (dias 4 e 5), a revista *Veja* circulou com a reportagem comprometendo o tesoureiro de campanha de Serra e exdiretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira, o que acelerou a tendência altista até o dia 13. Era a introdução do "efeito Serra" nos mercados, acirrado pela divulgação,

no dia 8, de nota oficial do PFL pressionando o PSDB a mudar seu candidato. Segundo explicações de economistas-chefes e operadores, foi este o momento em que o mercado abandonou a certeza de que a eleição seria polarizada entre Serra e Lula, o que, em suas avaliações, garantiria a vitória do tucano. No dia 8 o dólar comercial registrava cinco altas consecutivas. Os argumentos eram técnicos (grande procura de moeda americana, rumores de saída de grandes recursos de dólar no dia seguinte, volume grande de vencimentos de dívidas privadas no exterior na semana seguinte), mas turbinados pela especulação política: uma nova pesquisa da Toledo & Associados desfavorável a Serra. A especulação em torno da pesquisa (que daria um quarto lugar a Serra nas intenções de voto) provocou o aumento na cotação do dólar nos dias que se sucederam. No dia 10, sexta-feira, a pesquisa que alimentou especulações veio a público: ela registrava um segundo lugar para Serra, descolado do segundo colocado, Ciro Gomes. Já nesse dia, o dólar registrava a primeira baixa do mês, de 0,20%. No dia seguinte, no entanto, uma nova especulação, em torno agora da pesquisa do Datafolha, deu gás a outro movimento especulativo. O curioso é que o instituto apenas coletaria os dados naquele dia. O movimento especulativo foi interrompido por uma pesquisa que existia de fato, divulgada no dia 14: do Vox Populi, divulgada oficialmente no dia seguinte, que dava Lula bem na frente dos demais candidatos, com 41% das intenções de voto, mas Serra com 18% das preferências, na frente de Garotinho.

O dólar caiu nos dias seguintes, quase zerando o efeito – que deveria, pela lógica, ser positivo – da pesquisa Datafolha, ao interpretar uma declaração do ministro da Fazenda, Pedro Malan, como um sinal de que o Comitê de Política Monetária (Copom) iria baixar os juros básicos da economia, a Selic. Resistiu à divulgação de uma pesquisa Ibope feita para a agência de publicidade Premium, que apontava uma forte subida de Lula e Serra empatado com Garotinho, mas subiu novamente após a decisão do Copom de manter o patamar de juros. A partir daí, o mercado já sentia o efeito dos prejuízos causados pela alta do cupom cambial. No dia 26, o mercado não reagiu à pesquisa CNT/Sensus, que mostrava Serra em terceiro lugar, atrás de Lula e Garotinho. No final do mês, o Banco Central anunciou a antecipação, para 1º de julho, da medida que obrigava os fundos de investimento a contabilizar pelos preços de mercado todos os títulos em carteira.

Dólar – maioComercial mercado de venda - em R\$/US\$

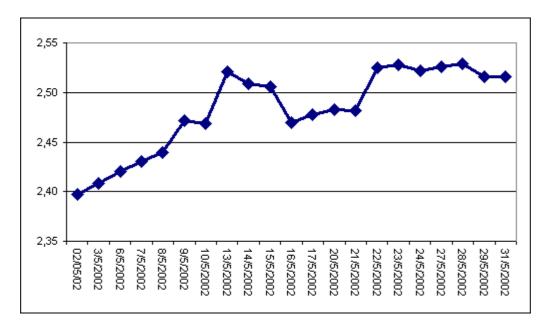


Ilustração 6 - Fonte: CMA

Na primeira segunda-feira de junho, dia 3, apesar de a notícia política ter sido positiva – uma pesquisa do Vox Populi encomendada pelo PSDB dava Serra, de novo, em segundo lugar folgado, com 20% das intenções de voto, acima de Garotinho, com 13% –, o dólar fechou com o maior valor do ano. Embora a remarcação dos títulos pelo valor do mercado antecipada pelo BC se constituísse numa razão concreta para as turbulências financeiras, ainda assim "analistas" justificaram a alta pelas dificuldades do candidato tucano de mostrar capacidade eleitoral para derrotar o petista. Reforçaram os movimentos altistas a recomendação do JP Morgan para que investidores reduzissem suas posições na Bovespa. O mercado, no entanto, já apontava problemas de excesso de liquidez de LFTs. No dia 4, a alta do dólar foi reforçada pela reclassificação de risco da Moody's Investors Service do rating soberano do país, de "positivo" para "estável". No mesmo dia, o mercado interpretou a decisão do Copom de manter a taxa de juros básica da economia em 18,5% como um sinal de risco maior da economia brasileira. No dia 5, o dólar superou R\$ 2,60. Embora os movimentos tenham sido justificados como políticos, o fato é que foram efeito direto das operações do BC que "empoçaram" os mercados de LFTs e da decisão posterior, de antecipar a contabilização dos prejuízos dos fundos de investimento. No fim da primeira semana de junho, dia 7, o dólar recuou, dessa vez pela razão política: rumores de uma pesquisa eleitoral favorável a Serra.

Na pesquisa do Ibope, divulgada na segunda-feira, dia 10, Serra estava em segundo lugar, com 21% das intenções de voto, e Garotinho tinha 16%. Pesquisa Datafolha publicada no domingo, dia 9, dava uma diferença maior ainda entre o segundo e o terceiro colocados: 21% para Serra e 13% para Garotinho. As sondagens, aliadas à ação do BC, que passou a oferecer títulos com prazos de vencimento mais curtos, acalmaram o mercado no dia 11. No dia seguinte, no entanto, o dólar teve uma alta de 2,9%, por temores de que o BC não conseguisse rolar títulos cambiais da semana (US\$ 2,354 bilhões) e boatos de reclassificação da dívida brasileira por outras agências de risco. O BC acabou anunciando a decisão de usar o direito de saque de US\$ 10 bilhões relativos ao acordo com o FMI do ano anterior para reforçar as reservas. Nesse mesmo dia, o governo anunciou aumento no superávit primário do setor público de 3,5% para 3,75% e a recompra de US\$ 3 bilhões em títulos da dívida externa, principalmente papéis com vencimento nos dois anos seguintes. Um dia depois, o BC vendeu dólares, anunciou um leilão de linhas de crédito externo para instituições financeiras com dificuldades de captação no exterior e aumentou o recolhimento do compulsório sobre depósitos a prazo. Ainda assim, o dólar fechou em alta de 0,22% em relação ao dia anterior.

No dia 18, o FMI aprovou a revisão do programa econômico do país e elevou de U\$ 4,8 bilhões para US\$ 10 bilhões a linha suplementar de crédito imediatamente disponível, de um total de US\$ 15,7 bilhões concedidos no ano anterior e que haviam sido sacados. No mesmo dia o BC iniciou a recompra de títulos da dívida externa com vencimento em 2003.

No dia 20 de junho, nova pesquisa da Confederação Nacional da Indústria/Ibope confirmou Serra num confortável segundo lugar, mas ela não teve efeitos positivos sobre os mercados. Nesse mesmo dia prevaleceu o "pânico" por conta da reclassificação de risco da agência Moody's, que rebaixou a nota do país de estável para negativa. Mesmo assim, houve uma justificativa política para a especulação: a "decepção" com o fato de Lula, com 38%, ainda manter grande distância de Serra, com 19%, na pesquisa da CNI. Depois do fechamento do mercado, foi a vez da agência de classificação de risco Fitch rebaixar o rating da dívida brasileira. No dia 21 o dólar fechou a R\$ 2,84, o nível mais elevado desde o início do Plano Real, em 1994. Agravaram o cenário

declarações do secretário do Tesouro norte-americano, Paul O'Neill, de que os EUA se oporiam a uma nova ajuda financeira do FMI ao Brasil.

Foi no período mais intenso do ataque especulativo desde o início do ano que o candidato petista, Luiz Inácio Lula da Silva, divulgou oficialmente a "Carta ao Povo Brasileiro" – um domingo, dia 23. No dia 24, a pesquisa mensal CNT/Sensus mostrou o quadro eleitoral mais favorável ao tucano José Serra desde o início da disputa oficiosa: 20,9%, isolado no segundo lugar, contra Lula com 36,1%, 4 pontos a menos que na pesquisa anterior. O Vox Populi divulgou no mesmo dia pesquisa semelhante. Além disso, dois bancos de investimento, Salomon Smith Barney e Morgan Stanley, recomendaram a compra de ativos brasileiros. E o Banco Central anunciou o aumento do recolhimento do compulsório dos depósitos de poupança de 15% para 20%. No fim do dia, o dólar fechou em queda de 2,1%, em R\$ 2,78. A Bovespa subiu 3,5% e o risco Brasil fechou em 1.524 pontos, em queda de 11%. No dia seguinte, porém, bastou o boato - desmentido - de que o candidato do PSB, Anthony Garotinho, desistiria da candidatura em favor de Lula, para que o dólar fechasse em alta de 1,62%. No dia 26,0 dólar bateu um novo recorde desde o Plano Real, fechando em R\$ 2,882, influenciado pela fraude bilionária da empresa norte-americana de telecomunicações WorldCom e pressionado por uma forte compra de empresas brasileiras interessadas em remeter dólares para o exterior.

Dólar – junhoComercial mercado de venda - em R\$/US\$

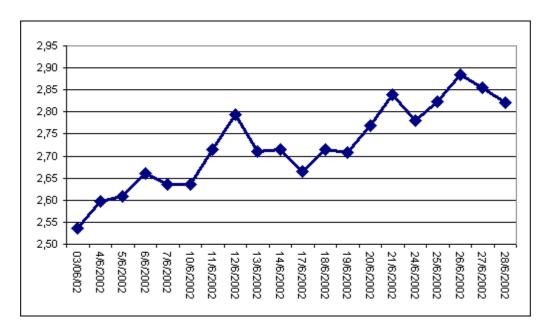


Ilustração 7 - Fonte: CMA

O mês de julho marcou o efeito Ciro Gomes sobre o mercado. Embora a forte pressão de compra da moeda norte-americana justificasse tecnicamente a subida, a especulação foi intensificada pela alta do candidato do PPS nas pesquisas eleitorais. Do dia 22 ao dia 24, o dólar, depois de acumular três altas sucessivas, foi cotado a R\$ 2,946 - outro recorde desde o início do Plano Real. No dia 25, uma pesquisa do Ibope acusava o pior dos mundos para o mercado financeiro: o candidato do PPS – a quem se atribuía propostas de calote da dívida - não apenas encostou em Lula nas preferências dos ouvidos, como venceria o candidato petista em um segundo turno por 47% a 40%. No mesmo dia o dólar atingiu os R\$ 3,00 - antes da divulgação da pesquisa pela Rede Globo, aliás, com base apenas em rumores do resultado. No mesmo dia o Brasil e o FMI iniciaram a discussão de um novo acordo, que incluiria a redução do piso de reservas e o adiamento de pagamentos à instituição. No dia 30 o governo brasileiro enviou uma missão ao FMI. Na véspera, a cotação chegou a R\$ 3,29 no meio do dia, com nova ajuda do secretário do Tesouro americano, Paul O'Neill, que novamente declarou oposição a um pacote de ajuda ao Brasil pelo FMI. Apesar de forte atuação do BC, no dia 29 o dólar recuou apenas para R\$ 3,19.

No dia 30, o Datafolha divulgou pesquisa em que a distância entre Ciro e Lula,

que era de 20 pontos porcentuais no início do mês, caiu para 5 pontos. Ciro chegou a 28% e Lula caiu de 38% para 33%. No último dia do mês, o dólar fechava a R\$ 3,30.

Dólar – julhoComercial mercado de venda - em R\$/US\$

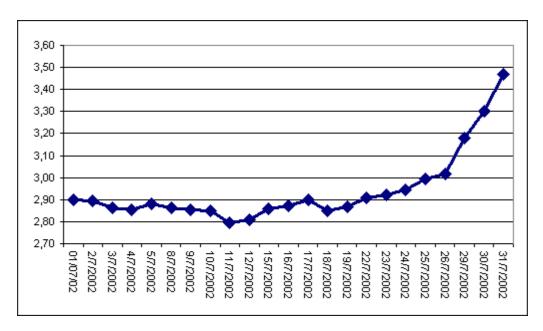
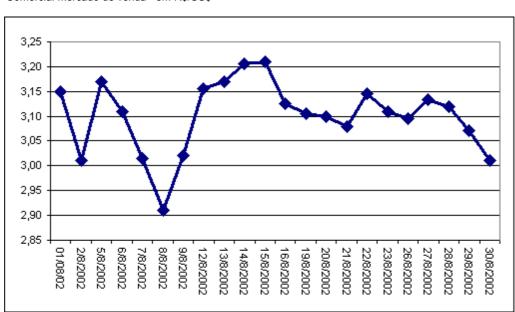


Ilustração 8 - Fonte: CMA

No início do mês de agosto, o apoio do FMI ao governo brasileiro fez o dólar recuar para R\$ 3,15. No dia 8, o dólar havia baixado para R\$ 2,90. A calmaria durou até o dia 9, quando a moeda americana subiu 3,78%, sob o pretexto de uma pesquisa do Ibope que indicava Serra em quarto lugar, 2 pontos abaixo de Garotinho. Seguiram-se boatos de que Serra renunciaria à candidatura em favor de Aécio Neves (MG). No mês, o dólar subiu ininterruptamente até o dia 19, mesmo com a ação do BC, que no dia 14 enxugou R\$ 11 bilhões de títulos no mercado. Teve uma queda considerável no dia 16, com rumores de que pesquisas eleitorais haviam aferido o crescimento de Serra, de 3 pontos, e uma queda de 4 pontos de Ciro Gomes. O boato bastou porque o mercado estava "vendido", isto é, apostou mais do que devia na deterioração dos indicadores. Na verdade, essa pesquisa, que seria do Ibope e chegou com "detalhes" ao mercado, devidamente reproduzidos pelos jornais, não existiu oficialmente: o Ibope disse que era apenas um "estudo interno" e os números eram fictícios No dia 17, no entanto, véspera do início da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, o Datafolha divulgou

pesquisa em que mostrava Lula com 4 pontos a mais, com 37%, e Ciro com 27%. Serra mantinha-se empatado com Garotinho. No dia 19, como esforço para conter os ataques especulativos, o presidente Fernando Henrique Cardoso reuniu-se com os quatro candidatos, com a intenção de retirar deles um compromisso formal com o novo acordo com o FMI. O encontro conteve o mercado apenas nos três dias seguintes. Uma nova queda, no final do mês, coincidiu com medidas do BC que atendiam a algumas exigências do mercado, com a elevação da classificação do país pela Goldman Sachs e especulações sobre pesquisas que dariam um empate entre Serra e Ciro.



Dólar – agostoComercial mercado de venda - em R\$/US\$

Ilustração 9 - Fonte: CMA

No início de agosto, os jornais apontavam como "incertezas" às quais o mercado reagia, pressionando o dólar, "temores mundiais": a proximidade do primeiro aniversário dos atentados terroristas nos EUA, piora na atividade econômica norteamericana e uma possível invasão norte-americana do Iraque. Dias depois, no entanto, venceria US\$ 1,8 bilhão em dívida cambial – e, quanto mais o mercado pressionasse a cotação da moeda norte-americana, maior seria o valor do título no resgate. Até o início

da rolagem da dívida, no dia 5, o dólar subiu a R\$ 3,152, alta justificada pelo cenário internacional e por especulações políticas, agora também pela possibilidade de Lula subir demais e vencer já no primeiro turno. Naquela semana, o dólar subiu cerca de 5%, também turbinado por novo boato de que Garotinho desistiria da disputa. A alta da moeda americana, até o dia 20 de junho, e apesar de uma óbvia falta de liquidez no mercado da moeda, foi turbinada pelas especulações eleitorais, em especial a de uma possível vitória do candidato petista no primeiro turno. Neste dia, uma pesquisa Ibope/CNI registrava um quadro ligeiramente estável. Dois dias depois, no entanto, uma pesquisa do Datafolha registrava alta de 4 pontos nas intenções de voto para Lula, que teve 44% das preferências, contra uma queda de 2 pontos para Serra, que passou a 19% e a liderar na lista de rejeições. No dia 23, duas semanas antes do primeiro turno, o dólar subiu 4,85%. No dia seguinte, novamente especulações em torno de uma pesquisa do Ibope foram usadas para turbinar o dólar, numa conjuntura de escassez da moeda – agravada por uma remessa grande de recursos de um banco europeu para pagar uma dívida em vencimento -, e, com isso, aumentar os títulos com correção cambial em vencimento. Os boatos nas mesas de operação eram sobre a proximidade de Lula de uma vitória no primeiro turno e de um empate técnico entre Serra e Garotinho. A pesquisa, divulgada à noite, não confirmou o empate técnico das especulações – embora confirmasse a subida de Lula. A justificativa dos operadores para uma reação de mercado ao "empate técnico" que não houve foi a de que um segundo turno entre Lula e Garotinho seria "o pior dos mundos". O pretexto eleitoral era claramente especulativo: no dia 26, uma nova subida do dólar, de 2,65%, fez a semana acumular uma alta de 10,4% da moeda americana. A justificativa do mercado era a de que a alta seria uma "reacomodação" de preços, que já embutiria o risco de Lula vencer no primeiro turno. O fato, no entanto, é que o mercado pressionou pela alta do dólar, para elevar seus ganhos no resgate de títulos cambiais, que o BC decidira não rolar, por falta de demanda por proteção cambial (hedge). Os bancos que detinham os títulos trataram de elevar o seu valor antes do resgate. No dia 25, véspera de um grande resgate, o rumor era sobre uma pesquisa que nem sequer estava concluída.

No dia 27, o ambiente altamente especulativo resultou no rebaixamento da recomendação da Goldman Sachs para a compra de títulos da dívida externa a seus clientes, com a razão alegada de possibilidade de vitória de Lula no primeiro turno. A recomendação foi rebaixada de "marketweight" (dentro do valor de mercado) para

"underweight" (abaixo do valor de mercado). O dólar chegou à maior cotação depois do Plano Real, R\$ 3,88, acumulando alta de 14% na semana e 29% no mês. O risco país subiu para 9,7%, nível mais alto desde a crise russa, em 1998.

Dólar - setembro

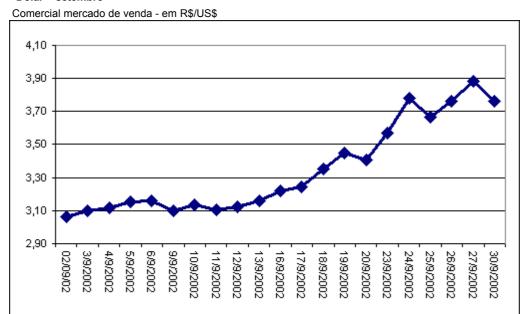
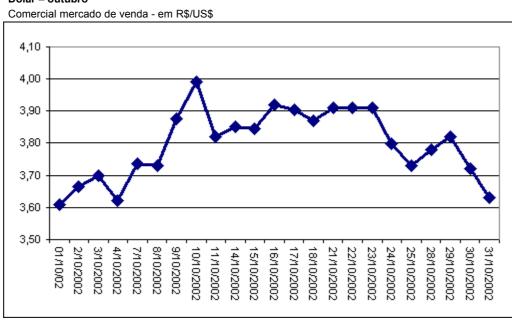


Ilustração 10 - Fonte: CMA

Do final de setembro até o início de outubro e às vésperas da eleição, já superado o episódio de resgate dos títulos cambiais, o dólar e o risco Brasil caíram. O vencimento seguinte, maior, aconteceria no dia 17, que foi novamente precedido por dias de alta e sucedido por queda na cotação da moeda americana. Ainda assim, o ambiente de outubro foi de altas sucessivas, mesmo com a definição do primeiro turno, que colocou Lula e Serra na disputa pelo segundo turno. No dia 7, um novo pico de alta foi justificado pelos operadores como um movimento posterior à aposta que o mercado já fazia num segundo turno com Serra. Agora, a especulação já seria uma "realização de lucros". Nos dias seguintes, até o dia 10, o movimento especulativo contra a moeda se agravou — a ponto de Lula ter antecipado para o dia 28 daquele mês, ainda antes do segundo turno, o anúncio de sua equipe econômica; admitir publicamente a elevação do superávit primário, como queria o FMI; e, no dia 19, reafirmar publicamente o compromisso de respeito a contratos e "mudança com segurança e responsabilidade". Todo o mês de outubro, no entanto, foi marcado pela pressão dos agentes financeiros

para aumentar o dólar nos dias de resgate de títulos cambiais. Nas vésperas do segundo turno, a exemplo do que ocorreu antes do primeiro turno - quando o mercado se acomodou um pouco, alegando que já havia incorporado a aposta numa disputa entre Lula e Serra -, o dólar baixou. Justificativas colhidas pelos jornais junto aos agentes de mercado eram de que, enfim, ele se havia convencido de que Lula "não faria loucuras". No final do mês, inclusive relatórios de agências de classificação de risco passaram a exigir uma definição rápida da equipe econômica do novo governo.



Dólar - outubro

Ilustração 11 - Fonte: CMA

Nos meses seguintes, novembro e dezembro, os movimentos especulativos tiveram um movimento de pressão sobre o presidente eleito para a definição da equipe econômica. No mês de dezembro, as especulações se concentraram no processo difícil de escolha do presidente do Banco Central – o PT teve dificuldades para encontrar um nome que agradasse ao mercado e aceitasse o cargo – até a definição por Henrique Meirelles, recém-eleito deputado federal pelo PSDB de Goiás.

Dólar - novembro

Comercial mercado de venda - em R\$/US\$

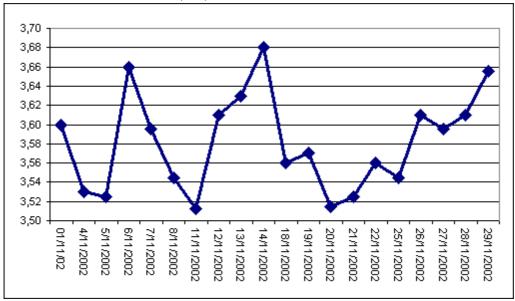


Ilustração 12 - Fonte: CMA

Dólar - dezembro

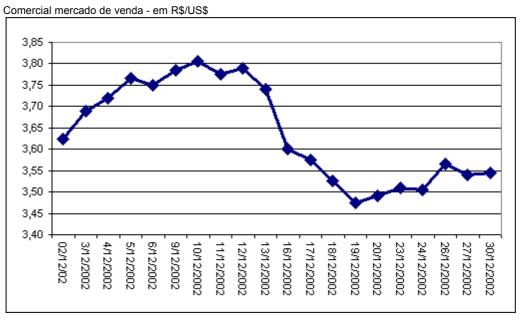


Ilustração 13 - Fonte: CMA

Os movimentos do dólar durante o ano e as notícias políticas, pelo menos até julho, confundem-se e dão a idéia do "pânico" e "instinto de manada" que, na concepção dos mercados, "desracionalizam" as ações do capital financeiro e interferem

no equilíbrio natural de mercado. A partir de julho, no entanto, o movimento especulativo contra o real é claro: existe uma racionalidade, de forçar a alta do dólar antes do resgate de títulos cambiais; o movimento é sempre mais forte quando há notícias de grande saída de moeda do país e a escassez favorece a especulação. Simultaneamente à realização de lucros pelos agentes, os "pretextos" políticos – boatos de pesquisas ou divulgação de sondagens desfavoráveis ao candidato preferido do mercado – constituem-se em movimentos fortes de pressão contra os candidatos. Lula e Ciro amoldaram seus discursos. Depois de eleito, o petista passou a dar como garantia a escolha de condutores das políticas econômica e monetária da confiança do mercado.

3.7. A especulação descola-se das eleições

No início de abril, quando mercado e governo iniciaram o ataque especulativo a Lula, a moeda americana estava cotada a R\$ 2,30 e no dia 16 de outubro, entre o primeiro e o segundo turno das eleições, alcançou a cotação de R\$ 3,92. No mês de junho a autoridade monetária já havia perdido o controle sobre o mercado e, ao seu final, quando o PT oficializou o seu candidato e o seu programa de governo, o dólar oficial havia chegado a R\$ 2,82. O Banco Central teve uma contribuição decisiva para isso. Ao antecipar para junho normas que entrariam em vigor em setembro, que obrigavam a contabilização dos títulos de fundos de investimento pelo valor de mercado, e não pelo valor de face — a chamada "marcação a mercado" —, o BC e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) expuseram um mercado "encharcado" por uma estratégia da autoridade monetária de forçar o alongamento de Letras Federais do Tesouro (LFTs) mediante uma operação de venda casada com swaps cambiais. Bancos e empresas, ao procurarem proteção cambial em função das oscilações que já ocorriam nos preços do dólar, foram obrigados a adquirir LFTs que abarrotaram o mercado.

A remarcação dos fundos contabilizou, de fato, as perdas com essas operações, afugentando investidores. Com isso, o BC passou a ter mais dificuldade para vender LFTs – e devido ao grande volume colocado no mercado, o preço das letras, que já eram pós-fixadas, sofreu deságio pela primeira vez desde que foram instituídas, no governo José Sarney. Isso teve reflexos no mercado da dívida pública e dificultou ainda mais a rolagem de bancos e empresas brasileiros no mercado externo.

Houve uma grande polêmica à época: se o fator eleição foi o responsável pelo fracasso da atuação do BC no mercado de títulos públicos ou se decisões desastradas da autoridade monetária foram as causas reais da turbulência, mas este é um tema técnico e complexo que não cabe nesta análise. O que interessa são alguns fatos que o acirramento da crise, em junho, expõem.

Em primeiro lugar, constata-se que os dois jornais apenas vieram a valorizar a ação do BC, que resultou num excesso de LFTs no mercado e no seu descrédito como título "seguro", depois que os fundos foram obrigados a fazer a "remarcação a mercado" e os prejuízos ficaram latentes. Até então, o "fator eleitoral" era tido, por ambos, como o

responsável único pelas turbulências que sacudiram o mercado nos meses de março e abril. As operações do BC vinham do segundo semestre de 2001, no auge do contágio da crise da dívida argentina.

"Naquele momento, o BC e o Tesouro colocaram grandes volumes de títulos cambiais para o mercado usar como hedge (proteção) contra a desvalorização do real. Porém, no afã de colocar estes papéis com prazos razoavelmente longos, o governo ofereceu taxas muito altas, segundo Pedro Thomazoni, diretor do Lloyds TSB (que vê causas econômicas e técnicas para a turbulência). Em um momento posterior, o governo ofertou LFTs (títulos pós-fixados de longo prazo) "casados" com swaps cambiais, e em seguida apenas swaps cambiais" ("Mercado atribui deterioração ao PT e ao BC", Fernando Dantas, OESP, 5/6/2002).

Segundo Luís Nassif, as operações casadas (que obrigavam a compra de LFTs de prazos muito longos, na aquisição de swaps cambiais) colocaram "mais LFTs do que o mercado comportava". A operação "poluiu o papel, passando a atrelar a venda de dólar futuro – que tem risco cambial – com LFT, que é título da dívida pública". "Quando se deu conta de que esse 'swap' casado não funcionava, [o BC] passou a oferecer 'swap' puro (...), ao mesmo tempo em que entrava em operação o SPB (Sistema de Pagamentos Brasileiro), reduzindo a liquidez da economia e aumentando o risco do crédito." Isso teria derrubado o preço das LFTs no mercado "e os primeiros movimentos de deságio provocaram prejuízos enormes e criaram nervosismo no mercado, levando as instituições a se desfazer mais do papel, derrubando ainda mais seu preço" ("O voluntarismo do BC", Luís Nassif, FSP, 6/6/2002).

O mercado de títulos públicos, portanto, já amargava prejuízos decorrentes do "empoçamento" de LFTs antes mesmo de ser antecipada a regra de "remarcação a mercado", no início de junho, e várias instituições bancárias já tinham contabilizado as perdas nos fundos DI. Os jornais, no entanto, nos dois meses que antecederam a remarcação obrigatória dos fundos, atribuíram em grande parte as turbulências a um efeito meramente político. Isso porque, nos dois jornais, se privilegiam, nas matérias informativas de finanças, as "expectativas" e opiniões de analistas, operadores, diretores e economistas de instituições financeiras, em detrimento dos fatos. Os fatos acabam sendo secundários diante das "expectativas". A ideologia explícita nesse tipo de análise financeira supõe uma "vontade" autônoma do mercado, que acaba sendo a síntese da opinião das fontes consultadas naquele dia – e essa "vontade" orgânica, comum, é a

determinante dos movimentos financeiros. A alimentação de movimentos especulativos com a "vontade coletiva" do mercado acaba sendo o motor dos tais "efeitos de manada", ou das profecias que se autocumprem.

A ação do BC, portanto, foi um fato que passou ao largo das análises sobre as turbulências do mercado – embora este fosse um fato que chegou até a ser discutido entre a autoridade monetária brasileira e o FMI, segundo o jornalista Celso Pinto:

"Todos concordam que parte da culpa pela atual confusão foi a forte venda, pelo BC, de títulos públicos (LFTs) de longo prazo, a partir de fevereiro, 'casada' com a venda de 'swaps' (proteção contra desvalorização no mercado futuro). O excesso de LFTs longas provocou deságio do título, o que levou o BC a antecipar a regra de marcação a mercado dos fundos. Houve prejuízos para os cotistas, fortes resgates e desconfiança em relação à dívida interna. O que poucos sabem é que o BC foi obrigado a vender LFTs 'casadas' com 'swaps' por exigência do FMI. Foi a única forma do Fundo aceitar que o BC operasse no mercado futuro de derivativos. Só em maio o BC conseguiu convencer o FMI, a duras penas, a vender apenas o 'swap', descasado da LFT, mas aí já era tarde demais e a ciranda da confusão já havia sido acionada" ("A desvalorização sem teto definido", Celso Pinto, FSP, 27/6/2002).

Quando o fato veio à tona, criou-se quase que uma guerra ideológica entre os dois veículos, um governista e outro de linha editorial mais crítica – e essa guerra tornou-se visível não apenas nos espaços editoriais e de opinião, mas nas matérias informativas. A *Folha de S. Paulo* concentrou suas análises sobre as "turbulências" financeiras na vulnerabilidade do país – e essa visão tirava das costas do PT todo o peso da crise financeira e a jogava para os governos Fernando Henrique Cardoso, artífices da fragilidade financeira. A dívida pública tornou-se o centro dos debates. Do outro lado estava o *Estado de S. Paulo*, que sustentou em editoriais, muitos artigos e várias matérias que a dívida pública já era um dado antes de FHC assumir, e portanto ele não teria responsabilidade sobre ela – o governo administrara bem os passivos, só não havia tido tempo de resolvê-los de forma satisfatória.

Qualquer que fosse a posição política do jornal, no entanto, o fato é que ambos, em suas matérias de finanças, foram porta-vozes de pressões – agora, não apenas ao PT, mas ao próprio Banco Central. Neste mês, o BC voltou ao FMI, encurtou consideravelmente o perfil da dívida interna e foi obrigado a fazer intervenções no mercado de títulos da dívida externa, contaminado pela crise com os títulos da dívida

mobiliária. Os jornais reproduziram a "expectativa" – agora, não apenas de que um eventual governo Lula pudesse dar um calote, mas que o futuro governo, qualquer que fosse o candidato vitorioso, não tivesse condições de cumprir os compromissos da dívida. No auge da turbulência, o próprio mercado passou a especular sobre a necessidade de uma "renegociação" – que os agentes lêem como "calote" – antes mesmo do final do governo FHC.

O acirramento da crise influiu também de forma decisiva no cenário da política interna. Para o governo, relativizar o efeito Lula sobre o mercado seria reconhecer que havia errado na condução da política monetária. Embora tenha atenuado o "discurso do medo", passou a usar a pressão sobre a oposição para arrefecer os ânimos do mercado. A lógica expressa no discurso da equipe de governo era a seguinte: independentemente de quem fosse a culpa das turbulências – e elas, segundo a equipe econômica, diziam respeito exclusivamente às incertezas eleitorais: a marcação a mercado dos fundos apenas havia potencializado o fator político –, o medo da vitória de Lula acirrava os ânimos do mercado. A partir de então, o ministro Pedro Malan e o presidente do BC, Armínio Fraga, aumentaram suas pressões para que o PT recuasse em suas decisões programáticas e oficializasse compromissos que tornassem Lula palatável ao mercado.

Embora o mercado não tenha aberto mão de arrolar o fator eleitoral como causa de más "expectativas", mantendo Lula sob pressão, a motivação técnica da crise sem dúvida prevalecia sobre a razão política. Prova disso é que, depois da marcação a mercado dos fundos, as reações do mercado se descolaram das pesquisas de opinião. No dia 25 de junho, por exemplo, um dia depois do anúncio de duas pesquisas, CNT Sensus e Vox Populi, que apontavam Serra num folgado segundo lugar e com reduzida distância do candidato petista, que continuava em primeiro, o dólar subiu 1,55%; no dia seguinte, mais 2,20%, atingindo a cotação de R\$ 2,82, a maior do mês.

O intenso clima de risco econômico, no entanto, foi avaliado, pela campanha de Serra, como o responsável pela melhora de seu desempenho nas pesquisas. O governo e seu partido foram tomados de uma esquizofrenia: Serra intensificou o discurso de que o Brasil estava condenado à "argentinização" se elegesse um oposicionista; Fernando Henrique recuou de seu discurso eleitoral, embora com alguns descuidos; e Malan e Armínio Fraga se envolveram na cruzada de obrigar o PT a mudar oficialmente os

documentos partidários. "Carta ao Povo Brasileiro" é do dia 23 de junho – e não conseguiu acalmar por mais de 24 horas o mercado. No dia 29, Lula foi referendado oficialmente pelo PT para disputar a Presidência da República e o PT apresentou seu programa oficial de governo, com os expurgos que o mercado exigia. O dólar, no entanto, bateu em R\$ 3,92 entre o primeiro e segundo turno das eleições.

CAPÍTULO 4

JORNAIS DEFINEM FONTES E ALIADOS

A imprensa doméstica, em especial o *Estadão*, reiterou o mercado. O jornal, de forte perfil conservador, manteve nas páginas de opinião articulistas em sua maioria afinados com ansiedades do setor financeiro e seus editoriais assinaram embaixo de todas as "preocupações" do mercado em relação a Lula, usando-as para valorizar a candidatura tucana. Note-se que o mercado acabou pautando jornalistas e articulistas, mesmo os inseridos no rol dos não-afinados com a linha editorial do jornal.

Na *Folha*, enquanto os articulistas e editoriais, em sua maioria, contestavam os temores e se recusavam a ser um canal das pressões de mercado, as matérias de finanças reproduziam essas pressões — e as matérias de política as repercutiam com os candidatos, valorizando cada uma delas com aberturas fortes e títulos sensacionais. Os dois jornais, no entanto, acabaram assumindo a agenda do mercado financeiro: o risco de Lula vencer e optar por uma política econômica que desagradasse ao capital internacional.

Dessas observações não decorrem juízos de valor sobre o conteúdo de matérias e artigos, nem a tendência ideológica manifesta neles — embora, no caso de alguns, principalmente políticos em oposição ao PT e articulistas de reconhecida posição conservadora, a opção política estivesse claramente estampada —, mas a constatação de que, independentemente da intenção, o repisar do risco Lula e das idiossincrasias do mercado acabaram dando voz e, na maioria das vezes, reforçando a idéia-força, candidata a senso comum, da relação entre a vitória de Lula e o caos econômico. A propagação de um risco Lula, portanto, nada mais foi do que a articulação ideológica do capital financeiro internacional, dominante economicamente, mas em confronto com o eleitor nas eleições de 2002, para disseminar seus "temores" e torná-los senso comum — o de que, se Lula era temido pelo mercado porque colocaria em risco contratos e credores e, conseqüentemente, ameaçaria a nação, pois o país não conseguiria sobreviver a um confronto com essas forças poderosas.

4.1. O Estado de S. Paulo e a ofensiva anti-Lula

No *Estadão*, um corpo de articulistas e jornalistas, ou por conferirem legitimidade às pressões do mercado, ou por temor a elas, reforçaram as exigências de recuo programático do PT durante todo o mês de maio. Carlos Alberto Sardenberg, em artigos quase didáticos, explicava a origem dos receios:

"O lado ortodoxo, o centro que Lula está buscando, preza a estabilidade, que se assenta naquela combinação de política fiscal austera (de modo a produzir o superávit primário), regime de metas de inflação e câmbio flutuante e abertura à comunidade financeira internacional.

O medo de Lula vem daí. O próprio candidato e alguns de seus colaboradores econômicos têm apresentado um discurso moderado, mas há pelo menos um documento importante que vai na direção contrária. Trata-se de um texto oficial, aprovado no XII Encontro Nacional do PT, em dezembro último, que apresenta diretrizes para o programa da candidatura Lula. É radical. Leva o título de 'Ruptura Necessária' e propõe essa ruptura completa com o regime de FHC, considerado neoliberal, que atrasa o país, empobrece o povo e enriquece bancos e grandes grupos privados nacionais e estrangeiros. Seria necessário romper com um regime subordinado ao FMI e ao capital financeiro internacional. Não se trata de descontinuar a política econômica, mas virá-la de ponta-cabeça. Os bancos mundiais de investimento são justamente esse capital financeiro internacional. Seria natural, portanto, que se preocupassem com a ascensão de um partido que os considera culpados dos problemas nacionais. (...) Não têm medo de Lula os bancos e todos os demais que acham que o PT moderado vai prevalecer já na campanha. Esse pessoal entende que o documento do XII Encontro não é o programa e que será amenizado ao longo do processo eleitoral. Esperam-se declarações do candidato e de seus representantes econômicos mostrando compromisso com a austeridade fiscal e o combate à inflação" ("Quem tem medo de Lula", Carlos A. Sardenberg, OESP, 6/5/2002).

"(...) Muita gente acha — e outros não acham, mas dizem porque fica politicamente bem — que tudo é coisa de especulador estrangeiro de mercado financeiro. Não é. (...) No mercado financeiro não estão apenas bancos e especuladores nacionais e estrangeiros, mas empresas e pessoas defendendo seus negócios, seus investimentos, sua poupança. Negócios, investimentos e poupanças feitos aqui mesmo, brasileiros. (...) Claro que há também especulação, boato e informação privilegiada (...), mas tudo em cima de uma base real. E esta base, no momento, nos meios econômicos, é clara como água: o pessoal tem medo de Lula e ponto final. (...) O medo refere-se ao Lula anterior, ao PT anterior. Ambos são recentes e seus traços estão por aí. (...) Para aparecer de fato como o homem da moderação, aliado ao centro, Lula precisaria se separar ostensivamente do Lula e do PT anteriores, pois o medo

em relação a estes gera a instabilidade que prejudica o Lula de hoje. Conseguirá?" ("Lula x Lula", Carlos Alberto Sardenberg, OESP, 13/5/2002).

Em coluna posterior, o jornalista apóia proposta do então petista Cristovam Buarque, de que os principais candidatos "assinem o que chama de uma 'doutrina nacional', um programa de estabilidade baseado nos seguintes itens: independência do BC; respeito incondicional a todos os contratos e acordos; a garantia de que nada se fará de modo precipitado e que tudo se fará via Congresso Nacional; e colocar a criança como objetivo prioritário de todos os programas". Conclui Sardenberg:

"Com certeza, teria um efeito sensacional sobre a campanha. A doutrina Buarque ataca todos os temores: a independência do BC garante a defesa da moeda e da estabilidade; o respeito aos contratos e acordos elimina qualquer possibilidade de calote, por exemplo, ou de reversão de privatizações; a via Congresso assegura o caminho da negociação, que é, por si, um fator de moderação; a prioridade à criança é o fator social que faz justiça à longa luta de Cristovam Buarque pela bolsa-escola" ("A segunda proposta Buarque", Carlos Alberto Sardenberg, OESP, 20/5/2002).

A jornalista Suely Caldas, por sua vez, propõe como solução de conciliação com o mercado o apoio de todos os candidatos ao projeto de independência do BC, em tramitação na Câmara, providência tomada por Nelson Mandela e Tony Blair quando assumiram o poder.

"(Mandela e Blair) espontaneamente abdicaram do poder de mando e deram independência para os diretores do BC controlarem a inflação e defender o valor da moeda (...). Se grandeza tivessem todos eles (os candidatos brasileiros) — e não apenas Lula —, já teriam proposto ao Congresso urgência na discussão e votação de um modelo de BC autônomo. E assumiriam o compromisso de manter esta autonomia em seus mandatos. Se já tivessem feito isto, desencorajariam os urubus de Wall Street, que nada conhecem de leis, política e economia brasileira, mas podem fazer estragos e prejudicar a população inteira com seus ataques especulativos" ("A autonomia do BC e os urubus de Wall Street", Suely Caldas, OESP, 5/5/2002).

Se os dois jornalistas se colocam distantes da briga eleitoral, com explicações teoricamente racionais dos temores dos mercados e sugestões de ordem "técnica" para atenuar os efeitos da desconfiança com a candidatura petista, outros colunistas, com clara identidade ideológica com a linha editorial do jornal, assumem uma linha agressiva pró-Serra. É o caso, por exemplo, do ex-ministro Jarbas Passarinho. Logo

após os bancos terem rebaixado a recomendação de títulos brasileiros, Passarinho defendeu, em um artigo:

"Se um candidato a presidente da República, com remota chance de vencer, defende um programa socialista radical, não causa apreensão a Wall Street. Se pode chegar a presidente e tem um perfil estatizante, não é o regime político que causa preocupação aos investidores, mas projetos em ser do seu programa e do seu perfil histórico, e não o que lhe veste o marqueteiro com vista às urnas. O PT tem uma história de contestação ao pagamento da dívida externa." ("A soberania ofendida", Jarbas Passarinho, OESP, 7/5/2002).

Dias depois, reforçou seu anticomunismo ao comentar o programa do PT contra a fome:

"O perfil histórico de Lula não ajuda a minimizar o efeito de suas tiradas espontâneas, ao revés de sua fala mansa e branda de candidato decidido a seduzir a burguesia. Mas, quando o fervoroso admirador de Fidel Castro diz que irá conter a exportação de gêneros alimentícios para matar a fome dos pobres, não suscita dúvida quanto à sua intenção. (...) Já quando Tancredo Neves disse 'não pagaremos a dívida com a fome do povo' ninguém teve dúvida de que se tratou de um tropo retórico. Não preocupou credores externos nem investidores, porque não ouvia os ideólogos do ressentimento" ("A fome e o projeto do PT", Jarbas Passarinho, OESP, 21/5/2002).

O ex-ministro e economista Maílson da Nóbrega, por sua vez, usou fartamente os adjetivos "voluntarismo" e "populismo" nos seus artigos para se referir a todos os candidatos, mas em especial os dedicou a Lula. Ao comentar debate com os quatro candidatos promovido pela Força Sindical e pela Bolsa de Valores de São Paulo, o economista concluiu, equânime:

"O espaço permite comentar apenas mais uma das outras preciosidades contidas nas apresentações: todos prometeram eliminar tributos sobre a produção. Ou não sabem que os tributos incidem sobre o consumo, ainda que arrecadados pelas empresas, ou estão propondo a cobrança apenas no consumo final, como no 'sales tax' americano. Se for assim, precisam perguntar, como Garrincha, se os Estados e o comércio já aceitaram tamanha alteração no sistema tributário" ("Voluntarismo e populismo explícitos", Maílson da Nóbrega, 5/5/2002).

Uma semana depois, não foi tão equânime, ao desfiar as razões pelas quais o mercado temia Lula, e que isentariam as acusações feitas por colunistas e candidatos

contra as forças ocultas do mundo financeiro:

"Ao imaginar que Lula pode ser o vencedor, esses bancos têm tudo para concluir que a economia brasileira está diante de um perigo real. Basta ler com atenção o programa do PT. A campanha do partido é no mínimo ambígua. A imagem 'light' que se busca transmitir não se coaduna com o ranço ainda presente no texto, que está cheio de incoerências, voluntarismo e ingenuidade" ("Quem está na chuva é para se queimar", Maílson da Nóbrega, OESP, 12/5/2002).

O economista Roberto Macedo, com ligações históricas com o governo tucano, fez coro aos que exigiam definição clara dos compromissos dos candidatos. Mas "as reações passionais dos nossos supostos especialistas na matéria [o rebaixamento da recomendação dos títulos brasileiros por bancos estrangeiros]" mereceu a vergonha de João Mellão Neto, que assina semanalmente uma coluna no *Estadão*. As reações, segundo Mellão, eram a prova cabal de um subdesenvolvimento cultural (conclusão nossa):

"Isso [as reações aos bancos] revela, no mínimo, total ignorância sobre o funcionamento dos mercados financeiros internacionais. O que o Lula tem que ver com a história? Muito. Ele e seu partido, até bem pouco tempo atrás, pregavam, explicitamente, nada menos do que o calote da dívida externa brasileira. Não bastasse isso, ainda apresentaram uma série de propostas que, se não desestabilizam necessariamente a economia, representam, no mínimo, um salto no escuro. Uma vez que ele passa a liderar as pesquisas, é natural que os mercados se retraiam. E, quanto mais concretas forem as suas chances, menos atraentes se tornam os títulos brasileiros, mais aumenta o risco país e mais nervoso fica o mercado. De nada adianta culpar os bancos ou taxar de ignorantes os seus analistas. Se Lula não é mais radical – sabe-se lá –, pouco importa. Ele paga pelo fato de um dia ter sido. Elegê-lo pode ser uma grande idéia. Mas, sorry, há um preço a pagar por ela" ("O preço a pagar por Lula", João Mellão Neto, OESP, 10/5/2002).

Da ignorância dos especialistas locais, que condenam a especulação do mercado financeiro, Mellão Neto deriva a ignorância do eleitorado, que deve pagar por ela se eleger Lula. Ou pela omissão do próprio FHC na escolha do tucano que disputaria a sua sucessão:

"Pois é, presidente. Boas opções até que existiam. Não apenas estas, mas muitas outras mais. Mas o senhor parece que se absteve de comandar ativamente a sua sucessão. A inércia deu em Serra. E Serra, sabe-se lá no que vai dar. O senhor, agora, quer que a gente vote no José Serra. É um bom sujeito, tudo bem. Mas peça-lhe que, ao menos, não atrapalhe. Escolher Rita Camata – uma ferrenha adversária ideológica – como o vice nos desestimula em muito" ("Ajuda aí, ô Serra!", João Mellão Neto, OESP, 24/5/2002).

Os editoriais do *Estado* mantiveram enorme afinidade com os pensamentos de Mellão, Passarinho, Macedo e Nóbrega. Nem o jornal nem os articulistas mencionados colocam-se acima das disputas eleitorais – eles estão na disputa e de um único lado, do candidato governista, mesmo que este provoque incômodos algumas vezes. No dia 1º de maio, logo após a primeira avalanche de redução das recomendações do Brasil dos bancos aos seus clientes, o jornal justifica a posição dos bancos e suas conseqüências sobre o mercado acusando Lula e o PT:

"Suponha-se, para argumentar, que o petista venha a se eleger. Até que ponto a 'direção de sua política econômica' justificaria o nervosismo prévio dos mercados financeiros? Pode-se abordar a questão de três ângulos: o que o PT diz que fará no governo, as condições institucionais e políticas com que Lula terá de se haver e a sua qualificação para o exercício do cargo. Em relação ao primeiro ponto, persiste o que o ministro Malan denomina 'insustentável ambigüidade' entre a sensatez de recentes manifestações de dirigentes petistas, de um lado, e, de outro, a persistência de propostas e declarações em sentido contrário" ("Wall Street e a eleição no Brasil", Editorial, OESP, 1/5/2002).

E é com o termo preferido de Maílson da Nóbrega, "voluntarismo", que classifica Lula:

"E é essa propensão ao voluntarismo — 'querer é poder' — que justificaria os temores sobre o seu despreparo para o exercício do poder' (idem).

Poucos dias depois, retorna à carga, justificando o temor dos bancos e alinhandose a Malan na pressão para que o PT reveja seus documentos programáticos:

"(...) O PT defendeu em dezenas de documentos a 'renegociação concertada' da dívida, o que implica alguma forma de descumprimento de contratos. E há pouco mais de um ano o partido apoiou francamente a absurda proposta da CNBB de um plebiscito sobre a suspensão do pagamento dos compromissos assumidos pelo Brasil. Pesam ainda na percepção dos agentes econômicos estrangeiros as 'afinidades eletivas' de Lula com Fidel

Castro e Hugo Chávez, que o petista se esmerou em ostentar, bem como a estridência de seus ataques à globalização.

A esta altura, para evitar uma deterioração da economia do país que pretende governar e até para impedir que muitos de seus eleitores o abandonem, de medo dos efeitos das reações ao 'risco Lula' para as suas economias, conviria ao candidato do PT fazer algo mais do que vestir terno e gravata e piscar o olho na televisão — para demonstrar que o PT de fato mudou. Como sugeriu meses atrás o ministro Pedro Malan, a todos os candidatos de oposição, ele deveria comprometer-se publicamente com a responsabilidade fiscal, a estabilidade monetária e os pagamentos devidos pelo Brasil. E, talvez, avalizar o seu compromisso com a definição clara do papel do Banco Central num governo petista" ("O 'risco Lula' e o 'fator memória", Editorial, OESP, 4/5/2002).

Lula no centro do espectro ideológico, afirmava outro editorial, era uma farsa:

"O Lula protecionista é o artigo genuíno. O outro, aquele que quer passar pelo que não é, tem tanta autenticidade como um Rolex vendido no camelódromo. O convívio entre os dois não é fácil. O Lula autêntico transmite convicção e sinceridade. O Lula para eleitor ver, exatamente por ser uma impostura, enreda-se em um palavreado desconcertante, acende uma vela a Deus e outra ao Diabo e, ao fim e ao cabo, dá a impressão de não saber o que diz. Tome-se a sua entrevista à Rádio CBN, na segunda-feira.

Perguntado se não temia o modo como o mercado financeiro vem reagindo à expressão 'ruptura necessária', que consta das diretrizes do programa de governo de seu partido, respondeu, literalmente: 'Queremos romper com esse sistema econômico, sim.' Quem desligasse o rádio nesse preciso instante não poderia ser criticado se tivesse concluído que o candidato pregara a liquidação da economia de mercado. Na realidade, ele se referia à substituição do que entende ser o 'modelo econômico' em vigor, por outro, que supostamente proporcionaria mais crescimento e geração de empregos, e melhor distribuição de renda" ("O Lula autêntico e o 'dr. Strangelove", Editorial, OESP, 24/5/2002).

Ao comentar o programa do PT para o setor elétrico, no dia 15 de maio, outro editorial decreta:

"O documento sempre fala em renegociação, o que sugere um acordo voluntário entre partes ou mesmo acordo nenhum se alguma concessionária não concordar com os novos termos propostos. Não se trata disso. O texto não deixa dúvida: não há alternativa à renegociação. Será compulsória e nos termos definidos pelo futuro governo, com o objetivo de 'mudar radicalmente' o atual modelo. (...) O setor elétrico é o primeiro, na área econômica, a receber uma proposta detalhada na campanha petista. Se é uma indicação para o que está por vir, então o 'efeito Lula' não é especulação, é preocupação real. Sugere que os compromissos assumidos com o cumprimento de contratos não são definitivos, mas sujeitos a ressalvas. 'Definitivo até

mudar', dir-se-ia. Aliás, é o que indica o documento básico aprovado no congresso citado por Lula na entrevista com os correspondentes estrangeiros. Foi o XII Encontro Nacional do PT, realizado no Recife, do qual resultou um texto com as diretrizes básicas para o programa do partido. O título não poderia ser mais sugestivo: 'A ruptura necessária.' A leitura atenta, ao contrário do que diz Lula, não leva à conclusão de que contratos e acordos serão mantidos. Ao contrário, a linha geral, coerente com o título, aponta para mudanças radicais na política e na economia.

Alguns exemplos: 'um governo democrático e popular precisará operar uma efetiva ruptura com o modelo existente'; 'será preciso denunciar do ponto de vista político e jurídico o atual acordo com o FMI'; 'o Brasil deve articular aliados (internacionais) no processo de auditoria e renegociação da dívida externa pública'; 'o programa de privatizações será suspenso e reavaliado, sendo auditadas as operações já realizadas'.

Ou seja, tudo o que foi feito até aqui pode ser renegociado nos termos definidos e impostos pelo 'governo democrático e popular'.

Se a imagem de moderação de Lula é mais que um efeito de televisão, então o candidato petista precisa simplesmente repudiar o documento do XII Encontro e trocar 'ruptura' por garantia incondicional aos contratos. Sem isso, o efeito Lula é uma ameaça real" ("Lula – o virtual e o real", Editorial, OESP, 15/5/2002).

Esse corpo editorial que pressionava Lula e o PT era referendado pelo material jornalístico. Este, por sua vez, reproduzia as convicções do mercado, coincidentes com a linha editorial do jornal. Em alguns momentos, no entanto, as próprias matérias "informativas" resvalaram para "verdades" defendidas nas páginas de opinião. É o caso, por exemplo, de matéria publicada na edição do *Estado* do dia 10 de maio:

"Embora o PT tenha há décadas defendido uma moratória da dívida externa brasileira, o partido mudou seu discurso nessa área para as eleições presidenciais deste ano. Mas seu programa de governo até agora também não afirma que o partido pretende cumprir seus contratos de dívida como estão. Pelo contrário, indica que o partido pretende renegociar a dívida externa do Brasil.

O documento Concepção e diretrizes do programa do governo do PT para o Brasil, embora não defenda abertamente uma moratória, indica uma atitude hostil em relação ao mercado internacional de dívida. 'Em relação à dívida externa, hoje predominantemente privada, será necessário denunciar do ponto de vista político e jurídico o acordo atual com o FMI. (...) O Brasil deve assumir uma posição internacional ativa sobre as questões da dívida externa, articulando aliados no processo de auditoria e renegociação da dívida externa pública, particularmente de países como o Brasil, o México e a Argentina, que respondem por grande parte da dívida externa mundial e, não por acaso, têm grande parte de sua população na pobreza.'

A proposta de que o País articule um processo de renegociação já é suficiente para deixar o detentor de um título duvidando seriamente de que ele será pago. 'Reputação é muito difícil de construir e precisa de paciência. Mas

é muito fácil de destruir. O PT está experimentando isso', diz o vice-presidente da área de mercados emergentes do banco JP Morgan em Nova York, Drausio Giacomelli. (...) Uma moratória do Brasil seria maior ainda e, justificadamente ou não, Lula é o candidato mais identificado com essa proposta para o mercado. 'Ninguém manda apoiar plebiscito da CNBB', disse um investidor, lembrando a consulta feita pelos bispos e o PT à população sobre uma moratória da dívida externa em 2000'' ("PT não convence de que é contra a moratória", Priscilla Murphy, OESP, 10/5/2002).

Ou matéria que responsabiliza o efeito Lula pelo fato de o país não conseguir "limpar" o seu nome no mercado internacional:

"Além de abalar os mercados, o efeito Lula atrapalha os planos do governo de limpar o nome do Brasil na praça internacional. As agências de classificação de crédito dizem que não reagem a problemas de curto prazo. Mas, para o vice-presidente da área de mercados emergentes do JP Morgan, Drausio Giacomelli, a possibilidade de o Brasil eleger um candidato cujo partido defendeu durante muito tempo a moratória da dívida externa tem impedido que as agências de avaliação aumentem a classificação de crédito do País, atitude esperada pelos mercados há meses" ("Eleição atrapalha esforço para limpar nome", P.M., OESP, 5/5/2002).

De certa forma, a matéria que acusa as eleições de "atrapalhar" a limpeza do nome do país no exterior "responde" à posição do próprio colunista do jornal, Joelmir Beting, que, na contramão da maioria dos articulistas daquele jornal, manteve uma intensa ofensiva contra a irracionalidade do mercado, sustentando que o país era, sim, vítima de um ataque especulativo, e que não existiam razões de ordem objetiva para reclassificação do risco Brasil por corretoras e agências de risco.

"Quais são os três países mais vulneráveis do mundo, agora em 2002, pela ótica dos investidores sem fronteira nem bandeira? Argentina? Israel? Azerbaijão? Venezuela? Egito? Casaquistão? Colômbia? Filipinas? Croácia? Turcomenistão? Em quais países do mundo você não ousaria aplicar um centavo?

Eis a trinca do terror: Turquia, Líbano e Brasil. Assinado: Fitch Ratings, agência privada classificadora de riscos. Amarrado em março e divulgado na semana passada (16), o 'ranking' da Fitch classifica 43 países emergentes e coloca a Turquia com a mão na lanterninha, em 43.º lugar. O Líbano transita em penúltimo (42.º) e o Brasil no antepenúltimo (41.º).

E quais são os três países menos vulneráveis ou mais confiáveis? Pela ordem, o México, a Malásia e a Costa Rica. E a Argentina? Ainda tentando juntar os cacos do calote interno e da moratória externa, o vizinho estrebuchado figura em 22.º lugar. Bem à frente do disciplinado Chile, em 33.º. E a Venezuela em transe político? Aparece em honroso 10.º lugar. E a Colômbia em pé de guerra não é de hoje? Em orgulhoso 6.º lugar. Pode?

Para a Fitch, tudo pode. Ela não está sozinha no rebaixamento sistemático do Brasil. Ao riscar em nossa pele a tatuagem de vulnerabilidade máxima (de governos e de empresas), ela vai na cola da Moody's e da Standard & Poor's. Agências que, desde 1998, situam o Brasil no rodapé da preferência do capital volátil, o mais arisco dos animais na floresta econômica dos povos.

A triste verdade é que o relatório da Fitch é contraditório, para não dizer desconexo (ou de alto risco). O Brasil vai para a rabeira do mundo dito emergente, segundo ela, porque houve desaceleração da economia americana, porque está havendo nova escalada do petróleo, porque há juros em viés de alta nos empréstimos internacionais, porque temos pepinos nas contas externas e nas dívidas internas, porque ainda não escapulimos do contágio do colapso da Argentina (que ela coloca no tranqüilo 10.º lugar).

Só faltou dizer que nosso risco soberano também tem a ver com Lula e com Romário. O primeiro, porque já ganhou pela quarta vez as prévias presidenciáveis. O segundo, porque não vai mesmo buscar nosso penta lá no Japão.

Será que o Brasil é realmente o país mais vulnerável a uma reversão transitória da prosperidade americana? Será que o Brasil é o país mais dependente da importação de petróleo? Será que o Brasil é realmente o país mais esnobado pelo capital produtivo das empresas transnacionais? Será que o Brasil é de fato o país hoje mais desmantelado na economia, na política e na sociedade? (...) O Brasil deve ao mundo 39% do PIB. O México, 48%. O mercado americano absorve 83% das exportações mexicanas e apenas 22% dos embarques brasileiros. Mas, por obra e graça de avaliações de padrão Fitch, o risco amoitado nos juros é de 3% para o México e de 11% para o Brasil. (...) Terceiro maior risco do mundo emergente pela Fitch, o Brasil pontifica como terceiro menor risco para o capital produtivo das múltis no 'ranking' conjunto do Lehman Brothers e do Eurasian Group. Só estamos atrás da Polônia (1.°) e da República Checa (2.°). Pois, no 'ranking' da Fitch, a República Checa está em 24.° lugar e a Polônia em 40.°" ("Risco de quem?", Joelmir Beting, OESP, 26/4/2002).

"O poder de manipulação de cotações de moedas, títulos e juros é tanto maior porque esse charmoso negócio não se limita a gabinetes fechados dos respectivos clientes. Em nome da transparência de mercado, as avaliações de cada 'risco de crédito' embarcam na infovia da Web e dão a volta ao mundo em um segundo. Os clientes da agência ou do banco não desfrutam da vantagem dessa consultoria privilegiada (sem entrar no mérito da qualidade do serviço assim usinado). Ao invés de pagar até US\$ 100 mil pela assinatura, sairia mais barato clicar o site do caderno financeiro de qualquer jornal dando a mesma informação em tempo real.

A alma do negócio do 'rating' está na capacidade de auto-realização de palpites sinistros. A expectativa de crise provoca a crise que sanciona a expectativa. Ou seja: o otimismo não funciona, nada melhora; o pessimismo funciona, tudo piora. Assim equipado, o urubu dificilmente erra: 'Não disse?'" ("Palpitologia carbonária", Joelmir Beting, OESP, 5/5/2002).

Joelmir Beting foi na contramão da linha editorial do jornal, e Rolf Kuntz adotou uma posição infinitamente mais equilibrada do que a maioria dos articulistas da casa. Kunttz, inclusive, no início das especulações, faz um artigo primoroso chamado "Minueto da Especulação", tomando como mote a palavra usada pelo então ministro da Fazenda Delfim Netto, 20 anos antes, para descrever as relações entre o Brasil e o FMI – os gestos eram bem desenhados e previsíveis, mas não havia contatos entre os dançarinos. A partir daí, desdobra os movimentos especulativos do momento e o papel da imprensa na dança:

A especulação se desdobra em movimentos mais ou menos estilizados, que especialistas e imprensa parecem traduzir em termos racionais. Mas nada vai muito além da aparência. Explicações também são parte do minueto. Por que o dólar caiu ontem? Por que havia subido no começo da semana? Só um apaixonado pela dança pode levar a sério o que se disse e o que se escreveu sobre o assunto. ("O minueto da especulação, Rolf Kuntz, OESP, 16/5/2002).

4.2. A Folha de S. Paulo e o excesso de exposição ao mercado

Ao contrário do seu principal concorrente em São Paulo, a posição editorial da *Folha* não cerrou claramente fileiras contra Lula. Na queda-de-braço entre o mercado financeiro e o candidato do PT, o jornal optou por adotar a análise de que as oscilações de mercado deviam-se antes à fragilidade externa imposta por um modelo econômico em crise do que à pessoa do candidato petista ou ao seu partido. É o que deixa claro no editorial do dia 5 de maio:

"Está em questão a política econômica centrada no otimismo quanto à liberalização dos mercados globais. As ilusões desse modelo camuflaram a precária base da política econômica sob FHC. Com Lula ou sem Lula, o próximo governo estará aprisionado num modelo inadequado do ponto de vista econômico e financeiro. A percepção dessa incerteza estrutural tem levado bancos e investidores a subir a guarda" ("Lula e os fundamentos", Editorial, FSP, 5/5/2002).

A opinião reforça a posição expressa dois dias antes:

"Esse desempenho não pode ser imputado às opções de política econômica deste ou daquele futuro presidente. As dificuldades da economia, hoje, estão associadas ao ambiente internacional adverso e a limitações da atual política econômica. E isso de fato coloca dificuldades para a candidatura situacionista.

É sinal de amadurecimento do ambiente político e institucional brasileiro o fato de o governo e todos os principais pré-candidatos a presidente terem repudiado as opiniões pessimistas dos analistas econômicos estrangeiros. Resta ver se o 'fair play' persistirá quando a temperatura da corrida presidencial subir" ("Humores e rumores", Editorial, FSP, 3/5/2002).

No final do mês de maio, o jornal acusa e condena a "estratégia tucana de dizer que o Brasil vai virar Argentina". "O leitor já terá percebido Armínio Fraga, José Serra e até Fernando Henrique fazendo coro nos últimos dias. (...) Em resumo, será o continuísmo ou o caos, a desordem econômica." ("Bula de sabonete", Editorial, FSP, 24/5/2002).

Da mesma forma que o concorrente, o corpo de articulistas da *Folha* estava em sua maior parte afinado com a sua linha editorial. A reação do mercado às pesquisas de opinião que cada vez mais comprovavam o favoritismo de Lula recebeu reações

igualmente fortes. O articulista Luís Nassif chegou a propor que o governo brasileiro denunciasse à SEC norte-americana os bancos que haviam rebaixado a exposição a títulos brasileiros. Isso, na sua opinião, "certamente levaria o órgão a investigar se os bancos que produziram análises pessimistas se beneficiaram desses movimentos de mercado". O jornalista assim explicava o "instinto de manada" do mercado – o termo expressa o pânico que toma o mercado e faz uma avaliação se sobrepor às demais, causando movimentos especulativos:

"O medo do risco (paradoxal em um mercado que vive do risco) faz com que os 'traders' e os próprios analistas tendam a buscar o consenso, a unanimidade. (....) Assim, tornou-se fácil para um grupo de grandes instituições, a partir de departamentos econômicos da matriz, 'criar' consensos no mercado e ver a sua opinião disseminada mundialmente, através de duas estruturas: as instituições que operam em cada país e a imprensa especializada, que em geral reproduz acriticamente essas análises" ("O Risco-Brasil e a SEC", Luís Nassif, FSP, 7/5/2002).

Da mesma forma, os demais "articulistas da casa" engrossaram as críticas aos bancos. Mesmo o ex-ministro de FHC Luiz Carlos Mendonça de Barros, que escrevia semanalmente para o jornal, tomou a simples disputa entre Serra e Lula como um avanço institucional, na medida em que ambos não estavam comprometidos com uma política econômica ortodoxa e tinham compromisso com o desenvolvimento – embora deixasse clara a sua opção pela candidatura Serra.

A manifestação mais dura contra Lula, durante o mês, foi feita pelo sociólogo Boris Fausto ("Lula e os riscos", Boris Fausto, FSP, 6/5/2002). O historiador sustenta que as alianças feitas por FHC com partidos conservadores foram patrióticas, já que se destinavam a garantir a governabilidade e as reformas, mas as alianças fechadas pelo PT com o PL e a ala peemedebista liderada pelo ex-governador Orestes Quércia eram, ao contrário, lesivas ao país. O jornal, todavia, abriu espaço para contestação a Maria Victoria Benevides. "O que não se pode admitir é a desqualificação do candidato do PT com o clichê do 'despreparo', ou pior, com a ameaça do perigo que ele representa para o país. (...) É essa a chantagem de Boris Fausto" ("Sobre o risco Lula", Maria Victoria Benevides, FSP, 21/5/2002). No dia 13 de junho, o assessor para assuntos internacionais do PT, Marco Aurélio Garcia, deu uma entrevista historiando a evolução do pensamento do PT em relação ao pagamento da dívida pública – segundo ele, desde

1989 os programas de Lula rejeitaram a tese de suspensão do pagamento de serviços da dívida. Fausto voltou à ofensiva, simplesmente argumentando que Garcia mentia.

Nas matérias informativas, todavia, o excesso do uso de um padrão de matéria que sempre repete a mesma máxima como verdade favorecia a formação de um senso comum de um risco inerente à vitória de Lula. O padrão é visível nos exemplos (os grifos são nossos):

"Espero que, como eu, vocês estejam otimistas, esperançosos, porque, desta vez, nada vai me fazer perder as estribeiras', disse Lula, em referência velada a relatórios dos bancos de investimento norte-americanos Merrill Lynch e Morgan Stanley, que rebaixaram a recomendação para negócios com títulos brasileiros em função do crescimento de Lula nas pesquisas" ("Lula pede 'serenidade' ao PT na reação a bancos dos EUA", Murilo Fiúza de Melo e Sabrina Petry, FSP, 1/5/2002).

"O pré-candidato do PT a presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, disse ontem que começou uma 'onda de terrorismo' contra sua candidatura, em alusão à alta do dólar e à queda da Bolsa, atribuídas em parte à subida do petista nas pesquisas eleitorais. '[Na campanha] vamos falar para aqueles que ainda acreditam nas boatarias a que são submetidos diariamente no rádio e na televisão, como ontem, quando começou uma onda de terrorismo. E não pense que essa onda de terrorismo é besteira, não. Ela atinge a dona-de-casa, o taxista', disse.

Anteontem, um analista do ABN Amro afirmou que o banco estava reduzindo sua recomendação de compra dos papéis brasileiros (...), tendo como um dos motivos o crescimento de Lula. O mesmo argumento foi usado pelos bancos de investimento americanos Merrill Lynch e Morgan Stanley, no início da semana.

Ontem, o Santander de Nova York tomou medida semelhante, mas dizendo que o motivo foi o agravamento da crise econômica. Outros quatro bancos mantiveram suas recomendações aos papéis brasileiros" ("Para Lula, há uma 'onda de terrorismo' contra o PT", Fabiano Maisonnave, FSP, 4/5/2002).

"O pré-candidato à Presidência da República pelo PT, Luiz Inácio Lula da Silva, disse ontem, em Ribeirão Preto (314 km de São Paulo), que o Brasil não pode se preocupar com os especuladores internacionais que divulgam relatórios aumentando o risco de investimentos no Brasil. (...) Anteontem, um analista do ABN Amro afirmou que o banco estava reduzindo sua recomendação de compra dos papéis brasileiros (...) tendo como um dos motivos a melhora no desempenho de Lula nas pesquisas de intenção de voto. O mesmo argumento havia sido usado pelos bancos de investimento americanos Merrill Lynch e Morgan Stanley, no início da semana.

Ontem, foi a vez de o Santander de Nova York tomar medida semelhante, mas deixando claro que o motivo foi o agravamento da crise econômica e não a eleição no Brasil. Outros quatro bancos mantiveram suas recomendações aos papéis brasileiros." ("Brasil não pode se render aos especuladores, diz Lula", Evandro Spinelli, FSP, 4/5/2002).

"Nas duas últimas semanas, o avanço nas pesquisas do pré-candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, provocou receio em parte dos investidores internacionais.

O risco país do Brasil, índice que mede a chance de um governo dar um calote nos credores, atingiu seu maior ponto desde dezembro passado, superando o da Venezuela, cujo presidente, Hugo Chávez, chegou a ser deposto e depois reassumiu o cargo.

Dois bancos de Wall Street (Morgan Stanley e Merrill Lynch) e dois europeus (ABN Amro Bank e Santander) recomendaram a seus clientes que reduzam investimentos em títulos do país. Para eles, se Lula ficar à frente nas pesquisas, tem chance maior de ganhar as eleições, o que significaria algum tipo de rompimento com a política econômica atual" ("Lula não vai renovar com FMI, diz Mantega", Márcio Aith, FSP, 5/5/2002).

"Wall Street está 'muito temerosa' com o crescimento do petista Luiz Inácio Lula da Silva nas pesquisas eleitorais, sentimento corroborado pelo fato de o candidato do governo não ter um 'gatilho' para crescer, como FHC 'tinha o Plano Real em 1994'" ("Serra precisa de 'gatilho', diz analista", Sérgio Dávila, FSP, 1/5/2002).

"O banco de investimento Merrill Lynch no Brasil enviou um e-mail para o economista ligado ao PT Guido Mantega manifestando-se sobre o relatório produzido pela instituição que rebaixa a recomendação para negócios com os títulos da dívida brasileira.

No relatório, a subida do presidenciável do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, nas pesquisas de intenção de voto é mencionada como o maior fator doméstico de incerteza para o mercado e, portanto, um dos motivos do rebaixamento dos papéis" ("Merrill Lynch envia e-mail a assessor do PT", Júlia Duailibi, FSP, 1/5/2002).

"Os títulos da dívida externa brasileira e o risco-país se deterioram há duas semanas, desde que houve o novo agravamento da situação na Argentina. A mais recente crise no país vizinho teve como conseqüência a queda de outro ministro da Economia e novo período de feriados bancários.

A deterioração foi intensificada pelas pesquisas de intenção de voto para as eleições deste ano, que mostram o crescimento do pré-candidato Lula (PT) na preferência do eleitorado. (...) A queda dos C-Bonds e a alta do risco-país se intensificaram anteontem, repercutindo as declarações de Fraga e o anúncio feito pelos bancos de investimento Merrill Lynch e Morgan Stanley, que reduziram suas recomendações para a compra de títulos da dívida brasileira. O motivo alegado foi a subida de Lula nas pesquisas" ("Risco-país tem maior alta desde setembro", Ana Paula Ragazzi, FSP,

"O senador José Serra, presidenciável do PSDB, ironizou ontem a suposta desinformação dos responsáveis pelos relatórios de bancos estrangeiros divulgados nos últimos dias, que rebaixaram a avaliação do Brasil em razão do atual cenário eleitoral. (...) A principal justificativa dos bancos para rebaixar a nota do Brasil é a liderança folgada de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas pesquisas e a dificuldade de Serra de consolidar-se em segundo lugar" ("Serra critica desinformação dos bancos", Fábio Zanini, FSP, 4/5/2002).

"Não são os relatórios dos bancos que fazem o mercado se tornar mais pessimista em relação ao Brasil, e sim o aumento da probabilidade de uma vitória do pré-candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, segundo Paulo Leme, da Goldman Sachs. De acordo com ele, em vez de criticar os relatórios, o que se deve fazer é perguntar por que o mercado está vendendo papéis brasileiros com o aumento da possibilidade da vitória do Lula nas eleições de outubro. A seu ver, há não só um vazio de informações a respeito da equipe econômica, como também não se sabe qual seria o programa econômico a ser adotado por um governo petista. Para ele, é importante Lula deixar claro qual será sua política econômica, para espantar o medo do mercado" ("Oportunidade", Painel S.A, FSP, 4/5/2002).

"Na segunda-feira, Merrill Lynch e Morgan Stanley reduziram suas recomendações para os títulos brasileiros. Anteontem o ABN Amro fez o mesmo. A justificativa das instituições foram as incertezas políticas no país, com a melhora no desempenho do pré-candidato da oposição Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas pesquisas de intenções de voto para as eleições presidenciais deste ano.

O Santander informou que sua decisão nada teve a ver com o cenário político-eleitoral do país. Pelo menos não diretamente. A justificativa espanhola foi a onda de pessimismo que tomou os mercados em relação ao Brasil após os anúncios de rebaixamentos feitos pelos outros três bancos" ("Bancos não vêem contágio das eleições nos mercados", Ana Paula Ragazzi, FSP, 4/5/2002).

"A crise política tucana provocou uma alta na desconfiança dos investidores na economia brasileira e turbulências nos mercados financeiros domésticos. (...) Desde a semana passada, amparados por pesquisas que mostraram a melhora no desempenho do pré-candidato da oposição Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a deterioração do cenário econômico do país, quatro bancos reduziram suas recomendações para a compra de títulos brasileiros: Merrill Lynch, Morgan Stanley, ABN Amro e Santander" ("Crise tucana eleva risco de investir no Brasil", Ana Paula Ragazzi, FSP, 7/5/2002).

"O vice-presidente mundial da Coca-Cola, Brian Dyson, afirmou ontem que os investimentos da empresa no país não serão afetados pelo resultado das eleições presidenciais neste ano. (...) Nas últimas semanas,

alguns bancos de investimentos reduziram a sua avaliação sobre o Brasil devido ao fato de o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, ter ampliado sua vantagem nas pesquisas de intenção de votos para a Presidência da República" ("Coca-Cola afirma que resultado da eleição não afasta investimentos", Beatriz Portugal, FSP, 9/5/2002).

4.3. Conservadorismo à solta

Dentro e fora do país, a opinião de mercados e jornais era eivada de um forte conservadorismo. Em seu relatório trimestral, o Banco para Compensações Internacionais (BIS) afirmava que "no Brasil, os investidores se tornaram cada vez mais preocupados com a continuidade da desaceleração da economia e pelo fato de um populista concorrendo com um programa inamistoso aos mercados ter aumentado a sua liderança nas pesquisas de opinião para a eleição presidencial" ("Para BIS, vantagem de Lula prejudica País", João Caminoto, OESP, 28/5/2002). Artigo publicado pelo Wall Street Journal sustentou a tese de que Lula não era perigoso apenas como candidato que poderia ganhar a eleição e alterar a situação do capital financeiro no país, mas pela sua capacidade de influenciar o discurso dos demais candidatos. "No Brasil, o Lula consegue o que quiser." (...) Com todos os candidatos criticando o mercado, o livre comércio e a intervenção limitada do governo, mesmo que Lula não ganhe, suas idéias parecem estar destinadas a dominar a política", segundo a editora Mary Anastasia O'Grady, que assina o artigo. ("Wall Street Journal apóia temor", OESP, 11/5/2002).

O conservadorismo, não raro, vinha eivado de preconceitos, sociais e intelectuais. Tratou-se de tentar colar em Lula a imagem do despreparo – era o operário e não tinha experiência executiva – e no PT a de radical incorrigível – um partido que não compartilha do "consenso" é não apenas despreparado, mas irracional e temível. As duas vertentes de preconceito atingem, é lógico, o eleitor: se ele, ainda assim, optava por Lula, era porque também era despreparado e irracional. Assim, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a pressão dos mercados eram antídotos ao despreparo e à irracionalidade. Existia também outro fato "inibidor" da ação de qualquer governo que foi pouquíssimo lembrado pelos jornais durante o ataque especulativo: a emenda que regulamentou o uso de medidas provisórias embutiu um artigo que impedia o governo de alterar, por esse instituto, o cronograma de pagamentos da dívida (a limitação foi lembrada pelo secretário-adjunto do Tesouro Nacional, Rubens Sardenberg, e citada sem destaque no meio de uma matéria do *Estadão*: para mexer no cronograma, o novo presidente teria que aprovar um projeto de lei ou uma emenda constitucional). ("Para analistas, rolagem da dívida preocupa, mas é administrável", Fernando Dantas, *OESP*,

3/6/2002).

Vistos de fora, os argumentos conservadores antipetistas expunham a "vergonha" de uma elite intelectual com "idiotices" e "irracionalidades" – uma vergonha que se estendia aos ataques contra a irracionalidade dos mercados, já que eles tinham por tarefa e obrigação cuidarem do dinheiro dos pensionistas e investidores que eram seus clientes.

Assim, a ignorância petista é apontada no "preconceito" do partido com manifestações de riqueza – e a prova de que isso é uma farsa, ou uma contradição, são as demonstrações de riqueza por integrantes do partido:

"Os petistas consideram toda e qualquer manifestação de riqueza como um escárnio à grande massa, que é pobre. Pois bem, há pouco tempo, numa grande revista, saiu uma reportagem mostrando o deslumbrante guardaroupa da alcaidessa paulistana [Marta Suplicy, do PT]. Seu estoque de bolsas, sapatos e vestidos é de causar inveja a muita socialite por aí. São dezenas de milhares de reais despendidos. 'Gente, é tudo pelo social!', há de defender-se ela" ("Comentários e implicâncias", João Mellão Neto, OESP, 19/4/2002).

Ou, num diagnóstico de que o eleitor brasileiro havia se "modernizado", a aposta de que ele seria o muro de contenção contra o esquerdismo petista, conforme o jornal britânico *Financial Times*, em matéria na qual reproduzia declarações de FHC duvidando da posição moderada exposta pelo PT antes das eleições. "*Será que essa posição é apenas para ganhar a eleição ou isso sinaliza realmente uma mudança na maneira que eles encaram o mundo?*", perguntava o então presidente. Ao que conclui o jornal que "a popularidade da inflação baixa e a crescente sofisticação dos eleitores brasileiros criarão dificuldades para um governo petista dar uma guinada para a esquerda" ("Dúvida de FHC: moderação do PT é eleitoral?", João Caminoto, *OESP*, 20/4/2002).

O preconceito é retratado também na afirmação do presidente tucano, José Aníbal, de que Lula tinha a "cabeça ruim". "O Lula é uma grande liderança popular, mas administrativamente diz coisas que não têm absoluta coerência e que provocam muita insegurança" ("José Aníbal diz que Lula 'é cabeça ruim", OESP, 28/4/2002).

O anticomunismo também foi uma manifestação desse conservadorismo. As lembranças da ligação, ou simpatia, do PT e de Lula com Fidel Castro, de Cuba, e o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, seriam a prova cabal das tendências comunistas do candidato e do partido. Assim, a proximidade com os dois chefes de governo seriam "erros", segundo o presidente do PFL, Jorge Bornhausen. "Começa pelas viagens internacionais, encontros com Fidel Castro, com Hugo Chávez, e passa pelos pronunciamentos [que fez] contra exportações e sobre taxações do Imposto de Renda. Lula está bem porque tem um bom marketing" ("Lula afastará investimento, diz Bornhausen", FSP, 1/5/2002). Na página de opinião do The Wall Street Journal, dos EUA, a "contaminação" de Lula pelas idéias dos dois líderes também é apontada como razão para que os investidores temessem pelo futuro de seu dinheiro. Relata matéria da Folha: "'O mercado está certo ao temer uma Presidência ocupada por Lula', diz o WSJ. O candidato baseou sua carreira 'na defesa das idéias do Fidel Castro' e 'recentemente tem deixado clara a sua admiração por Hugo Chávez'" ("Com ou sem Lula, Brasil não é boa opção para investir", FSP, 11/5/2002).

Os editoriais do *Estadão* não se esqueceram desse particular. Pelo menos um deles usa esse argumento para explicar as especulações dos mercados:

"Como lembra o colunista Celso Ming, do Jornal da Tarde, o PT defendeu em dezenas de documentos a 'renegociação concertada' da dívida, o que implica alguma forma de descumprimento de contratos. E há pouco mais de um ano o partido apoiou francamente a absurda proposta da CNBB de um plebiscito sobre a suspensão do pagamento dos compromissos assumidos pelo Brasil. Pesam ainda na percepção dos agentes econômicos estrangeiros as 'afinidades eletivas' de Lula com Fidel Castro e Hugo Chávez, que o petista se esmerou em ostentar, bem como a estridência de seus ataques à globalização" ("O 'risco Lula' e o 'fator memória", Editorial, OESP, 4/5/2002).

O despreparo, diz o *Estado*, seria também um dos principais temores do mercado.

"Resta o 'fator Lula'. Esse é preocupante, menos pelos impulsos carbonários de que ele possa ser acometido se for eleito – porque tenderão a ser neutralizados pelas realidades que acabamos de mencionar – do que por sua completa inexperiência em qualquer cargo executivo. Lula se gaba de não ter seguido carreira política, considerando-se mais bem apetrechado do que

os outros candidatos para fazer as coisas certas, em razão de suas jornadas pelos grotões do Brasil. É é essa propensão ao voluntarismo — 'querer é poder' — que justificaria os temores sobre o seu despreparo para o exercício do poder. Mas é importante não esquecer que a experiência administrativa que lhe falta, falta porque lhe foi negada, por enquanto já por três vezes, pelos eleitores — e em duas ele chegou a um favoritismo nas pesquisas maior que o de hoje. O único campo em que Lula acumula mais conhecimento prático que todos os outros políticos brasileiros em qualquer tempo, aliás, é no das derrotas em eleições presidenciais. É este é o indicador mais seguro da precipitação do Morgan Stanley e da Merrill Lynch em seu veredicto sobre o Brasil" ("Wall Street e as eleições no Brasil", Editorial, OESP, 11/5/2002).

A escolaridade de Lula foi outro tema insistente na agenda conservadora. Em artigo no *Estadão*, Roberto Macedo, faz uma ginástica para não configurar a sua defesa da escolaridade como conservadorismo. É discutível que tenha conseguido:

"Embora tenha avançado na escolaridade, não sou daqueles que a confundem com inteligência. Inegavelmente, Lula é um homem muito inteligente, bastando dizer que sem sua boa cabeça não teria chegado aonde chegou. Mas, mesmo corretamente colocando em segundo plano a escolaridade superior que não tem, não faz jus à sua inteligência confundir escolaridade com preparo, o que parece fazer. Para ser torneiro mecânico, líder sindical ou político, passou por um preparo que pode ter dispensado um período mais longo na escola formal. Este teve como substituto a escola da vida, não menos importante para formar pessoas qualificadas, naquilo que é conhecido como treinamento no trabalho, no qual a inteligência inata se desenvolve e floresce com a experiência. (...) Agora, é candidato a presidente da República, cargo para o qual a Constituição não exige, como querem alguns equivocados, diploma de curso superior. Tal exigência não seria um procedimento democrático. O cargo, contudo, exige preparo, e este não dispensa leitura, de livros, relatórios e até mesmo de estatísticas, com domínio dos aspectos mais fundamentais, não apenas para não falar bobagens, mas para tomar decisões cruciais. (...) Se chegar a presidente, Lula terá à sua disposição inúmeros assessores, mas, para bem escolhê-los, novamente precisa estar preparado. Conheço bem o lado da oferta de assessores e sei que, mesmo com muitos diplomas, não há garantia de inteligência nem de boa formação. Lula é inteligente, mas vem revelando falta de preparo nos assuntos econômicos. Não é a primeira vez que causa espanto com o que diz nessa área. Se eleito, vai lidar com questões econômicas extremamente delicadas pelo que podem trazer de impacto aos rumos da economia, da política e do próprio Lula, enquanto presidente. (...) Assim, Lula-lá, na economia, não assusta pela falta de diplomas, mas pela carência de preparo, dele e de alguns assessores. A esperança está na sua inteligência, mas é bom lembrar que mesmo pessoas inteligentes podem tomar decisões equivocadas. O preparo é indispensável, pois reduz esse risco. Não é o caso de aprender francês, como Machado, mas de aperfeiçoar seu frágil 'economês'" ("Lula-lá na economia", Roberto Macedo, OESP, 2/5/2002).

A desqualificação intelectual era comum quando o candidato do PT fazia discursos que contrariassem a lógica hegemônica. Maílson da Nóbrega foi imbatível nessa "vigilância". Ao relatar imagens usadas por Lula em evento promovido pela Força Sindical e pela Bolsa de Valores de São Paulo, por exemplo, o ex-ministro aponta "disparates" que desqualificariam o candidato, in limine, na postulação pela Presidência da República:

"Lula usou imagens típicas do homem comum. Arrancou aplausos ao afirmar que no capitalismo brasileiro 'o povo é proibido de consumir'. Para o governo, protestou, 'se o povo comprar vai ter inflação'. Nunca se viu tais disparates nem mesmo na boca de governantes incompetentes. Essas palavras poderiam ser consideradas força de expressão, um momento de êxtase, mas nunca quando pronunciadas por alguém que pretende governar um país tão complexo" ("Voluntarismo e populismo explícitos", Maílson da Nóbrega, OESP, 5/5/2002).

O direito à palavra para desqualificação do candidato também foi dado ao publicitário responsável pela campanha de Serra, Nizan Guanaes, para quem Lula seria um bom chefe de Estado, nunca um razoável chefe de governo.

"Eu respeito o Lula, acho que ele é um exemplo. Se o País fosse parlamentarista, ele seria um excelente chefe de Estado. Como essa não é nossa realidade e o que temos é o presidencialismo, o País precisa é de um chefe de governo e Serra reúne todas as condições para o cargo. O Lula, com todo o respeito, é como eu: pode estar mais maduro depois de oito anos, mas ainda não está preparado. Ia ficar dependendo o tempo todo do ponto no seu ouvido. Agora, se houver divergências, por exemplo, entre dois de seus ministros, aí seria uma confusão só" ("Nizan propõe debate informal ao PT", Carlos Franco, OESP, 20/5/2002).

Contra esse discurso, Lula usou o bom e o mau humor. Ele abandonou um almoço na *Folha* quando o diretor do jornal, Otavio Frias Filho, perguntou-lhe se se achava em condições de governar o país, devido às limitações de sua pouca escolaridade. Em palestra a universitários da Universidade do Vale do Paraíba (Univap), conjugou corretamente o verbo "intervir" e perguntou aos estudantes: "Vocês gostaram do interveio, não é? Pensavam que eu ia falar interviu, não? (...) Sempre me perguntava, meu Deus, será que não ganhei a eleição por não ter um diploma universitário?" Levou a platéia às gargalhadas ("Vocês gostaram do 'interveio'?", Xico Sá, *FSP*, 30/5/2002).

4.4. O Estadão em guerra

A clareza ideológica sempre foi uma característica do *Estadão*. O jornal é conservador e aderiu incondicionalmente às reformas pregadas pelo neoliberalismo. Seu apoio aos governos FHC foi integral. Nos períodos não-eleitorais, a expressão dessa ideologia é feita nos espaços editoriais. No caso do *Estadão*, é um espaço editorial "expandido" a um número de articulistas que referendam e reforçam essa posição. No período eleitoral em questão, a afinidade entre a linha editorial do jornal e esses articulistas é mais evidente.

Nos períodos não-eleitorais, a linha editorial do jornal fica adstrita a essa linha de frente, composta pelo editorial e pelos articulistas afinados com a sua posição ideológica. Ela não necessariamente contamina o noticiário. No período eleitoral em estudo, no entanto, é possível ver que, aos poucos, a linha editorial vai tomando o espaço informativo. A partir de junho, houve uma aproximação grande entre a opinião do jornal expressa em editoriais e a orientação dada às matérias analíticas de economia e finanças, e mesmo às de política. Essas matérias estão no meio do caminho entre o editorial e as de caráter puramente informativo: embora partam de fatos e opiniões de fontes, eles são distribuídos ao longo do texto de forma a "comprovar" uma tese. Todas as matérias de jornais, hoje, são assinadas – têm autoria, portanto – e na teoria isso quer dizer que expressam a posição dos jornalistas que as assinam, não a do jornal. Nem sempre é assim. A tese defendida na matéria pode ter decorrido de uma "pauta" da chefia imediata ou da própria direção do jornal. Mas, como extensão da linha editorial do jornal, essas matérias cumprem também a função de propaganda ideológica, independentemente da intencionalidade. Embora nem todas as matérias analíticas sobre o mercado ou as eleições possam ser colocadas nessa categoria editorial, o fato é que uma parte delas, às quais era dado destaque, tinha a função de transformar em fato a opinião do jornal, construir uma "verdade" que a sustentasse. Essa "verdade" convergia com a do governo e a do mercado – e, quando as duas pontas (o aparelho ideológico público e o aparelho ideológico privado) se dissociavam, a posição editorial passava a fazer uma mediação entre ambos.

O uso de matérias analíticas como corroboradoras das idéias e teses defendidas pelos editoriais e articulistas identificados ideologicamente com o jornal deu uma certa organicidade ideológica ao jornal no período em estudo. Da mesma forma, as matérias diárias de finanças, ao reproduzirem opiniões e "expectativas" de agentes do mercado, alimentaram editoriais, artigos e matérias interpretativas com as "provas" de que o grande risco do qual os investidores fugiam era Lula. As repercussões do movimento especulativo com justificativa eleitoral junto aos candidatos acabaram se constituindo num canal direto das pressões do mercado – e do próprio jornal – sobre o candidato petista. O "clima" criado tornava-se a verdade, que seria, segundo o jornal: o mercado temia Lula e o país pagava por isso, enfrentando um ataque especulativo. Isso mesmo em junho, quando o mercado deixou de reagir às pesquisas eleitorais e passou a um movimento especulativo que se auto-alimentava, que tinha como pressuposto que nem o governo FHC nem o sucessor, qualquer que fosse, conseguiria resistir ao ataque e seria obrigado a reestruturar a dívida brasileira, interna e externa.

No mês de junho, quando o movimento especulativo do mercado adquiriu vida própria, o *Estadão* assumiu a trincheira de defesa do governo Fernando Henrique e o apoio ao seu candidato. Tratava-se, primeiramente, de jogar de novo para o colo do PT a responsabilidade sobre a crise, já que, após a remarcação a mercado dos títulos, o BC aparece como o detonador da "turbulência". Assumiu ainda a tese de que a dívida pública brasileira não era de responsabilidade do governo Fernando Henrique – a linha de defesa do PT era essa, quando lhe era imputada a culpa pelos "temores" do mercado. E, por último, constituiu-se numa das forças de pressão contra o PT, para que o partido revisse suas diretrizes partidárias e desse "garantias" sólidas de continuidade da política econômica dos governos FHC.

A articulação editorial dessas posições era clara. No caso da dívida pública, por exemplo, o jornal teve o reforço de articulistas conservadores e de matérias sobre as "visões" do mercado sobre a crise. Na verdade, o jornal entrou nesse debate pelas mãos do ex-ministro Maílson da Nóbrega, que se envolveu numa discussão com a *Folha de S. Paulo* sobre as causas do brutal aumento da dívida pública nos governos FHC. Após o início da crise das LFTs, quando o Banco Central passou a ter grande dificuldade para rolar a dívida interna, esse era o debate para o qual convergiram especialistas. A dívida e a ação do BC, enfim, foram tomados como fatos; as especulações com motivação

eleitoral, como "expectativas".

Maílson da Nóbrega tomou a linha de frente e reembalou o fato, acusando o jornal concorrente, a *Folha*, e os candidatos de oposição, de criarem "factóides" em torno da dívida:

"São comuns os erros nessa área [análises da dívida pública]. Por exemplo, a Folha de S. Paulo criou famoso factóide em editorial de primeira página (24/9/1998). Afirmou que 'a dívida do Estado se multiplicou por cinco desde 1994, ano da estréia do Plano Real'. Em artigo no mesmo jornal (16/10/98), mostrei que o aumento, corretamente calculado, tinha sido de 86,8%, ainda elevado, mas muito distante dos 400% do editorial. A Folha não havia considerado o efeito do reconhecimento dos 'esqueletos' e da absorção, pelo Tesouro, de dívidas de Estados e municípios.

Meus argumentos foram rejeitados e a conta da Folha triunfou. Passou a ser macaqueada por muitos analistas e colunistas. Retornou agora ao palco nesta campanha eleitoral, convenientemente ajustada aos novos números. É muito provável que a ela venha a se juntar um outro factóide, qual seja o construído por analistas para os quais a culpa da grave situação fiscal brasileira caberia à política cambial do primeiro mandato de FHC. A causa teriam sido os juros, cujo nível se explicaria apenas pela necessidade de atrair capitais externos.

Informações recentes do Tesouro desmistificam o primeiro factóide. A dívida pública mobiliária federal passou de R\$ 61 bilhões em 30/6/1994 para R\$ 624 bilhões em 31/12/2001. Os menos avisados diriam que o atual governo a multiplicou por dez.

Acontece que R\$ 298 bilhões são explicados pela federalização das dívidas dos Estados e municípios e R\$ 128 bilhões pelos 'esqueletos', que incluem R\$ 40 bilhões de reestruturação de bancos federais. Os 'esqueletos' superaram a receita das privatizações (R\$ 59 bilhões). Sem esses fatores, a dívida seria de R\$ 198 bilhões.

A triplicação nominal da dívida em quase oito anos não é grave quando se considera a inflação do período (111,4%, IPCA) e os juros elevados, típicos da atual transição. Os juros explicam R\$ 109,4 bilhões, mas o fato de continuarem elevados mostra que é exagero ligá-los apenas à política cambial anterior. Seu efeito é importante, mas não dá para dizer que eles constituem a causa básica das dificuldades fiscais. (...) Na verdade, a deterioração deriva basicamente de nosso passado paternalista e do populismo da Constituição. Basta ver as despesas obrigatórias com pessoal e aposentadorias nas três esferas de governo, de R\$ 221 bilhões em 2000 (21% do PIB).

Além das determinações constitucionais, na prática são também obrigatórios os gastos com o Judiciário, o Legislativo, a educação, a saúde, certos itens administrativos e o apoio mínimo à agricultura, às exportações, à pesquisa e à infra-estrutura. Essa é a tragédia: afora os juros, os gastos passam de 30% do PIB. Um Orçamento austero não absorveria todas essas demandas. Um sistema tributário racional não arrecadaria mais do que 25% do PIB.

De tão repetidos, os factóides viram verdade, obscurecem o que é relevante e contribuem para a injusta avaliação do governo. Por isso, o Tesouro deveria produzir mais estudos como este e, tal como nos factóides, repetir seu conteúdo à exaustão" ("Dívida pública: factóides e desinformação", Maílson da Nóbrega, OESP, 2/6/2002).

A afinidade de interpretação sobre o fato reembalado – a dívida é grande, mas ela decorre não da política monetária dos governos FHC, mas das dívidas assumidas e não reconhecidas de governos anteriores – é expressa no editorial do jornal, publicado no dia seguinte:

"Quando se olha apenas para o dado bruto eleitoreiro – crescimento de 1.000%! da dívida – se tende a concluir que o problema do setor público é simplesmente o peso da dívida e dos juros pagos. (...) Com essa tese, tenta-se ocultar os verdadeiros problemas das finanças públicas, como os gastos excessivos da Previdência, especialmente como o funcionalismo, que estão criando novas dívidas e esqueletos" ("A montanha da dívida já estava lá", Editorial, OESP, 3/6/2002).

A posição defensiva em relação à dívida tem sua razão. A turbulência que se seguiu à remarcação a mercado dos fundos, que impôs graves dificuldades de rolagem das dívidas do país e das empresas aqui sediadas, ameaçou a posição quase consensual dos jornais e mercados de que os chamados "fundamentos da economia" não justificavam a reação de mercado, e portanto ela devia ser atribuída a razões políticas, a "expectativas" de que Lula, se eleito, ameaçaria os interesses do capital que financiava a dívida do governo.

O círculo se fecha, quando a "realidade" criada incorpora a certeza de que não é a dívida a responsável pelas turbulências de mercado, e sim as incertezas em relação à moderação do PT. O economista Roberto Macedo, por exemplo, reconhece a polarização entre duas posições, se as turbulências tiveram motivação política, o efeito Lula, ou técnica, a atuação do BC no mercado de títulos. E toma uma posição:

"Sou dos que entendem que risco político é o fator preponderante. É muito clara a correlação entre risco político e os maus humores do mercado financeiro. Uma das evidências mais transparentes foi a publicada por este jornal em 4/6, em matéria do jornalista Fernando Dantas. Num gráfico é mostrada a evolução do quadro político eleitoral simultaneamente à do 'risco Brasil'. Este quantifica a confiança dos investidores no País, por meio dos juros cobrados de seus papéis relativamente aos do país considerado de menor

risco, os Estados Unidos. Se há receio de insolvência, esses juros aumentam, refletindo o maior risco. O movimento dos juros na direção oposta indicaria a redução do risco. O 'risco Brasil' reflete, assim, os humores do mercado financeiro.

Segundo o gráfico, com o esvaziamento da candidatura Roseana, mais o crescimento da de Lula, a vantagem dos candidatos oposicionistas somados (Lula, Ciro, Garotinho e Itamar), relativamente aos candidatos governistas (Serra e Roseana), aumentou de 18%, em fevereiro deste ano, para 54,8% em 27 de maio, quando termina o gráfico. O 'risco Brasil' seguiu esse movimento, passando de 730 pontos, em março, para 982, na data final do gráfico. Na última terça-feira, já estava acima de 1.200 pontos. Ainda pelo mesmo gráfico, anteriormente a essa fase de crescimento relativo das candidaturas de oposição, houve uma outra em que seu movimento foi de queda, com o 'risco Brasil' caminhando na mesma direção.

Ora, todo credor se preocupa com as condições de solvência do devedor — no caso, o Brasil e seu governo. O que as prévias eleitorais passaram a mostrar foi uma maior probabilidade de assumir um candidato que se opõe à atual administração. O risco político não reside nessa probabilidade em si, mas no comportamento esperado do candidato líder nas pesquisas de intenção de voto" ("O legado da dívida", Roberto Macedo, OESP, 13/6/2002).

Não apenas o fator é político, mas foi detonado por políticos da oposição, que teriam sido profetas do caos ao dizerem que a dívida era administrável – o discurso do risco de "argentinização", segundo essa realidade, não teria vindo do candidato governista e do governo, mas do próprio PT. Essa "realidade" se estampa no artigo de Alcides Amaral:

"A profecia dos analistas, correligionários e políticos da oposição que cantaram em verso e prosa, nos últimos meses, que a dívida interna brasileira está atingindo níveis inadministráveis está ameaçando concretizar-se. Foi pelo menos o que se viu nas duas últimas semanas, tomadas pelo pânico e pela síndrome do 'não vai dar', até que o governo decidisse agir na última quintafeira. Foram anunciadas medidas importantes — entre elas o saque de US\$ 10 bilhões do FMI e aperto fiscal adicional — que deram algum alívio ao mercado, mas estão longe de significar que a guerra foi ganha. O 'risco político' continua no ar, os agentes financeiros estão assustados e a expressão 'argentinização do Brasil', utilizada por alguns desses mesmos profetas, em nada ajuda" ("O nó da dívida interna", Alcides Amaral, OESP, 17/6/2002).

O artigo, que aponta a responsabilidade da oposição no acirramento dos ânimos do mercado, confirma a "realidade" criada em editorial anterior:

"Se há algum terrorismo eleitoral, como disse o candidato Luiz Inácio

Lula da Silva, seus autores não estão no governo, nem a bomba, se for o caso, vai estourar no colo da atual administração. O que assusta o mercado, e nenhum discurso petista pode esconder esse fato, não é a política austera do presidente Fernando Henrique Cardoso e de sua equipe, mas a imprudência que Lula e seus companheiros demonstraram, mais de uma vez, ao falar sobre a dívida pública e ao criticar a responsabilidade fiscal" ("O alvo da bomba do governo", Editorial, OESP, 14/6/2002).

O risco eleitoral é reintroduzido nos editoriais, artigos, matérias analíticas e noticiário financeiro não apenas como fator a ser considerado pelo eleitor – propaganda ideológica, portanto – mas como forma de tirar do governo a responsabilidade sobre as dificuldades de rolagem da dívida interna que se seguiram ao início da crise das LFTs. Essa "verdade" se expande por todo o jornal:

"Hoje, a dificuldade maior está na rolagem da dívida interna. O Banco Central pode ter errado ao forçar uma compra excessiva de LTNs alguns meses atrás. Mas não é isso que explica os problemas do momento. O fato é que, diante das incertezas geradas pelos resultados das pesquisas eleitorais, nem sempre bem analisados pelo mercado internacional, pouco familiarizado com as nuances da política brasileira, os investidores não querem subscrever papéis que vençam a partir de 2003 (...). Não se deve criticar esses investidores, quando se sabe que diversos candidatos da oposição à Presidência falaram, no passado, em dar calote nas dívidas interna e externa, e, ainda, antes de ontem, um economista do PT falava de uma renegociação do prazo dos títulos (...)" ("O que se espera do Banco Central", Editorial, OESP, 7/6/2002).

"... passado o abalo, análises fundamentadas colocaram as coisas nos seus devidos termos, demonstrando que o BC não cometeu nenhum dos pecados que lhe foram atribuídos, notadamente pelos membros dessa mais nova confraria de sábios, os 'economistas do PT'. A turbulência tampouco pode ser explicada por um imaginário agravamento repentino do precário equilíbrio das finanças públicas. Já não há como tapar o sol com peneira, muito menos falar em 'terrorismo eleitoral' para negar o óbvio: a instabilidade vem do medo dos investidores de que Lula seja o próximo presidente do Brasil" ("Uma idéia boa para o PT e para o País", Editorial, OESP, 11/6/2002).

"Não há dúvida, segundo respeitados economistas, de que a atual turbulência é causada principalmente pelo risco político. (...) Sem o risco político, não há por que imaginar, neste momento, que o país encontre dificuldade para se financiar, no próximo ano. Mas o mercado entrou em pânico e está demonstrando que não vai esperar para descobrir, em 2003, se o próximo governo estará empenhado em pagar as contas e em manter o crédito do Estado" ("Enquanto é tempo", Editorial, OESP, 13/6/2002).

"As perspectivas eleitorais começaram a ter impacto negativo sobre a dívida mobiliária federal a partir de maio" ("O encurtamento da dívida interna", Editorial, OESP, 21/6/2002).

A tese do risco político se expande nas demais páginas dos jornais, ou como opinião de especialistas, ou como justificativa do mercado para movimentos especulativos. As páginas noticiosas também dão atenção, e destaque, às entrevistas de outros atores, internos e externos ao país: investidores estrangeiros, representantes do governo norte-americano e dos organismos multilaterais, em especial o FMI:

"O economista Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central (BC), acha que é seu dever dizer explicitamente o que muitas pessoas falam reservadamente, mas negam ou amenizam em público: na sua opinião, a grande causa da atual turbulência nos mercados é o crescimento da possibilidade de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, chegar à Presidência. Ele acha que culpar erros operacionais do Banco Central (BC) pela atual crise é tapar o sol com a peneira" ("O desequilíbrio vem do risco político", Fernando Dantas, OESP, 7/6/2002).

"O clima político vem dominando os negócios e expondo fraquezas até então tidas como administráveis, como é o caso da dívida pública. No governo, o discurso está unificado: não há nenhuma mudança substancial nos indicadores da economia que explique tamanho nervosismo. Mas, ainda assim, o Banco Central não consegue acertar na dose do calmante para reverter o quadro atual" ("Para analistas, situação política expõe fraquezas", Sheila D'Amorim, OESP, 13/6/2002).

"Morris Goldstein, um especialista em crises financeiras do Instituto de Economia Internacional, (...) estima em 70% as chances de o País vir a ser forçado a reestruturar sua dívida externa até o fim de 2003. (...) "Esse cara não entende nada de Brasil e não há nenhuma base para esse tipo de previsão", disse um alto funcionário do governo. (...) "O problema que o Brasil enfrenta na economia é político: os investidores estão com medo de o Lula ganhar e não pagar a dívida, ou de o Lula ganhar e reduzir o saldo fiscal primário, que é outra maneira de dizer que não vai pagar a dívida" ("País pode ampliar crédito do FMI, diz especialista", Paulo Sotero, OESP, 17/6/2002).

"Para Gontijo [o estrategista-chefe do HSBC Investment Bank, Dawber Gontijo], a questão de fundo são as incertezas no cenário político" ("Dólar atinge a maior cotação do Plano Real", Sérgio Lamucci, OESP, 22/6/2002).

"O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Paul O'Neill, (...) [afirmou que] os investidores 'estão nervosos sobre o desfecho da eleição (presidencial)'. 'Não acho que haja um antídoto econômico para isso.' O'Neill afirmou que 'gostaria que as coisas estivessem mais estáveis'. Mas, numa referência ao favoritismo de Luiz Inácio Lula da Silva nas pesquisas, insistiu que 'a situação brasileira é realmente uma função de seu processo político, do processo eleitoral, e não está claro para mim o que se pode fazer a respeito disso'" ("O'Neill ataca ajuda ao Brasil e depois se desdiz", Paulo Sotero, OESP, 22/6/2002).

No período, o *Estadão* manteve um time de articulistas afinado com suas posições ideológicas, composto por economistas, jornalistas (sem ter necessariamente vínculos funcionais com o jornal) e cientistas políticos, pautados pela agenda neoliberal e identificados com o governo FHC – embora não necessariamente com seu candidato, José Serra. Esparsamente, foram agregados ao elenco outros articulistas, que via de regra reforçavam a linha governista e a função de forjar um senso comum do "radicalismo" e do "risco" para o país que representava candidato favorito da oposição. Parte desse time caracterizou-se por um discurso nitidamente eleitoral; outra, por um conteúdo técnico afinado ao neoliberalismo, cujas conclusões convergiam para uma posição de forçar as adequações e o comportamento dos partidos oposicionistas à ordem financeira internacional, ou introduzir elementos na agenda eleitoral desprezados pelos candidatos, mas que passaram a ser demandados pelo capital financeiro.

De discurso nitidamente eleitoral e claramente ideológico e pró-governista, destaque-se João Mellão Neto, Roberto Macedo, Jarbas Passarinho, Dennis Lerrer Rosenfield e Alcides Amaral. Os "técnicos" preocupados em trazer todos os candidatos, inclusive Serra, à agenda do mercado, eram em especial os economistas da PUC-Rio – Dionísio Dias Carneiro, Marcelo Paiva Abreu e Rogério L. F. Werneck –, secundados por jornalistas, como Carlos Alberto Sardenberg e Suely Caldas. Joelmir Beting se destaca por uma quase solitária cruzada contra os mecanismos de especulação financeira, e Rolf Kuntz, por uma posição de equilíbrio entre os candidatos. Dora Kramer, colunista diária de política, mantêm-se afastada do tema até junho, quando passa a tratá-lo sem poupar o governo, porém atacando igualmente a oposição. O jornal mantém uma coluna semanal do então candidato a governador pelo PT, José Genoíno, que quase se perde na página de opinião, onde posições antipetistas são hegemônicas, inclusive nos editoriais. Como destoa um esparso artigo do petista Frei Betto, no lugar

destinado a artigos de convidados, onde ele sustenta que o verdadeiro risco Brasil é a miséria e a má-distribuição de renda ("Risco Brasil", Frei Betto, *OESP*, 12/6/2002). As vozes dissonantes, todavia, foram deslocadas para um espaço marginal: um organismo ideológico teve vida própria e se auto-alimentou dentro das páginas do conservador jornal paulista, neutralizando qualquer posição divergente.

O ex-ministro Maílson da Nóbrega é, no entanto, por excelência, o porta-voz da opinião da casa. Não por acaso, há estreita sintonia entre os seus artigos e os editoriais do jornal. Ele desempenhou, simultaneamente, a função de defender o governo e seu candidato, sustentando até o insustentável. Com argumentos pretensamente "técnicos" e "racionais", apostou, por exemplo, na vitória do candidato tucano; foi o principal defensor da tese de que as altas taxas de juros tiveram efeito marginal sobre o aumento da dívida; e exerceu o papel de reivindicar o enquadramento dos candidatos na agenda eleitoral do mercado financeiro. Colunista fixo aos domingos, não raro era publicado, na edição considerada mais nobre do jornal, duas vezes: uma, no seu espaço normal; e em outra página do caderno de Economia, em reproduções de relatórios de sua consultoria.

O conjunto de artigos de Maílson da Nóbrega é composto por argumentos políticos e econômicos destinados a sustentar a tese da inevitabilidade da vitória de Serra, por um lado, e de outro o radicalismo e o "voluntarismo" do candidato petista. Os argumentos pró-Serra estavam baseados em uma suposta "racionalidade" do eleitor, aculturado no período pós-neoliberal para rejeitar aventuras fiscais ou a volta da inflação. Se, no entanto, o eleitor fosse levado à irracionalidade e elegesse Lula, uma intrincada elaboração no plano legal e burocrático e uma incapacidade do PT de formar maiorias parlamentares se constituiriam num freio para qualquer aventura na política econômica. O freio primeiro, no entanto, seria uma aversão do brasileiro a riscos e um novo ethos nacional, que rejeitaria pelo voto irresponsabilidades fiscais ou o afastamento do governante do modelo neoliberal. A fraqueza eleitoral do PT, que determinaria o seu fracasso nas urnas, residiria na dificuldade de adaptação ao novo ethos, conjugada a um tradicional perfil conservador do eleitorado.

"O eleitor brasileiro é relativamente conservador em um sentido preciso: aversão a risco e a sobressaltos. Há estudos indicando que a maioria coloca a si própria no centro ou na direita do espectro ideológico e apenas 27% na esquerda. Isso oferece terreno fértil a ser explorado por um candidato

capaz de estabelecer forte linha de continuidade com o atual governo. Ao mesmo tempo, pesquisas qualitativas identificam demandas por mudanças parciais, sinalizando que o perfil ideal do candidato deverá combinar a preservação das conquistas do Plano Real e o compromisso com mudanças. Não é à-toa que todos os candidatos estão buscando seu próprio 'mix' de continuidade e mudança, mas aquele originário da base aliada terá maior credibilidade para assegurar renovação sem risco de ruptura" ("Cenários do Brasil que começa a existir em 2003", Maílson da Nóbrega, Lourdes Sola e Christopher Garman; OESP, 21/4/2002).

"A ampliação do acesso do Brasil aos mercados internacionais de capitais exige compromisso permanente com políticas macroeconômicas responsáveis para preservar a credibilidade do País. Ao mesmo tempo, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a criação do Comitê de Política Monetária e a adoção do regime de metas de inflação geraram inédita transparência nas políticas fiscal e monetária e aumentaram sua previsibilidade. Ações irresponsáveis serão imediatamente percebidas e redundarão em queda de confiança no governo. Assim, além de muito mais expostas ao controle de uma sociedade cada vez mais informada e exigente, tais políticas passaram também a se sujeitar à disciplina dos mercados, reduzindo o espaço para o populismo. Eventual inconsequência pressionaria a taxa de câmbio e a inflação, com efeitos negativos nas taxas de juros, nos níveis de renda e emprego, e na popularidade do presidente. Esse novo e auspicioso quadro estabelece não apenas uma espécie de couraça protetora dos cidadãos, mas deverá contribuir para a contínua melhoria do risco político associado ao Brasil" ("Cenários do Brasil que começa a existir em 2003", Maílson da Nóbrega, Lourdes Sola e Christopher Garman; *OESP*, 21/4/2002).

Mais à frente, em junho, quando o mercado já especulava com a possibilidade de calote da dívida por parte do governo Lula, Maílson assinou um artigo, em co-autoria com o ex-presidente do Banco Central Gustavo Loyola, em que acresce à força do consenso popular contra "aventuras" e medidas legislativas preventivas tomadas pelos governos FHC, a "couraça" de uma burocracia estabelecida em especial no Banco Central, na Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e na Secretaria do Orçamento Federal (SOF). Arrolam eles as "garantias" institucionais de uma mudança sem traumas:

"1) No Plano Collor, o País vivia grave crise hiperinflacionária. A sociedade estava preparada para aceitar medidas duras destinadas a estabilizar a economia. Havia uma autorização tácita para adotá-las; 2) O Congresso e o Judiciário se julgaram impotentes para rejeitar medidas inconstitucionais, pois afrontariam a disposição da sociedade em aceitá-las. A recusa levaria ao colapso do plano e à imposição da culpa pelo fracasso a esses Poderes; 3) Hoje, a sociedade brasileira se oporia a tais medidas, cujas perdas atingiriam severamente a classe média, pois grande parte de seus recursos está sob a administração de fundos de investimento e fundos de pensão, que são os grandes detentores de papéis públicos; 4) Ao contrário da

situação pré-Plano Collor, atualmente a economia não requer medidas heróicas nem salvacionistas; 5) Os poderes do presidente para emitir medidas provisórias foram reduzidos por recente emenda constitucional; 6) Seria preciso subjugar a estrutura burocrática organizada em carreiras no Banco Central, no Tesouro Nacional e na Secretaria de Orçamento Federal. Haveria que romper o filtro da Casa Civil da Presidência, que examina minuciosamente os documentos submetidos à aprovação do presidente ou para encaminhamento ao Congresso. O chefe do governo e um grupo de assessores não são capazes de violentar práticas e regras, menos ainda adotar medidas duras sem apoio social; 7) Mesmo que isso fosse possível, um governo Lula seria minoritário no Congresso, o que impediria a aprovação de medidas destituídas de sentido; 8) Antes mesmo de apreciar as medidas, os partidos de oposição questionariam sua constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal; 9) A insatisfação popular justificaria a rápida concessão de liminar para suspender a vigência das medidas" ("Dívida interna: sem risco de reestruturação ou calote", Maílson da Nóbrega e Gustavo Loyola, OESP, 30/6/2002).

Para referendar a tese de um consenso da opinião pública em favor de um rigor fiscal — o que, por sua vez, justificaria a tese do artigo, de que o povo brasileiro preferiria um menor crescimento, mas um total rigor no cumprimento das metas de inflação, contrariando o discurso dos candidatos, inclusive do governista Serra — Nóbrega lança mão de um estudo da cientista política americana Leslie Armijo ("Mass Democracy — the Real Reason Brazil Ended Inflation"), segundo a qual "a democracia de massa é a origem básica das reformas econômicas no Brasil, bem como a principal razão para crer na continuidade do padrão de política econômica dos anos 90, caracterizado por uma reorientação pró-mercado".

"De fato, dadas as atuais restrições estruturais, o PIB somente cresceria muito acima de 3% a 4% ao ano se abandonássemos o regime de metas de inflação em troca de mais desenvolvimento. Felizmente, além de insustentável, tal política não contaria com a complacência da sociedade, como acontecia no passado. Haveria queda imediata de popularidade do presidente, seguida do julgamento implacável do voto.

A propósito, a cientista política americana Leslie Armijo realizou interessante estudo sobre esse tema (Mass Democracy – the Real Reason Brazil Ended Inflation). Ela contesta teses sobre a explosão inflacionária dos anos 80, bem como a estabilidade e as reformas da década de 90. Para ela, 'a democracia de massa é a origem básica das reformas econômicas no Brasil, bem como a principal razão para crer na continuidade do padrão de política econômica dos anos 90, caracterizado por uma reorientação pró-mercado'.

Entre os anos 30 e os 80, diz ela, os 'atores políticos relevantes – APR' que apoiavam o governo constituíam a minoria. Era possível sacrificar a estabilidade macroeconômica para gerar crescimento em prol basicamente dos aliados. Estes eram compostos dos grupos que se beneficiavam de bons

empregos, indexação salarial, protecionismo ou subsídios. A inflação não os incomodava. O custo dessas políticas era transferido aos que não integravam os APR, isto é, a maioria.

No final dos anos 80, o Brasil se tornou uma democracia de massa. Agora, os APR são a maioria de eleitores. E, como se sabe, não dá para proteger todos dos efeitos da devastação inflacionária. 'A única forma de isolar o mediano ator político relevante era acabar com a inflação.' Daí o êxito político do Plano Real. Doravante, não há como descuidar da estabilidade. É o que ocorre em democracias maduras, nas quais os APR 'julgam o governo com base no seu desempenho macroeconômico, exceto talvez em períodos de emergência, como a guerra'.

Será um grande equívoco falar em crescimento rápido com estabilidade se não houver condições de cumprir a promessa. Não é mais possível fazer o PIB crescer além do seu potencial e transferir os custos dessa política, isto é, a inflação, para a maioria, especialmente os pobres. Neste novo Brasil, os candidatos precisam considerar essa memorável mudança antes de fazer promessas" ("Riscos de promessas eleitorais", Maílson da Nóbrega, OESP, 28/4/2002).

É Nóbrega também que, na defesa do governo tucano, sustenta a tese de que não foram os juros altos os principais responsáveis pela elevação brutal da dívida pública do país, mas os "esqueletos" assumidos nas administrações FHC – passivos de bancos, Estados e municípios e dívidas judiciais. Em "Dívida pública: factóides e desinformação", (Maílson da Nóbrega, *OESP*, 2/6/2002), citado acima, o ex-ministro revela em especial uma fantástica coincidência com a posição de veículo que o abriga. Na visão de ambos, o problema da dívida não é o pagamento dos juros, mas desloca-se para outras áreas de gastos do governo, como Previdência, despesas com funcionalismo e outros problemas decorrentes de uma cultura fiscal que, embora combatida pelo governo de então, estava em risco pelo passado – outros governantes irresponsáveis – e pelo futuro – a possibilidade de um governante não-comprometido com a "responsabilidade fiscal". O editorial do *Estadão*, publicado no dia seguinte ao do artigo de Nóbrega, expressa a mesma opinião:

"A dívida pública interna cresceu de novo em maio e isso vai realimentar uma das principais críticas das oposições à política econômica aplicada desde 1994, quando Fernando Henrique Cardoso se tornou ministro da Fazenda: o endividamento público é hoje mais de dez vezes maior — número que impressiona, jogado pela televisão.

E não é mentira.

A dívida pública interna era de R\$ 60,7 bilhões em julho de 1994, no lançamento do Plano Real, e está chegando agora na casa dos R\$ 640 bilhões.

Piorou muito, é claro. Mas a pergunta correta é a seguinte: de onde veio essa montanha de débitos?

A resposta deve partir do fato de que a maior parte já estava lá, era dívida constituída, mas não contabilizada. E a parcela maior nem é do governo federal: vem da rolagem das dívidas herdadas de Estados e municípios, pelas quais o Tesouro Nacional assumiu a responsabilidade. Segundo o economista Gessner de Oliveira, ex-presidente do Cade, só isso responde por 60% da variação do valor da dívida, de junho de 94 para cá, algo como R\$ 384 bilhões. Um dinheiro que custa caro à União: para financiar essa dívida, agora federal, o Tesouro paga ao mercado 18,5% ao ano da Taxa Selic, mas cobra dos Estados e municípios juros entre 6% e 9%.

Outra parcela, nada desprezível, do crescimento da dívida pública interna, veio dos chamados 'esqueletos' — ou 'passivos contingentes', na denominação técnica — que também já existiam, mas não eram explicitados no Orçamento ou em balanços de empresas públicas. O maior deles é o do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), do antigo Sistema Financeiro da Habitação, cujos acertos estão longe de terem terminado, pois há ainda cerca de R\$ 50 bilhões não reconhecidos. Mas há mais: autarquias, como o Instituto do Açúcar e do Álcool e o Instituto Brasileiro do Café, foram extintas, por inúteis, mas deixaram dívidas que foram incorporadas ao Tesouro. Só isso contribuiu com pouco mais de 15% do crescimento da dívida mobiliária da União. E é um bolo que ainda vai crescer: só agora começam a ser pagos os valores da correção do FGTS, desde os Planos Verão e Collor 1, calculados inicialmente em R\$ 38 bilhões, mas que podem chegar a muito mais que isso.

Portanto, a parcela referente a dívidas preexistentes, que estava escondida, e foi exposta, responde por 75% do aumento do endividamento da União no período FHC.

Só depois, então, vem a parcela a ser debitada à alta dos juros, o grande vilão no discurso da oposição: os custos financeiros foram responsáveis por pouco menos de 20% do aumento da dívida federal. Segue-se a desvalorização do real, já que, dos títulos colocados no mercado interno, parte é indexada ao dólar, causa principal, aliás, do aumento do endividamento no mês de maio. Há ainda uma parcela de 8%, de recursos captados para serem investidos em programas de governo e outra, também de 8%, de captações feitas pelas autoridades econômicas como precaução contra alguma crise que dificulte a rolagem dos títulos que forem vencendo. Este 'colchão' é de cerca de R\$ 45 bilhões e poderá ser muito útil durante a campanha eleitoral e no início da nova administração.

O fato é que a dívida líquida, mesmo com todo o crescimento, representa algo como 55% do Produto Interno Bruto — nada despropositado para os padrões internacionais. Mas é preciso conter seu crescimento e, aos poucos, reduzi-la, o que torna necessária a obtenção de superávits primários para cobrir parte da conta de juros. E tem sido graças aos superávits primários obtidos no governo FHC e ao uso do dinheiro das privatizações no abatimento da dívida — e não em novos investimentos ou gastos correntes, como muitos defendiam — que o endividamento da União não cresceu muito mais.

Quando se olha apenas para o dado bruto eleitoreiro – crescimento de 1.000%! da dívida – se tende a concluir que o problema do setor público é simplesmente o peso da dívida e dos juros pagos. E a 'solução', decorrente desta visão equivocada, é que basta renegociar os contratos com os Estados e municípios, dando-lhes mais espaço para gastar e fazer novas dívidas,

reduzindo os juros 'de quebra'. Como os juros dependem de outros fatores, que não a vontade dos governantes, entre eles o próprio tamanho da dívida, o resultado disso será, tão-somente, mais dívida. Com essa tese, tenta-se ocultar os verdadeiros problemas das finanças públicas, como os gastos excessivos da Previdência, especialmente com o funcionalismo, que estão criando novas dívidas e 'esqueletos''' ("A montanha de dívida já estava lá", Editorial, OESP, 3/6/2002).

A posição do articulista e a do jornal, de alguma forma, são uma resposta ao jornal concorrente, a *Folha de S. Paulo*, que, a partir da turbulência que se seguiu à exposição das dificuldades enfrentadas pelo país para rolar a sua dívida nos mercados interno e externo e à constatação de que o BC tinha parte da responsabilidade sobre elas, passou a investir em matérias mais críticas sobre a composição da dívida brasileira e as responsabilidades da política econômica do governo tucano sobre as fragilidades do país, que favoreciam os ataques especulativos. A partir do artigo "Dívida pública: factóides e desinformação", publicado no dia 2 de junho, houve um embate direto entre Nóbrega e o articulista Luís Nassif, da *Folha* — este, aliás, desde o início das turbulências do mercado financeiro, defendia a tese de que a maior responsabilidade pela fragilidade residia no enorme aumento da dívida pública, cuja causa principal seria a taxa Selic. Nos dois dias seguintes à publicação do artigo de Maílson da Nóbrega, Nassif, com uma coluna diária, reagiu:

"O economista, ligado a uma consultoria conhecida, é bastante requisitado pela mídia por estar em permanente disponibilidade para entrevistas. É entrevistado em um programa de rádio por um comentarista arguto. Os temas são os juros.

Sua opinião é a de que os juros precisam ficar altos agora, porque para o segundo semestre as expectativas são otimistas, mas no momento a realidade não é, com a inflação em alta e a crise internacional campeando.

Então, no segundo semestre o Banco Central poderá baixar os juros, caso as expectativas se concretizem? Também não, porque provavelmente o dólar vai subir, por conta das eleições, pressionando a inflação no primeiro semestre de 2003.

Ou seja, a expectativa positiva não pode reduzir os juros porque a realidade é negativa. E a realidade positiva não pode reduzir juros porque a expectativa é negativa. Além disso, o quadro internacional é 'complicadíssimo'. Mas como complicadíssimo, se os últimos indicadores demonstram recuperação das economias norte-americana e européia? Ah, mas essa recuperação é feita em cima do endividamento das empresas e, quando cessar essa bolha, volta a crise.

E o que os juros altos têm a ver com a crise norte-americana, não se ouse indagar. O que está em questão é essa visão extraordinariamente parcial segundo a qual, em qualquer hipótese, os juros precisam ser altos. (...) Tudo

isso dito com uma segurança inacreditável.

Defende que, em momentos de turbulência, 'a elevação das taxas de juros em si, não necessariamente o nível de juros, tem efeito pedagógico', mas em momentos de calmaria a prioridade do BC deve ser a de baixá-los rapidamente, até para suspendê-la em momentos de tranqüilidade, mas partindo de um nível mais baixo. 'Agora o mercado começou o jogo de volatilidade, com essas interpretações sobre a ascensão de Lula nas eleições. E o que fará o BC? Suspenderá os juros, partindo de uma base bastante alta, em um momento em que as elevadas taxas de juros impedem a recuperação da economia e da própria popularidade do governo" ("A ciranda dos juros", Luís Nassif, FSP, 4/5/2002).

"Culpa do aumento da dívida pública [segundo Maílson] é do INSS, dos gastos com agricultura, exportações, pesquisa, infra-estrutura, saúde e educação, todas despesas irrelevantes, decorrência de nosso passado 'paternalista e populista'. O único pagamento virtuoso e 'moderno' é o dos juros'" ("Os juros e o cartesianismo", Luís Nassif, FSP, 5/6/2002).

Da mesma forma que na questão da dívida pública, Maílson e o jornal que o abriga confundem suas identidades também na visão de que reagir às especulações no mercado financeiro era algo atrasado, que embutia uma visão subdesenvolvida da mundialização financeira ao qual o país, enfim, estava inserido. No dia 12 de maio, Nóbrega sentenciava: a única avaliação errada que o mercado fazia era a de que Lula iria vencer as eleições. Nas demais avaliações estava certo: 1) os bancos que reclassificaram o país têm sob sua responsabilidade carteiras de terceiros e devem ser eficientes; 2) suas áreas técnicas são formadas por profissionais competentes; 3) se Lula vencer, "esses bancos têm tudo para concluir que a economia brasileira está diante de um perigo real. Basta ler com atenção o programa do PT"; 4) a avaliação de risco é uma atividade rotineira. E conclui:

"O amplo acesso do Brasil aos mercados internacionais de capitais foi um sonho acalentado durante anos. As vantagens suplantam largamente os incômodos. Em vez da reação pueril, é preciso que nos preparemos para conviver com o ambiente, a exemplo do que fazem os que se previnem para enfrentar a chuva. Sair sem capa ou guarda-chuva é querer se queimar. Perdão, molhar" ("Quem está na chuva é para se queimar", Maílson da Nóbrega, OESP, 12/5/2002).

Em editorial no dia 7, o *Estadão* referenda os temores do mercado:

"O fato é que, diante das incertezas geradas pelos resultados das

pesquisas eleitorais, nem sempre bem analisados pelo mercado internacional, pouco familiarizado com as nuances da política brasileira, os investidores não querem subscrever papéis que vençam a partir de 2003, o que influi na desvalorização do real e dificulta a rolagem, tanto da dívida interna, quanto da externa. Não se deve criticar esses investidores, quando se sabe que diversos candidatos da oposição à Presidência falaram, no passado, em dar calote nas dívidas interna e externa, e, ainda antes de ontem, um economista do PT falava de uma renegociação do prazo dos títulos, que poderia não ser tão voluntária quanto ele próprio afirma. O mercado teme o fim do governo no qual confia e o advento de um governo que precisará de algum tempo para conquistar sua confiança" ("O que se espera do Banco Central", Editorial. OESP, 7/6/2002).

O ex-secretário de Política Econômica no primeiro governo FHC, economista Roberto Macedo, outro dos articulistas em sintonia fina com a posição política do jornal, concentra seus argumentos nos riscos da volta ao passado e no despreparo do PT e de seu candidato para levarem a termo uma economia que ganhou complexidade ao ser inserida no capitalismo financeiro global.

"Na esfera econômica, os maiores riscos dos brasileiros, diante de uma guinada irresponsável ditada por este ou aquele candidato, são os da volta da inflação descontrolada, da ausência da retomada do desenvolvimento ou mesmo de um retrocesso deste, do agravamento do desemprego, da criminalidade e de mais tempo perdido pelo país do futuro que não chega. E – xô, Satanás! — até mesmo de um caos parecido com o da Argentina, só que aqui não em ritmo de tango, mas mais acelerado e de som mais forte por força dos contrastes sociais que aqui prevalecem" ("Os riscos dos brasileiros", Roberto Macedo, OESP, 10/5/2002).

Esses riscos poderiam materializar-se por obra do despreparo de Lula e do PT:

"Assim, Lula-lá, na economia, não assusta pela falta de diplomas, mas pela carência de preparo, dele e de alguns assessores. A esperança está na sua inteligência, mas é bom lembrar que mesmo pessoas inteligentes podem tomar decisões equivocadas. O preparo é indispensável, pois reduz esse risco. Não é o caso de aprender francês, como Machado, mas de aperfeiçoar seu frágil 'economês'" ("Lula-lá na economia", Roberto Macedo, OESP, 2/5/2002).

"Depois de apresentar também uma proposta que, na sua generalidade, une todos os candidatos — a de reduzir os juros e o déficit comercial do Brasil —, afirmou que 'isso é o que todo economista fala, mas economista é um bicho danado: quando está na oposição sabe tudo e quando chega no governo não sabe nada'. Sou economista, já passei pelo governo e não nego que os economistas também errem, mas nada comparável aos erros

dos políticos que ou não seguem o receituário econômico ou não têm condições de discernir entre as boas e as más receitas. Também sou contabilista e vejo que, nesse caso do FMI, o candidato demonstra ignorar o princípio básico da contabilidade, o das partidas dobradas, em que a cada débito corresponde um crédito, ou vice-versa. Mais do que uma tecnicalidade, trata-se de uma questão de bom senso, de ver não só a dívida assumida com o FMI, mas também o dinheiro que entra – novamente, o óbvio –, e, em seguida, o que é feito com esse dinheiro, em sucessivas etapas. Levada à escrituração, essa idéia simples, a das partidas dobradas, não nasceu em universidades ou laboratórios. Veio da experiência prática de mercadores venezianos. Costuma ser atribuída a um frade, frei Luca Paciolo, que escreveu sobre o assunto em 1494, mas fazendo referência à prática anterior do método, havendo indicações de que já era adotado no século 14 ou mesmo antes. Insisto, contudo, que não se trata de uma tecnicalidade. Ter gente fazendo dívida sem levar o dinheiro deve ser sonho de banqueiro. Ainda quanto aos economistas, a afirmação de Lula, além de não corresponder à realidade, deixa mal os membros da sua própria equipe, cuja competência federal até aqui não vai além do que falam. Mas me preocupa mais o candidato do que seus assessores econômicos, pois as escolhas e as decisões finais seriam dele. Se na confortável posição oposicionista já não demonstra preparo, mais temerário ainda é imaginá-lo na dura realidade do governo" ("Lula-lá e o FMI", Roberto Macedo, OESP, 10/5/2002).

Macedo também guarda uma forte identidade com a linha editorial do jornal. No editorial "Síndrome da orfandade", o Estadão registra as desconfianças do mercado em relação à competência técnica do candidato de oposição à sucessão de FHC e às suas intenções de manter o programa econômico do governo de então.

"Temos aí, portanto, um ominoso paradoxo: o medo dos agentes econômicos de que um governo Lula possa anular todos os enormes avanços conseguidos pelo governo Fernando Henrique no plano dos fundamentos econômicos poderá levar à sua progressiva deterioração até o dia da eleição, dependendo do efeito que esse novo cenário econômico tiver nas pesquisas de intenção de voto. Felizmente, para a economia nacional, a pesquisa que está sendo publicada hoje pela revista 'IstoÉ' registra efeitos positivos para a candidatura Serra" ("Síndrome de orfandade", Editorial, OESP, 11/5/2002).

Em outro editorial, o jornal sentencia:

"Resta o 'fator Lula'. Esse é preocupante, menos pelos impulsos carbonários de que ele possa ser acometido se for eleito – porque tenderão a ser neutralizados pelas realidades que acabamos de mencionar – do que por sua completa inexperiência em qualquer cargo executivo. Lula se gaba de não ter seguido carreira política, considerando-se mais bem apetrechado do que os outros candidatos para fazer as coisas certas, em razão de suas jornadas

pelos grotões do Brasil. É é essa propensão ao voluntarismo — 'querer é poder' — que justificaria os temores sobre o seu despreparo para o exercício do poder. Mas é importante não esquecer que a experiência administrativa que lhe falta, falta porque lhe foi negada, por enquanto já por três vezes, pelos eleitores — e em duas ele chegou a um favoritismo nas pesquisas maior que o de hoje. O único campo em que Lula acumula mais conhecimento prático que todos os outros políticos brasileiros em qualquer tempo, aliás, é no das derrotas em eleições presidenciais. É este é o indicador mais seguro da precipitação do Morgan Stanley e da Merrill Lynch em seu veredicto sobre o Brasil'' ("Wall Street e a eleição no Brasil", Editorial, OESP, 1/5/2002).

O articulista João Mellão Neto, por sua vez, assume um claro discurso de militância. Aposta na vitória de Serra; deriva por provocações para insuflar o governo e seu candidato a tomarem providências de campanha, alertando para o favoritismo de Lula — que, antes ou depois, constatava derrotado; tece cenários sombrios para a hipótese de vitória de Lula — que recalibra com a constatação de que o mercado será capaz de imobilizar "tentações populistas"; critica Serra, pela escolha de Rita Camata e por não se perfilar com o governo; e faz dramáticos apelos a Lula para que contenha seus radicais e acalme o mercado. Não existe, a rigor, uma linha de coerência nos argumentos estampados em seu artigo, exceto pela função: convencer o leitor dos perigos da eleição de Lula e tentar influir nas estratégias de campanha do candidato governista que perde nas pesquisas. De um lado, ganhar votos para Serra; de outro, obrigá-lo a ampliar bases de apoio — em última instância, oferecer sua contribuição para a vitória do candidato governista.

"Enquanto Serra, Garotinho e Ciro arreganham os dentes, Lula, pelas pesquisas, já ultrapassou a sua marca histórica de um terço do eleitorado. Está realizando uma campanha impecável e ninguém se dá ao trabalho de questioná-lo, uma vez que estão todos se engalfinhando para garantir a segunda vaga para o segundo turno. Cuidado, pessoal, até lá pode ser tarde demais. Se Lula conseguir consolidar a imagem de menino amadurecido e bem-comportado, ele poderá tornar-se invencível. O PT chegará ao poder por pura miopia e incompetência de seus adversários" ("Comentários e implicâncias", João Mellão Neto, OESP, 19/4/2002).

Em um de seus artigos, após perfilar as razões pelas quais Lula não poderá cumprir os seus compromissos de esquerda com a população – "Você terá de lidar com esse mundo, mesmo. E esse mundo é movido pelas cruéis e implacáveis forças do mercado", diz, numa espécie de carta ao candidato – chega a sugerir ao petista a desistência de sua candidatura.

"E as políticas sociais que eu prometi na campanha?' [perguntaria Lula, se eleito].

Você pode empreendê-las desde que não estoure o Orçamento. Existe uma Lei de Responsabilidade Fiscal, você se lembra?

'Que se dane a lei. Vou gastar o necessário para que haja distribuição de renda!'

Se você fizer isso, criará um déficit; para cobrir o déficit você gerará inflação; ao gerar inflação, você reconcentrará a renda...

'Mas, então, de que me adianta ser presidente?!' Boa pergunta, Lula. Percebeu agora por que você é muito mais útil na oposição?" ("O Lula lá", João Mellão Neto, OESP, 26/4/2002).

Ao ironizar as "besteiras" ditas contra os bancos estrangeiros que rebaixaram a recomendação de manutenção em carteira de títulos brasileiros, segundo ele decorrentes do desconhecimento das modernas engrenagens globais, Mellão imputa agora não mais a Lula, mas ao eleitor, a responsabilidade por um futuro sombrio do país:

"Ele [Lula] e seu partido, até bem pouco tempo atrás, pregavam, explicitamente, nada menos do que o calote da dívida externa brasileira. Não bastasse isso, ainda apresentaram uma série de propostas que, se não desestabilizam necessariamente a economia, representam, no mínimo, um salto no escuro.

Uma vez que ele passa a liderar as pesquisas, é natural que os mercados se retraiam. E, quanto mais concretas forem as suas chances, menos atraentes se tornam os títulos brasileiros, mais aumenta o risco país e mais nervoso fica o mercado. De nada adianta culpar os bancos ou taxar de ignorantes os seus analistas.

Se Lula não é mais radical – sabe-se lá –, pouco importa. Ele paga pelo fato de um dia ter sido.

Elegê-lo pode ser uma grande idéia. Mas, sorry, há um preço a pagar por ela" ("O preço a pagar por Lula", João Mellão Neto, OESP, 10/5/2002).

Por fim, o *Estadão* contou com um time de economistas da PUC do Rio que, com um perfil mais técnico e de opção partidária menos explícita, estavam preocupados em interferir na agenda dos candidatos, do governo e das oposições. Os artigos de Dionísio Dias Carneiro, Rogério L.F. Werneck e Marcelo de Paiva Abreu traziam como preocupação predominante a inclusão na agenda dos candidatos da questão fiscal.

4.5. Analistas do mercado, especialistas em eleições

Durante o período estudado – como em todo o período das eleições de 2002 – os jornais promoveram analistas de mercado, operadores, bancos de investimentos, traders e economistas a especialistas em política. As análises eleitorais provenientes do mercado, que justificavam as pressões sobre o PT e, a partir do mês de junho, sobre o próprio Banco Central, ganharam mais importância do que as produzidas no próprio cenário político, ou por especialistas em política. Isso porque elas, em si, eram o fato: independentemente de estarem corretas ou não, eram determinantes dos "humores" e "expectativas" dos agentes financeiros.

Os jornais fizeram dois movimentos: o primeiro era o de levar análises, expectativas e pressões aos candidatos e atores políticos; e depois trazer de volta ao mercado o fato produzido pelas intervenções políticas do mundo financeiro no mundo político. Nesse jogo, fica difícil separar até onde o mercado ou os políticos produziram os fatos, durante o processo eleitoral, e em que medida eles foram produzidos pela mediação de pressões levada a termo por jornais e jornalistas. O jornalismo declaratório, nesse caso, foi a arma escolhida para o duelo entre mercado e PT ou entre mercado e BC, nos quais o mercado sempre foi o vitorioso.

A retroalimentação do mercado e da política foi uma função desempenhada pelos dois jornais de forma muito semelhante, até por estilos muito parecidos de cobertura política e financeira.

A cobertura financeira da *Folha* e do *Estadão* resultou em matérias muito parecidas: o fechamento dos mercados do dia (bolsas de valores, mercado futuro, dólar, ouro ou mercado de títulos públicos) e uma explicação sobre o comportamento dos agentes financeiros no dia anterior, que é sempre uma impressão, ou interpretação de expectativas, de alguns agentes. Não raro são citados, em off, um "operador" ou um "analista de banco", mas normalmente existia pelo menos uma fonte da matéria identificada, que traduzia o que considerava ser o ânimo e os motivos de determinada reação de mercado. No *Estadão*, a informação, ou "impressão", em off, foi um instrumento menos utilizado, mas na *Folha* não foram raros os balanços do mercado do dia anterior onde se mencionava "o mercado avaliou" ou o "mercado reagiu às

pesquisas" – o mercado como um ente autônomo, sem identificação, sobre o qual é possível depreender uma "expectativa", que por sua vez gera um fato.

Essa tendência à antropomorfização do mercado – identificação do cenário financeiro como um ator único, tangível, com vontade própria e articulação lógica – é visível nos dois jornais, mas sem dúvida é determinante na cobertura da *Folha*. No período estudado, por exemplo, o *Estadão* arrolou mais de uma centena de fontes ligadas à área financeira, em 55 instituições diferentes (bancos, consultorias, agências de rating, corretoras e "consultores" sem vínculo com instituições); a *Folha* pouco mais de 70, em 45 instituições.

Os jornais deram vida própria ao mercado com matérias que definiam "consensos" que, disseminados a outros agentes de mercado, acabavam contribuindo para tornar efetivamente consensuais as vontades e expectativas dos eleitos como portavozes do mundo financeiro. Os intérpretes dessas vontades, no período, e nos dois jornais, foram não mais do que 150 fontes, em pouco mais de 70 instituições.

Era essa "interpretação" de vontade o motor das pressões sobre o mundo político, ou a reação do mercado ao jogo político – e essa reação, por sua vez, se transformava em vontade e expectativa. Um exemplo disso são as reações de mercado às pesquisas eleitorais.

A antropomorfização do mercado pode ser mais claramente percebida nas matérias sobre finanças.

"Uma onda de pessimismo atingiu os investidores estrangeiros em relação ao Brasil. Esse fato, aliado a instabilidades na América Latina e às más notícias pontuais no cenário econômico interno (inflação fora da meta, pífio resultado das contas públicas e parada na queda das taxas de juros), elevou o risco país brasileiro.

Além disso, a questão eleitoral contribuiu para azedar os ânimos dos investidores e gerar desconfiança dos mercados" ("Onda pessimista puxa dólar e derruba Bolsa", Ana Paula Ragazzi, FSP, 3/5/2002).

"O mercado especulava que, desse encontro, poderia sair até um novo nome para assumir o posto de atual candidato governista" ("Crise tucana eleva risco de investir no Brasil", Ana Paula Ragazzi, FSP, 7/5/2002).

"O fato preocupou o mercado que, anteontem, acreditava que o presidente FHC conseguiria contornar a crise política, em encontro com dirigentes do PFL" ("Bolsa está no menor nível em seis meses", Ana Paula Ragazzi, FSP, 8/5/2002).

"Os mercados doméstico e internacional passaram a especular com o risco político brasileiro em ano de eleições presidenciais" ("Dólar dispara e tem maior cotação do ano", Ana Paula Ragazzi, FSP, 10/5/2002).

"O mercado voltou a especular ontem que as pesquisas eleitorais mostrarão uma piora do desempenho do pré-candidato José Serra (PSDB) na preferência do eleitorado" ("Dólar tem a maior cotação em seis meses", Ana Paula Ragazzi, FSP, 14/5/2002).

"O mercado financeiro retoma os negócios hoje, atento à reação dos investidores à melhora do candidato governista em pesquisa divulgada no fim de semana e à mudança de regra que impôs perdas a grande parte dos fundos DI e de renda fixa" ("Perda em fundo pode levar negócios à Bolsa", Maria Cristina Frias, FSP, 3/6/2002).

"O mercado financeiro voltou a manifestar nervosismo ontem, por causa de preocupações com o processo eleitoral e suas implicações para o futuro da política econômica do País" ("Eleição presidencial volta a afetar mercado", Fábio Alves, OESP, 4/6/2002).

"Os mercados ficarão atentos ao Senado, onde está prevista para amanhã a votação em primeiro turno da proposta de emenda constitucional que prorroga a CPMF até dezembro de 2004" ("Semana testa reação à mudança nos fundos", OESP, 3/6/2002).

"Depois da trégua da segunda-feira, o mercado voltou a ter um dia negativo ontem, outra vez por causa de notícias ligadas ao cenário político" ("Rumores políticos voltam a provocar tensão nos mercados", Sérgio Lamucci, OESP, 26/6/2002).

A fonte primária dessa antropomorfização, explicitada ou não nas matérias, são operadores, analistas, economistas-chefe, consultores e estão em bancos, agências de risco, consultorias contratadas por instituições do mercado e ex-dirigentes do Banco Central (e a maioria deles se enquadra na categoria dos analistas contratados pelo mercado). Subsidiariamente, são entrevistados economistas ligados a instituições

universitárias. Há também uma grande atração por "especialistas" estrangeiros, principalmente se estão ou foram ligados a grandes instituições financeiras, instituições multilaterais ou o governo norte-americano.

O risco político a que reagia o mercado, portanto, era dado ou interpretado por essa legião de especialistas que opinavam ou tinham "informações" sobre a política brasileira. A síntese das "expectativas" e "temores" de mercado era feita por eles, que teoricamente teriam o poder de aferir a média dos ânimos dos investidores internos e externos.

"Para o consultor Fábio Colombo, as medidas anunciadas ontem pelo governo são um paliativo. 'Elas agüentarão até o mercado perceber quem vai ganhar as eleições', declara" ("Para analistas, pacote é analgésico", da reportagem local, FSP, 14/6/2002).

"O economista Paulo Leme, da Goldman Sachs, considera o número de US\$ 1,4 bilhão um ponto fora da curva traçada para o IDE deste ano. Segundo ele, o IDE poderá se recuperar à medida que o presidenciável do PSDB, José Serra, reduzir a distância que o separa do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, nas pesquisas eleitorais. Ele acha que essa distância deve encurtar em breve" ("Cai investimento estrangeiro em maio", Guilherme Barros e Érica Fraga, FSP, 15/6/2002).

"São três os motivos, segundo disse à Folha por telefone: possível contágio da crise argentina, alta taxa de juros brasileiros e, principalmente, a possibilidade de vitória do candidato petista. O mercado está muito, muito temeroso de Lula', [disse Geoffrey Dennis, estrategista-chefe de Bolsa para a América Latina do Salomon Smith Barney (SSMB)]" ("Serra precisa de 'gatilho', diz analista", Sérgio Dávila, FSP, 1/5/2002).

"'A cada dia que passa o mercado fica mais realista. As chances de Lula crescem, e Serra não empolga ninguém', diz Carlos Camacho, diretor-executivo da GAP Asset Management. 'Mas não acho que os investidores estejam se desfazendo de papéis do Brasil, apenas diminuem sua exposição'" ("Crise da WorldCom derruba Embratel", Ana Paula Ragazzi, FSP, 10/5/2002).

Há um excesso de valorização da opinião política dos operadores, consultores e analistas, até porque essa avaliação é a que conta para o mercado:

"O estrategista de renda variável para a América Latina da Merrill Lynch, Robert Berges, em entrevista à Folha afirmou que a decisão sobre os títulos se baseia no curtíssimo prazo. 'Minha avaliação sobre o mercado de ações brasileiro abrange um horizonte maior, de três a seis meses. Acredito que José Serra [PSDB] vencerá a eleição, que os preços do petróleo irão se estabilizar e haverá espaço para a redução dos juros e para a melhora do risco do país'" ("Bancos não vêem contágio das eleições nos mercados", Ana Paula Ragazzi, FSP, 4/5/2002).

"Em seminário sobre mercados emergentes realizado ontem pela agência de classificação de risco Fitch, analistas do mercado financeiro internacional apontaram as eleições presidenciais com um dos principais fatores de risco para o Brasil neste ano, embora tenham ressaltado que ainda é muito cedo para se ter um quadro mais definido da sucessão. Para o diretor da Fitch, Roger Scher, o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, tem a sua melhor chance dos últimos 12 anos de vencer. 'E essa chance não é porque a economia brasileira está tendo uma performance horrível, o que não é o caso, mas sim porque o candidato do governo é fraco.' Ele salientou que a candidatura de José Serra (PSDB) poderá se beneficiar com a instabilidade na Argentina e na Venezuela, transmitindo aos eleitores um alerta de que isso poderá se repetir no País, caso Lula vença. 'Mas Lula poderá também usar essas crises para sustentar a tese do fracasso das teses do liberalismo econômico.' (...)

Scher disse ter dúvida se, caso eleito, Serra terá a mesma capacidade de liderança do presidente Fernando Henrique, que fez reformas sustentado em forte coalizão no Congresso" ("Eleição volta a ser vista como 'fator de risco' por analistas", João Caminoto, OESP, 30/5/2002).

"Para Marcelo Schmitt, do banco Lloyds TSB, a tendência é que o humor melhore no mercado quando o ajuste nos cupons cambiais for concluído.

'Houve mais um passo em direção à aprovação da CPMF na quartafeira e a escolha de Rita Camata [PMDB] para compor a chapa com José Serra [PSDB]', diz. Vários analistas do mercado dizem que a escolha da deputada foi boa e ela deverá trazer votos ao candidato do governo" ("Estrangeiros retiram R\$ 155 mi da Bolsa", Ana Paula Ragazzi, FSP, 24/5/2002).

"O banco alemão Dresdner Kleinwort Wasserstein (DKW) informou ontem, em nota para investidores, que não descarta a possibilidade de uma nova queda dos índices do pré-candidato do PSDB, José Serra, e a chance de ele ser substituído por outro candidato do partido. Segundo o banco, as denúncias contra o ex-diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira aumentaram o nervosismo do mercado e devem prejudicar a candidatura de Serra. Mas, apesar disso, o DKW 'continua a acreditar que um candidato do governo vai vencer as eleições'. (...) Segundo o banco, como faltam apenas seis meses para a eleição, 'a estratégia política para prejudicar a candidatura de Serra é audaciosa e arriscada'.

Para o DKW, 'se o escândalo que atingiu Roseana Sarney favoreceu a oposição, esse provavelmente não será diferente'" ("Banco alemão prevê que Serra será substituído", João Caminoto, OESP, AE, 8/5/2002).

A mídia acabou fazendo um corte dessa realidade que envolve a política e a economia ao eleger as fontes que modelam os fatos de acordo com as suas impressões sobre ele. As fontes são os "eleitos" pelos jornais, à semelhança do que Boudier descreve na mídia televisiva. O poder desses "eleitos" sobre a opinião pública, ou mesmo como influenciadores da opinião de seus pares no mercado financeiro, não passou totalmente ao largo dos mesmos jornais responsáveis pela eleição desses "especialistas". No auge da crise, quando os boatos passaram a alimentar os boatos de mercado, e as interpretações de "analistas" a se disseminarem e se tornarem "verdades", o próprio *Estadã*o publicou a seguinte matéria:

"O homem que esteve à frente de grandes negócios nas Bolsas de Nova York (Nyse) e Chicago (mercadorias e futuros) nos anos 60, 70 e 80 e foi o primeiro brasileiro a exercer a função de foreign broker no País dessas instituições — autorização para dar lances, comprar e vender papéis no mercado americano — vê com ceticismo os relatórios de instituições financeiras como o Morgan Stanley sobre o País.

Ivan Sant'anna, de 62 anos, depois de exorcizar os vícios do mercado e dos especuladores em livros como Rapina e Os Mercadores da Noite, diz que a regra básica do mercado financeiro é fazer relatórios para que o que se fala e escreve vire realidade. 'Ou seja, um operador faz um diagnóstico para influenciar os jogadores para que esse cenário se concretize. Assim, ele ganha prestígio e a instituição para a qual trabalha ganha dinheiro. É um ciclo nervoso, um jogo.'

Sant'anna, que operou no mercado até os 54 anos, passando por instituições financeiras americanas como Lehman Brothers, depois Shearson Lehman e Brody White, garante que 'existe, de fato, uma preocupação real no mercado financeiro com o crescimento da candidatura do petista Luiz Inácio Lula da Silva porque há desconfiança e essa barreira é dificil de ser rompida, pois há um discurso e um programa que têm diferenças'. Mas ressalva: 'Há um comportamento desleal em muitas dessas análises, um exagero que faz os papéis brasileiros perderem valor no mercado financeiro internacional.'

Para o hoje escritor de sucesso, a especulação entre vendidos e comprados faz parte do jogo e é saudável. 'O problema é que muitos analistas e operadores querem o ganho rápido e não têm conhecimento da realidade de um determinado país nem das conseqüências de suas previsões.' Sant'anna lembra que, nos anos 60 e 70, em Nova York, um analista chamado Kaufmann fez fortuna de bancos e fundos ao prever fatos que, de tanto serem anunciados, acabaram se tornando realidade, um estímulo a este jogo. Os vendidos são aqueles que não têm e querem, por exemplo, um título da dívida. Os comprados estão cheios desses papéis, querem vender pelo melhor preço e os vendidos fazem de tudo para desvalorizar esses mesmos papéis para comprar

na baixa.

Segundo Sant'anna, as instituições vão se defender de estragos 'sempre desnecessários', alegando que seus departamentos de análise são estanques das tesourarias e os fundos e investidores é que tomam decisões. 'Fica difícil provar, mas geralmente quem especula é aquele que vai ganhar com a operação. O problema é que quando um país está vulnerável esses mercadores conseguem o que querem e as tesourarias, de mão de uma boa informação, antes de informar o mercado, ganham dinheiro com ela (...) É como se alguém contasse uma fofoca, com base num fato real, mas na qual os protagonistas vão se enveredando, dando sustentação ao que se fala por suas próprias atitudes – nesse caso, nervosas. Palavra de quem foi operador'" ("Especialista vê exagero e análises desleais", Carlos Franco, OESP, 4/6/2002).

No dia 30 de junho, a *Folha* publicou um artigo de Jeffrey Sachs, especial para o jornal, avaliando as deficiências dos "analistas" de mercado, com tanto poder sobre expectativas.

"Infelizmente, os analistas financeiros quase sempre têm treinamento deficiente em economia. O trabalho deles é dizer algo inteligente diante das câmeras de televisão. Eles não trabalham com os fundamentos, mas com as últimas fofocas e manias. Evidentemente, se essas manias forem comuns e não durarem, um investidor inteligente pode lucrar com elas. (...) Assim, é mais seguro acompanhar a multidão, mesmo que você não acredite que ela está correndo na direção exata."

Sachs recomenda, como medidas para neutralizar o poder desses analistas: 1) mais seriedade dos bancos de investimentos para treinar analistas; 2) "a imprensa responsável deveria averiguar as tendências econômicas com espírito crítico, em lugar de ceder à opinião da massa"; 3) "e os economistas acadêmicos deveriam mostrar mais firmeza na explicação de como os preços dos mercados financeiros refletem os valores econômicos fundamentais, mesmo que não seja necessariamente verdadeiro no curto prazo". Por fim, Sachs recomenda "regulamentação mais severa dos mercados financeiros" ("Analistas não se preocupam com fundamentos, só com fofocas", Jeffrey Sachs, FSP, 30/6/2002).

A importância que os "analistas" assumem no mercado foi ironizada pelo jornalista Luís Nassif no dia 28 de junho, quando o país já havia sido colocado nas mãos de suas análises. Ele relatou uma análise do Brasil feita por um auto-intitulado "analista de temas internacionais para o governo norte-americano", chamado Constantin Menges, contratado pela Prudential Securities para uma conference call. Ele garantiu o seguinte

ao seu público: 1) Lula fará um governo muito parecido com o de Hugo Chávez; 2) existiam 60% de chances de Lula ganhar e 80% de chances de ele declarar default da dívida; 3) "fontes seguras" haviam lhe dito que o PT estava fazendo treinamento militar com as Farc; 4) e sua recomendação final: "Às vezes é preciso fazer uma intervenção militar para remover o radicalismo e restabelecer a democracia. Nesses casos, a intervenção militar é justificável" ("O analista Constantin e o Brasil", Luís Nassif, FSP, 28/6/2002).

A alimentação de um mercado movido pelas informações online foi preocupação permanente do colunista Joelmir Beting, do *Estadão*.

"Sem mistério: maior o risco, maior o juro; maior o juro, maior a dívida; maior a dívida, maior o déficit; maior o déficit, maior o risco; maior o risco... Eis como a civilização do conhecimento, mas não da sabedoria, financia a gastança pública de países ricos, pobres e remediados. Brasil no meio.

Quando se junta a essa correia de transmissão as hordas dos 'chacais da moeda', na definição irada emitida por Charles de Gaulle, aí a coisa desembesta para maremotos nunca dantes navegados. Chacais da moeda são os investidores e operadores do chamado 'capital volátil' – o mais arisco animal da floresta econômica. Eles apostam em riscos por eles mesmos manipulados.

Nessa aposta, que se tornou global e em tempo real, a manipulação (sem risco) vestida de especulação (com risco) tem a seu talante o efeito manado dos mercados sobressaltados. Quando todos agem e reagem em bloco, a favor ou contra, ninguém perde a pose na eventual ocorrência do erro. Bem, pilhados em erro, os operadores não perdem o emprego; os investidores é que perdem o dinheiro.

Somente perderá o emprego o operador que errar sozinho, na contramão da manada. O investidor que perde hoje sabe que pode ganhar amanhã. É do jogo. E o especulador embutido no investidor é, em essência, um jogador. Ou como disse, há exatamente um século, o megainvestidor John Pierpont Morgan (1837-1913): 'Dinheiro? Que dinheiro? O importante é o poder. Ou o jogo.'

O problema é que o Brasil tornou-se pasto e repasto dos 'chacais da moeda' como nenhum outro emergente metido a besta" ("Chacais do Brasil", Joelmir Beting, OESP, 23/6/2002)

"Antes, o mercado financeiro tinha câmbio manual de cinco marchas para a realização de cada negócio. Havia tempo para a percepção dos eventos. Havia tempo para o entendimento dos eventos e avaliação das alternativas. Havia tempo para a tomada de decisão por consenso. Havia tempo para a execução de cada movimento assim decidido. Havia tempo para a aferição dos resultados de cada decisão executada.

Em resumo: investidores e operadores dispunham de horas ou dias para mudar ou não de posição. Dava para modular e praticar uma refinada gestão de riscos.

Agora são outros quinhentos por cento. A informação de mercado e de tudo o que direta ou indiretamente afeta o mercado passa a ser trabalhada em tempo real. Literalmente, em velocidade da luz na percepção, decisão, execução e aferição de cada movimento. A boa gestão de riscos desandou de vez. Virou tudo uma geléia real a que se convencionou chamar de 'aversão ao risco'.

Ou para reprisar aqui a tese do que eu chamo de paradoxo tecnológico da informação. Para um mercado que deu de fazer do fator tempo e do fator atenção seus ativos mais escassos ou preciosos, a informação explodiu em velocidade, em quantidade, em diversidade e em intangibilidade. Certo? Mas, por causa disso, a informação despencou em qualidade. Quer dizer: qualidade do processamento dela.

Nem mago de Midas conseguiria hoje processar com qualidade a informação em tempo real e a decisão idem. Há que se responder em um minuto, ao redor do mundo, antes que o tal de 'mercado online' o faça. Resultado: a margem de risco ficou da largura do Oceano Atlântico.

Que fazer? Primeiro: embarcar no efeito manada. Quando todos erram juntos, ninguém perde o emprego. Segundo: para mitigar o risco máximo, o negócio é chutar tudo pelos ares da avaliação ostensivamente exagerada do risco país ou do risco empresa. Terceiro: o efeito manada, mesmo com risco nas alturas, tende a ser auto-realizável, quando direcionado para cenários pessimistas (expectativas de crise provocam a crise que sanciona as expectativas).

Nessa praça de tiroteio digital, investidores e operadores, manipulados pela desinformação em tempo real, trocam o estresse pelo distresse (que é o estresse irreversível). Daí para a abulomania (desordem mental), nova doença do mercado financeiro, é um passo. Ou um clique. Quando não existe problema, inventa-se problema. O verossímil expulsa de campo o verdadeiro.

O Brasil que o diga. Inventaram que o Lula já ganhou pela quarta vez consecutiva e tome manipulação (sem risco) disfarçada de especulação (com risco)" ("Manada chipada", Joelmir Beting, OESP, 25/6/2002).

No *Estadão*, no entanto, relatórios dos bancos e avaliações de analistas de mercado são vistos, na maioria das matérias e artigos e em quase todos os editoriais – exceto os que manifestavam surpresa com a intensidade da crise –, como o preço a pagar pela entrada no mundo moderno. Essa ideologia é visível, hegemônica, inclusive nos artigos de especialistas que não tem vínculos com os jornais e são apenas colaboradores.

"Sob todos os aspectos paira uma enorme incerteza sobre o próximo governo, o que se revela problemático para os avaliadores de risco especialmente em vista das fragilidades atuais, ou dos desafios diante da economia brasileira. Quem se deu ao trabalho de ler os relatórios recentemente publicados com recomendações negativas sobre investimentos em títulos da dívida externa brasileira vai ter dificuldades em achar manifestações de 'terrorismo eleitoral', como sugerem alguns comentários sobre o tema. As análises são cuidadosas e sofisticadas, em nada diferentes das que são feitas pelos bancos e consultorias locais.

Nas reações, em boa medida emocionais, aos relatórios, perdeu-se a justa medida do fenômeno de que estamos a tratar. Os autores desses relatórios são gente preparada e bem paga, e seu público são investidores que têm muito dinheiro aqui investido e têm um legítimo interesse em entender o que se passa. Os autores não são acadêmicos nem brasilianistas emitindo opiniões científicas, mas impressões de analistas de risco contratados para dizer, com todas as letras, o que pode dar certo, mas também o que pode dar errado.

Esses analistas servem para isso e vão sempre existir, gostemos ou não

Pode-se argumentar que eles têm um viés meio negativo, ou que fazem 'hedge intelectual', o que faz muito sentido. Desde a crise da Ásia, que ninguém previu, parece claro ao analista de risco que é melhor prever dez das últimas duas crises internacionais, do que deixar de profetizar uma meia-crise. É injusto, mas o mercado sabe que é assim e dá o seu desconto.

Por fim, é sempre bom lembrar ao leitor de perguntar ao gerente do seu banco aqui no Brasil o que ele vislumbra como horizonte para os seus investimentos. Muitos talvez se surpreendam em ouvir mais ou menos os mesmos pontos analisados nesses malditos relatórios" ("Os malditos relatórios", Gustavo Franco, OESP, 12/5/2002).

4.6. Os jornais vão atrás da aprovação de autoridades estrangeiras

No dia 8 de junho, Clóvis Rossi, da Folha, publicou uma conversa com o megainvestidor Georges Soros, num jantar durante evento da Council on Foreign Relations, em Nova York. Eram previsões apocalípticas vindas de um especulador. Dizia Soros que o Brasil estava condenado a eleger Serra ou mergulhar no caos. A matéria esclarecia: "Não se trata, desta vez, apenas da habitual má vontade do mundo financeiro em relação a Lula e ao PT. É muito pior: trata-se de uma análise fria de como se mexem as engrenagens do capitalismo financeiro global, de que Soros não apenas é um perito, mas também um ativo agente." Segundo Soros, o caos viria como "profecia que se autocumpre": os mercados achavam que Lula, se eleito, daria o calote, e se preveniam apostando contra o real. Conforme as chances de Lula aumentassem, a especulação aumentaria – e provavelmente isso ocorreria até o segundo turno, quando o país já estaria em situação tão dramática que não restaria outra opção ao petista, se vencesse, senão dar o calote. Se Serra ganhasse a eleição, afirmou, a situação mudaria, porque "o capitalismo global não se arriscaria a inviabilizar o "melhor aluno" do modelo econômico hegemônico", segundo Soros, nas palavras do jornalista. O megaespeculador concordou que esses movimentos eram antidemocráticos e concluiu comparando os EUA ao império romano: "Na Roma antiga, só votavam os romanos. No capitalismo global moderno, só votam os americanos, os brasileiros não votam", concluiu o megainvestidor. ("Soros diz que EUA irão impor Serra e que Lula seria o caos", Clóvis Rossi, *FSP*, 8/6/2002).

As declarações de Soros provocaram uma comoção no país. Lula sugeriu que o presidente Fernando Henrique Cardoso mandasse o investidor "calar a boca". O então presidente do PT, José Dirceu, classificou as declarações de "chantagem". E o próprio candidato tucano, José Serra, considerou Soros "impertinente". A repercussão interna foi tamanha que o próprio Soros lamentou que suas "ponderações" tivessem sido usadas "na campanha eleitoral brasileira". "Estou ficando de fora, seria inapropriado para mim ser usado na eleição." ("Soros diz lamentar uso de 'ponderações'", Clóvis Rossi, FSP, 14/6/2002). A matéria da Folha, no entanto, já havia ganhado o mundo: em reportagem sobre o Brasil, a revista britânica The Economist reproduziu as declarações de Soros, mas concluiu que não haveria razões para apostar que o país seguiria o caminho da vizinha Argentina. "Há várias razões para esperar que não", afirma a

reportagem. Cita duas: 1) a dívida da Argentina era quase toda em dólares, comparada com cerca de 1/4 de dívida ligada ao dólar do Brasil; e 2) a Argentina tinha muito dinheiro emprestado para "instáveis" investidores estrangeiros, enquanto 3/4 da dívida brasileira é doméstica. ("A questão dos R\$ 685 bilhões", *FSP*, 14/6/2002).

Soros, na verdade, foi apenas mais um dos atores internacionais introduzidos nas eleições brasileiras. No noticiário regular, as declarações do Fundo Monetário Internacional e do governo americano sobre a situação do país freqüentavam as páginas de política e economia dos jornais com a desenvoltura de autoridades sobre a política brasileira, a cada novo pico de especulação financeira. Para além disso, no entanto, os jornais incluíram no seu rol de entrevistados sobre a situação brasileira ex-funcionários do governo norte-americano, ex-integrantes do FMI e especialistas estrangeiros.

A opinião de estrangeiros sobre o futuro do país foi, de fato, uma mercadoria valorizada pela imprensa no período. Inclusive como tema para debate e como argumento para teses de atores internos, claramente ideológicas. Denis Lerrer Rosenfield, por exemplo, em artigo para a sessão de debates da *Folha*, usou o raciocínio de Soros em relação ao mercado financeiro, acrescentou a ele a mudança da doutrina de segurança pelo governo norte-americano depois dos ataques de 11 de setembro e concluiu:

"Se essa descrição dos fatos é verdadeira, toda a política futura não poderá ser baseada em um confronto direto com os EUA nem em um questionamento dos princípios que regem essa nação. A autarquia, do ponto de vista econômico, social, militar e político, pertence ao passado. Poderemos ter nostalgia dela, porém o seu adeus é definitivo. O que não significa, evidentemente, que tenhamos de acatar tudo que de lá vier; porém é imperativo reconhecer que a realidade mudou e que embates radicais estão fadados ao fracasso" ("A poção mágica", Denis Lerrer Rosenfield, FSP, 28/6/2002).

O FMI e o governo americano tiveram presença marcante no pleito de 2002. Do início das turbulências, passando pela liberação do empréstimo ponte de US\$ 10 bilhões e durante todo o período eleitoral, o papel de ambos foi o de, simultaneamente, tentar acalmar o mercado e forçar um compromisso não apenas do governo FHC, que estava no seu final, mas do futuro governante, com os fundamentos de mercado. A partir do

início de junho, quando os movimentos especulativos assumiram uma dinâmica própria, houve uma ofensiva conjunta do FMI e do Tesouro dos Estados Unidos para atenuar as pressões especulativas. As reiteradas demonstrações de confiança na condução da política econômica brasileira tinham um objetivo estratégico: o Brasil era apontado como um caso exemplar de condução da economia – adequada aos preceitos do FMI e às leis pró-mercado – e seu exemplo foi utilizado como pretexto para recusar ajuda à Argentina, que socobrou frente a um ataque especulativo colossal. O argumento para deixar a Argentina quebrar era o de que, também na esfera global, os mercados exerciam o papel de "premiar" ou "punir" países, conforme adequassem ou não suas políticas ao figurino pró-mercado – se os investidores permanecessem no país, estariam aprovando suas políticas; a retirada de investimentos seria um ato de reprovação. Assim, os mercados teriam "premiado" a boa política brasileira, já que os investidores aqui permaneceram, enquanto o país vizinho quebrara; e "punido" a Argentina com a maior crise de sua história. Na verdade, a questão não era a "premiação" ou "punição", mas a convição do novo governo americano de que os contágios financeiros, ou movimentos especulativos, eram manobras dos mercados para tirar dinheiro do FMI - e, em consequência, do contribuinte norte-americano, já que os EUA são seu maior acionista. O raciocínio era o seguinte: os movimentos especulativos retiravam grandes somas de dinheiro de um país, provocando um enorme risco de moratória; os "pacotes" do FMI destinados a socorrer esse país, na verdade, estavam garantindo os compromissos daquele governo com os investidores que perderam no movimento especulativo. Uma moratória brasileira não apenas derrubava o pretexto do governo norte-americano para encerrar ajudas a países sob ataques financeiros, mas ainda trazia outro inconveniente: o "melhor aluno" do liberalismo a que se referiu Soros, e que foi uma referência para políticas impostas a outros países em desenvolvimento no continente, se quebrasse, passaria a ser um exemplo de fracasso das políticas pró-mercado impostas pela instituição multilateral e pelo governo americano, num momento em que a América Latina mergulhava em processos eleitorais e já se prenunciava um avanço da esquerda e da quebra da hegemonia ideológica do modelo. A separação entre o bom e o mau aluno do capitalismo global está clara nas declarações do subsecretário para assuntos internacionais do Tesouro dos EUA, John Taylor: "Vejo o Brasil de uma forma separada, o que acho ter sido uma verdade desde que a Argentina entrou nessa situação trágica. Há muito pouco contágio" ("EUA elogiam aperto e negam contágio argentino", FSP, 14/6/2002).

O termo "contágio político" foi usado, por exemplo, pela vice-diretora do FMI, Anne Krueger, a um grupo de empresários do Conselho das Américas, relatado pelos jornais do dia 8 de maio, ao comentar seus temores em relação às eleições em andamento na América Latina, atribuindo-os a analistas. "Alguns comentaristas temem o contágio político se esses países se distanciarem de políticas pró-mercado e de integração com a economia mundial. (...) Muitos países da América Latina já tentaram essa estrada antes, com resultados muito infelizes" ("Krueger destaca a 'boa forma' do Brasil e vê risco em eleições", Paulo Sotero, OESP, 8/5/2002; "Preocupação com o Brasil não é imediata", diz FMI", Márcio Aith, FSP, 8/5/2002).

A administração Bush entrou mais pesadamente no papel de "calmante" dos mercados para consertar um estrago feito pelo seu secretário do Tesouro, Paul O'Neill, que declarou que se oporia à concessão de mais créditos do FMI ao Brasil caso o país necessitasse. "Jogar dinheiro do contribuinte dos EUA na incerteza política do Brasil não parece ser (uma idéia) brilhante", afirmou. Ele disse que os mercados estavam nervosos devido à eleição presidencial e que não achava que houvesse "um antídoto para isso". "A situação brasileira é realmente em função de seu processo político, do processo eleitoral, e não está claro para mim o que se pode fazer a respeito disso." As declarações causaram grande movimentação nos mercados, que as interpretaram como uma dificuldade adicional que o Brasil teria a enfrentar para sobreviver às turbulências financeiras. Os EUA, afinal, são o maior acionista do FMI e têm poder de veto sobre os empréstimos da instituição. No mesmo dia, por pressão do presidente do BC brasileiro, Armínio Fraga, do subsecretário para assuntos internacionais do Tesouro dos EUA, John Taylor, da embaixada americana em Brasília, do Departamento de Estado, do Escritório do Representante Comercial (USTR) e dos membros do Conselho de Segurança, O'Neill divulgou um comunicado se desdizendo. "O governo brasileiro está implementando as políticas econômicas corretas para tratar as dificuldades atuais. Por causa dessas políticas, apoiamos consistentemente o Brasil, até por meio de seu atual programa com o FMI, (...) e do desembolso de US\$ 10 bilhões, esta semana, sob esse programa", dizia a nota do subsecretário do Tesouro. ("O'Neill ataca ajuda ao Brasil e depois se desdiz", Paulo Sotero, *OESP*, 22/6/2002)

O'Neill, na verdade, antes de se desmentir, reproduziu as promessas de

campanha de Bush, e as suas próprias opiniões, de que os EUA deveriam se esforçar para acabar com os pacotes de ajuda do FMI. E expressou, também, as opiniões do guru da equipe econômica de Bush, Allan Meltzer, da Universidade de Carnegie Mellon. As opiniões de Meltzer sobre o país foram reproduzidas na *Folha*, em coluna de Márcio Aith: "O Brasil não foi vítima de contágio. O senhor sabe muito bem que os problemas do país começaram quando Lula assumiu uma liderança sólida nas pesquisas eleitorais e o candidato do governo, Serra, ficou para trás. Até então, a dívida pública do país parecia manejável. Se Lula ganhar as eleições, não seria razoável esperar mudanças nas expectativas de mercado com relação às políticas econômicas brasileiras? E sobre a dívida? Eu ficaria..." ("A coerência de O'Neill", Márcio Aith, FSP, 24/6/2002).

Excluída a escorregada de O'Neill, todavia, o FMI e o governo norte-americano desfilaram pelo noticiário político e econômico no período pré-eleitoral com a desenvoltura de autoridades em política brasileira. As manifestações tinham claramente dois objetivos: deter a fuga de investidores do país, reafirmando a correção da política brasileira e a confiança nos seus "fundamentos" e, simultaneamente, forçar compromissos, em especial fiscais e com o cumprimento das metas de inflação, que pudessem se estender ao governo que sucederia o de FHC.

Antes do mal-estar causado por O'Neill, no entanto, o FMI e o governo americano já eram parte do noticiário eleitoral, apesar da reação indignada – inclusive de integrantes do governo – em relação à afirmação de Soros, de que o eleitor brasileiro tinha que atender aos mercados e ao império que o representava, sob pena do caos. Entre os dias 19 e 22 de abril, o *Estadão* fez uma vasta cobertura da reunião de primavera do FMI e do Banco Mundial. Deu amplo espaço à divulgação do documento "Perspectiva Econômica Mundial", com a recomendação de que a política monetária, timidamente afrouxada nos meses que antecederam a reunião, voltasse ao nível anterior "para garantir a obtenção das metas de inflação"; em contrapartida a elogios ao desempenho das contas brasileiras, as "preocupações" do vice-diretor do Departamento de Pesquisa Econômica do FMI, David Robinson, com a dívida pública brasileira, e do diretor-geral da instituição, Horst Köhler, com um eventual relaxamento fiscal em função do período eleitoral. ("FMI pede ao Brasil rigor na política monetária", Fábio Alves e Fernando Dantas, *OESP*, 19/4/2002).

O reforço à "recomendação" de maior aperto fiscal veio no dia seguinte, pelas declarações do diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI, Claudio Loser. Ele afirmou que enquanto a dívida pública se mantivesse em níveis altos, o Brasil teria que fazer superávits primários expressivos. "Ele observou, inclusive, que outros países latino-americanos e caribenhos fizeram esforços fiscais nos quais os superávits primários atingiram níveis bem maiores do que o do Brasil, de 10% a 12%" ("Brasil já está em um círculo virtuoso", Fernando Dantas, OESP, 22/4/2002). Também foi com esses atores que o jornal repercutiu a proposta do PT de substituir o superávit primário (resultado das contas públicas excluído o pagamento com juros) pelo déficit nominal (resultado das contas públicas, incluído o desembolso com juros). "É muito aceitável", respondeu Loser. ("Para Fundo, proposta do PT é 'aceitável", Fernando Dantas, OESP, 22/4/2002).

Quatro dias depois, era a vez de registrar o relatório "Perspectiva Econômica" da Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), que registrava "a incerteza política ligada às eleições" brasileiras, mas ressalvava que "a resistência da atual política econômica aos vários choques que afetaram a economia é certamente um fator positivo". ("OCDE elogia a capacidade brasileira de absorver crises", *OESP*, 26/4/2002).

No início de maio, após o rebaixamento das classificações de risco do país pelos primeiros bancos estrangeiros,o chefe da missão do FMI no Brasil, Lorenzo Perez, criticou a atitude das instituições. "Essa companhia de avaliação de crédito deveria ver os fundamentos da economia. Especulações, pesquisas sobre como estão se saindo os candidatos parecem um pouco prematuras e pouco científico" ("Representante do FMI também critica bancos", FSP, 1/5/2002). Seis dias depois, o secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, "citou o Brasil como exemplo de país que tem recebido volumes significativos de investimentos estrangeiros por causa das reformas econômicas bem conduzidas na década passada – privatizações e abertura comercial principalmente. 'O Brasil resistiu bem à profunda crise que se abateu sobre a Argentina'" ("Colin Powell faz elogios ao Brasil em conferência", Paula Puliti, FSP, 7/5/2002). No dia 7, Krueger, em entrevista durante a reunião anual do Conselho das Américas, afirmou que o Brasil "realmente realizou as reformas fundamentais" e que estava "em razoável boa forma", embora tenha admitido que a dívida pública brasileira era alta. "(...) E eu gostaria de ver

uma dívida pública mais baixa." Mas concluiu que "não é uma preocupação muito imediata". ("Krueger destaca a 'boa forma' do Brasil e vê risco em eleições", Paulo Sotero, *OESP*, 8/5/2002; "Preocupação com o Brasil não é imediata, diz FMI", Márcio Aith, *FSP*, 8/5/2002).

Em junho, quando praticamente se generalizaram os rebaixamentos da recomendação de investimentos no Brasil pelos bancos, o FMI lançou-se numa ofensiva efetivamente articulada para acalmar os mercados em relação aos riscos de investir no país. O diretor-geral da instituição, Horst Köhler, deu uma entrevista à agência de notícias Reuters, afirmando que confiava na solidez do país e não acreditava que os avanços obtidos pelo país pudessem se reverter em função do processo eleitoral. Como a entrevista teve pouca repercussão, na semana seguinte o porta-voz do Fundo, Tom Dawson, declarou que "as autoridades brasileiras têm um excelente histórico na administração da economia", reconheceu um "grande nervosismo em antecipação às eleições", mas creditou-o à "natureza dos mercados". Simultaneamente, o subsecretário para assuntos internacionais do Tesouro dos EUA, John Taylor, afirmou que esperava dos mercados que não se deixassem levar pela "fuga irracional de recursos". Enquanto isso, em off, funcionários do governo americano reiteravam que não havia motivos para preocupações com o Brasil. ("FMI e Tesouro tentam abafar a crise no Brasil", Márcio Aith, FSP, 7/6/2002; "FMI reitera confiança na economia brasileira e minimiza nervosismo", Paulo Sotero, OESP, 7/6/2002). Seis dias depois, o subsecretário do Tesouro dos EUA, John Taylor, em entrevistas a agências de notícias, atribuiu as turbulências no Brasil às "incertezas políticas com as eleições de outubro" e afirmou que os EUA "esperam muito" que o futuro presidente mantenha o controle fiscal e as metas de inflação dos governos FHC. "Espero muito que esses fundamentos permaneçam, independentemente de quem for eleito" ("EUA dizem esperar 'governo clone' de FHC", Márcio Aith, FSP, 13/6/2002).

No mesmo dia, o diretor do Departamento de Mercado de Capitais do FMI, Gerd Hausler, ao apresentar o relatório trimestral sobre estabilidade financeira internacional, "(...) alertou para a necessidade de a América Latina tornar-se vigilante em relação a políticas que tenham impacto negativo para o ambiente de investimentos diretos na região" ("Economia brasileira não mudou, diz FMI", Fábio Alves, OESP, 13/6/2002). Em entrevista, Hausler afirmou que a turbulência financeira no Brasil foi causada por

"incertezas políticas". "Cabe aos brasileiros tirar isso do caminho" ("Incerteza política é o que preocupa o mercado, afirma o diretor do FMI", Márcio Aith, FSP, 13/6/2002).

"'Você pode ler isso em cada relatório dos analistas todo dia. O mercado está de alguma forma preocupado com as eleições de outubro no Brasil e com algum tipo de outras políticas que serão adotadas depois disso. E isso está na origem disso e acho que não há nada que eu, do Fundo, possa acrescentar', afirmou [Hausler]. 'Acho que seria impróprio da minha parte especular sobre qual pode ser ou não o resultado da eleição ou o que pode ou não ser o resultado da política econômica depois disso. No momento, eu acho que o mercado concorda que a atual política econômica é boa'" (idem).

Quando anunciou um complemento de crédito de US\$ 1 bilhão para o Brasil, o diretor do Banco Mundial para o Brasil, Vinod Thomas, aproveitou para elogiar o aumento da meta de superávit primário de 2002 para 2003 anunciado pelo governo. "O aumento (do superávit) indica que, mesmo durante um ano difícil como este, o País pode atingir um superávit de 3,75% do PIB. A indicação de metas de superávit de 3,5% a 4% do PIB é importante e necessária. Este tipo de comportamento é muito desejável e é parte fundamental de um cenário de gerenciamento macroeconômico", disse, em teleconferência transmitida de Washington. ("Diretor do Bird elogia aumento da meta de superávit", Renato Andrade, OESP, 15/6/2002; "Bird aprova 3 novos empréstimos", FSP, 15/6/2002). No mesmo dia, numa notícia da agência Reuters reproduzida pelo Estadão, o economista-chefe para a América Latina do Banco Mundial, Guillermo Perry, afirmou que não acreditava em mudanças na política econômica do país, fosse qual fosse o vitorioso nas eleições. "Não importa quem vença as eleições, o futuro presidente do Brasil manterá o tipo de política econômica, com algumas mudanças de estilo ou de ênfase. Mas a diretriz básica será mantida" ("Eleições não tiram sono de economista do Banco Mundial", OESP, 15/6/2002). No mesmo dia, em seminário na sede do Banco Central, no Rio, o representante do Fundo no Brasil, Rogério Zandamela, fez recomendações para a condução da política econômica interna: "Manter o conservadorismo fiscal e monetário; aprofundar as reformas estruturais; aumentar o grau de integração comercial, especialmente com o Mercosul; e aprofundar as reformas do sistema financeiro nacional." Ainda assim, Zandamela foi o único representante da instituição a questionar se havia sido oportuno o BC ter antecipado a exigência de marcação dos títulos públicos pelo valor de mercado, decisão que, naquele momento, já era questionada por especialistas e de alguma forma responsabilizada pelo aumento da volatilidade ("Representante do FMI questiona a ação o BC", Adriana Chiarini, *OESP*, 15/6/2002).

No dia 19 de junho, os jornais publicaram a aprovação da terceira revisão do programa econômico do Brasil pelo FMI. Com a aprovação, o Brasil passou a ter acesso imediato a US\$ 10 bilhões da linha suplementar de crédito de US\$ 15,7 bilhões que o Fundo havia concedido ao país em setembro de 2001. Antes a parcela a que tinha acesso imediato era de US\$ 4,8 bilhões. Anne Krueger divulgou uma nota oficial que continha uma mensagem aos candidatos a presidente: "A médio prazo, as autoridades terão de continuar a trabalhar para reduzir a grande necessidade de financiamento externo do Brasil e as necessidades de financiamento do setor público, bem como diminuir a grande parcela da dívida pública que é contratada a taxas flutuantes ligadas ao câmbio" ("FMI aprova acordo e insiste em disciplina fiscal", Paulo Sotero, OESP, 19/6/2002). No dia seguinte, o porta-voz da instituição, Thomas Dawson, reiterou a confiança do Fundo da capacidade do país de honrar seus compromissos de médio prazo ("País vai honrar compromisso com a dívida, diz porta-voz do FMI", Paulo Sotero, OESP, 20/6/2002), embora, um dia depois, tenha se divulgado que o FMI havia reduzido, na terceira revisão, a projeção de crescimento do PIB, antes de 2,5%, para a variação de 2% a 2,5%. No dia 27, dois dias depois da declaração de O'Neill de que não apoiaria um novo empréstimo ao país, o Fundo divulgou uma nota, com o objetivo de acalmar o mercado e também com recados claros aos candidatos a presidente:

"Como afirmamos anteriormente, o compromisso das autoridades brasileiras com políticas econômicas e monetárias sólidas é impressionante. (...) Em anos recentes, elas sobressaíram diante de severos testes do mercado e o forte desempenho do Brasil mereceu o apoio da comunidade financeira internacional, incluindo o FMI. (...) São bem-vindas as recentes expressões de amplo apoio dentro do Brasil à manutenção de políticas econômicas responsáveis (referência à 'Carta ao Povo Brasileiro', de Lula). (...) O FMI espera trabalhar com qualquer nova administração comprometida a implementar políticas sólidas" ("FMI divulga nota de apoio ao País", Paulo Sotero, OESP, 27/6/2002).

Para além das declarações oficiais do governo norte-americano e das instituições multilaterais, todavia, os dois jornais foram em busca de opiniões de ex-funcionários dos EUA e das instituições, além de presidentes internacionais de bancos e de

multinacionais. Neste caso, as declarações eram muito pouco diplomáticas. O Estadão noticiou um seminário sobre mercados emergentes realizado pela agência de classificação de risco Fitch, em que o diretor da instituição, Roger Scher, afirmou que o candidato tucano poderia se beneficiar eleitoralmente das crises na Argentina e na Venezuela, mas Lula "poderá também usar essas crises para sustentar a tese do fracasso das teses do liberalismo econômico". A economista da Gulf International Bank, Cathy Elmore, afirmou que temia que "nos primeiros meses do novo governo, mesmo do candidato situacionista, as coisas possam sair do controle rigoroso". O repórter assim resumiu os "consensos" da reunião: Segundo os participantes, a cautela em relação ao Brasil é explicada por dois fatores. O primeiro é a incerteza em relação às eleições presidenciais. Além disso, a economia continua apresentando vulnerabilidade, com grande dependência dos recursos externos ("Analistas internacionais revelam preocupação", João Caminoto, OESP, 30/5/2002). No dia 28, o G-8, grupo dos países mais industrializados, divulgou uma nota de apoio ao Brasil, articulado pelo então primeiro-ministro da Espanha, José María Aznar. "Segundo o chefe de governo da Espanha, uma piora na situação do Brasil, além de arrastar para baixo as economias da América do Sul, significaria para muitos o fracasso das reformas de livre mercado na região e aprofundaria a instabilidade econômica e política de seus países" ("G-8 divulga declaração de apoio ao país", OESP, 28/6/2002).

No dia 11 de julho, o *Estado* destinou espaço para uma entrevista com o diretor de pesquisa econômica e estratégia para mercados emergentes do Banco UBS Warburg, Michel Gavin, que disse: "Rolagem da dívida (...) é questão de confiança. Se o novo presidente conseguir estabelecer uma relação de confiança, ao expor o seu programa econômico e o que pretende fazer em termos de dívida pública, então a rolagem poderá não ser um grande problema. Mas não há espaço para tropeço do futuro presidente, porque a confiança será chave" ("UBS espera recuperação nesta semana", Fábio Alves, OESP, 11/6/2002).

No dia 15, o *Estado* publicou uma das únicas vozes internacionais dissonantes, a do economista Rudiger Dornbusch, do MIT – ele viria a morrer dez dias depois – a quem qualificou como "um dos mais polêmicos economistas da atualidade".

"Estamos prestes a ver um colapso da economia do Brasil até o final

do ano.' Essa é a avaliação de Rudiger Dornbusch, um dos mais polêmicos economistas da atualidade. De passagem por Genebra, na Suíça, para uma séria de conferências, o professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT) alertou que a má gerência das finanças pelos bancos centrais, e não a ação dos especuladores, é a receita para uma crise econômica nos países emergentes como o Brasil.

Sem medir seus comentários sobre a vida política brasileira, Dornbusch culpou o presidente Fernando Henrique Cardoso pela futura crise que atingirá o País. De acordo com o economista, Fernando Henrique se utilizou das privatizações para financiar sua eleição para o segundo mandato no poder e agora deixará uma dívida social e fiscal enorme para o próximo governo. 'Se estamos buscando um especulador para culpar pela situação do Brasil, esse especulador é Fernando Henrique Cardoso', completou. (...)

Para o economista, a solução para enfrentar crises financeiras não é a aplicação de uma taxa permanente sobre o fluxo de capital estrangeiro, como costuma defender o presidente brasileiro.

Dornbusch acredita que, em situações de crise, os governos devem se utilizar de mecanismos limitados de controle de capital para evitar um colapso. O controle do fluxo de capital seria usado apenas por duas semanas, até que o governo pudesse tomar medidas necessárias para combater a crise.

'O fator tempo é essencial. Não adianta mandar uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) assim que explode uma crise. Deve-se dar tempo para o governo responder ao desafio e para que o valor do câmbio se estabilize, disse o economista" ("Dornbusch culpa FHC por crise futura", Jamil Chade, OESP, 15/6/2002).

No dia seguinte, o *Estado* trazia as opiniões do ex-secretário do Tesouro americano Roberto Rubin, do ex-vice-diretor-presidente do FMI Stanley Fischer e de Edwin Truman, ex-diretor do Fed – Federal Reserve, o Banco Central dos EUA. No dia 17, do ex-funcionário do Fundo Morris Goldstein. No dia 20, o jornal repercutiu a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) brasileiro de manter a taxa Selic em 18,5% com "analistas de Wall Street". Nesse mesmo dia, publicou um resumo de um relatório do banco de investimentos Morgan Stanley a seus clientes.

A *Folha*, por sua vez, recorreu às opiniões de Michel Mussa, que foi economista-chefe do FMI até 2001, de que as chances do país entrar em crise, devido ao tamanho e ao perfil de sua dívida, eram de 25% ("Para o ex-diretor do Fundo, chance de Brasil entrar em crise é de 25%", Márcio Aith, *FSP*, 4/4/2006).

CAPÍTULO 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: OK, VOCÊ VENCEU Em que pesem as diferenças entre os dois veículos estudados, a *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, é nítida a articulação entre ambos, o mercado financeiro e o bloco hegemônico. Durante as eleições de 2002, o *Estado* assumiu um papel mais claro de aparelho ideológico privado, veiculando um conteúdo quase homogêneo, produto de uma similaridade editorial entre a opinião do jornal e dos intelectuais orgânicos que compunham o corpo de articulistas – e, quanto mais perto das eleições, mais o conteúdo de matérias especiais passou a integrar o pensamento orgânico do órgão de imprensa. A *Folha*, com um corpo de articulistas mais plural e uma linha editorial menos identificada com a candidatura governista, cumpriu de qualquer forma a função de intelectual orgânico, em especial no noticiário, ao reportar acriticamente as "impressões" e "expectativas" dos mercados financeiros e ao "sensacionalizar" as reações especulativas e declarações dos candidatos, em especial os dois mais temidos pelo mercado, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, e Ciro Gomes, do PPS.

Os dois veículos, nesse processo eleitoral, não relataram apenas fatos: eles exerceram uma função fundamental na ofensiva antioposicionista de criar um clima de pânico, fixar a imagem de Lula como o "candidato do caos" e introduzir na agenda versões de fatos e intenções (que no jargão jornalístico são "balões de ensaio") que seriam fundamentais no processo especulativo – e portanto instrumentos de acumulação financeira. O poder desempenhado pela imprensa no processo eleitoral de 2002 – o de não apenas relatar a realidade, mas ser parte dela, moldá-la, construí-la – e o papel que ela desempenhou podem não ter sido tão perceptíveis então, pelo fato de terem se ancorado numa situação pretensamente objetiva, qual seja, um cenário eleitoral contra o qual reagiam investidores. Foi, no entanto, um ensaio do que aconteceria em 2006, quando os mesmos órgãos, agora com uma organicidade ideológica muito maior, constituíram-se em aparelhos privados de ideologia afinadíssimos com os partidos políticos em oposição a Lula, que disputava seu segundo mandato. Desta vez, sem o pano de fundo econômico, em tese racional, a opção ideológica ficou mais clara, mesmo justificada pela "cruzada ética".

Passados os meses de outubro de 2002 e 2006, fica a questão da eficiência dos dois jornais tradicionais como aparelhos privados de ideologia. Desde o Plano Real, eles desempenharam, com algum sucesso, o papel de intelectuais orgânicos do capital

financeiro internacional: foi com ajuda deles, de fato, que foi hegemonizada a ideologia neoliberal. Com rapidez, forjou-se uma divisão entre a elite "moderna" e a "atrasada", a dicotomia entre "progressistas" e uma esquerda jurássica, refratária à abertura do país e ao mundo globalizado. Os jornais foram fundamentais na formação de uma hegemonia ideológica fundamentalista pró-mercado e no questionamento do papel do Estado – aqui, o moderno era a redução ao Estado mínimo, que exerceria um papel "regulador" da economia. O fato, no entanto, é que esses órgãos de imprensa exerciam uma função ideológica voltada para uma "opinião pública" média, até então com grande influência sobre a massa eleitoral. A partir das eleições de 2002, iniciou-se um processo de cisão entre o até então chamado formador de opinião e o eleitorado pobre – se os jornais mantiveram seus papéis de mediadores ideológicos junto à opinião pública, esta, por sua vez, passou por um processo de esgotamento do papel de mediador junto ao eleitor que não tem acesso a jornais, tem uma racionalidade própria – de classe – e não assimilou como senso comum o pensamento hegemônico das elites.

Esse processo ficou mais evidente nas eleições de 2006, quando os jornais, os intelectuais orgânicos e os partidos de oposição ao governo, no debate sobre a inclusão política do bloco subalterno, assumiram claramente o preconceito para desclassificar o voto dos estratos mais baixos da população. Havia um processo contra-hegemônico na base que passou ao largo da percepção dos aparelhos privados de ideologia envolvidos no embate eleitoral: em vez de se aproximarem desse eleitor – uma técnica de propaganda ideológica mais eficiente –, apartaram-se dele, jogando-o para a trincheira adversária. O candidato a "senso comum" da reeleição de Lula, assumido pela imprensa e pela oposição, que era a desqualificação ética do governo e do PT – com farto uso da técnica da repetição – em vez de se tornar consenso, acabou se configurando como um confronto.

Nas eleições de 2002, a explosão de uma onda de pânico, alimentada fartamente pelos jornais, mercados e partidos contrários a Lula, não obteve também o efeito de forjar um consenso junto ao eleitor. A vitória de Lula é a prova concreta disso. Teve, no entanto, uma função ideológica que foi vitoriosa: nos três meses que antecederam a escolha oficial do candidato do PT, e portanto antes do processo eleitoral oficial, o partido fez uma inflexão à direita e assumiu os compromissos exigidos pelo mercado. Teve ainda outros efeitos: um rápido deslocamento de dinheiro do país, em função do

ataque especulativo ao real, e rápidos deslocamentos de dinheiro entre particulares, comprados e vendidos em moeda norte-americana ou em títulos da dívida pública brasileira. Os jornais, portanto, foram instrumento da acumulação de capital financeiro no período. Cumpriram essa dupla função – e a intenção, por melhor que seja, sucumbe à função efetivamente exercida.

Para além dos resultados das urnas, o estudo do processo pré-eleitoral de 2002 mostra com alguma clareza como é uma articulação ideológica num país inserido no processo de globalização. A informação passa a ser um instrumento de acumulação. Os intelectuais orgânicos alimentam as mesas de operação com a informação – ela percorre os aparelhos públicos e privados de ideologia, retorna ao mercado, que transforma a informação num fato (a especulação, a pressão por aumento do preço de títulos, a chantagem por medidas favoráveis do governo ou a pressão direta para mudanças de políticas públicas) e a devolve aos órgãos de informação, que por sua vez repetem o percurso. O boato e a especulação acabam tornando-se os fatos. Nas eleições de 2002 foi a primeira vez que esse círculo vicioso entre informação e especulação invadiu visivelmente a política: os mercados haviam passado por um processo de abertura grande e o dólar era flutuante. Os movimentos especulativos, assim como a informação, passaram a ocorrer online.

Os jornais foram os canais desses movimentos especulativos e os mediadores das pressões articuladas dos demais intelectuais orgânicos da ideologia neoliberal em 2002. Embora com nuances, a informação acrítica jogou nas páginas dos jornais as ameaças do mercado — leia-se operadores e economistas-chefes de bancos de investimentos, agências de rating, organismos multilaterais, em especial o FMI, e governo norte-americano — de forma indiscriminada e em poucos momentos estabelecendo relações entre elas. O jogo declaratório, que foi basicamente a matéria-prima dos jornais nesse período, fez com que se reproduzisse uma opinião e dela se criasse um fato, ou seja, um movimento especulativo de maior intensidade, que por sua vez provocava novos pedidos de empréstimo do FMI para tornar possível honrar os compromissos com os mesmos credores que especulavam com a moeda brasileira, recuos programáticos por parte dos candidatos e autocontrole dos movimentos sociais (que taticamente reduziram ações para que o bloco dominante não as vinculasse aos candidatos do PT). Os órgãos de imprensa, portanto, não apenas reproduziram, mas

produziram: foram militantes de um processo autofágico — os dois órgãos paulistas estavam endividados em dólar — e ideológico. A declaração, portanto, tornou-se o fato. E o estreitamento do universo da cobertura eleitoral fez com que os jornais desconhecessem o fato propriamente dito: o debate sobre a dívida pública ficou restrito a um conjunto de intelectuais que expressavam o pensamento hegemônico; as informações técnicas sobre movimentos especulativos foram subestimadas e as especulações políticas superestimadas; e existia um movimento contra-hegemônico forte que detinha votos suficientes para não referendar o candidato do status quo.

Quando a economia saiu de controle, o tema da dívida externa, que era o cerne da fragilidade do país, passou a ser tratado de forma a não comprometer o governo, no caso do *Estadão*; no da *Folha*, houve uma maior diversificação de fontes consultadas. Somente nesse momento, na *Folha*, a diferença de opiniões no noticiário passou a revelar palidamente que o que havia por trás do ataque especulativo não eram apenas verdades técnicas, mas um momento histórico em que o pensamento hegemônico, devido aos resultados obtidos por oito anos de uma política concentradora de renda, era fortemente questionado não apenas pelo eleitor, mas por uma profusão de intelectuais que tinham a sua existência ignorada até então por esses veículos.

No último mês de pesquisa, é visível a mudança de orientação da *Folha* e a radicalização do *Estadão* na missão ideológica e partidária que assumira desde o início do processo. Ainda assim, a função da *Folha* pode ter superado a sua intenção editorial, na medida em que esse debate conviveu com a sensacionalização da declaração. Na editoria de Brasil foi mantido o padrão da declaração forte, deslocada do contexto, seguida da explicação de que o mercado temia que Lula não cumprisse os compromissos da dívida – uma repetição exaustiva, porém funcional na formação de um "senso comum" de que Lula, apesar de nunca ter sido governo ou decidido qualquer detalhe de uma política econômica que fragilizava o país, era o verdadeiro responsável pela sua vulnerabilidade diante do ataque especulativo dos mercados. Na editoria Dinheiro, a mesma repetição sempre explicava a subida do dólar, a queda da Bolsa ou o aumento do risco Brasil. O debate mais plural sobre a vulnerabilidade da economia no mínimo foi neutralizado pela repetição exaustiva do "risco Lula". Aliás, a análise desse período de cobertura jornalística mostra que a função desempenhada por um aparelho ideológico, ou intelectual orgânico, neutraliza a intenção. Em especial no caso da *Folha*.

O formato da notícia foi concebido para passar uma informação curta e pretensamente neutra. A informação, no entanto, passa a ser excessivamente fragmentada, prestando-se a funções diversas. É nesse jornal que está presente, com mais clareza, a técnica de repetição exaustiva de "verdades" que Gramsci definia como de formação de sensos comuns. Até por ter um formato de mais fácil assimilação do conteúdo, a notícia acaba se prestando a uma função ideológica – naquele momento demonizar Lula ou qualquer candidato que contrariasse o senso comum da então considerada ideologia hegemônica.

No Estadão ocorreu o movimento inverso. Até o penúltimo mês em estudo, o jornal exibia nitidamente uma diferença entre sua parte editorial — o editorial propriamente dito, reforçado pelas opiniões de colunistas da casa — e a parte informativa. A linha editorial estava expressa claramente e servia a um combate sem tréguas ao candidato petista. A informação, no entanto, foi poupada nesse período: textos mais longos, sem um padrão rígido de redação como o da Folha, permitiram que as matérias fossem mais contextualizadas, retirando excessos de sensacionalização. No último mês, todavia, a opção ideológica e partidária do jornal invadiu a informação: principalmente na economia, as matérias especiais, de maior fôlego, eram feitas para corroborar teses pró-governo. Ou de que a dívida não era problema, mas as "expectativas" de mercado em relação a um eventual governo Lula; ou para justificar as ações do BC; ou simplesmente para referendar as pressões do governo norte-americano, do FMI e dos mercados para que os candidatos se comprometessem publicamente com os "fundamentos" — superávits primários altos, câmbio flutuante e metas inflacionárias.

A articulação ideológica dos aparelhos públicos e privados de ideologia, por meio das explosões de pânico que os meios de comunicação de massa se incumbiram de criar e propagar, teve a sua vitória antes mesmo da oficialização do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva: sua candidatura seria oficializada em 29 de junho, mas já no dia 22 ele divulgou a "Carta ao Povo Brasileiro", adequando-se às exigências dos mercados. O movimento retroalimentado de especulação em torno das eleições, no entanto, continuou até o segundo turno, em outubro, quando Lula venceu o candidato governista, José Serra, e prolongou-se até a definição do ministério do PT, já no final do ano.

No período imediatamente posterior à divulgação da "Carta ao Povo Brasileiro",

as pressões exercidas por governo, mercados, o governo americano e instituições multilaterais ainda tiveram um conteúdo ideológico claro, já que o alvo foi o candidato do PPS, Ciro Gomes, que pregava soluções menos ortodoxas para a dívida pública brasileira – e o próprio Ciro chegou a recuar no seu discurso, mas, sem fortes vínculos sociais ou partidários, foi engolido pela ofensiva. Os movimentos especulativos continuaram, no entanto, sob o pretexto do temor a Lula, mesmo depois dos compromissos assumidos pelos três principais candidatos – Lula, Serra e Ciro – com os "fundamentos" do mercado. Os aparelhos privados e públicos de ideologia, a partir de então, tiveram uma atuação político-partidária: o eleitor continuava sendo o alvo. Governo, mercados e a elite dominante, de forma geral, haviam feito uma escolha e passaram, então, a exercer uma função partidária, na medida em que os objetivos ideológicos já haviam sido conquistados. Os mercados, além disso, beneficiavam-se financeiramente dos movimentos especulativos que continuavam sendo alimentados pelos jornais e deterioravam a economia – o que dava nova munição para a alimentação do pânico, devido às especulações de que o novo governo, qualquer que fosse o eleito, teria imensas dificuldades para honrar a dívida pública brasileira. No período posterior ao pleito, após a vitória de Lula, os movimentos voltaram a ser ideológicos: tratava-se de garantir um ministério mais afinado com os compromissos pró-mercado de Lula e neutralizar a esquerda que havia apoiado sua eleição.

Enquanto não se formou um movimento propriamente partidário, a pressão ideológica — em especial no mês de maio — acabou atingindo o próprio candidato tucano, José Serra. As especulações no mundo político e no mundo financeiro mais uma vez convergiram, numa articulação para que o PSDB trocasse o seu candidato antes da oficialização da candidatura, baseada nos seguintes argumentos: Serra não era um candidato suficientemente forte para ameaçar o favoritismo de Lula; havia excluído o PFL da sua base de apoio parlamentar, o que poderia representar um duro golpe para as reformas pró-mercado ainda na agenda do grupo hegemônico, caso o tucano vencesse as eleições; e seu perfil tendia à esquerda, o que trazia dúvidas sobre sua própria agenda de reformas e seu compromisso com a manutenção de um Estado não-intervencionista. Os jornais não apenas refletiram o mal-estar do bloco dirigente com o seu próprio candidato, mas, em especial o *Estadão*, deram força aos argumentos de analistas afinados com essa ideologia.

Em suma, se havia uma articulação com objetivos ideológicos claros no período que vai de abril até o final de junho, quando o candidato petista adequou seus compromissos de campanha ao mercado – e, é digno de nota, o próprio candidato tucano comprometeu-se com os "fundamentos", inclusive declarando o compromisso de manter o mesmo presidente do Banco Central de FHC, Armínio Fraga –, essa articulação assumiu razões partidárias quando manteve a pressão via mercados após a divulgação da "Carta ao Povo Brasileiro". Nesse caso, era o compromisso do status quo com um candidato que não carregava vínculos e compromissos sociais fortes – leia-se José Serra – e que representava uma continuidade mais segura, apoiada por uma possível base conservadora, comprometida com o ideário neoliberal dos governos FHC. No mercado, inclusive, nesse período, o que reverberava para a imprensa eram os "temores" de que Lula fosse carregado à esquerda pelos vínculos com movimentos sociais e pela pressão dos grupos à esquerda do partido. Era o discurso da ingovernabilidade.

Esse período anterior à oficialização das candidaturas, no entanto, teve um movimento ideológico bastante claro. A sincronia ideológica mantinha como atores integrantes da equipe econômica do governo, considerados "fiadores" de uma política pró-mercado. Entre eles, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, desempenhou o papel principal dentro do país. Fora daqui, o protagonismo foi do FMI e, subsidiariamente, do governo norte-americano. Embora o noticiário político da época atribuísse o descolamento de Malan do processo eleitoral tucano aos atritos pessoais e ideológicos com Serra, o fato é que esse distanciamento deu ao ministro maior desenvoltura para pressionar o PT e Lula por uma mudança de programa, favorável ao mercado. O protagonismo de Malan foi complementado pelos seus correspondentes no exterior – de onde já que o ministro havia sido funcionário do Fundo; em 2004, assumiu a presidência do Conselho de Administração do Unibanco – e pelas opiniões reiteradas de economistas brasileiros e estrangeiros afinados com o ideário. Nesse grupo, em particular, havia um movimento ideológico por excelência, inserido num cenário do capitalismo financeiro global. Um Brasil adequado ao receituário liberal, teoricamente bem-sucedido, era uma peça importante para conter uma crise de hegemonia reconhecida pelo centro hegemônico, e seu poder de contaminação política, mais do que financeira, era um grande temor. Estavam em curso seis eleições presidenciais na América Latina, com concorrentes de esquerda com discurso antiliberal, e o presidente esquerdista da Venezuela, Hugo Chávez, resistira a uma tentativa de golpe da direita

militar com forte apelo popular. Não por acaso o Brasil teve direito ao saque imediato do FMI de US\$ 10 bilhões de uma linha de crédito que já tinha obtido, de US\$ 15,6 bilhões, enquanto a Argentina teve o socorro negado, por veto do governo norte-americano. E, mais tarde, teve direito a um novo saque. Tratava-se de impedir o uso de um fracasso brasileiro como pretexto para "retrocessos" das políticas pró-mercado impostas aos países emergentes. Os próprios jornais noticiaram informações esparsas que, no conjunto, dariam a dimensão de uma articulação internacional pró-Brasil por razões de ordem puramente doutrinária e de estratégia política, mas essas notícias foram isoladas de seus conteúdos orgânicos: era, de fato, dominante a informação que "denunciava" deslizes ideológicos no discurso dos candidatos, ou que mantinha o ideário hegemônico como a "verdade" que parametrizava a redação de uma notícia.

A crise da ideologia neoliberal, se detectada no centro do poder hegemônico, passou despercebida pelos jornais. As coberturas passaram não raro ao largo do embate ideológico que se travava. Os jornais recorreram a uma "sensacionalização da diferença": a declaração que fugisse ao padrão ideológico era destacada de seu raciocínio e exposta ao público como uma "bobagem" ou "ignorância" ou como uma prova de que Lula tinha a marca indelével do confronto e levaria o país ao caos. No caso de Ciro, seria a prova de sua impetuosidade, que o tornaria uma réplica do ex-presidente Fernando Collor – que fez uma moratória da dívida pública assim que assumiu o mandato, confiscando depósitos em banco, e posteriormente sofreu um impeachment por acusações de corrupção.

A sensacionalização de qualquer afirmação de Lula ou Ciro que fosse além do convencionado pela ideologia dominante foi uma técnica usada fartamente. Isso ocorreu até com Garotinho, mas ele não foi levado muito a sério — a extensão dos ataques ao candidato do PSB foi pequena, pois a "diferença ameaçadora" era dada por Lula e Ciro. Em nenhum momento a divergência ideológica foi tratada pelos veículos como um movimento contra-hegemônico, que naquele momento era detectado em toda a América Latina.

A ação da imprensa foi efetiva, portanto, enquanto mediadora de pressão ideológica, pois contribuiu para ajustar os candidatos aos "fundamentos" de mercado; falhou, no entanto, quando foi mediadora de pressão político-partidária.

Se em 2002 foi clara a diferença entre a ação ideológica e a político-partidária por parte dos jornais e das elites nacionais, essa diferença foi empalidecida nas eleições de 2006, pelo fato de que sumiram do cenário as pressões internacionais – em primeiro lugar, porque a política monetária de Lula, fruto da pressão da campanha anterior e de uma conjuntura internacional altamente favorável, neutralizou as fragilidades internas do país; em segundo porque ocorreram num momento de grande crise - inclusive de identidade – do Fundo Monetário Internacional; e por último porque, embora ainda estigmatizado como de "esquerda", Lula era o mediador possível do governo norteamericano numa América do Sul que cada vez mais radicalizava posições à esquerda. Embora os movimentos contra a reeleição de Lula não fossem sentidos de fora para dentro do país, foi clara, no entanto, a adesão de boa parte do empresariado local ao candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, que, embora tivesse pouca expressão política no país e dentro de seu próprio partido, foi o elemento catalisador dos setores de direita envolvidos no processo de escolha do presidente para o mandato 2007/2010 e o candidato ao qual aderiram os dois órgãos da imprensa paulista. Como não estava em questão o modelo econômico - embora esse fator tenha se consolidado como uma das críticas dos "especialistas" no processo eleitoral, que identificavam tendências ao "afrouxamento fiscal" no final do primeiro mandato e, em especial, num eventual segundo período de governo de Lula –, a ofensiva contra o petista, sob a bandeira moral, depois de um exitoso programa social de combate à fome, produziu uma divisão social sem precedentes no período eleitoral – talvez apenas comparável à eleição de Getúlio Vargas em 1954. O corte ideológico foi fundamentalmente social – e, se em 2002 Lula foi premido à direita pelas pressões do mercado, em 2006 ele foi jogado à esquerda pela explicitação de um conservadorismo às claras, que dessa vez teve pouca correspondência com o "ânimus" do eleitor.

Como intelectuais orgânicos, os jornais, cuja "verdade" e "racionalidade" em 2002 eram a de submissão ao mercado financeiro – e a "modernidade", a inserção sem reservas no capitalismo global –, em 2006 acresceram a essas variáveis uma adesão ao conservadorismo que aflorou nos partidos de oposição a Lula e de setores sociais tradicionais. A "verdade" e a "racionalidade" passaram a ser o voto em Alckmin – e o componente conservador, as tentativas de análise do comportamento de um eleitorado majoritariamente pró-Lula, acirraram um descolamento já claramente identificado entre

a opinião dos jornais e o "juízo" do eleitor comum: como em 2002, a opinião pública média, sobre a qual os jornais atuam na formação de consensos, teve pouca influência sobre o voto do não-escolarizado ou pouco escolarizado, aliás, a grande maioria dos eleitores. Ao acirrarem ideologicamente um confronto de classes, o descolamento foi ainda maior.

Nas eleições de 2002, o grande triunfo do papel desempenhado pelos jornais, como intelectuais orgânicos do capital financeiro internacional e da ideologia hegemônica, foi o de promover um recuo ideológico do candidato Luiz Inácio Lula da Silva e de seu partido, o PT. Em 2006, a "partidarização" da cobertura, acompanhada de uma função classista, não deu à imprensa qualquer vitória nessa função orgânica. Mas, sem dúvida, o momento zero, em que os jornais se assumiram claramente como intelectuais orgânicos, foi o das eleições de 2002: a partir daí, houve um investimento visível na maior organicidade dos quadros que compunham esse aparelho ideológico privado e uma maior homogeneidade — leia-se organicidade — do material produzido.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Perseu, "Os Padrões de Manipulação da Grande Imprensa", Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ARRIGHI, Giovanni, "O Longo Século XX", Editoras Contraponto e Unesp, 1.ª edição, 1996.

BUCI-GLUCKSMAN, Christine, "Gramsci e o Estado", Paz e Terra, 2.ª edição, 1980.

CASTELLS, Manuel, "A Sociedade em Rede", Paz e Terra, 6.ª edição, 2002.

CHESNAIS, François, "Mundialização Financeira: Vulnerabilidade Excludente", in

CHESNAIS, François, "A Mundialização Financeira", Ed. Xamã, 1998.

CHESNAIS, François, "Introdução Geral", in CHESNAIS, François (org.), "A Mundialização Financeira", Ed. Xamã, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson, "Gramsci: um Estudo sobre seu Pensamento Político", Editora Civilização Brasileira, 2.ª edição, 2003.

DOWBOR, Ladislau, "A Reprodução Social – Volume I: Tecnologia, Globalização e Governabilidade", Edição revista e atualizada, 2002.

FARNETTI, Richard, "O Papel dos Fundos de Pensão e de Investimentos Coletivos Anglo-Saxônicos no Desenvolvimento das Finanças Globalizadas", in CHESNAIS, François (org.), "A Mundialização do Capital", Ed. Xamã, 1998.

FIORI, José Luís, "Os Moedeiros Falsos", 4.ª edição, Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 1997

FONSECA, Francisco, "O Consenso Forjado", São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

FORRESTER, Viviane, "Uma Estranha Ditadura", São Paulo: Editora Unesp, 2001.

GOWAN, Peter, "A Roleta Global", Editora Record, 2003.

GRAMSCI, Antonio, "Maquiavel, a Política e o Estado Moderno", Editora Civilização Brasileira, 1976.

GRAMSCI, Antonio, Cadernos do Cárcere Vol. II, Ed. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques, Civilização Brasileira, 2001.

GUTTMANN, Robert, "As Mutações do Capital Financeiro", in CHESNAIS, François (org.), "A Mundialização do Capital", Ed. Xamã, 1998.

IANNI, Octavio, "A Sociedade Global", Civilização Brasileira, 11.ª edição, 2003.

IANNI, Octavio, "O Príncipe Eletrônico", in DOWBOR, Ladislau, IANNI, Octavio, RESENDE, Paulo-Edgar A. e SILVA, Hélio (org.), "Desafios da Comunicação", Editora Vozes, 2000.

IANNI, Octavio, "Teorias da Globalização", 9.ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CAMILLIERI, Joseph A. e **FALK**, Jim, "The End of Sovereignty?", citados em IANNI, Octavio, "Teorias da Globalização", 9.ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KURTZMAN, Joel, "A Morte do Dinheiro",

www.fortunecity.com/silverstone/bertone/182/livros.html

KUTTNER, Robert, "Tudo à Venda: as Virtudes e os Limites do Mercado", São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LIMA, Venício A. de, "Mídia: Teoria e Política", São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.

MOREIRA, Carlos Américo Leite e **SCHERER**, André Luís Forti, "Mercados 'Emergentes' e Novas Formas de Dependência na América Latina", in Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, ano 30, n° 1, 2002.

NEGRÃO, João José, "Para Conhecer o Neoliberalismo", São Paulo: Publisher Brasil, 1998.

PORTELLI, Hugues, "Gramsci e o Bloco Histórico", Paz e Terra, 1977.

SADER, Emir, "A Vingança da História", São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa, "Processos da Globalização", in SANTOS,

Boaventura de Sousa (org.), "A Globalização e as Ciências Sociais", Editora Cortez, 2002.

SERFATI, Claude, "O Papel Ativo dos Grupos Predominantemente Industriais na Financeirização da Economia", in CHESNAIS, François (org.), "A Mundialização Financeira", Ed. Xamã, 1998.

STIGLITZ, Joseph E., "A Globalização e seus Malefícios", 3.ª edição, Futura, 2002 **TOUSSAINT**, Eric, "A Bolsa ou a Vida: A Dívida Externa do Terceiro Mundo: As Finanças contra os Povos", Editora Fundação Perseu Abramo, 1.ª edição, 2002.

FONTES PRIMÁRIAS

Folha de S. Paulo

- 04/04/2006 "Para o ex-diretor do Fundo, chance de Brasil entrar em crise é de 25%", Márcio Aith
- 13/04/2002 "Pechincha do dólar acaba no 2º semestre", Marcelo Billi e José Alan Dias
- 16/04/2002 "Lula se desvincula de Chávez e afirma ser a estabilidade", Plínio Fraga
- 16/04/2002 "Em alta, dólar volta a fechar acima de 2,30"
- 19/04/2002 "Governo 'mede forças' com sem-terra, diz petista", Renata Giraldi
- 24/04/2002 "Dólar sobe 0,8% com Argentina e pesquisa", da reportagem local
- 26/04/2002 "Lula propõe que alíquotas do IR variem de 5% a 50%", Luiz Francisco
- 29/04/2002 "Aposta em dólar é indicada, mas embute risco"
- 29/04/2002 "Social-democracia não cumpriu o seu papel, afirma economista", Cláudia Antunes
- 30/04/2002 "Fator Lula' leva bancos a rebaixarem o país", Márcio Aith
- 01/05/2002 "Lula afastará investimento, diz Bornhausen", Raquel Ulhôa
- 01/05/2002 "Lula pede 'serenidade' ao PT na reação a bancos dos EUA", Murilo Fiúza de Melo e Sabrina Petry
- 01/05/2002 "Merrill Lynch envia e-mail a assessor do PT", Júlia Duailibi
- 01/05/2002 "Representante do FMI também critica bancos"
- 01/05/2002 "Risco-país tem maior alta desde setembro", Ana Paula Ragazzi
- 01/05/2002 "Serra precisa de 'gatilho', diz analista", Sérgio Dávila
- 03/05/2002 "Humores e rumores", Editorial
- 03/05/2002 "Onda pessimista puxa dólar e derruba Bolsa", Ana Paula Ragazzi
- 04/05/2002 "A ciranda dos juros", Luís Nassif
- 04/05/2002 "Ação desestabilizadora", Painel
- 04/05/2002 "Bancos não vêem contágio das eleições nos mercados", Ana Paula Ragazzi
- 04/05/2002 "Brasil não pode se render aos especuladores, diz Lula", Evandro Spinelli
- 04/05/2002 "Oportunidade", Painel S.A.
- 04/05/2002 "Para Lula, há uma 'onda de terrorismo' contra o PT", Fabiano

Maisonnave

- 04/05/2002 "Problemas internos", Painel
- 04/05/2002 "Serra critica desinformação dos bancos", Fábio Zanini
- 05/05/2002 "Lula e os fundamentos", Editorial
- 05/05/2002 "Lula não vai renovar com FMI, diz Mantega", Márcio Aith
- 06/05/2002 "Lula e os riscos", Boris Fausto
- 07/05/2002 "Alto risco", Painel S.A.
- 07/05/2002 "Colin Powell faz elogios ao Brasil em conferência", Paula Puliti
- 07/05/2002 "Crise tucana eleva risco de investir no Brasil", Ana Paula Ragazzi
- 07/05/2002 "O Risco-Brasil e a SEC", Luís Nassif
- 08/05/2002 "Bolsa está no menor nível em seis meses", Ana Paula Ragazzi
- 08/05/2002 "Preocupação com o Brasil não é imediata", diz FMI", Márcio Aith
- 09/05/2002 "Coca-Cola afirma que resultado da eleição não afasta investimentos",

Beatriz Portugal

- 10/05/2002 "Crise da WorldCom derruba Embratel, Ana Paula Ragazzi
- 10/05/2002 "Dólar dispara e tem maior cotação do ano", Ana Paula Ragazzi
- 11/05/2002 "Com ou sem Lula, Brasil não é boa opção para investir"
- 14/05/2002 "Dólar tem a maior cotação em seis meses", Ana Paula Ragazzi
- 16/05/2002 "Indicadores se mantêm em níveis positivos", Ana Paula Ragazzi
- 21/05/2002 "Após quatro altas, Bovespa cai 0,24%", Ana Paula Ragazzi e Sérgio Ripardo
- 21/05/2002 "Lula aceita fazer novo acordo com o FMI", Fábio Zanini
- 21/05/2002 "Mercado financeiro não pautará PT, diz Mercadante", Maria Inês Nassif
- 21/05/2002 "Sobre o risco Lula", Maria Victoria Benevides
- 23/05/2002 "Dólar atinge maior cotação neste ano", Ana Paula Ragazzi
- 24/05/2002 "Estrangeiros retiram R\$ 155 mi da Bolsa", Ana Paula Ragazzi
- 24/05/2002 "Bula de sabonete", Editorial.
- 27/05/2002 "Subida petista fez com que bancos rebaixassem o país"
- 30/05/2002 "Vocês gostaram do 'interveio'?", Xico Sá
- 03/06/2002 "MST anuncia trégua política a favor de Lula", José Maschio
- 03/06/2002 "Perda em fundo pode levar negócios à Bolsa", Maria Cristina Frias
- 04/06/2002 "Trégua política em favor de Lula já divide líderes do MST", Fábio Guibu
- 05/06/2002 "Os juros e o cartesianismo", Luís Nassif
- 06/06/2002 "O voluntarismo do BC", Luís Nassif

- 07/06/2002 "FMI e Tesouro tentam abafar a crise no Brasil", Márcio Aith
- 08/06/2002 "Soros diz que EUA irão impor Serra e que Lula seria o caos", Clóvis Rossi
- 13/06/2002 "EUA dizem esperar 'governo clone' de FHC", Márcio Aith
- 13/06/2002 "Incerteza política é o que preocupa o mercado, afirma o diretor do FMI",

Márcio Aith

- 14/06/2002 "A questão dos R\$ 685 bilhões"
- 14/06/2002 "EUA elogiam aperto e negam contágio argentino"
- 14/06/2002 "Para analistas, pacote é analgésico", da reportagem local
- 14/06/2002 "Soros diz lamentar uso de 'ponderações'", Clóvis Rossi
- 15/06/2002 "Bird aprova 3 novos empréstimos"
- 15/06/2002 "Cai investimento estrangeiro em maio", Guilherme Barros e Érica Fraga
- 24/06/2002 "A coerência de O'Neill", Márcio Aith
- 26/06/2002 "Malan defende Armínio no BC no pós-FHC", Leonardo Souza e Julianna Sofia
- 27/06/2002 "A desvalorização sem teto definido", Celso Pinto (FSP e VE)
- 28/06/2002 "A poção mágica", Denis Lerrer Rosenfield
- 28/06/2002 "O analista Constantin e o Brasil", Luís Nassif
- 30/06/2002 "Analistas não se preocupam com fundamentos, só com fofocas", Jeffrey Sachs"

O Estado de S. Paulo

- 01/04/2002 "Política deve ditar os rumos da semana", Tom Morooka
- 01/04/2002 "PT sugere pacto nacional e oposição propositiva", Vera Rosa
- 11/04/2002 "Mantega diz que empresariado já não teme o PT", Fernando Dantas
- 12/04/2002 "Emissão soberana mais difícil"
- 13/04/2002 "País seguirá na estabilidade", Irany Tereza
- 13/04/2002 "Títulos brasileiros sobem com troca de poder na Venezuela"
- 16/04/2002 "Devo ser o maior fator de estabilidade", Mariana Caetano
- 16/04/2002 "Rumor sobre pesquisa eleva dólar em 1%"
- 19/04/2002 "Comentários e implicâncias", João Mellão Neto
- 19/04/2002 "FMI pede ao Brasil rigor na política monetária", Fábio Alves e Fernando

Dantas

- 19/04/2002 "Lula não derruba juros 'numa só tacada", Gilse Guedes
- 20/04/2002 "Dúvida de FHC: moderação do PT é eleitoral?", João Caminoto
- 21/04/2002 "Cenários do Brasil que começa a existir em 2003", Maílson da Nóbrega,

Lourdes Sola e Christopher Garman

- 22/04/2002 "Brasil já está em um círculo virtuoso", Fernando Dantas
- 22/04/2002 "Para Fundo, proposta do PT é 'aceitável'", Fernando Dantas
- 23/04/2002 "Queda em NY e rumores políticos derrubam bolsa"
- 24/04/2002 "Crise argentina faz bolsa cair e dólar avançar"
- 26/04/2002 "O Lula lá", João Mellão Neto
- 26/04/2002 "OCDE elogia a capacidade brasileira de absorver crises"
- 26/04/2002 "Risco de quem?", Joelmir Beting
- 27/04/2002 "Brasil corre o risco de repetir Argentina, diz Serra"
- 28/04/2002 "Riscos de promessas eleitorais", Maílson da Nóbrega
- 28/04/2002 "José Aníbal diz que Lula 'é cabeça ruim"
- 29/04/2002 "Aposta em dólar é indicada, mas embute risco"
- 29/04/2002 "Cautela volta a dar o tom dos negócios", Sérgio Lamucci
- 30/04/2002 "Direto da Fonte", Sonia Racy
- 30/04/2002 "Efeito Lula repercute em Wall Street e Malan reage", Lu Aiko Otta
- 01/05/2002 "Golpe fez Merrill recomendar Venezuela", Mario Rocha e Fábio Alves
- 01/05/2002 "PT pode trazer turbulências, diz Bornhausen", Cida Fontes e João Domingos
- 01/05/2002 "Wall Street e a eleição no Brasil", Editorial
- 02/05/2002 "Lula-lá na economia", Roberto Macedo
- 04/05/2002 "O 'risco Lula' e o 'fator memória", Editorial
- 05/05/2002 "Back to the future?", Sonia Racy
- 05/05/2002 "A autonomia do BC e os urubus de Wall Street", Suely Caldas
- 05/05/2002 "Eleição atrapalha esforço para limpar nome", P.M
- 05/05/2002 "Palpitologia carbonária", Joelmir Beting
- 05/05/2002 "Voluntarismo e populismo explícitos", Maílson da Nóbrega
- 06/05/2002 "Quem tem medo de Lula", Carlos A. Sardenberg
- 07/05/2002 "PFL não vai agravar a crise, avisa Bornhausen", Cida Fontes e João Domingos
- 07/05/2002 "A soberania ofendida", Jarbas Passarinho
- 07/05/2002 "Em mais um dia nervoso, risco Brasil e dólar sobem", Sérgio Lamucci

- 07/05/2002 "Mais volatilidade", Editorial do caderno de Economia
- 08/05/2002 "Krueger destaca a 'boa forma' do Brasil e vê risco em eleições"
- 08/05/2002 "PFL insiste na saída de Serra e amplia crise", João Domingos
- 08/05/2002 "Ministro culpa falta de compromisso da oposição por aumento do risco
- Brasil", Adriana Chiarini e André Palhano
- 08/05/2002 "Banco alemão prevê que Serra será substituído", João Caminoto
- 10/05/2002 "Quanto menos quente, melhor", coluna Dora Kramer
- 10/05/2002 "Lula-lá e o FMI", Roberto Macedo
- 10/05/2002 "Malan defende permanência da CPMF", Patrícia Campos Mello
- 10/05/2002 "O preço a pagar por Lula", João Mellão Neto
- 10/05/2002 "Os riscos dos brasileiros", Roberto Macedo
- 10/05/2002 "PT não convence de que é contra a moratória", Priscilla Murphy
- 11/05/2002 "Síndrome da orfandade", Editorial
- 11/05/2002 "Estou sob ataque especulativo, diz Serra", Luciana Nunes Leal
- 11/05/2002 "Wall Street e as eleições no Brasil", Editorial
- 11/05/2002 "Wall Street Journal apóia temor"
- 12/05/2002 "Os malditos relatórios", Gustavo Franco
- 12/05/2002 "Quem está na chuva é para se queimar", Maílson da Nóbrega
- 13/05/2002 "Lula x Lula", Carlos Alberto Sardenberg
- 14/05/2002 "Fraga cobra dos partidos aprovação da CPMF"
- 14/05/2002 "Lula critica 'terrorismo barato' do mercado", Wilson Tosta e Luciana

Nunes Leal

- 14/05/2002 "Tarso Genro vê conspiração contra Serra", Elder Ogliari
- 15/05/2002 "Lula o virtual e o real", Editorial
- 15/05/2002 "Ajustes são bem recebidos por investidores", Sérgio Lamucci e Rita

Tavares

15/05/2002 – "Resposta às turbulências é o respeito aos contratos", Renato Andrade e

José Ramos

- 16/05/2002 "O minueto da especulação, Rolf Kuntz
- 16/05/2002 "Ataque especulativo a Serra acabou, avalia PSDB", Christiane Samarco
- 17/05/2002 "Para Malan, o fundamental é manter a governabilidade"
- 19/05/2002 "Não me preparei na vida para enfrentar factóides", Mariângela Hamu e
- Sandro Vaia
- 20/05/2002 "A segunda proposta Buarque", Carlos Alberto Sardenberg

- 20/05/2002 "Nizan propõe debate informal ao PT", Carlos Franco
- 21/05/2002 "Queremos romper com o sistema econômico, sim", Vera Rosa
- 21/05/2002 "A fome e o projeto do PT", Jarbas Passarinho
- 21/05/2002 "Eleições e Copom ditam humor do investidor", Sérgio Lamucci
- 22/05/2002 "Lula diz que não aceitará ajuste ditado pelo FMI", Kazuo Inoue
- 22/05/2002 "Malan ironiza mudança do PT e pede seriedade a todos"
- 24/05/2002 "Ajuda aí, ô Serra!", João Mellão Neto
- 24/05/2002 "O Lula autêntico e o 'dr. Strangelove", Editorial
- 26/05/2002 "O Brasil mudou para melhor", Mariângela Hamu, Maria Aparecida Damasco, Vera Rosa e Silvio Bressan
- 28/05/2002 "Ibovespa sobe 0,99%, em pregão desmotivado"
- 28/05/2002 "Para BIS, vantagem de Lula prejudica País", João Caminoto
- 30/05/2002 "Eleição volta a ser vista como 'fator de risco' por analistas", João Caminoto
- 30/05/2002 "Analistas internacionais revelam preocupação", João Caminoto
- 02/06/2002 "Dívida pública: factóides e desinformação", Maílson da Nóbrega
- 03/06/2002 "A montanha da dívida já estava lá", Editorial
- 03/06/2002 "Para analistas, rolagem da dívida preocupa, mas é administrável",

Fernando Dantas

- 03/06/2002 "Semana testa reação à mudança nos fundos"
- 04/06/2002 "Eleição presidencial volta a afetar mercado", Fábio Alves
- 04/06/2002 "Especialista vê exagero e análises desleais", Carlos Franco
- 05/06/2002 "Mercado atribui deterioração ao PT e ao BC", Fernando Dantas
- 06/06/2002 "Efeito Zelig", Sonia Racy
- 07/06/2002 "FMI reitera confiança na economia brasileira e minimiza nervosismo",

Paulo Sotero

- 07/06/2002 "O desequilíbrio vem do risco político", Fernando Dantas
- 07/06/2002 "O que se espera do Banco Central", Editorial
- 08/06/2002 "Sayad: dívida não é problema", Sonia Racy
- 11/06/2002 "UBS espera recuperação nesta semana", Fábio Alves
- 11/06/2002 "Uma idéia boa para o PT e para o País", Editorial
- 12/06/2002 "Risco Brasil", Frei Betto
- 13/06/2002 "Enquanto é tempo", Editorial
- 13/06/2002 "Para analistas, situação política expõe fraquezas", Sheila D'Amorim

- 13/06/2002 "O legado da dívida", Roberto Macedo
- 13/06/2002 "Economia brasileira não mudou, diz FMI", Fábio Alves
- 14/06/2002 "O alvo da bomba do governo", Editorial
- 15/06/2002 "Diretor do Bird elogia aumento da meta de superávit", Renato Andrade
- 15/06/2002 "Dornbusch culpa FHC por crise futura", Jamil Chade
- 15/06/2002 "Eleições não tiram sono de economista do Banco Mundial"
- 15/06/2002 "Investidores americanos cobram clareza de petista", Paulo Sotero
- 15/06/2002 "Representante do FMI questiona a ação o BC", Adriana Chiarini
- 17/06/2002 "País pode ampliar crédito do FMI, diz especialista", Paulo Sotero
- 17/06/2002 "O nó da dívida interna", Alcides Amaral
- 19/06/2002 "FMI aprova acordo e insiste em disciplina fiscal", Paulo Sotero
- 20/06/2002 "País vai honrar compromisso com a dívida, diz porta-voz do FMI", Paulo Sotero
- 21/06/2002 "O encurtamento da dívida interna", Editorial
- 22/06/2002 "Dólar atinge a maior cotação do Plano Real", Sérgio Lamucci
- 22/06/2002 "O'Neill ataca ajuda ao Brasil e depois se desdiz", Paulo Sotero
- 23/06/2002 "Chacais do Brasil", Joelmir Beting
- 25/06/2002 "Manada chipada", Joelmir Beting
- 26/06/2002 "Rumores políticos voltam a provocar tensão nos mercados", Sérgio Lamucci
- 27/06/2002 "FMI divulga nota de apoio ao País", Paulo Sotero
- 28/06/2002 "Fraga admite continuar, com o PSDB ou o PT", Reali Júnior
- 28/06/2002 "G-8 divulga declaração de apoio ao país"
- 30/06/2002 "Dívida interna: sem risco de reestruturação ou calote", Maílson da Nóbrega e Gustavo Loyola

Valor Econômico

- 24/03/2002 "Malan usa Goethe para não citar nome de Serra", Cristiano Romero
- 15/04/2002 "Retorno de Chávez alivia temor do PT de associação à crise institucional", Marcelo de Moraes e Jamil Nakad Jr.
- 26, 27 e 28/04/2002 "Mínimo de R\$ 400 e juros de 6% são demagogia", Rosângela Bittar, Marcelo de Moraes e Ricardo Amaral